

Iacã Machado Macerata

**“...como bruxos maneando ferozes”:
relações de cuidado e de controle no fio da navalha. Experiência “psi” em
dispositivo da política de assistência social para crianças e a adolescentes em
situação de rua.**

Mestrado em Psicologia
Orientador Eduardo Passos
Niterói, 2010

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

- 1.
2. M142 Macerata, Iacã Machado.
“... como bruxos maneando ferozes”: relações de cuidado e de controle no fio da navalha. Experiência “psi” em dispositivo da política de assistência social para crianças e adolescentes em situação de rua / Iacã Machado Macerata. – 2010.
198 f.
Orientador: Eduardo Passos.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2010.
Bibliografia: f. 193-198.

1. Cuidado. 2. Psicologia. 3. Meninos e meninas de rua. 4. Assistência social. 5. Políticas públicas. I. Passos, Eduardo. II. Universidade Federal

Iacã Machado Macerata

**“...como bruxos maneando ferozes”:
relações de cuidado e de controle no fio da navalha. Experiência “psi” em
dispositivo da política de assistência social para crianças e a adolescentes em
situação de rua.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador Eduardo Passos

Niterói, 2010

Banca examinadora

Professor Doutor Eduardo Passos – Orientador
Universidade Federal Fluminense

Professora Doutora Cecília Coimbra
Universidade Federal Fluminense

Professora Doutora Rosane Neves da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

“Sim, meus irmãos, para o jogo da criação é preciso dizer um sagrado “sim”: o espírito, agora, quer a sua vontade, aquele que está perdido para o mundo conquista o seu mundo” - Assim falou Zarathustra, acerca “das três metamorfoses do espírito” (“Assim Falou Zarathustra”, Friedrich Nietzsche)

“mas tão somente o tempo nos fará acreditar, que nossos sonhos estão vindo em movimento, e agindo eles vão sobre a realidade se estampar” (o bando)

Este trabalho é dedicado a Aline Roza, Clarice Souza, Michele Saldanha, Luis Antônio dos Santos Muniz, Henrique Junqueira, Jhonatan dos Santos Muniz, pessoas que existem e companheiras de jornada. Que nossos “maneares” de bruxos, efusivos e silenciosos, não sejam em vão... já não o são! Salve!

Agradecimentos:

“é engraçada a força que as coisas parecem ter, quando precisam acontecer!”

Agradeço a vida e seus movimentos de encontros e desencontros que me colocaram aqui e neste momento, com a força da “justeza” do lugar onde devo estar. Teço, agora, longos agradecimentos. Que leia aquele que possa por eles se interessar.

Agradeço a meu pai, Marco Antônio, que me deu este nome e me ensinou o gosto pela intensidade; a minha madrasta Ana Carla que sempre me cuidou; a minha mãe Nina, que me ensinou a força da transmutação e que deu sustentação para minhas travessias; a meu padrasto Luis e a minha irmã Renata. Aos meus avós Ondina e Joaquim, que sempre garantiram o básico e um pouco mais. Aos avós (quase pais), Ruth (em memória) e Ézio (em memória) que me criaram em tempos confusos, e principalmente a meu avô Ézio Macerata, “inventor mágico”, que me ensinou a medida da crueldade e da doçura. A meu tio Tininho (em memória), que me iniciou na música, no underground, nos palavrões e no gosto pelo outro lado da razão.

Agradeço a minha segunda família, a família que escolhi, meus amigos de eletricidade, o povo da chuva e meus novos “velhos amigos”, gente que eu quero dividir a vida, o resto da vida: os irmãos de “calangagem” e eletricidade Leo Garavelo, Hamilton Barreto e Daniel Caminha; os “brujos” Luiz Felipe Lacerda, Pedro Lunaris e Danilo Christidis, pelas bruxarias e sondagens no lado abstrato; ao querido amigo Luis Artur Costa; aos irmãos de “alma y guitarra”, “o bando”, Eduardo Barbosa, Rafael Peck (compadre), Lucas “Fera” Neves (ritmista político-musical), Ariel Dutra, Luisa Falceto, Roberta Sirangelo, Felipe Leitão, Rodrigo Pereira; a Isabel Thode pelo companheirismo, carinho, elegância e sagacidade nas pequenas coisas, e pela força de nossa conexão; às irmãs queridas Amanda Blauth, Lígia Trevisan, Francine Pujol, Gabriela Ramos, Letícia Mezzari, Raquel Ritter, Paula Scaim (comadre), Gabriela Guimarães. Agradeço aos amigos queridos no Rio, que sustentam minhas passagens: Danichi Mizoguchi, Fernando Ruivo, vulgo “Pinguá”, Chico Oliveira, Tiago Régis, Jorge Melo, Pablo Francischelli, Alice de Marchi, Fernanda Ratto, Paula Rego Monteiro por alegrarem e tornarem mais interessante minha vida. Agradeço a Cristiane Rocha pela doçura e força, e também pelo companheirismo e ajuda nesta louca jornada de escrever uma dissertação. Ao amigo Stéfanis Caiaffo pela iniciação; ao amigo Jonatha Rospide pelo compartilhamento de saudades e descobertas. Amigos queridos, sempre

canto comigo, ao lembrar de vocês: “que noite pra uma ronda, dessas que juntam amigos, esses de alma e guitarra, que trazem sonhos consigo!”

Agradeço as pessoas que participaram da minha trajetória na psicologia em Porto Alegre, e ajudaram a estabelecer uma conexão entre a clínica e a política: professora Helena Scarparo pela presença afetiva e efetiva em um momento profissional muito importante; a professora Neuza Guareschi pela “iniciação científica”; a professora Rosane Neves pela iniciação parte II; a meu supervisor de clínica e analista Sérgio Arenare, por ensinar o gosto pela clínica, a seriedade no trabalho, e cujo acolhimento me permitiu seguir em frente; a supervisora Célia Moro; a supervisora Lisiane Vargas, pela sabedoria, jogo de cintura, habilidade e sinceridade; ao professor Pedrinho Guareschi, por financiar nosso sonho/projeto musical “o bando”; a Reça Bergallo, por ser uma mulher admirável.

Agradeço a Comissão de Psicologia e Políticas Públicas do CRP/RJ: Bia, Lindomar, Vitor, Barbara, Tiago Régis, Cris Knjinik, Suzana, Fernanda Ratto. Agradeço ao grupo de supervisão do estágio “clínica transdisciplinar” pelo acolhimento e aprendizado, e ao grupo de supervisão clínico-institucional GT-9.

Agradeço aqueles que participaram diretamente desta pesquisa. Em Porto Alegre: a Luis Artur Costa pelos “debates”; a Alice de Marchi pela consultoria que me permitiu tornar este mestrado “sustentável”. Agradeço a Lirene Finkler da FASC, que ajudou muito na pesquisa; a própria FASC que permitiu a pesquisa em seus domínios; as colegas de Ação Rua Aline Roza, Clarice Souza e Michele Saldanha; a Sílvia Giugliani e a Carla Bottega pelas entrevistas e pela leitura do texto; ao Tonho pela revisão; a Rosane Neves pela participação na banca examinadora.

No Rio: a CAPES pela bolsa que me permitiu ter dedicação total ao mestrado e a pesquisa, coisa que infelizmente é para muito poucos; a excelente turma de mestrado em psicologia da UFF, no ano de 2008 (em especial a Rodrigo Lages (doutorado), Diego Flores e José Rodrigues); aos espaços do grupo Limiar; aos professores do mestrado Lilia Lobo, Helder Pordeus e Luis Antônio Baptista.

Agradeço ao professor João Leite Ferreira Neto pela participação decisiva na qualificação desta pesquisa; ao professor Roberto Preu, pela competência, sensibilidade e camaradagem, e pela aguda participação na pré-banca; a professora Cecília Coimbra, que esteve junto na qualificação, pré-banca e defesa, e por ser uma referência política

fundamental nesta pesquisa; a Alice de Marchi novamente pela participação sensível na pré-banca e pelas ajudas com os detalhes finais.

Agradeço especialmente ao grupo de orientação coletiva do professor Eduardo Passos: Eduardo, Cristiane, Denise, Joana, Letícia, Fernanda, Jorge, Rafael. Agradeço especialmente a Fernanda Ratto, por ser a grande parceira de trabalho nestes dois anos, na prática do “pensar com o coração” em vários espaços, pelo encontro potente que se deu entre nós, e por ser uma amiga do peito: gracias!; a Eduardo Passos orientador, professor, supervisor e amigo, que me acolheu, topou a árdua tarefa de orientar minha pesquisa: agradeço pelo compromisso, competência, sensibilidade, por “fazer política na vera!”, sem fugir dos paradoxos, dos pontos nevrálgicos e sempre encontrando linhas de fuga: Edu, muito obrigado!

Por fim, agradeço ao estádio Gigante da Beira-Rio, por me fazer sentir a força da “massa” e ao Sport Club Internacional, por esquadriñar e localizar em um só ponto meu fanatismo. Agradeço a UFF, por ser um lugar único, e por dar combustível às utopias. Agradeço ao Guaíba, ao Gazômetro, a cachoeira do Horto, a praia do Leme, ao pôr-do-sol, ao chimarrão, ao frio, ao rock, a milonga, ao samba, a Chico Science, Bob Marley, Vitor Ramil, Marcelo Yuka – pelo cultivo de insurgência. Agradeço a Baía de Guanabara: “sou cego de tanto vê-la, de tanto tê-la estrela, o que é uma coisa bela!”. Agradeço a meu “corpo vira-lata, mais forte do que muito homem de pedigree”, a meu santo e a meu orixá! Salve!

Resumo:

Este trabalho é um ensaio acerca do tema do cuidado em um dispositivo da política de assistência social para crianças e adolescentes em situação de rua, na cidade de Porto Alegre, no ano de 2007. A partir da minha experiência como psicólogo do dispositivo Ação Rua, analisamos os modos de relação que se estabelecem entre aquele que intervém e o território existencial alvo da intervenção – a rua e os jovens que a habitam. O trabalho distingue diferentes modos de relação, caracterizando práticas de cuidado – afirmação e criação de singularidades – e de controle – tutelarização e normalização dos modos de vida. O dispositivo Ação Rua foi pensado considerando sua posição frente a estes dois modos de relação, sobretudo, destacamos a maneira como a sociedade intervém sobre sua camada miserável. O campo do social no contemporâneo aparece como uma seara composta de várias linhas e sentidos de intervenção: ele pode servir tanto a uma demanda da sociedade em suas versões oficiais, quanto a uma demanda do público. O público aqui não se confunde com o Estado, mas diz respeito à heterogeneidade de vidas específicas. Em meio às práticas efetivas no dispositivo, cuidado e controle se encontram no fio da navalha, como práticas de sutil distinção. Assim, tomamos os modos de relação, que produzem e são produzidos pelo Ação Rua, como nosso objeto de análise, na perspectiva de uma experiência “psi”. Pensamos a intervenção dentro deste dispositivo, o que nos comprometeu necessariamente com a construção de um posicionamento ético-político. Nossa narrativa é construída a partir de trechos de diário de campo, entrevistas e memórias do pesquisador neste cenário.

Palavras-chave: cuidado, psicologia, situação de rua, assistência social, políticas públicas.

Abstract

This dissertation is an essay on the subject of care in a device of social assistance policy for children and adolescents on the streets in the city of Porto Alegre, in 2007. From my experience as a psychologist in a device called “Ação Rua” (“ação” we can translate by “action”, and rua, “street”), we analyzed ways of relations established between the one who intervenes and the existential territory aim of the intervention - the street and youths that inhabit it. This work distinguishes different ways of relations, characterizing care practices - affirmation and creation of singularities - and control – normalization of lifestyles. “Ação Rua” was thought considering its position facing these two ways of relations, in particular, we detach the way as the society intervenes about its miserable layer. The social field in the contemporary appears as a harvest composed of several lines and senses of intervention: it can serve both to a demand from society in their official versions, as a public demand. Public here is not to be confused with the state, but concerns the heterogeneity of specific lives. Amid the effective practices in the device, care and control are found in a knife edge, as practices of subtle distinction. Thus, we take the ways of relation, that produce and are produced by “Ação Rua”, as our object of analysis, from the perspective of a “psychological” experience. We think intervention inside this device, what committed ourselves necessarily with the construction of an ethical-political positioning. Our narrative is built from snippets of “field notes”, interviews and memories of the researcher in this setting.

Key-words: care, psychology, street situation, social assistance, public policies

Sumário

Introdução	- 12 -
Capítulo Primeiro (Zoom Out)	- 27 -
0. Preâmbulo	- 27 -
1- Emergência (do) social.....	- 32 -
2- Epistemologia dicotômica	- 41 -
3- Social/Sociedade/coletivo	- 45 -
4- Política de Assistência Social.....	- 55 -
5- Políticas	- 62 -
6- Social híbrido: cuidado e controle.....	- 70 -
Capítulo Segundo (Zoom In)	- 77 -
0- preâmbulo segundo	- 77 -
1- “eu indo a Porto e Porto indo em mim”	- 79 -
2- Histórico da Política para crianças e adolescentes em situação de rua	- 87 -
3- Ação Rua Núcleo Centro (AÇRNC)	- 97 -
4- O Centro do AÇRNC	- 104 -
Capítulo Terceiro (mergulho)	- 132 -
0-Preâmbulo terceiro	- 132 -
1-Relações Prepositivas entre Ação/Rua.....	- 142 -
2-Ação <Ante> Rua.....	- 144 -
3-Ação <sobre/contra> a rua	- 150 -
4-Ação <Da> Rua.....	- 161 -
5-Ação <pós> Rua.....	- 168 -
6-Ação <com/pela/na> rua	- 170 -
7-Ação<>Rua	- 180 -
Amarrando linhas – considerações finais	- 188 -
Referências	- 195 -

Introdução

Oigalê, que tal!
Sou o futuro imperfeito
De um passado sem lugar
Com a missão de olhar pra tudo
E em tudo viajar
Pra não ser só um cego
Num espaço sem ar
(Vitor Ramil – “Indo ao pampa”)

Um grito ensandecido e sem nome nos acusa de impostores; uma pessoa de nossa equipe questiona a razão da presença de um psicólogo; um menino cambaleia sobre a cova da mãe enquanto o seguramos; uma mãe fica constrangida ao pedirmos para entrar em sua casa; um menino “sem-lugar” ganha lugar em nossas vidas; calamos atônitos frente a nossa impotência; um sorriso simples e singelo nos impele a seguir em frente; um menino sustenta uma difícil travessia em nossa presença; a amizade sustenta nossa permanência.

Enquanto isso, um político usa nosso trabalho como propaganda; um juiz diz que a decisão é nossa; a mídia pede entrevistas; o dono da rodoviária municipal quer fazer “parceria”; um psiquiatra nos insulta; um “cidadão” nos vê com bons olhos; um traficante aposta em nosso trabalho; um transeunte duvida de nossas intenções; um policial acha nosso trabalho difícil; nos questionamos acerca da diferença entre o nosso trabalho e o da polícia; uma droga parece justificar a violência.

Uma milonga toca no mp3; um rap cantamos em uma calçada; um samba compomos no final do dia; um filme nos abala ao lembrarmos da labuta; a história da cidade vem à tona e se faz presente; a paisagem da cidade ganha contornos mais nítidos e luminosos; a rua evitada convida e seduz.

Fatos, sentimentos, acontecimentos, cotidianidades que **poderiam passar despercebidas** e que convergem para um ponto e um contexto: o ponto é minha experiência como psicólogo e o contexto é o do serviço destinado a crianças e adolescentes em situação de rua. Serviço que fez parte do âmbito da política de assistência social no ano de 2007 na cidade de Porto Alegre. Esse contexto local é abarcado por contextos maiores: a implementação de um Sistema Único de Assistência Social; as políticas de governo baseadas em um modelo de política social, por sua vez abrangida por uma política de Estado; o âmbito assistencial, para o qual convergem

campos e domínios de saberes, como psiquiatria, justiça, psicologia, educação; o âmbito do Estado; o âmbito do governo; o âmbito de encontro da *sociedade* com sua margem miserável, a que vamos chamar de *bruto-social*.

Falamos aqui a partir de uma experiência profissional que se deu em um ambiente tenso, em um campo de tensão. Quando a sociedade resolve investir em sua população pobre, há um encontro dessa sociedade consigo mesma. Um encontro da sociedade com um diferente de si em si. Um “outro” da sociedade na sociedade que é produzido por suas práticas de si, por seus modos de se autoconstituir. É nesse âmbito assistencial, cada vez mais em voga e na pauta das discussões do contemporâneo, que se coloca uma questão relevante: qual o lugar desse tipo de política na sociedade? Atualmente, a assistência social como política que se quer pública é tema amplamente falado. Há, pois, propaganda eleitoral e eleitoreira mais eficiente que a de projetos de “inclusão social”? Há alguma campanha política, por mais local que seja, que não toque nessa questão? Psicólogos se reúnem, debatem, perguntam sobre o “papel” da psicologia na assistência social? A mídia vê com bons olhos os projetos sociais, sem questionar ao certo de que tratam esses projetos. Empresas, instituições de toda sorte assumem os ditos “compromissos sociais”. Não que sejam, logicamente, de mesma natureza os projetos sociais em todos esses setores da sociedade. Mas há, porém, um plano que liga todas essas atuações, que aqui chamamos de campo do social: campo de intervenção da sociedade sobre sua população miserável – um tema com grande poder de disseminação.

Bem pudera. Como não tocar nessa questão, como fechar os olhos para a tensão de uma ferida narcísica que a assistência social toca? Waly Salomão, contudo, alerta: “os excluídos sem voz nem vez” são os objetos da xenofobia no contemporâneo. Frente ao horror produzido por vidas despossuídas, em um mundo em que vale o que se tem, várias serão as posturas e os modos de investimento que se farão sobre essa população. Posicionamentos diametralmente opostos convergem para um mesmo ponto e uma pergunta: o que fazer? Alguns querem responder rapidamente, pois tempo é dinheiro e a máquina deve seguir; outros se desesperam, desistem, adoecem; outros, ainda, juntam forças, lutam consigo mesmos para constantemente atualizar essa pergunta: o que fazer?

A questão se singulariza em sua violência e em sua força de produzir um “não saber” quando essa miséria vai de encontro ao centro/cerne de uma cidade. Miséria que se instala nas brechas de uma cidade vigiada. Essa miséria é hospedeira de meninos e

meninas que vêm se divertir, zombar, apanhar, roubar e transgredir, singelamente, nesses espaços civilizados. Eles vêm morrer aos poucos, vêm “gastar” ao máximo seus corpos – tudo o que ainda possuem. Eles chegam jovens e vão ainda jovens. É a cruzada das crianças, que se criam em bandos. Esses bandos, em função de toda uma nova configuração do sistema de leis e das ideias acerca da infância e juventude, já não podem ser exterminados tão diretamente como outrora. Sua presença obriga inovações em tecnologias tanto para exterminá-los de forma dissimulada ou desavisada quanto para cultivá-los, preservá-los.

No ano de 2007, durante nove meses, trabalhei como psicólogo de um serviço da Prefeitura Municipal de Porto Alegre destinado ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua. Tal serviço denomina-se “Ação Rua” e tem como objetivo a “proteção”, a “garantia de direitos”, a “construção de um projeto de vida” para as crianças e suas famílias a que visa atender. Parte da Política de Assistência Social e da rede de proteção à infância e juventude, o serviço coloca-se como diretriz o não recolhimento desses jovens da rua. Ele visa trabalhar seu retorno para casa ou para um espaço alternativo pela via do “convencimento”, pela “produção de alternativas” ao viver na rua.

No cotidiano desse trabalho, uma distância parecia se impor entre os objetivos de proteção e a maneira de colocá-los em funcionamento, criando um *vácuo* entre a ação preconizada no serviço e a realidade da rua vivida por esses jovens. É que os objetivos de proteção diziam respeito a garantia de direitos, a leis e ideias gerais acerca de vidas não específicas. No cotidiano do trabalho, lidávamos com vidas específicas, que estavam muito distantes daquelas formas de vida preconizadas nas leis assim como dos recursos para que o serviço efetivasse esses direitos em sua totalidade e integralidade. Para efetivar a totalidade e a integralidade destes direitos conquistados em leis, era necessário mexer com um âmbito muito maior do que o da assistência social: a sociedade e seu funcionamento.

Trabalhar pela via da construção de um “projeto de vida” colocava a pergunta: “projeto de vida” de quem efetivamente? Minha entrada no serviço já era precedida por um posicionamento que queria escapar às práticas de tutela, de piedade e de culpabilização. Porém, mais anterior que esses era um posicionamento de recusa à indiferença a essas situações.

Era com pessoas em uma situação de miséria que o serviço ao qual eu pertencia deveria atuar, o que levava aos seguintes questionamentos: não estamos, ao atuar somente com essas pessoas, de alguma forma colocando o problema unicamente sobre os indivíduos que o experienciam?, como implicar todos nós nessa questão?, seria por um problema do próprio sujeito que ele estaria nessa condição, fazendo da solução um ajuste sobre seu modo de ser?, essas pessoas poderiam, desejariam, deveriam mudar sua situação?, de qualquer forma, para atender à demanda de quem estaríamos trabalhando?

Havia, contudo, um ponto que parece ainda inquestionável: a concretude da situação crítica e difícil vivida por esses jovens. Sua localização na sociedade tornava-os alvo de violências, definia-os como sujeitos em desgraça, ignorantes, com problemas no desenvolvimento, inaptos ao trabalho, inaptos à livre circulação nos espaços da cidade. Indubitavelmente, sua condição fazia com que eles fossem constantemente insultados, temidos, desconsiderados, além de os levar a uma morte muito precoce. Havia, então, um ponto que parecia não encontrar discordância: a degradação, a segregação e até o extermínio que essas pessoas, público-alvo de nosso trabalho, sofriam no tecido social.

É, então, a partir dessa situação crítica, tensa que se constitui nosso problema. Essa situação crítica, sendo um consenso, abre possibilidades para uma série de práticas e análises que têm sentidos totalmente diferentes. Sob o signo do cuidado e da proteção, podem se produzir ações com efeitos de reprodução da segregação, que constroem essas pessoas da margem e encortinam uma dominação e um extermínio sutil sofrido por essas vidas na dinâmica da sociedade capitalista contemporânea – efeitos que reunimos sob o nome de controle. Sob o signo do cuidado, também, podem-se criar ações que têm o efeito de potencializar essas vidas, dando suporte para passagens, reinvenções a partir da afirmação de suas existências – efeito que é ligado a alguma forma de insurgência dessas vidas, como um rebelar-se, mas também como um “surgir de dentro” – a isto chamamos cuidado.

Ao acolhermos a exigência de intervenção, como cuidar e não controlar? Como diferenciar essas ações?

Tal resposta, que geralmente é tida como óbvia nesse contexto de Estado, para nós torna-se extremamente complexa. Ao situar-se num âmbito das políticas sociais ligadas ao tema do governo no contemporâneo, o problema do cuidado – *como cuidar?* – não pode ser separado da problemática do controle de populações, da docilização e do

“adestramento” da camada indesejável da população. Nesse campo de atuação que analisamos, cuidado e controle são duas problemáticas mutuamente implicadas, devido à multivetorialidade das linhas e dos sentidos desse “campo do social” e de sua incógnita no contemporâneo. Portanto, tal pergunta – *como cuidar?* – está ligada a *como escapar ao controle?* Ligação que, sem dúvida, não permitirá a produção de uma resposta geral e definitiva, senão, e talvez, local e datada.

As leis, as responsabilidades instituídas do Estado acerca das necessidades de sua população colocam o imperativo do cuidado, tendo como alvo a vida das pessoas. Essas leis e discursos, porém, em nada garantem efetivo cuidado às vidas que visa abranger. A instituição de direitos não garante a efetivação desses direitos. Inclusive, o poder no contemporâneo legitima suas ações a partir dessas leis, já que tem como alvo o que essas leis visam amparar: a vida. O ponto crítico e a necessidade de intervenção são tomados como vias de ação pelo poder contemporâneo (biopoder), com o objetivo de produzir de certo modo a realidade, de manter certo estado de coisas. Contudo, esse ponto crítico e essa necessidade de intervenção também são usados por formas de resistência a esse poder que controla e extermina.

A luta que se dá nesse âmbito, e que assumimos, tem como pano de fundo uma luta maior pela produção da realidade. Aí que se situa nossa problemática, que cada vez convoca mais práticas efetivas, não somente discursivas. Práticas que produzam efeitos nas experiências singulares de pessoas que existam, vidas específicas.

No discurso dominante, homogêneo e compartilhado (as leis e os direitos) por modos de ação muito diferentes, o cuidado e o controle são práticas e efeitos de difícil distinção. O Estado, historicamente, teve seu governo direcionado a uma parcela da população e aos espaços que esta abrange, não se constituindo um agente que supre a necessidade do *público*. O público, em nossa pesquisa, não se confunde com o Estado nem mesmo com a opinião pública (esta ligada à sociedade com suas versões oficiais e hegemônicas). Diz mais respeito a uma dimensão coletiva de experiência na cidade e que se refere a vidas específicas que geralmente vêm à tona apenas em seus choques com o poder do Estado, da sociedade oficial.

Em meu cotidiano de trabalho, experimentei situações que produziam pontos vazios. Entre a “ação” e a “rua”, um vácuo fazia questionar a maneira como o trabalho nesse âmbito se dá e a serviço de quem ele está – vácuo em que proliferam questionamentos e impasses éticos, metodológicos, técnicos e políticos.

Situações diversas produziam uma confusão, um sem sentido em meio a um cotidiano que talvez, para muitos, fosse inquestionável em sua tarefa. Fazia-se necessário pensar em como cuidar sem cair nas armadilhas da culpabilização, da adaptação, da pretensão de se ter soluções definitivas para problemas difíceis. Era necessário nos orientar e posicionar nesse ambiente dúbio, confuso, contraditório.

No processo de feitura da pesquisa, comecei pelo questionamento sobre a minha “função” no serviço – que passei posteriormente a entender como *dispositivo Ação Rua*. Preocupe-me em capturar perguntas e problemas que diziam respeito à psicologia nesse dispositivo: o que estaria em jogo na atuação do psicólogo em um dispositivo como este, qual a sua função, como foi possível essa função surgir, o que a psicologia faz e pode fazer funcionar em seu encontro com a assistência social nessas coordenadas específicas? Ao lidar com esses “espaços” vazios, fui entendendo que tais perguntas se tornavam estéreis para o objetivo de pensar o cuidado, caso não pudesse conectá-las a outras perguntas que diziam do entorno da função psicólogo: o que compõe esse dispositivo, qual a sua função na sociedade, o que é uma política pública, que tipo de cuidado se opera e pode se operar em seus domínios?

A questão modula não por acaso. Esse é, justamente, o movimento necessário no âmbito assistencial, conforme fomos entendendo: sair de si mesmo. Se antes da formulação final de meu problema o objeto de análise era a prática da psicologia, depois de termos esse problema melhor delineado o objeto mudou. A psicologia não pode ser tomada como uma prática isolada do campo em que atua. Mas também esse campo, um “campo do social”, também não pode ser tomado separadamente do plano de realidade em que intervém: a rua. E esta, por sua vez, não pode ser tomada em separado da cidade e da sociedade em seu movimento de autoconstituição.

Sendo nossa questão o cuidado nesse âmbito específico da assistência social, foi necessário localizar *nosso objeto de estudo entre o sujeito que executa a prática da política de assistência – a Ação – e o plano de realidade na qual a ação vai se dar – a rua*. Sujeito e objeto na perspectiva que adotamos não são prévios à relação que estabelecem entre si. Essa relação configura constante e concomitantemente esses termos. Nesse entremeio, porém, estaremos direcionando nosso foco de análise para a **relação** que a “ação” estabelece com a “rua”. Não é tomar a “ação” em análise isolada em relação à “rua”, mas sim centrar sobre a ação, quando esta encontra ou prepara-se

para encontrar a rua. Nosso material de análise é a experiência de alguém que se localiza na rua e em uma ação que faz variar a função do psicólogo.

Certos estudos da cognição, ao colocarem o tema da experiência como problema, nos ajudam a entender essa inseparabilidade de sujeito e objeto, ou seja, o papel da relação em sua constituição.

Ao falarmos de relação, estamos falando de um plano dos afetos. Falar desse plano das relações é falar de uma dimensão produtiva da realidade, construtora do mundo e de novos mundos. Trata-se de um posicionamento ético-epistemológico, de uma estratégia para entender a realidade e a sua produção.

Pululam considerações acerca do objeto de intervenção e do sujeito que intervém. Na área de abrangência de nossa pesquisa, estudos se fazem acerca do sujeito que intervém no “campo do social” e do objeto de intervenção, a fim de apreender a verdade destes, para se pensar a melhor forma de intervir. Porém, esses estudos partem da perspectiva de que a relação entre sujeito e objeto seria a interação entre “células” já formadas, como se estes já estivessem estabelecidos.

Nossa perspectiva pensa a intervenção de uma maneira distinta. Atentamos para a face produtiva da realidade, que denominamos aqui de *plano das relações*: é entender que sujeito que conhece e objeto conhecido não preexistem. Quando se formam sujeito e objeto em determinada situação, haveria uma coemergência entre eles que se dá na relação e a partir dela. Silva, Passos, Fernandes, Guia, Lima, Carvalho (et al., 2010) falam, baseados na estratégia enativa¹, de uma dimensão da experiência em que o sujeito e objeto não estariam predeterminados, mas adviriam dessa dimensão da experiência, que teria um sentido pré-refletido e ontológico, sendo o ato de experienciar. Haveria assim, duas dimensões da experiência: um relativa à ideia usual de “experiência de vida”, que se refere a uma dimensão refletida da experiência que pode ser representada erigindo representações de sujeito e objetos falando de uma história; e outra dimensão que diz respeito a “atuar o mundo”, configurar o mundo e, concomitantemente, a si próprio. Seria a dimensão de experienciar a experiência:

o conhecimento não depende unicamente de qualidades intrínsecas do mundo que se conhece, pois este último é enagido, nós fazemo-lo emergir (ser = fazer = conhecer). A enação põe em cena a gênese, o processo pelo qual sujeito e mundo se produzem mutuamente (Silva; Passos; Fernandes; Guia; Lima; Carvalho. et al. 2010, p. 88).

¹ Enação vêm do inglês *to enact*, que significa literalmente “atuar”, “pôr em ato”, “efetuar”, e é um termo trabalhado por Francisco Varela em conjunto com outros autores.

Não se trata de dizer, quando afirmamos uma coemergência, que há um “momento zero” em que nada existia, nunca havendo dados já postos no mundo, mas que esse momento zero, esse espaço vazio é concomitante espaço/temporalmente a formações histórico-sociais-subjetivas, a condições já postas. Concomitante a formas constituídas da realidade e das instituições há, nessas formações, uma face não formada, uma parte que é puro processo, puro movimento, pura força intensiva ainda não definida em uma forma – pura relação. E esse plano das relações é inseparável da face já dada e relativa à representação, o que faz o sujeito que conhece e objeto a ser conhecido se configurarem sempre provisória e concomitantemente. Por isso tomamos a relação que se estabelece entre aquele que intervém (e produz conhecimento) e aquele que é alvo da intervenção como nossos objetos de análise em nossa problemática mais geral da produção de realidade.

E ainda, faz parte de nossa *política de narratividade* atentar às forças, ao plano dos afetos e das relações, tanto para buscar trazer novos elementos a essa problemática quanto para escapar dessa faceta do movimento de controle e captura das existências: a determinação de sujeitos e objetos naturais e essencializados de uma vez por todas. Não visamos aqui à verdade acerca dos meninos de rua, nem mesmo queremos determinar a ação ideal. É nossa intenção colocar em questão a relação entre os termos, pois nossa aposta é que o principal campo de luta é o plano relacional, o plano de ações efetivas e afetivas que diz respeito às práticas efetivas para além dos discursos erigidos.

Para evidenciar esses movimentos, essas relações, os afetos como forças entre “ação” e “rua”, tomamos em análise nossa experiência, que é localizada e datada: a cidade de Porto Alegre, o ano de 2007. O que será dissertado neste estudo é mais um ensaio do que um relatório de pesquisa que pretende dar conta da verdade da realidade em questão. Um ensaio porque permite um trânsito maior por vários temas que não estariam necessariamente circunscritos em nosso campo problemático, mas que o atravessam. Um trânsito, uma abertura fazem parte da política que queremos afirmar neste âmbito, estando, portanto, em nossa política de narratividade, na maneira e no percurso que fomos tomando e que deu corpo a este estudo.

Apostamos em uma política de narratividade que posiciona uma forma de expressão do que se passa e do que acontece (Passos & Barros, 2009). O que se passa no mundo através de nós coloca, pois, o problema da expressão no campo de um

problema para além do teórico, do político. E é justamente do que se passa em nós que trata esse estudo. Aqui não se propõe uma análise impessoal, mas uma tentativa de contato com um impessoal em nós: o plano que está aquém e além do indivíduo, que, todavia, não é somente interno a ele, mas que passa por ele.

Nosso material de análise nesta pesquisa são principalmente as marcas no corpo-pesquisador, derivação do corpo-psicólogo profissional do Ação Rua: uma experiência singular e datada que se fez em um plano de realidade, produzindo memórias que são marcas de um percurso. Marcas deixadas por relações estabelecidas em nosso âmbito de trabalho, que são memórias vivas que se atualizam em outro contexto. O contexto da pesquisa ganha, assim, o sentido de análise e de crítica. Não somente rememorar fatos, mas trazê-los à luz de minhas questões e do meu contexto presente, dando outros sentidos a eles a partir de todo um modo de “tratamento” desse material: limar, restaurar, pintar – uso de uma caixa de ferramentas conceituais, éticas, artísticas e afetivas.

Ir a campo, nesta pesquisa, é, portanto, ir a essas memórias e marcas deixadas pelas forças que neste corpo agiram e redesenhá-las. Ir a campo é, principalmente, mas não só, lidar e tratar esse “em mim” produzido pela passagem no Ação Rua.

Pois “tratar” esse “em mim” foi manter-me ao lado da experiência, cuidando de ressignificá-la, o que exigia um trabalho clínico com esse “em mim”. Retornar a situações difíceis, à confusão e às violências vividas no contexto do trabalho não foi tarefa fácil, muito menos possível de ser feita solitariamente. Intercessores vários tive de trazer para a pesquisa com o fim de poder tomar um direcionamento que não fosse simplesmente o de avaliar tudo como “terra arrasada”. Ver “flores nas encostas do cimento” como pequenos resultados no trabalho, anteriormente somente intuídos, foi uma tarefa que exigiu muito trabalho. Essa é nossa aposta na potência de construção e reconstrução da realidade, na possibilidade de mudança dos estados de coisas estagnados, na possibilidade dos microdeslocamentos. Nesse sentido, embora o campo se localize em um espaço/tempo já vivido, a pesquisa é uma intervenção. Intervenção no corpo do pesquisador, que pode servir de analisador de como se configura essa paisagem no presente.

Aqui, a experiência é efeito do mundo e instrumento no mundo. Nossa experiência no dispositivo Ação Rua é efeito de dinâmicas, modos de produção de mundo e é também instrumento possível para interferir, agir nessas dinâmicas,

produzindo talvez outras formas, outros termos. Coloca-se, portanto, o desafio de dissertar sobre o tema do cuidado e do controle, utilizando-nos da experiência e, a partir dela, construir uma narrativa que não se afaste da densidade experimentada. Logo percebi que não era suficiente falar “sobre” a experiência, mas sim falar “com” ela, pois para somente postarmo-nos “sobre” teríamos de dar conta da totalidade da experiência, e ela não é um todo do qual podemos determinar os termos, senão arbitrariamente – o que por vezes se faz necessário, porém sempre tendo essa ressalva.

Para analisar essa experiência em busca dos modos de relação no campo analisado, um recorte se fez necessário; sem dúvida, a experiência não seria um todo localizável. Por isso, as análises das relações centram-se em um local específico de trabalho: as situações de rua-moradia² da rodoviária de Porto Alegre no ano de 2007, no Ação Rua Núcleo Centro³. A rodoviária concentrava grande parte das situações de rua-moradia, as situações de rua tidas como mais “crônicas”. Essa situação de rua-moradia na rodoviária era a situação de rua mais exacerbada na cidade naquele momento.

A situação de rua-moradia na rodoviária constituiu-se, portanto, como o analisador maior das relações de cuidado ou de controle no dispositivo Ação Rua. Um analisador é um ponto crítico que permite a análise de configurações de linhas institucionais e de linhas de força em determinada localização espaço/temporal (De Marchi, 2009; Barros, 2007). Lourau (1993, p. 35) afirma que um analisador é um acontecimento que irrompe, fazendo surgir uma análise, evidenciando “a instituição invisível”.

Tomar a situação de rua da rodoviária como analisador do Ação Rua foi o ponto de partida para uma análise transversal dessa paisagem. Embora a situação de rua-moradia na rodoviária seja uma parte da paisagem do Ação Rua, e até mesmo do Ação Rua Núcleo Centro, essa situação extrema fez aparecerem os limites das instituições, fez seus traços sutis serem exacerbados pela estética disruptiva e desterritorializante do território existencial rodoviária. Assim, tomando-o como analisador, pegamos uma linha transversal que liga esse território existencial específico a outros territórios e instituições a ele conectados: política assistencial, polícia, as ruas de Porto Alegre, o histórico dos trabalhadores desse tipo de política em Porto Alegre, e tantos outros mais.

² Situação de rua-moradia e situação de rua-sobrevivência são tipificações da situação de rua, criadas ao longo da experiência da rede de políticas para este público na cidade de Porto Alegre.

³ Ação Rua Núcleo Centro é uma das equipes (núcelos) do Projeto Ação Rua e da qual fiz parte.

Transversalidade é o conceito proposto por Guattari (2004) para designar um movimento de abertura comunicacional nas instituições, fazendo conectarem-se linhas e instâncias diferentes nas instituições. Passos e Barros (2009) defendem que a transversalidade é uma transgressão nas instituições, pois desestabiliza eixos dominantes, formas de relações e comunicações já cronificadas, formas de assujeitamento nas instituições. Aqui, portanto, tentamos traçar a transversal na análise das relações do Ação Rua com o seu fora, que é ao mesmo tempo sua razão de ser: a rua. Esse traçado visa menos chegar a uma verdade do que produzir mais uma linha de análise.

[...] traçar a transversal é, no que diz respeito aos modos de dizer, tomar a palavra em sua força de criação de outros sentidos, é afirmar o protagonismo de quem fala e a função performativa e autopoietica das práticas narrativas (Passos & Barros, 2009, p. 156).

Metodologia e mapa da pesquisa

Este texto é o de uma narrativa que não quer relatar a verdade de um acontecimento passado. Blachot (2005, p. 8) indica que “a narrativa não é o relato do acontecimento, mas o próprio acontecimento, o acesso a esse acontecimento”. Não se trata de relatar fatos passados como se pudéssemos chegar à sua versão original, mas conjugar uma memória com o presente, fazendo dessa memória uma memória intensiva, viva. Pela narrativa, sendo esta o movimento em direção a um ponto que ainda não existe (Blachot, 2005), em nosso trabalho fomos orientados por uma inversão do sentido etimológico da palavra metodologia: em lugar de um *meta-odos*, fizemos um *odos-meta*, um modo de proceder que se faz no caminhar. Um método que não é prévio à realização da pesquisa, mas concomitante a ela (Passos; Kastrup; Escóssia; 2009).

O ensaio que produzimos é um sobrevoo na paisagem/dinâmica em questão. Faz-se aqui um zoom. A cada seção deste trabalho, que são três, ajustamos a *lente* para *ver* a paisagem que se configura. A partir de determinada lente, que entendemos como uma ferramenta potente de análise, linhas que passam pelo dispositivo se evidenciam. Em cada seção, temos uma lente, que chamamos de “preâmbulo”. O preâmbulo de cada seção/capítulo coloca um conceito ou uma situação que vai direcionar a nossa mirada. O voo que realizamos como um todo, parte de um mapa geral, entra em um território existencial mais específico, até chegar à experiência intensiva, que é nosso foco.

No **Capítulo Primeiro** colocamos a lente no conceito de *dispositivo* para entendermos o Ação Rua. O Ação Rua é, pois, um dispositivo que produz efeitos na realidade, composto de linhas históricas anteriores a ele, linhas que se atualizam a todo momento. Passamos, assim, pela emergência do “campo do social” na sociedade moderna, que só é possível por uma configuração econômica e política, e ligada ao surgimento das ciências humanas. É uma análise e uma crítica de linhas históricas e de força do substrato do dispositivo, de seu passado e presente recente.

Este capítulo se dá com um movimento de *zoom out*, pois fala de uma paisagem mais geral do “campo do social”, como se pudéssemos nos afastar de nossa localização até enxergar um contexto muito amplo do “campo do social” (sua emergência, sua modulação, sua composição, até o atual Sistema Único de Assistência Social). Essa é a parte mais dura, mais extensiva da pesquisa. Tanto porque o tema é árido quanto pela revisão mais conceitual que necessitamos fazer acerca do tema. De qualquer maneira, o que está em questão são os modos de relação. E estes modos de relação aparecem, nesta seção, de maneira mais extensiva, ou seja, de maneira que tenta abranger, até certo ponto, modos de relação dos dispositivos da assistência social em geral.

Este texto tomou a maior parte do tempo da pesquisa. Sua função na dissertação é a de justificar e introduzir o problema da pesquisa. Em suas primeiras versões, a parte dura e árida do dispositivo tomava conta da totalidade do texto, dando a entender que se formava uma paisagem que continha somente relações de sujeição. O dispositivo Ação Rua aparecia, nas primeiras versões, apenas como um dispositivo de controle, tornando difícil a afirmação de uma política de cuidado. O cuidado aparecia aí como uma intuição, mas que ainda não havia tomado contorno algum.

O trabalho de abertura de brechas foi sendo feito ao longo do processo de *orientação coletiva*⁴, em que se tentava puxar linhas que abrissem brechas no bloco duro e compacto que as primeiras versões apresentavam. Concomitante à *orientação coletiva*, espaços paralelos contribuíram nesse processo: os encontros do *Limiar*⁵ acerca do tema da distinção entre poder e potência no âmbito da clínica e, posteriormente, do

⁴ Dispositivo de orientação coletiva, do grupo de orientandos do professor Eduardo Passos, que se reunia para ler os textos produzidos e produzir uma orientação que pudesse minimamente circular por mais de uma perspectiva.

⁵ Grupo de estudos aberto do estágio de clínica transdisciplinar que tem como tema geral a inseparabilidade entre clínica e política.

tema da reparação na clínica; a prática de *estágio docência*⁶ que tratava do tema do cuidado de si em Michel Foucault; as disciplinas do mestrado.

Pensar coletivamente o cuidado e a clínica ligados à política permitiu introduzir o tema do plano dos afetos, do plano do coletivo. Tema este que permitiu algumas saídas, ainda pouco definidas, em relação ao problema do controle nos dispositivos do “campo do social”. Produziram-se pequenas brechas por onde uma luz passava. A travessia para o capítulo segundo começava a se fazer.

O **Capítulo Segundo** é o movimento de *zoom in*. Tomamos como lente o conceito de território existencial, para começarmos a nos aproximar do plano de realidade em que se localiza o dispositivo Ação Rua. Neste capítulo, a questão é entender os territórios existências locais e um certo modo de relação presente neste contexto, a partir da constituição histórica do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Vamos nos aproximando ainda mais do entorno do Ação Rua e passamos pelo histórico de políticas para crianças e adolescentes em situação de rua na cidade.

Começamos então a utilizar nosso diário de campo para falar do início das atividades do Ação Rua Núcleo Centro, assim como dos locais sobre os quais ele atua. O *diário de campo* permite o conhecimento de certo cotidiano, “não o como fazer ‘das normas’, mas o como foi feito ‘da prática’” (LOURAU, 1993, p. 77). O diário de campo aproxima análise da experiência, sem as censuras e preocupações dos textos acadêmicos e publicáveis. Ele evidencia os pontos de impasse, os embaraços e acolhe os mais variados atravessamentos (De Marchi, 2009).

É o olhar de *zoom in* que nosso diário de campo permite e que ajuda a localizar a nossa questão – Porto Alegre, Ação Rua Núcleo Centro, rodoviária de Porto Alegre, ano de 2007 - assim como a construir pontes entre ela e os elementos estranhos ao Ação Rua, como milongas e orixás – o que faz parte de uma afirmação da singularidade e da potência presentes nessas coordenadas e de sua utilização para a construção de uma política afetiva.

Para entendermos a história das políticas para crianças e adolescentes em situação de rua em Porto Alegre, entrevistamos Carla Bottega e Sílvia Giugliani, que

⁶ Grupo de estudos com estagiários do estágio de clínica transdisciplinar, realizado em parceria com a colega Fernanda Ratto de Lima.

durante anos fizeram parte do PAICA-Rua⁷, importante política executada na cidade e da qual fiz parte como estagiário.

Escrever essa “Porto Alegre em mim” do Rio de Janeiro teve um função fundamental no texto. É que, com mais esse deslocamento, podia entender nuances que intuía, mas que em meio à minha cidade natal não poderia ter percebido. Para lidar com temas que em princípio pareciam sem saída, achei uma saída em minha terra, nas suas especificidades, nos seus perigos e nas suas forças. Trazer Porto Alegre para meu cotidiano era uma maneira de vivê-la e atualizá-la em mim. É a construção de uma ponte entre Rio de Janeiro/Niterói e Porto Alegre em mim. E é justamente por essa “Porto Alegre em mim”, necessariamente intensiva, afetiva, que se dá a passagem para o último capítulo.

No **Capítulo Terceiro** há um salto. Do *zoom out* do capítulo primeiro faz-se um *zoom in* no capítulo segundo. Mas no capítulo terceiro nosso sobrevoo pula do mapa das ruas do centro de Porto Alegre e cai na experiência. Esse salto, não por acaso, é uma necessidade própria ao tema que estou tratando. As lentes conceituais e os zooms ainda são um tanto extensivos. O capítulo terceiro dá um salto desse zoom – sempre extensivo – para uma experiência que é intensiva, singular.

Neste capítulo utilizei praticamente somente o diário de campo para analisar, no campo e na experiência intensiva em mim, as relações prepositivas entre ação e rua que vão se agenciar em relações de cuidado e controle.

Chegamos finalmente ao nosso objeto específico e ao nosso problema encarnado nesse objeto. Neste capítulo, trata-se de utilizar cenas advindas do diário de campo para entender como as linhas históricas, institucionais e de forças que levantamos nas sessões anteriores agem sobre vidas específicas: os meninos e meninas da rodoviária no ano de 2007 e os profissionais envolvidos. E, mais especificamente, de um profissional: eu mesmo.

Nossa lente de análise não é mais um conceito, mas uma cena analisadora. Cena de uma experiência intensiva que dá o tom e serve de analisadora para o tipo de enfrentamento que se faz nesse âmbito. Neste capítulo terceiro, as cenas são analisadas e narradas a partir das relações prepositivas entre “ação” e “rua”. A preposição tem o sentido de dar uma proposição, um direcionamento a uma frase. Aqui, a preposição aparece como um modo de relação entre ação e rua no serviço Ação Rua: ação <contra>

⁷ Programa de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente em situação de Rua.

a rua, ação <com> a rua, etc. Modos de relação que produzem efeitos de cuidado e/ou controle sobre vidas específicas.

Estas cenas descritas e analisadas se fazem a partir de vivências e intervenções sobre casos de meninos e meninas e suas famílias⁸, bem como de outros profissionais da rede.

Vamos, então, a nossas viagens, sobrevôos, mergulhos e passagens...

⁸ Acerca destes casos, utilizamos nomes sempre fictícios para nos referirmos a pessoas específicas. Para utilização de informações e de histórias de vida, um termo de consentimento foi utilizado como modo de autorização de utilização destas informações, acerca dos usuários e de suas famílias.

Capítulo Primeiro (Zoom Out)

0. Preâmbulo: a lente do conceito dispositivo

O Ação Rua (AÇR) é um serviço da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, gerido pela assistência social do município. Através da abordagem de rua, o AÇR faz a identificação, o mapeamento, o acompanhamento, o atendimento e o encaminhamento de crianças e adolescentes em situação de rua. Por *Situação de rua* se entende a condição de crianças e adolescentes pobres que vivem ou trabalham nas ruas. Os encaminhamentos visam à sua inserção na rede de atendimento do município (educação, assistência social, saúde, habitação) e também à aproximação destas com suas famílias.

O AÇR tem características peculiares em relação a outros serviços da rede de políticas do município. Ele não atua em um espaço institucional delimitado, mas sua intervenção se dá *por entre* uma gama variada de espaços: o espaço da rua em que se encontram os jovens, as comunidades onde moram suas famílias, os serviços da rede de atendimento de saúde, educação, assistência social, o ministério público, etc. Esse serviço é um ponto móvel da rede cuja ação se faz por entre as instituições, por entre os outros pontos da rede. Nos capítulos seguintes, vamos focalizar a estruturação e os procedimentos de trabalho mais específicos do AÇR.

Por se tratar de um serviço relacionado a uma política de assistência social que se conecta com âmbitos variados, o AÇR incide de determinada forma na realidade e produz efeitos. Em sendo nossa questão exatamente esses efeitos, é preciso montar uma estratégia de análise para que se entenda o serviço, que, não obstante suas linhas institucionais, em seu funcionamento abrange mais elementos do que é colocado no texto que o funda. Tomamos o AÇR como um dispositivo. Com Foucault (1984) e Deleuze (1989), entendemos e definimos um dispositivo como conjunto de estratégias que sustenta variados saberes, faz funcionar elementos, realiza uma função e produz efeitos na realidade. Ele é um encontro emaranhado de linhas heterogêneas, que são linhas institucionais, linhas de força e linhas históricas que definem discursos e objetos. O AÇR é, na verdade, um microdispositivo local e recente, mas que só pôde emergir enquanto tal a partir de outros grandes dispositivos. Ele agencia e coloca em funcionamento linhas mais abrangentes que seu entorno mais imediato. Além da Assistência Social e das especificidades da realidade de Porto Alegre, pelo dispositivo

AÇR passam linhas institucionais de saberes que se referem à construção da sociedade moderna.

Tomarmos o AÇR como um dispositivo é poder questioná-lo para além do seu discurso já posto e também colocar em questão como esse discurso, seus objetos e suas estratégias de atuação se formaram e de onde derivam. Além disso, é necessário ainda discutir qual funcionamento se impõe ao AÇR, e também o que é exterior a ele, mas que todavia sustenta suas práticas.

Como coloca Foucault (1984), um dispositivo é uma estratégia sem sujeito. Por isso, ao analisar o AÇR como dispositivo, não se trata de achar “segundas intenções” ou “planos ocultos”. Todo dispositivo encontra-se em um regime que permite que ele se desenhe dessa ou daquela maneira. Regime por ele produzido que é tanto exterior e anterior a ele quanto interior e posterior, simultaneamente. Um dispositivo é composto por seu dito e visível (regime de enunciação e de visibilidade), por uma discursividade que determina seus contornos, pelos objetos que o compõe, pelo que pode e pelo que não pode ser dito em seus domínios e pela maneira como o dispositivo dá forma a seus objetos.

Esses regimes se referem, por exemplo, àquilo que pode aparecer, e de fato aparece, em seus textos oficiais e nas definições do AÇR. Eles só são possíveis devido a toda uma configuração do dispositivo, a todo um delineamento que diz respeito aos regimes claros, à visibilidade e à enunciação, mas também diz respeito às zonas escuras do dispositivo, ou seja, àquilo que se faz presente, mas não é possível de ser enunciado. Essas zonas escuras se relacionam com o que não é o dispositivo, com a parte que deixa de ser o domínio do dispositivo e o liga a outros contextos, a outros regimes de força, a outros dispositivos, mas que, ao mesmo tempo, ajudam a formá-lo. Por ser um conjunto heterogêneo, um dispositivo é composto de linhas diferentes entre si e não determina sistemas homogêneos, mas segue direções e aponta uma multiplicidade de sentidos a partir da articulação de seus elementos em determinado plano de forças e de consistências (Deleuze, 1989).

As linhas que compõem um dispositivo, por sua vez, não são um contínuo imutável, pois permitem derivações, mudanças de direção, quebras delas mesmas, o que o delinea como um aparato “aberto”. Sempre sujeito a mudanças de sentidos, o dispositivo é produzido por dinâmicas e elementos mais abrangentes do que o seu regime de enunciação e visibilidade pode determinar. É esse regime de enunciação e de

visibilidade de cada dispositivo que constituirá seus objetos, que por sua vez não têm nenhum tipo de preexistência: à medida que a luz incide, ela forma os elementos visíveis e possivelmente enunciáveis. Esses regimes de luz e de enunciação sempre estarão condicionados às *linhas de forças* que passam pelo dispositivo. Dessa forma, a partir de uma mudança na configuração dessas linhas de pura intensidade, outros elementos também ganharão visibilidade.

Assim, se dispositivo é mais do que seus componentes visíveis e dizíveis, é porque ele tem uma *episteme* e uma história que são seu sustentáculo e suas condições de possibilidade de formação, e também porque ele está sujeito a derivações, a seu *vir-a-ser*. Os elementos do dispositivo são singularizados, formados na fronteira do que ele é com o que ele não é: disso surgem ou se efetivam as *linhas de subjetivação* do dispositivo. Essas linhas de subjetivação agem como um processo de individuação “nos grupos ou nas pessoas, e se subtraem tanto às relações de forças estabelecidas quanto aos saberes constituídos” (Deleuze, 1989, p.3). Da conexão das linhas dos regimes de enunciação e visibilidade com a movimentação das linhas de força, em determinados momentos, o dispositivo se desloca, se recria, transformando sua visibilidade, sua enunciação e seus objetos, redesenhando-os e atualizando-os.

Deleuze (1989) fala da necessidade de distinguir em cada dispositivo aquilo que estamos deixando de ser e aquilo que estamos nos tornando: “*a parte da história e a parte do atual*”. Assim, vão nos interessar principalmente dois grupos de linhas que compõem o dispositivo e que se referem a um regime temporal na sua constituição: as *linhas de sedimentação*, que falam da história, e as *linhas de criação*, que falam do atual *vir-a-ser* do dispositivo.

As linhas de sedimentação são o modo de funcionar do dispositivo que reproduz seus objetos e efeitos de maneira já conhecida por ele, estando de acordo com seu regime instituído. É o momento em que o dispositivo reconhece a si mesmo. Essas linhas rebatem os movimentos do plano, da realidade dinâmica na qual o dispositivo age sobre as mesmas noções, sobre os mesmos elementos, (re)produzindo assim objetos e efeitos já conhecidos no interior do dispositivo. O movimento dessas linhas é de captura e reconhecimento, estancando e rebatendo as variações do que passa pelo dispositivo em formas já dadas dentro dele, as sobrecodificando. As linhas de sedimentação aumentam o “corpo” conhecido do dispositivo, sua configuração já dada: consolidação de território, proliferação de seu mesmo regime de enunciação e visibilidade. Essas

linhas dão continuidade necessária à existência de um dispositivo, ao mesmo tempo em que podem cristalizá-lo de tal maneira, podendo fazer com que ele se quebre e se extinga.

As *linhas de criação* são as linhas que acompanham as movimentações do **plano no qual o dispositivo está localizado** e fazem emergir novos elementos, novos efeitos do/no dispositivo. São linhas de criação de objetos, criação de formas, linhas de individuação, que atualizam o dispositivo na imanência de seu plano, em determinada coordenada espaço/temporal. Essas linhas mantêm o movimento nas formações e nas funções do dispositivo, na medida em que estão de acordo com o processo que o envolve – sempre um processo ligado a uma localização no espaço e a um momento no tempo. Esses dois grupos de linhas estão divididos em termos explicativos, pois, de fato, eles se encontram emaranhados, inseparáveis e de difícil distinção, formando uma trança que confere complexidade ao dispositivo.

Ao tomarmos o dispositivo como lente de análise do AÇR, também emprestamos certa inflexão a este conceito que, sem dúvida, não é único e acabado. Por que nos interessou tomar essa inflexão ao falarmos do dispositivo? Escolhemos, como estratégia para chegarmos a nosso ponto de interesse, desembaraçar as linhas do dispositivo, separando minimamente as linhas de um passado recente e as de um futuro próximo (Deleuze, 1989) para pensarmos as problemáticas atuais do AÇR. Desembaraçamos dois tipos de linha: a de sedimentação e a de criação, que nos colocam dois movimentos: de análise e de diagnóstico. Separar essas linhas é analisar o dispositivo em relação às suas linhas históricas, construindo mapas em que seja possível entender como os campos implicados no dispositivo se entrelaçaram, tornando possível tal dispositivo. O diagnóstico, por sua vez, diz respeito a entender como esse entrelaçamento, que é a formação do solo do dispositivo, se atualiza no presente e compreende quais são suas tendências, suas potências de criação e de captura, vendo para onde tende o funcionamento do dispositivo, aquilo que tende a se oficializar nele, e também as brechas, as possibilidades de atuação e criação de novas práticas nas condições que o dispositivo propicia. Ao definirmos as linhas de sedimentação e as linhas de criação, não se trata de privilegiar um tipo de linha a outro. Importa-nos, antes, analisar a serviço de que as linhas do dispositivo funcionam, ou seja, seus efeitos nos territórios existenciais que se atualizam.

Nesta pesquisa, como um todo, tratar-se-á desse dispositivo: sua constituição, sua especificidade, seus efeitos, suas linhas de criação de vida e suas linhas de criação de morte, suas possibilidades de invenção. Tomar o AÇR como um dispositivo é pensá-lo como um aparato aberto, com sustentáculos e efeitos mais abrangentes do que o que lhe é explícito. Logo, o dispositivo torna-se um construto que produz mais efeitos do que diz e faz ver, nunca restrito ao domínio do que é ideal e predeterminado, sendo este construto uma possibilidade, entre outras, de configuração. *O dispositivo torna-se, assim, via de análise de seus efeitos e analisador de um contexto exterior a ele.*

Em um primeiro momento, vamos focar o entorno, o sedimento que possibilita a emergência de um dispositivo como o AÇR. É a análise de sua formação histórica, das linhas mais molares que possibilitaram um modelo de serviço como este, mas também de um diagrama de forças exteriores a ele. Pelo AÇR passam linhas que delimitam a emergência de um “campo do social”, sustentado por certa epistemologia das Ciências Humanas (na qual a psicologia tem papel fundamental), que se conectam aos modos de governo no contemporâneo. Passam linhas institucionais de políticas de governo, de Estado, políticas públicas, políticas do âmbito da política social. Todas essas linhas se entrelaçam a partir de – e para lidar com – um contexto moderno: capitalismo, Estado democrático de direito, grandes cidades e miséria.

Ao destrincharmos os campos que sustentam esse dispositivo, bem como as práticas do Estado moderno que atuam nesse sentido, vemos que esse “cuidado” é complexo e pode muitas vezes ter o efeito de controle e contensão de uma parcela da sociedade considerada perigosa a ela mesma. Não pretendemos a análise total dos campos como objetos separados, mas sua implicação na realidade quando se entrelaçam: como falamos, queremos e só podemos abarcar um sentido transversal para lidar com o AÇR.

Neste capítulo primeiro, começamos nossa empreitada nos aproximando do sedimento, da parte dura do dispositivo. Uma manobra sustentada por certa radicalidade, que visa chegar ao ponto crítico, ou seja, ao ponto do paradoxo cuidado/controle. Quando o surfista quer chegar ao *lip* (a crista da onda), ao ponto crítico, ele deve descer até a base da onda, embalar para ter velocidade de chegar à crista e ter força de bater nela. É para uma bela passagem que adentraremos nessa questão tão abrangente que é a questão social. Dessa maneira, entraremos

primeiramente na parte dura do dispositivo justamente para podermos perder algumas ideias prontas, construídas ao longo dos dois últimos séculos, para ganharmos, a partir desse vácuo em que somos jogados, alguma inocência que possibilita a força inversa, com um simples movimento de “troca de base”, de acompanhar o movimento da onda até o ponto em que seja imprescindível redirecionar o corpo, completar a manobra, ultrapassar a onda, dando, assim, sentido a esta empreitada. Não é, pois, uma tarefa garantida já desde seu início. Há que se efetivá-la. Para iniciar, como se diz na gíria, “vamos botar pra baixo!”, o que sempre “dá” uma vertigem.

1- Emergência (do) social

O termo *social* é definido como “referente à sociedade ou ao conjunto dos cidadãos a ela pertencentes” (Dicionário Aulete). Na maioria das vezes, o social é entendido como “algo intrínseco à condição humana e tomado como sinônimo de sociabilidade” (Silva, 2005, p 14), como na máxima: “o ser humano é um ser social”. Se, em um primeiro momento, o social é definido como um adjetivo referente à sociedade, na modernidade ele ganha também a qualificação de substantivo: ele encarna um corpo, ele é agora uma localização diferente.

O sentido que o termo *social* dá aos domínios que contemplam o AÇR – trabalho social, assistência social, política social, programa social, psicologia social – refere-se à “ênfase” desses domínios. Com a modulação de adjetivo para substantivo, *social* vai referir-se a uma dimensão pretensamente coletiva, mais específica e diretamente ligada ou inserida no contexto da pobreza na sociedade moderna. O “social” agora aparece como uma zona de intervenção que define, marca e delimita uma localização, uma estética e uma condição específica dentro do conjunto da sociedade: sua parcela pobre, carente e marginal. Assim, o *social* a que nos referimos é o campo de intervenção do Estado e da sociedade sobre a parcela pobre e miserável da população.

O que doravante denominaremos *campo do social* nem sempre existiu como tal na sociedade ocidental. Esse campo surge com a modernidade, passando a ser problematizado e erigido a partir de entraves surgidos na formação desse novo período. Aqui, resumimos tais entraves no conflito entre duas “ordens” que caracterizam e inauguram o contexto moderno: uma nova ordem jurídico-política, sustentada na ideia de Estado democrático de direito, e uma ordem econômica, o modo de produção capitalista. A coemergência dessas duas ordens tem, ainda, como cenário e condição de possibilidade, uma nova forma de distribuição político-geográfica-subjetiva da

população: as grandes cidades. O núcleo desse conflito é também o núcleo da questão social: o problema do pauperismo ou, como define Castel (1998), a existência de inúteis para o mundo.

O social – como dimensão das múltiplas interações entre indivíduos e grupos – é colocado em questão a partir do momento em “que certos disfuncionamentos de uma sociedade não são mais regulados de uma maneira relativamente informal no tecido dessa sociedade” (Silva, 2005, p. 19). O que antes, talvez, se dissolvia e se “resolvia” no cotidiano das interações entre os grupos da sociedade, agora, nesse novo contexto, passou a crescer, a ameaçar a ordem e a ser um problema do Estado moderno.

É em uma situação de *emergência* que o campo do social surge, começando a ser desenhado no final do século XVIII e ganhando contornos definidos no início do século XIX (Donzelot, 1980) (Silva, 2005). Com a industrialização e a explosão demográfica na cidade, a miséria passa a ser um problema nesse novo contexto urbano. Diferente da pobreza do campo, o pauperismo na cidade é mais agudo e visível. E toda uma estética da pobreza se forma – mendigos, cortiços, crianças de rua, etc. –, gerando entraves ao ideal de funcionamento urbano industrial.

A pobreza na sociedade moderna passa a acompanhar o crescimento da produção industrial em função da nova organização do tecido social, que vai produzindo uma desterritorialização do trabalho, ancorada na ideia de “trabalhador livre” (Silva, 2005). A nova ordem econômica da sociedade industrial que se forma tem na figura do trabalhador assalariado um dos seus pilares. O assalariado, que antes era a condição mais baixa e indigna na sociedade pré-industrial (Castel, 1998), passa a ser, na sociedade industrial, o suporte privilegiado de inscrição na estrutura social. Ele é a posição social que permitirá a inserção e a aderência do trabalhador nessa sociedade: condição que o legitima como cidadão.

Como a condição de assalariado passa da vergonha ao orgulho? Ocorre que o trabalho nesse novo contexto passa a conferir “identidade” e existência. Há todo um discurso de exaltação dessa condição de trabalhador como sinônimo de virtude, liberdade, dignidade. Os direitos civis serão estruturados, em determinado momento, com base nos direitos do trabalhador. Ou seja, pelo trabalho as classes mais baixas poderiam ser reconhecidas como existentes dentro da nova sociedade. Assim, aquele que não se adaptou ao trabalho industrial, à ideia de ‘trabalhador livre’ é considerado

“inútil” – vagabundos, bêbados, loucos, pobres em geral que não se submetem ao regime do trabalho nas indústrias.

Estes “inúteis” passam a ser um enorme problema para as novas formas de governo que surgiam. Além de onerar de alguma forma o Estado, que tinha de ampará-los, os “inúteis” ameaçavam a ordem. Cometendo delitos, incitando revoltas ou simplesmente existindo, esses indivíduos representavam uma afronta à moral e às formas de viver que buscavam se firmar. Foco de doenças físicas e morais, os “inúteis” aumentavam em proporção direta ao crescimento industrial.

Miséria e desigualdade cresciam sob o princípio jurídico-político da igual soberania, sob os ideais da igualdade, fraternidade e liberdade... Esses crescimentos, portanto, evidenciavam que:

[...] a problematização do social resulta de uma fratura entre uma ordem jurídico-política fundada sobre a igual soberania de todos, e uma ordem econômica que acarreta um aumento da miséria. É essa fratura que permite marcar o lugar do social como um problema indissociável de uma questão subjacente ao conjunto da sociedade capitalista [...] o pauperismo (Silva, 2005, p. 23).

Há, com a desigualdade, o monopólio; a apropriação da força de trabalho do proletariado por uma elite, próprios ao capitalismo industrial; e a produção de uma trágica inferioridade da condição civil de alguns, o que colocava em questão a ideia de direito dentro da sociedade e a ideia de sociedade como unidade. Nesse vácuo criado entre direito e economia, uma série de riscos se faziam presentes: risco de insurreições das classes populares, risco ao desenvolvimento capitalista com o crescimento dos inúteis, risco de deslegitimação tanto da ordem político-jurídica como da ordem econômica; risco de “cisão social”, ou cisão da sociedade. Para o capitalismo se alastrar e para o direito se consolidar, era necessária certa continuidade e homogeneidade no tecido social, ou seja, uma mesma ideia de sociedade. Era necessário neutralizar “o contraste violento que opõe o imaginário político moderno à dura realidade da sociedade civil” (idem, p. 23).

O “campo do social” surge, então, para responder a essa cisão representada no problema do pauperismo. Primeiramente, o “campo do social” dava amparo aos “inúteis” e, posteriormente, servia de “cola” para a fratura que se evidenciava. Era

necessário dar alguma resolução ao problema do pauperismo, unir a sociedade, sem interferir no modo econômico e jurídico-político, escapando também de discursos que aumentavam as prerrogativas do Estado em relação à pobreza.

O hiato entre a organização política e o sistema econômico permite assinalar, pela primeira vez com clareza, o lugar do “social”: desdobrar-se nesse entre dois, restaurar e restabelecer laços que não obedecem nem a uma lógica estritamente econômica nem a uma jurisdição estritamente política (Castel, 1998, p. 31).

O social será um sistema de regulações não mercantis, constituído de dispositivos de “integração social” e de práticas coercitivas de formação de população. Essa formação será destinada às franjas mais dessocializadas dos trabalhadores. O campo do social terá como fim ocupar esse hiato habitado pelos “inúteis” e “dessocializados”, a fim de amenizar conflitos e dissociá-los de qualquer atribuição diretamente política (Castel, 1998), (Donzelot, 1980) – ou seja, nem colocar em questão a ordem econômica nem a político-jurídica. O que temos então é a colocação do problema do pauperismo na própria localização em que ele se apresenta: os indivíduos miseráveis.

Modulações da caridade

Em um momento anterior à institucionalização de um “campo do social”, o modo de investimento em relação à pobreza ocorria dispersamente no tecido social. O “trabalho” com os pobres era realizado pela “lógica da caridade”: ajudas pontuais e dispersas, dons que mantinham a dependência dos pobres em relação a seus “benfeitores” (Donzelot, 1980), (Lobo, 2008). A caridade ainda era uma prática privada que só poderia atuar numa “miséria extremada, com a visão de um sofrimento espetacular, a fim de receber em troca, através do consolo imediato que fornece, o engrandecimento do doador” (Donzelot, 1980, p. 63). As práticas caridosas eram executadas dispersamente pela Igreja, por membros ilustres da sociedade e pelo Estado, por meio das grandes instituições asilares. Além de serem práticas pontuais que não davam conta do crescimento da miséria, os grandes asilos sustentados pelo Estado somente traziam prejuízo, na medida em que este investia duas vezes: primeiro para manter os abrigos e, segundo, para dar conta dos “desajustados” que saíam desses depósitos de indesejáveis.

No novo contexto das grandes cidades, a lógica caritativa não respondia às exigências desse novo cenário. Era necessário responder de uma forma diferente à

pobreza. Além de uma família ou outra, era necessário gerir e governar a totalidade das famílias pobres ou miseráveis – as massas populacionais. As escalas nesse contexto aumentavam, e o exercício do governo deveria se capilarizar, uma vez que o aumento do pauperismo era proporcional ao aumento dos riscos de insurreições. Mais do que um sistema de assistência informal como a caridade, era necessário agora incidir diretamente e extensivamente sobre a população pobre. Era preciso “formar” a população, fazendo com que a contenção e a regulação dos “inúteis” se desse de forma sistemática e abrangente.

Esse modo de investimento também aparece no contexto moderno emergente. Em um governo racional da cidade, a *noção de população* começa a ser utilizada como forma de governar uma população crescente e como forma de otimizar ao máximo as forças vivas da cidade. As artes de governo⁹, que surgiram ainda em períodos em que governava a figura do soberano, agora passam a ganhar relevância, dando início ao desenvolvimento de um saber de governo correlato à constituição de diversos saberes e discursos sobre a formação dos sujeitos – as Ciências Humanas.

O desenvolvimento de uma arte de governar, inserida no problema de grandes cidades, desdobra o desenvolvimento de uma ciência de governo e de uma economia que transborda a casa: os governos dentro de uma cidade ganham uma continuidade intrínseca. “Governar um Estado significará [...] estabelecer a economia no nível geral do Estado, [...] ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto a do pai de família” (Foucault, 1984, p. 165) era o que preconizavam as artes de governo. Essas teorias transpostas no contexto moderno se encaixam perfeitamente, e o governo dentro da cidade se alastra e aprofunda. Essa forma de governo que se estende aos diversos segmentos dentro da cidade, visando alcançar tanto o indivíduo quanto os grandes grupos, foi o que Foucault (1984) chamou de biopolítica.

Anterior a uma forma de governo biopolítico, o governo disciplinar incidia sobre o corpo do indivíduo isoladamente, fazendo-o passar de uma grande instituição a outra – escola, exército, fábrica. Com o problema da população, somente o governo disciplinar passa a não dar mais conta da gerência da multiplicidade dos homens. Surge, na modernidade, um modo de governo biopolítico, no qual a questão do governo é

⁹ Teorias e tratados que dão conta do governo nas cidades. Eles postulavam que, além do governo do soberano, existem outros governos no principado: o governo de si mesmo (moral), governo da família (econômico) e o governo do Estado (político), que teriam uma continuidade inseparável entre si (Foucault, 1984).

levada para além (e poderíamos dizer também para aquém) do indivíduo. Um governo biopolítico visa governar o indivíduo, funcionando através das grandes instituições disciplinares. Mas estas instituições terão um funcionamento diferente. Elas agora transbordam seus muros e tem como foco não somente cada indivíduo, mas principalmente, algo que é anterior ao indivíduo e, ao mesmo tempo, abrangente a todos: a vida e seus processos - nascimento, morte, relações familiares e amorosas, etc. O governo biopolítico chega aos indivíduos com a ideia de população, alcançando o que é geral: os processos da vida.

É o início de uma objetivação do homem como espécie, como ser vivo, através de técnicas, leis e saberes que se ocuparão da vida impessoal, do Homem como categoria que atravessa todos os seres humanos e suas condições. Gerir e controlar as variáveis dos processos do *bios*, dando margem a certa variação, estabelecendo limites e diferenciações em escala (como alto risco, baixo risco, produtivo, improdutivo, doente, excluído, etc.), são os objetivos de um governo biopolítico.

Esses processos do vivo, alvo do poder na biopolítica (biopoder), serão investidos de uma série de saberes científicos acerca da vida que intervirão nas determinações desses processos, tendo um caráter categorizante, regulativo, preventivo e corretivo: regulação das relações entre as pessoas e as famílias, das relações do indivíduo para consigo mesmo, com a sociedade, com o mundo. É toda uma forma de regular um aleatório próprio da vida e de seu desenrolar, para poder fixar equilíbrios nos grupos populacionais, criando padrões nas formas de relação e produção da vida.

Essa operatória de regulação se dá pela noção de “*norma*” (Foucault, 2005). A norma pode ser entendida como uma regra, mas com modulação variável, diferente da lei, que seria uma regra invariante (Foucault, 1990). A partir da norma, são operadas normalizações e intervenções de adequação a ela, nos diversos modos e facetas da vida: “um poder que qualifica, mede, avalia, hierarquiza, opera distribuições em torno da norma” (Foucault, 1990, p. 135). A *norma* vai permitir a um só tempo o controle da ordem disciplinar do corpo e dos acontecimentos aleatórios da multiplicidade biológica, alcançando a multiplicidade das formas de vida através de categorizações das quais nada escapa.

A institucionalização do social como campo de intervenção do Estado moderno deu-se nesse contexto biopolítico. As práticas de caridade modulam e se unem com saberes que abrangiam textos e tratados médicos, e práticas de administração pública,

formando um conjunto de práticas e teorias denominadas *filantropia* (Lobo, 2008), (Donzelot, 1980). Esta surge ocupando o espaço deixado pelas práticas caridosas, que já caducavam, se constituindo a institucionalização, a profissionalização e a generalização dessas práticas caridosas. Ela se alia tanto aos saberes e práticas jurídicas quanto científicas, mantendo o mote da caridade e se desenvolvendo em dois movimentos/momentos: assistencial e higienista.

A *filantropia assistencial* direciona uma interpelação política do Estado, remetendo ao papel da família, que é reforçado e autonomizado pela poupança¹⁰. Esse primeiro movimento se associa ao Estado e faz com que ele, através dos direitos civis, organize a população pobre em torno da família. Nasce o Estado previdenciário, que garantiria amparo aos inúteis, remetendo-os a sua família, que, por sua vez, ganharia a poupança para se tornar autônoma e poder dar contenção e assistência a seus inúteis. A filantropia assistencial terá como critério de atendimento o indivíduo que pertence à comunidade e que não tem possibilidade de trabalhar. Nesse momento, a família ainda é considerada uma instância que, por si só, pode organizar e corrigir seus membros.

Porém, essa forma filantrópica ainda deixava margem para resistências das famílias, na medida em que não incidia diretamente sobre seu funcionamento “interno”. Quando se passa a considerar, por meio de uma série de saberes, que as próprias famílias produziam seus inúteis, não foi mais possível confiar a solução desse problema à família por si só. Começa, então, a ganharem foco as relações *dentro* da família, principalmente a relação adulto-criança. O modelo de governo da família, que para as artes de governo era um modelo para o Estado, passa a ser um mecanismo pelo qual o Estado pode governar. Assim, esse mecanismo-família poderá estar em bom ou mau funcionamento, normal ou patológico. A filantropia deverá modular, a partir da necessidade de se intervir na base do processo de produção dos inúteis: ajustar e regular o interior da família como mecanismo produtor do indivíduo. É a formação da filantropia higienista.

A *filantropia higienista* direciona uma interpelação política do econômico, remetendo-a à autoridade familiar por intermédio da norma (Donzelot, 1980). É por uma reorganização da economia (moral, financeira e subjetiva) interna da família que a filantropia, em sua versão higienista, investirá sobre a pobreza. Passa, então, a ser reforçada a pobreza como imoralidade econômica, produtora de imoralidades diversas:

¹⁰ Bolsa, auxílio financeiro.

perversões, promiscuidade, delinquência, indolência, etc. A filantropia higienista intervirá por meio de análises, construções teóricas e científicas acerca das condições salubres da família. A construção desse campo filantrópico higienista se dá por meio de conexões entre assistência pública, justiça de menores, medicina psiquiátrica e educação, incorrendo em um processo de redução da autonomia familiar, tornando-a objeto de intervenção, sanção jurídica e pesquisa. As leis servem como legitimação de intervenções sobre a família pobre. Assim o Estado intervém sobre as famílias pobres, instrumentalizado pelas ciências humanas e médicas, como forma de ajustar e curar essas famílias, realizando assim a “integração social”.

Deflagra-se um movimento de privatização da responsabilidade pelos riscos sociais (surge a noção de família não suficientemente boa), sendo o Estado utilizado como meio de divulgação de certo número de preceitos de comportamentos, transformando a questão do direito político em questão de moralidade econômica. A saída para o problema do risco da cisão social, do pauperismo e dos inúteis não será nem a repressão direta nem o descaso total, mas o ensino de virtudes, a formação da população. É legitimada e exigida a intervenção estatal a partir da suspensão do poder patriarcal que permite o estabelecimento de um processo de tutelarização da família, aliando, aos objetivos sanitários e educativos, métodos de vigilância econômica e moral através de uma vigilância e (re)educação contínua da família. Esse processo multidisciplinar tenta penetrar integralmente em todos os detalhes da vida familiar, embasado em normas de higiene que se confundem com preceitos morais e com condições de salubridade.

A filantropia, em suas duas versões, está na base de constituição do “campo do social”. Ela forma um sistema previdenciário e assistencial, elege objetos e sentidos que as práticas neste campo foram tomando. Assim, o “campo do social” surge como resposta ao pauperismo, deslocando o foco de sua produção e de uma contradição que está na base da sociedade moderna, para focar-se na sua manifestação: os indivíduos e famílias pobres. Com esse deslocamento, conjura-se, aparentemente, o risco de cisão social, na medida em que nem a ordem econômica nem a ordem político-jurídica se rompem, permitindo certo tipo de “integração social” que forma um plano, mais ou menos homogêneo, no qual o capitalismo pode se desenvolver. Constrói-se, assim, um lugar para a miséria dentro da sociedade: o social, campo de intervenção de políticas sociais.

Na sociedade moderna, afirma-se, por um lado, o pacto social, de igualdade de direitos e de direitos básicos para todo cidadão; por outro, um sistema econômico que necessita desses ideais de igualdade e liberdade, mas que não cessa de produzir miséria e desigualdade. A política social do Estado capitalista não surge para acabar com a pobreza e a miséria, mas para regulá-la.

Nas teorias neoliberais, a política social não pode ser o contraponto da política econômica (Foucault, 2008). Nessas teorias, a política social deveria garantir condições mínimas de concorrência. Criava-se, portanto, um tipo de conexão entre política social e política econômica, no Estado capitalista, em que o espaço vazio entre a ordem econômica e a ordem político-jurídica é preenchido pelo “campo do social”. E este, por sua vez, tem, na sua base de formação, práticas de formação da população que acabam por colocar no âmbito privado os riscos sociais, ou seja, produz o enunciado de que o pobre é pobre por falta moral, por disfunção que advém do indivíduo pobre e de sua dinâmica familiar.

Não cessamos de nos perguntar: o campo do social que se forma **atualmente** visa à extinção da pobreza ou ao controle de seus riscos para a ordem estabelecida? Haveria, então, somente uma política social verdadeira: o crescimento econômico? Para Silva (2005), na sociedade moderna, as desigualdades não são reduzidas, mas mascaradas ao mesmo tempo em que são produzidas.

Um campo social que é previdenciário, que fornece “proteção” à base populacional, ganhou importância nas últimas três décadas. Um sistema de assistência social, na Europa, permitiu a flexibilização dos vínculos de trabalho (eufemismo para precarização das condições de trabalho), garantindo a sobrevivência de uma massa de desempregados que flutua entre o desemprego, o subemprego e o seguro-desemprego. No Brasil, porém, a questão do campo do social não se centrará apenas nos desempregados da classe média-baixa, mas também, e mais precisamente, nos miseráveis. Aqueles que Castel (1998) chamou de supranumerários – aqueles mais pobres, que não se pode dizer nem que são explorados, pois para isso seria preciso haver competências conversíveis em valores sociais. Coisas que não possuem. O autor coloca que, para estes, a questão que se apresenta é a de amenizar sua presença e torná-la discreta a ponto de apagá-la.

Estamos entendendo que o que denominamos *política social*, e mais especificamente *assistência social* no Estado moderno, como geralmente está instituída e praticada, serve a uma economia de mercado na forma de condição para que o mecanismo formal da concorrência aja. Em uma política social neoliberal, trata-se simplesmente de assegurar não a manutenção de um poder aquisitivo, mas um mínimo vital para os que, de modo definitivo ou passageiro, não podem assegurar sua própria existência (Foucault, 2008). Foucault ainda nos alerta para o efeito desse modo de política social, com as implicações que descrevemos acima:

Trata-se de uma individualização da política social, uma individualização pela política social em vez de ser essa coletivização e essa socialização por e na política social. Não se trata de assegurar aos indivíduos uma cobertura social dos riscos, mas de conceber a cada um uma espécie de espaço econômico dentro do qual podem assumir e enfrentar os riscos (Foucault, 2008, p. 197-198).

Nossa problemática vai se delineando. Surge uma política social que vem para responder a uma intencionalidade do Estado de controle/contenção da população. Essa política social trata as manifestações da miséria como uma aberração que serve de reposta a uma contradição própria da sociedade moderna. Essa manifestação rapidamente é capturada, categorizada, catalogada, separando-se normais e anormais, bárbaros e civilizados e, posteriormente, os saudáveis e os em/de risco. Como uma política social, que lida com questões produzidas no coletivo da sociedade, pode ser individualizante?

2- Epistemologia dicotômica

Como já colocamos, todas essas práticas filantrópicas e biopolíticas que se associaram só foram possíveis a partir do surgimento de uma série de tecnologias imateriais: as Ciências Humanas. Detenhamo-nos agora em um modo de ver e produzir a realidade, que é inseparável dos objetos que emergem nesse contexto moderno: certa episteme¹¹ das Ciências Humanas que opera nos dispositivos do social que se constituem na modernidade. Detenhamo-nos mais especificamente em uma episteme que se manifesta nas formas de atuação e entendimento de uma psicologia moderna que se fará presente nesse tipo de dispositivo que analisamos.

¹¹ Por episteme entende-se um paradigma, um modo de ver e entender a realidade, que une saberes heterogêneos em determinada época. A episteme é um dispositivo estritamente discursivo, onde os elementos heterogêneos se agrupam, se relacionam. Sendo uma espécie de sintaxe, a episteme de uma época serve como critério prévio que une palavras e coisas, no âmbito da linguagem, e que funciona como condição de possibilidade para que determinada realidade seja vista e falada de determinada maneira (Foucault, 1999 e 1984).

As Ciências Humanas, em um projeto científico de determinação de seus objetos de estudo, separaram sujeito e objeto de conhecimento. Quando o homem passa a ser objeto de estudo dele mesmo, esse estudo é proposto nos moldes das ciências naturais: há de se chegar à “verdade” do sujeito humano, por meio de procedimentos neutros e objetivos que caracterizam um sujeito do conhecimento transcendente ao objeto que problematiza. Na ciência moderna hegemônica, a realidade é distinguida dicotomicamente entre verdadeiro e falso, normal e patológico, natural e histórico, individual e social, etc. Para que a psicologia emergisse como a ciência que se ocupa do indivíduo, foi preciso criar um domínio específico de saberes e práticas que produzissem uma objetivação do social, correlata a uma objetivação do indivíduo. Indivíduo e social (ou sociedade) tornam-se objetos de investigação diferentes dentro das ciências humanas. Sob esse paradigma, o que diz respeito ao subjetivo está no âmbito individual, e o que diz respeito ao coletivo é tomado como sinônimo das interações grupais e individuais, encarnado na ideia de “social”. Escóssia e Kastrup (2005) colocam que esse modo de apreensão do coletivo deriva de uma abordagem dicotômica da realidade, que faz a separação entre os saberes constituídos acerca de objetos e os objetos desses saberes. O termo social, além de ser constituído como objeto de intervenção da sociedade na sua camada miserável, também aparece como dimensão da realidade oposta à ideia de indivíduo.

Para Silva (2005), a problematização do social, que dá origem ao *campo do social*, é condição de possibilidade para a consolidação da psicologia moderna. É a partir dessa problematização que indivíduo e social (como dimensão da realidade) serão divididos como intervenções diferentes e antagônicas. A subjetividade passa a ser uma instância essencial e privada, encarnada na ideia de indivíduo; e o social, a interação entre os indivíduos e os grupos na sociedade, se torna uma estrutura homogênea, à qual todos estariam submetidos. Essa ideia de social é compreendida a partir de duas “crenças mutuamente implicadas”:

[...] a primeira consiste em crer na existência de uma realidade completamente independente de nosso modo de acesso a ela; a segunda, em crer que há algum tipo de acesso privilegiado que nos conduziria, graças a uma busca constante de objetividade, à realidade tal como ela verdadeiramente existiria (Silva, 2005, p. 16).

Essa é a operatória de saberes que se inserem na separação criada entre indivíduo e social: fazer crer que há uma verdade essencial na realidade (individual ou social) que não é possível de ser acessada, a não ser pela via de saberes especializados,

“científicos”. A “verdade” social ou individual torna-se **exterior às experiências** individuais e coletivas.

Se a problematização do social surge no momento em que disfunções na sociedade não podem mais ser diluídas no seu cotidiano, os campos de atuação sobre o indivíduo e sobre o social que viram “problema” estarão, doravante, sempre relacionados de alguma forma com a problemática da adaptação/desadaptação: a psicologia é para os loucos, e o campo do social é para os pobres imorais, enfeitados. Uma psicologia que trabalha no âmbito social, então, como veremos, denota cada vez mais uma aproximação entre desajustes morais e patológicos.

O desenvolvimento inicial de uma psicologia científica, no final do século XIX, já teria o sentido da criação de técnicas cuja função seria a da adaptação social dos indivíduos. É para lidar com fenômenos perigosos de relações entre agrupamentos de indivíduos que uma psicologia social fará suas primeiras incursões: o problema da insurreição das massas, das famílias disfuncionais, dos grupos (Silva, 2005). A introdução da ideia de uma subjetividade privatizada cumpre uma função fundamental para um biopoder nascente, “reforçando a dicotomia indivíduo/social e contribuindo para um processo de individualização do social, ou seja, para a homogeneização dos modos de produção de sentido que atravessam a multiplicidade do campo social” (Silva, 2005, p. 45) – poderíamos dizer, também, a homogeneização do coletivo.

Ao tempo em que se cria a separação entre indivíduo e sociedade, saberes diversos atuam na mediação desses pólos, estacando a hibridização entre essas duas séries (Nardi; Silva, 2005). Tais saberes que legitimam a dicotomia indivíduo/sociedade oferecem terreno para a solução entre a gestão dos corpos e a gestão da população: a relação do sujeito para consigo mesmo. É na autoconstituição do sujeito, na maneira como ele vai pensar em si e no mundo, e se construir, que a normalização vai se dar como norma que abarca todos e cada um. Assim, as técnicas de si¹² tornam-se um dispositivo privilegiado de normalização e adaptação, sendo apropriadas pelo que identificamos como operatória de um biopoder, incidindo normalizações do indivíduo e das populações a partir de seu interior, nas suas relações consigo. Esse “si” dividido é justamente o ponto ao mesmo tempo coletivo e singular de produção de sujeito e de

¹² As técnicas de si “podem ser compreendidas como o conjunto de tecnologias e experiências que participam do processo de (auto)constituição e transformação do sujeito” (Nardi; Silva, 2005, p. 97).

mundo, em que as dimensões individual e social se fazem mútua e sincronicamente – ponto onde o sujeito se localiza e se atualiza/existe a cada instante.

É sempre por uma lógica de disjunção excludente, uma lógica antagonista, que a psicologia hegemônica vai contribuir para o assujeitamento e o achatamento da experiência na modernidade. Divisões e distribuições em torno de categorias, tomadas como a verdade do sujeito ou de grupos populacionais, são deterministas, tendo uma dupla função de assujeitamento e mortificação: extermínio dos abalos dos devires, dos processos de transmutação da vida; e, por outro lado, desertificação e serialização do presente, valorando determinada estética sempre de maneira comparativa a outra categoria, baseada em padrões comparativos e hierarquizados, sempre externos. Essa episteme privatizante e homogeneizante funciona como mecanismo de produção de

determinada política, ao desqualificar os espaços públicos em detrimento dos privados, ao construir explicações unicamente restritivas ao terreno do psicológico-existencial, ao reificar o triângulo familiar como responsável por pensamentos, sentimentos, comportamentos e atitudes que, por serem diferentes, são classificados como desviantes, anormais e patológicos (Coimbra; Ayres; 2008, p. 64).

Vemos, assim, o trabalho social e a psicologia erguerem-se como saberes que dividem e distribuem ‘demandas’ em dois regimes separados, o individual e o social. Objetos distintos, indivíduo e social são montados como forma de separar campos inseparáveis. Psicologia e trabalho social formam ferramentas que separam esse plano, transformando-o em duas metades, buscando respostas em si mesmas, esquecidas de suas dimensões de contaminação e de produção da realidade. Não é, pois, à toa que, na experiência de muitos psicólogos e assistentes sociais que formam uma equipe de trabalho na assistência social, o trabalho “psi e social” ao mesmo tempo se confunde e ao mesmo tempo “não conversa”, convivendo com uma “demanda” de delimitação do que é do psicólogo e do que é do assistente social.

Vamos entendendo que a episteme que delineamos acima faz funcionar uma lógica que opera uma maneira de intervir e de produzir seus objetos de intervenção: operatória privatizante e homogeneizante, de disjunção excludente, a partir de categorizações que se referem a objetos essencializados e separados. Isso, por sua vez, constrói modos de relação antagonistas: ou social, ou individual, funcional ou disfuncional, e assim por diante. Como poderíamos pensar outras tecnologias

relacionais mais próximas da lógica conjuntiva ou de disjunção includente (isto e/ou aquilo) – uma relação lógica que cria esforço de conexão, abre graus de transversalidade, acompanha linhas de devires? Posicionamo-nos pelo exercício de uma política assentada em uma lógica conjuntiva, vamos entendendo que a realidade é feita não de campos separados, mas de planos que se constituem a partir das relações e diferenciações que estabelecem entre si.

Entendemos, assim, que há uma dimensão da realidade que fica no vácuo nas análises de especialistas, capturada e dividida antagonicamente, mas que, todavia, não cessa de operar para além dessa “exclusão”, para além do fatiamento da experiência subjetiva. Tomamos essa dimensão como o plano do coletivo.

3- Social/Sociedade/coletivo

“- É a civilização que avança sobre a barbárie. É um povo iluminado que vai encontrar um povo na escuridão. Nós somos os gregos do mundo, é nosso dever iluminar o mundo.” (Vitor Hugo, no livro “Espelhos”, de Eduardo Galeano)

Uma lógica avaliativa disjuntiva/excludente, um modo de relação antagonista, características da episteme científica moderna, produz objetos de estudo e intervenção “naturalizados”, “essencializados”. As noções de indivíduo e social tornam-se, por esse paradigma, objetos dados e mais ou menos apontáveis no mundo. Entendemos que “indivíduo” e “social” seriam mais conceitos operatórios que se referem a dimensões relacionais (Mendonça Filho, 2008) do que materialidades em si mesmas. Escóssia (2008) nos fala que entender o psiquismo como *relação interior* é bem diferente do que entendê-lo como uma *instância interior*. *Instância interior* nos leva automaticamente a uma estrutura natural e fechada. *Relação interior* fala de um movimento interior não fechado em si, mas constantemente atravessado e produzido, diferente de uma estrutura dada.

Não queremos dizer que indivíduo e social não existam, mas, sim, que são ideias e construtos que produzem modos de elaborar a realidade. Indivíduo e social são formas que emergem de um mesmo *plano (coletivo)*. A operatória epistêmica que delineamos faz dessa relação interior uma instância interior, que fecharia esse psiquismo, remetendo todo o seu funcionamento a uma ordem ou estrutura interna, individualizando a experiência. A separação operada pela episteme que se produz na modernidade, como já

falamos, divide a experiência subjetiva em realidade individual e realidade social. Assim, a subjetividade é privada, e a realidade coletiva é uma e homogênea para todos, resumida na interação entre células individuais. O modo de interação dos indivíduos constituiria, desse modo, o social, que se refere a uma sociedade ou ao modo como os indivíduos interagem nessa sociedade. Essa separação, em nosso entender, faz funcionar uma lógica que articula outra separação, com o advento de uma problematização do social e com a constituição de um “campo do social”: a separação entre *social* e *sociedade*.

Com uma forma natural de indivíduo, chega-se uma forma natural de interação entre os indivíduos dentro da sociedade, levando, por pressuposição, a uma forma natural de sociedade. Indivíduo e social, segundo a episteme hegemônica, são formas naturais que teriam um modelo ou norma – o que implica a existência de formas anormais. Questão estética, pois fala de formas de vida divididas entre bem formadas e malformadas. Há uma política nessa episteme que atravessa nosso campo problemático: uma política de sociedade que investe em sua margem, em seu excedente de produção (sua parcela miserável), através da Política Social. Essa, que é uma política destinada aos “inúteis”, investe na margem da sociedade e, assim, opera também por divisão: *sociedade seria a forma normal, e o social, ou o campo de trabalho social, seria o investimento nas formas anormais, a serem, portanto, civilizadas, normalizadas*. Esse movimento nos dá a noção de um **maquinismo-sociedade** que se movimenta em direção à margem como para uma terra bárbara a se civilizar, a iluminar, sem se questionar verdadeiramente sobre seu próprio processo de produção dessas sombras, dessa margem.

Sociedade/bruto-social

Período de esclarecimento: com a luta de classes decidida a favor da sociedade existente, a guerra organiza-se contra os que excedem.

Período de esclarecimento: a exceção precisa da regra anterior.

Período de esclarecimento: a exceção não é nova, a exceção é hermafrodita – a exceção quer ser diferente/melhor/comum/pior.

(Waly Salomão - Gigolô de Bibelôs)

O Estado moderno neoliberal acostumou-se a dividir dois tipos de práticas e intervenções dentro de duas ações: a política econômica e a política social. Produz-se também uma distinção na forma de valorar cada uma delas: a econômica é tida como séria e moderna; a social, perdulário e arcaica (Ribeiro, 2000). A economia aparece

encarnada na ideia de sociedade, como o que funciona. O social entra em outra relação de distinção, agora como o pólo oposto à sociedade. Os sujeitos economicamente ativos fazem parte da sociedade, e os carentes são os que deveriam ser re-socializados, introduzidos na sociedade, fazendo parte dessa faixa de intervenção re-socializante da sociedade, o social.

A sociedade investe em si mesma, através do campo do social, com ações que visam ao estabelecimento de uma série de condições (suas) de sociedade (infraestrutura, organização familiar, econômica, moral). Denominamos, em um primeiro momento, o social como a intervenção na parcela miserável da sociedade, em que as condições de/da sociedade estão precárias, ou estão de em uma forma *bruta*: um *bruto-social*¹³. Este bruto-social é uma margem da sociedade que não se separa dela. Primeiramente porque a própria sociedade o constitui como alvo de intervenção, mas também porque o próprio modo de sociedade produz essa margem, esse bruto, sendo este último necessário ao modo de produção da sociedade capitalista.

Estamos chamando de *sociedade* um modo de organização hegemônico. Um movimento discursivo e subjetivante composto de uma conjunção de múltiplas linhas institucionais (como Estado, sociedade civil, ONGs, grandes empresas, partidos políticos, mídias, economia, modo de produção), sendo coladas ou aproximadas por certa amplitude de sintonia, um pacto tácito no modo de produzir o presente e de organizar conjuntos de indivíduos ao redor de um plano comum. Podemos entender essa sintonia também pelo nome de modernidade hegemônica ocidental. Sociedade, para nós e neste momento, é uma estética e uma política hegemônicas que se reconhecem nos mais diversos segmentos e que estão ligadas por uma mesma lógica – de entender a realidade e de entender o que seria o normal, justo, legítimo, assim como também o que não seria.

Este movimento ou máquina sociedade, promove intervenções a partir de ações judicativas, delimitando do que “é e do que não é sociedade”, com uma política própria de intervenção sobre o que ela considera externo a ela. Essas intervenções ganham várias formas ao longo da história ocidental: no século XVI, a colonização, os “descobrimientos” (eufemismo para invasão); hoje, as Políticas Sociais, as missões humanitárias.

¹³ Doravante, para fins de distinção, denominaremos a parte pobre, miserável da população, o objeto de intervenção de um campo do social, de “bruto-social”, como distinção dos termos “campo do social” e como distinção do social como dimensão da realidade de interação de grupos e indivíduos.

Ribeiro (2000) coloca que, no discurso de governantes e economistas, o termo *sociedade* designa o conjunto dos que detêm o poder econômico, e *social* a política que procura diminuir a miséria. Para o autor, a sociedade é ativa e quer funcionar por si mesma, sem a tutela do Estado, sendo legitimada por sua autonomia econômica. O social, por sua vez, é essa terra de missão de uma Política Social que deve tornar sociedade uma parte da população que é vista como não-sociedade ou excluída da sociedade. O “campo do social” quer “incluir”, capturar.

Ao entendermos que a parte sobre a qual o campo do social investe – bruto-social - não está exatamente excluída, mas tem um lugar importante na dinâmica da sociedade, nos questionamos acerca desta “inclusão”. O que é incluir algo que não está exatamente excluído? Uma dupla inclusão? Inclusão ao quadrado? E uma inclusão ao quadrado não seria um captura? É por uma re-inclusão que se esquadrinha o elemento a ser incluído. Uma inclusão ao quadrado retira o objeto a ser incluído do seu campo de constituição e de sua processualidade própria, como em um experimento em laboratório. O objeto torna-se assim dado, essencializado, natural. Esta operação que vamos chamar de controle: uma operação que retira do objeto todo seu entorno condição de possibilidade, e o isola no tempo, o cristaliza. A inclusão que veremos então ser proposta pela sociedade é sempre uma inclusão diferenciada: um lugar já diferenciado, categorizado, vigiado e suspeito. Temos os exemplos dos projetos de inclusão social, onde o lugar-função destinado ao sujeito a ser incluído (como ex-presidiários, ex-drogados ou meninos de rua) está sempre posto: por exemplo cursos profissionalizantes, que respondem mais a uma necessidade da sociedade ou a um lugar que ela imagina ser devido à este sujeito.

O mundo ocidental ou o mundo moderno se expandiu por todo o planeta. Não há hoje nenhum território no planeta que não pertença a um Estado, e não há nenhum Estado que não tenha alguma relação com o capitalismo. As áreas “bárbaras” ou selvagens, hoje, porém, são zonas criadas pelo próprio movimento civilizatório moderno: zonas de miséria, por exemplo. Um “fora-dentro” da sociedade, que no centro das grandes cidades vai se encarnar na estética da rua. A questão da África é emblemática neste sentido. Primeiramente o continente foi saqueado, explorado, escravizado e destruído. Hoje, é investido por todo um trabalho de ajuda humanitária, um processo “civilizatório”, onde também a situação de emergência que vivem estes

povos é utilizada para fins mercadológicos: como a indústria farmacêutica que testa medicações, a indústria bélica, etc.

Se nos acostumamos a chamar de economia a parte ativa da sociedade, e o social a parte passiva, é também por uma operação que, em um primeiro momento, retira da sociedade o que considera seus “dejetos”, o indesejável do excedente da produção. E em um segundo momento, essa operação investe sobre estes como uma zona populacional a se socializar. Mangueira (2008) nos ajuda a entender este movimento, como a busca de estabelecimento de uma verdade universal, em uma realidade múltipla. É a expansão de uma forma cultural, um modo de existência, que toma outras culturas por desordenadas ou simples demais, brutas. Assim, a sociedade tenta estabelecer uma identidade para si mesma, e para tudo a partir de si.

[...] no interior da cultura moderna, determinadas formações sociais tendem a colocar grupos diferentes ou experiências diferentes como sendo desordem ou anormalidade. A sociedade moderna ocidental criou dispositivos de fragmentação e exclusão no interior da própria sociedade: assalariados, pobres, loucos; bem como dispositivos de normalização, policiamento e controle do inusitado. (Mangueira, 2008, p. 205)

Não estamos considerando que a diferença entre a África pré-colonial e a Europa que a invadiu é, por exemplo, a mesma do que a sociedade e a experiência subjetiva da miséria a ela subjacente. Queremos ressaltar o posicionamento da sociedade em relação ao que ela considera externa a si, e em nosso estudo, em relação ao bruto-social: como objeto em que se deve intervir, a partir de um “pensar sobre”, onde o pensamento se dá sobre o objeto, de cima, pensamento atraído para o exterior, que projeta um aprisionamento dos corpos nos padrões sógnicos da sociedade (Mangueira, 2008), de maneira parecida com as investidas colonialistas. O “pensar sobre” instrumenta um “intervir sobre”, que identificamos como o modo de relação que a sociedade estabelece com sua margem quando intervém neste campo. A preposição “sobre” nesta relação denota um agir de cima, verticalizado, que ao mesmo tempo separa, colocando em relação antagônica e hierárquica, para depois legitimar uma intervenção normalizante.

Chamamos o bruto-social, como área dentro da sociedade, de bruto, na medida em que ele faz parte da sociedade mantendo linhas de funcionamento da mesma, mas não apresentando uma mesma forma que o ideal de sociedade. Em feições mais brutas, as relações familiares, econômicas e comunitárias na faixa do bruto-social são diferentes, se dão de outras formas. Essas relações estão ligadas ao modelo de

sociedade, porém, se dão de maneira diferente: mais informais, menos assépticas, talvez. Ao mesmo tempo em que se referem aos modos de sociedade oficial, também os excedem, estando aquém e além deles. No bruto-social, as formas de viver estão muito menos sobrecodificadas a partir dos padrões sógnicos dos ideais da sociedade. Em condições muito mais áridas, com zonas vazias, “em aberto”, este bruto-social está ao mesmo tempo em uma zona crítica, mas também por isso, em uma zona de possibilidade de nova configuração, germe de sociedade.

Este bruto-social vai ser investido, no entanto, como sendo realidade autônoma pré-determinada, sempre com o argumento de “inclusão social”, funcionando em uma lógica de inclusão diferenciada. Por inclusão diferenciada entendemos uma inclusão que determina um lugar já delimitado, já formado, já diferenciado, que nunca se constitui a partir da experiência do sujeito “incluído”, mas sempre ocorre de fora, “de cima para baixo”. A determinação do lugar a ser ocupado por este dito “excluído” sempre parte de demandas exteriores a ele. Pensamos ser importante o cuidado com os termos “exclusão” e “inclusão” social, porque eles sempre remetem a uma idéia que faz parte da operatória capitalista e de Políticas Sociais individualizantes: a idéia de exclusão separa a miséria do modo de produção da sociedade e de sua política, colocando a sociedade como a forma correta, a forma a ser ensinada, e o bruto-social como a forma a ser moldada. E é justamente com esta operatória que se produz miséria, ao mesmo tempo em que se mascara este processo.

Para Ferreira Neto (2004), a sociedade lida com o tema do social como uma política de duas faces: proteger a sociedade contra o indivíduo perigoso e proteger o indivíduo contra os riscos sociais. O primeiro indivíduo seria o pobre, o marginal, e o segundo, o economicamente ativo. Proteção social ganha nesta análise um duplo sentido, adjetivando de maneira diferente cada categoria de indivíduo: o produtivo/economicamente ativo e o improdutivo/necessitado/perigoso/infame. Ao pobre e marginal é uma assistência que tem como contrapartida controle e monitoramento direto e para o ativo, é a garantia dos direitos civis. O infame é aquele que é ao mesmo tempo “coitado” e perigoso, que requer amparo e controle.

A miséria é investida pela sociedade como, a um só tempo, o que explica e o que deve ser explicado, sendo este fenômeno social *causa sui*, que existe por si e para si, realidade autodeterminada e por isso aberrante. Essa realidade aberrante não pode ser menos que uma *experiência de risco*, não só porque vive no limite de sua própria

possibilidade de existência, risco de não mais continuar sendo, como também, e sobretudo, porque ameaça a sociedade de ali se arriscar, de ali se precipitar como em um buraco negro. O risco para a sociedade aparece na forma de insurreições, infrações à lei jurídica, mas também e silenciosamente, como risco de desagregação das formas instituídas da sociedade, infração à lei moral, à lei estética. Ao analisarmos esta operatória de separação para re-inclusão, vemos o campo social como um encontro da sociedade com sua dimensão bruta, um investimento da sociedade em sua margem que se confunde com a “não-sociedade”, suas fronteiras: algo de si mesma que a escapa.

É também pelo próprio movimento da sociedade que produz zonas escuras, que o trabalho social torna-se possível. Não queremos falar que miséria, por ser investida por um controle, não deve receber nenhum investimento. Não queremos, ao entender a operatória da sociedade sobre seu bruto desta maneira, dizer que essa zona da sociedade deve ser deixada “à deus dará”... Até porque ela insiste e não está separada da sociedade. Mas, entender esta operatória desta maneira – movimento de separação para posterior (re)inclusão - complexifica a questão das intervenções neste campo. Começamos habitando essa questão e assumindo seus paradoxos, a partir do entendimento de que há intervenções que controlam, domesticam e podem haver intervenções que cuidem e cultivam. Não queremos romantizar a miséria, afirmando-a como uma forma melhor, menos capturada de vida, mas queremos pensar como se pode investir na vida que ali se faz presente, sem criar intervenções totalizantes, naturalizantes ou exterminadoras, de pretexto caridoso ou filantrópico. Como cuidar desta zona desértica, entendendo seus vazios como possibilidades de emergência de novas formas de vida? O que direciona, necessariamente, uma intervenção que produz efeitos na sociedade. Como lidar com esta forma bruta da sociedade sem brutalidade, própria aos extermínios diretos ou indiretos da sociedade?

Coletivo

Social, bruto-social, sociedade, como se apresentam na nossa perspectiva, são formações históricas que se deram desta maneira a partir de uma complexidade de fatores. Importa-nos identificar a *operatória que se estabelece na relação entre sociedade e bruto-social, através do “campo do social”*. Porém, além disso, queremos também pensar e identificar outras formas de relações e intervenções possíveis. Para isso, faz-se necessário não seguirmos o caminho “lugar comum” de entender essas formações (bruto-social e sociedade) como formas dadas e separadas, pois a única

problemática presente no “campo do social” seria o problema da inclusão, da adaptação. Devemos entender que esses termos se formam na relação que estabelecem entre si, a partir de um plano que é comum a ambos.

Há um terceiro tema que se refere ao modo como bruto-social e sociedade se formam, é o tema da relação, que quebra esta separação ao não colocá-los como formas essenciais e imutáveis, remanejando estes sentidos. Bruto-social e sociedade, assim como individual e social, na maneira como aparecem no mundo são formas que advém do mesmo plano: o plano coletivo. São formas possíveis coengendradas por este plano coletivo.

O plano coletivo pode ser “entendido como rede social, desde que se garanta o princípio da heterogeneidade do social, assim como de toda e qualquer entidade, seja ela um indivíduo, uma comunidade, um texto ou um objeto técnico” (Escossia e Kastrup, 2005, p 302). Uma rede heterogênea¹⁴ de humanos e não humanos, que liga e constitui as formas bruto-social e a sociedade, que nela se sustentam. O que faz de cada entidade desta rede também uma multiplicidade de fatores e elementos em vias de diferir, excluindo a idéia de entidades puras e homogêneas e separadas entre si. O plano do coletivo, segundo Escóssia e Tedesco (2009), é o plano de relação entre o plano das forças, fluxos, intensidades e o plano das formas. Ele guarda, assim, materiais pré-formados, pré-individuados, sendo a dimensão movente da realidade, que cerca e atravessa todo tipo de formação, constituindo-os e sendo por eles constituído. Os objetos formados, ao levarmos em conta esta dimensão coletiva da realidade, terão sempre duas faces: a face individuada, do plano das formas, e a face que está em constante movimento, face essa pré-individuada. Assim, faz deste objeto, nesta perspectiva, algo sempre em vias de diferir. O plano coletivo é o plano da relação entre termos, onde eles se constroem mutuamente, plano esse que entendemos ser o plano produtor de toda e qualquer forma.

Distinguir termos como indivíduo e sociedade, nesta perspectiva, não é separá-los, colocar uma relação entre termos já definidos. Mas é identificar termos que emergem, ganham contornos, ganham distinção e se constituem em relação com uma realidade múltipla, composta de inúmeros elementos. Ou seja, termos que só existem assim em função de suas conexões com/no mundo. Esses termos se constituem não em

¹⁴ Rede é uma dinâmica de conexão, uma dinâmica conectiva: ela pode ser uma rede produtora de heterogeneidade (plano coletivo), tendo conexões produtoras de diferença, ou conexões que produzem o mesmo, rede reprodução, rede aprisionante, rede que enreda.

separado, mas a partir de uma interdependência posta em um plano que congrega o que é diretamente relativo a estes termos, e também o que é estranho a eles, o que lhes escapa.

Coletivo e social (como dimensão de uma realidade dicotômica) em nossa perspectiva não se confundem: a dinâmica do coletivo não pode ser entendida como a interação entre indivíduos e grupos, e interação pressupõe objetos já formados de antemão. No coletivo, os termos não interagem, mas se constituem somente a partir de agenciamentos. Agenciamento é a conexão, é justamente a relação entre dois termos que não se substituem, nem se identificam e nem interagem, mas criam pontes, criam relações que modificam os termos envolvidos, e que não são nem de um sujeito nem de um objeto, mas são conexões impessoais, de todos e de propriedade de ninguém, de um comum partilhável (Escóssia e Kastrup, 2005). Esta relação entendida como agenciamento, que é o modo de funcionamento do plano do coletivo, dá seu caráter de dimensão da realidade que é criadora de realidade, pois um agenciamento não mantém os termos que se agenciam iguais a antes do seu acontecimento.

Se o plano coletivo é este plano de coengendramento do mundo, ele será o plano de produção de subjetividade, conferindo um caráter produtivo à realidade. Subjetividade, nesta perspectiva trabalhada por Escóssia e Kastrup (2005, p. 303), não é a subjetividade do indivíduo, mas “inclui sistemas pré-individuais/pré-pessoais (perceptivos, de sensibilidade, etc.) e extra pessoais ou sociais (maquínicos, econômicos, tecnológicos, ecológicos, etc.)”. Subjetividade, assim, é comum, não sendo homogênea e nem estritamente de alguém, embora possa se individuar, criar sujeitos, e se coletivizar, não sendo, porém, exclusivamente “social”.

O coletivo deve ser entendido no sentido de uma multiplicidade que se desenvolve para além do indivíduo, junto ao *socius*, assim como aquém da pessoa, junto a intensidades pré-verbais, derivando de uma lógica dos afetos mais do que de uma lógica de conjuntos bem circunscritos (Guattari, 1992, p. 20)

É no agenciamento de uma heterogeneidade de fatores, humanos, inumanos, elementos nomináveis e forças intensivas, que sociedade e bruto-social se formam. O plano do coletivo é a relação destes termos, o que está por entre as formas enunciáveis e visíveis. Seu regime, porém, é o regime dos afetos, sua matéria é matéria intensiva, pré-individuada, “dimensão pré-individual condição prévia de todo processo de individuação” (Escóssia, 2008). Ele não advém de nenhum lugar, não pertence a ninguém, mas se constitui em uma rede hiperconectiva de afetos que circulam, e vão

direcionar a maneira como serão moldadas as formas no tecido de realidade, sendo também constituído pelas intensidades que emanam destas formas.

Escóssia (2008) explica que o coletivo é transindividual, é a relação de relações, por isso é uma multiplicidade. O plano coletivo congrega não exatamente indivíduo e sociedade. Mas sim uma relação que é interior ao indivíduo (define seu psiquismo) e uma relação exterior ao indivíduo (que define o coletivo).

O coletivo transindividual é uma dimensão molecular da realidade do ser que atravessa tanto o indivíduo quanto o social entrecruzando-se com suas dimensões molares(...) espaço/tempo entre o individual e o social, espaço dos interstícios e das brechas individuais (Escóssia, 2008, p.24)”

Entendemos como dimensão do pulsar das formas, espaço/tempo que é a extensão das relações interiores aos indivíduos e das relações exteriores a eles, formando uma unidade heterogênea. O acesso a subjetivação se dá pela via do pré-individual, ou seja, pela via do afeto. Esta idéia de subjetividade recoloca o problema da dicotomia individual e social, por conseguinte também coloca a dicotomia bruto-social e sociedade. Social e indivíduo são individuações, formações do coletivo, sendo desdobramento do ser em indivíduo e meio, dando a idéia de uma separação. Esta separação na verdade é uma distinção, uma individuação, que é a própria temporalização, estabilização temporária no vivo, onde indivíduo e meio surgem desta temporalização (Escóssia, 2008).

Entender a realidade como formada a partir de relações, redireciona o entendimento das formas individuadas social/indivíduo, bruto-social/sociedade, pois possibilita libertarmos nossa percepção das formas de uma relação determinista e essencializada. A miséria não pode ser mais uma realidade autodeterminada, mas sim experiência subjetiva múltipla, que nos leva a questionar, acerca de sua formação, todo o mundo. Nas nossas palavras, o bruto-social leva a questionar a sociedade, pois ambos se engendram mutuamente a partir de certa relação política/afetiva. Podemos distinguir bruto-social e sociedade, mas não podemos separá-los. Eles se implicam mutuamente, e no caso de um trabalhador que habita este conflito, nos implica também. Afeto e forma são dimensões implicadas, uma leva a outra, e isso nos leva a questionar a política que se forma no “campo do social” para com esta dimensão bruta da sociedade. Estamos a questionar isso desde o início, uma forma de relação entre estas formas, que leva também a questionar uma forma de relação com o coletivo, com a relação da relação entre estas formas.

Um objeto *causa sui*, é fruto de um agenciamento político na maneira de conceber, de se relacionar com uma dimensão coletiva da experiência. A miséria é uma forma que se constitui no agenciamento, na relação de vários fatores. É a partir da relação com estas relações que constituem a experiência subjetiva da miséria, e também a partir de um modo de se posicionar na dinâmica da sociedade que produz essa miséria, que será percebido que controle ou cuidado vão se dar. A partir de uma relação com o plano coletivo - que atravessa e constitui indivíduo e social, sociedade e bruto-social, e suas relações - que se construirão políticas que se comprometerão ou com um controle do bruto-social, ou com um cuidado.

Agora tratamos de focar outra linha que compõe nosso dispositivo em questão, e que comporta dimensões de política social e intenções de política pública.

4- Política de Assistência Social

A discussão do investimento da sociedade em si mesma, na área social, nos leva a uma discussão acerca da relação sociedade e bruto-social. A política de assistência social está no âmbito das denominadas políticas sociais em um Estado, e no Brasil, vai compor um sistema chamado de “política pública de assistência social”, o qual abrange nosso dispositivo em análise. Para continuar pensando as linhas que compõem este dispositivo, devemos passar minimamente pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil.

Com a Constituição de 1988, a assistência social é tomada como um direito de todo cidadão brasileiro, compondo o tripé da seguridade social no Brasil: Previdência, Saúde e Assistência. Antes de 88, no Brasil, os direitos sociais estavam vinculados quase em sua totalidade à legislação trabalhista. Quando não estavam vinculados a ela, figuravam somente como um enunciado de intenção, sem ter nenhuma consistência efetiva (Rojas, 2004). Práticas aos moldes da caridade eram os investimentos sobre os miseráveis que não eram abrangidos pelos direitos trabalhistas. Com a precarização mundial do trabalho, o direito trabalhista, através do qual se dava o direito civil, vai saindo de cena, abrindo espaço para os chamados direitos sociais.

Hoje, vivemos a instituição de um modo de política de assistência social no Brasil, encarnado no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Essa é a sistematização da política de assistência social por todo o território nacional. O SUAS vem no rastro dos movimentos constituintes que culminaram na Constituição de 88,

onde consta como política de Estado. A política de assistência social no Brasil se estrutura, a partir da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social, de 1993), da PNAS (Política Nacional de Assistência Social, 2004) e da NOB/SUAS (Norma Operacional Básica do SUAS, 2005). Este conjunto de leis e diretrizes dão consistência a um sistema de assistência social, que opera um conjunto de serviços, o SUAS, que ainda está em momento de implementação. O SUAS surge aqui como um fator presente no campo das denominadas políticas sociais e nos dispositivos de assistência social, e ganha importância por ser o regulador e direcionador nacional das ações de assistência social no Brasil.

Em seu texto, O SUAS tem como objetivos “prover proteção à vida, reduzir danos, monitorar populações em risco e prevenir a incidência de agravos à vida em face das situações de vulnerabilidade” (NOB SUAS, p. 22), através do enfrentamento da pobreza, da garantia dos mínimos sociais¹⁵ e do provimento de condições para atender contingências sociais sofridas por indivíduos e grupos populacionais. O SUAS tem assim, uma função intervir nestas zonas de riscos e vulnerabilidades. Esse conjunto de serviços visa, ao intervir nisto que considera “zonas de/em risco”, a organizar de tal maneira “os grupos populacionais de/em risco”, de modo a fazer com que estes estejam “aderidos à sociedade”, através da “inserção social”.

Baseando-se na universalidade do atendimento, o SUAS preconiza a proteção social, tendo como foco em sua intervenção a garantia de direitos básicos, levando idéias de organização social até a parcela da sociedade em que essa organização e essas condições não estariam “consolidadas” ou garantidas, e dessa forma. os chamados “direitos” estariam em risco ou violados.

O SUAS coloca a centralidade de suas ações na família, apostando nela como célula social de organização e produção de autonomia do indivíduo e dos grupos sociais. Além disso, ele prioriza a infância e a juventude e atua nos território de incidência dos chamados riscos sociais, colocando-se como uma política de articulação entre as demais políticas de Estado.

A idéia de *proteção social* é seu fio condutor, e abrange uma série de seguranças: “de acolhida, segurança social de renda, a segurança do convívio ou vivência familiar, comunitária e social, a segurança do desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social, a segurança de apoio a riscos circunstanciais” (Brasil,

¹⁵ Condições mínimas de sobrevivência na sociedade.

2005). O SUAS vai dividir a proteção social em dois níveis de serviços, relativos ao grau de risco e vulnerabilidade que os serviços atendem: *proteção básica*, com uma função mais preventiva, relativo a situações de vulnerabilidade social, em que não haja violações dos chamados direitos básicos; e *proteção especial* que é destinada a famílias e indivíduos que estão em situação de direitos violados - abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas “sócio-educativas”, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. A proteção especial é dividida ainda em dois níveis: média e alta complexidade. Média complexidade se refere aos atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, ou seja, que ainda possuem algum espaço “protetivo” dentro da família ou da comunidade às quais pertencem, mas que é uma proteção parcial. A alta complexidade se refere aos serviços que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário.

O SUAS vai executar o que chama de proteção social, através de dispositivos de atendimentos “psico-sociais”, acompanhamento familiar, serviços de inserção profissional, inscrições em programas de bolsas auxílios a famílias em alto grau de miserabilidade, equipamentos de abrigagem e albergagem.

O SUAS determina, assim, seu público alvo: “famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; determinado ciclos de vida (velhice e infância); identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; situações de exclusão pela pobreza e, ou no acesso às demais ditas políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social” (Brasil, 2005). O que na prática significa atendimento aos pobres e miseráveis em geral. Todos aqueles que para a sociedade seriam/estariam de/em risco.

Embora a política de assistência social seja uma política de Estado, que se autodenomina política pública, a composição de sua rede poderá ter entidades não governamentais na execução de seus serviços. Isto vai se caracterizar quase nacionalmente como uma regra: a execução da política terá, atualmente, em sua maioria

ONG's como executoras¹⁶. O governo federal é quem deve, porém, direcionar o sistema. A execução deve ser feita por parte dos municípios. Dentro da estrutura de políticas do Estado, mais especificamente das chamadas políticas sociais, que se colocam como políticas de proteção e garantia de direitos, a assistência social entraria como “política de base” para que as outras políticas possam atuar. Podemos dizer que ela visa a estabelecer condições de afirmação do laço social.

A assistência social é a entrada do Estado, através de uma intervenção que pretende ser cuidado, nessas vidas marginalizadas. A bolsa-auxílio é, tradicionalmente, o carro chefe das ações de assistência. Mas chama a atenção, que vinculada a todas estas ações, estão os atendimentos “psico-sociais”. Em situações de miséria, que são produzidas por todo um modo de funcionamento da sociedade, a assistência social investe em atendimentos “psico-sociais”.

Para além de uma discussão sobre a assistência social como uma política que deveria ter meios mais diretos de combate à miséria, nossa questão centra-se nestes atendimentos ditos “psico-sociais”. Não falaria esta nomenclatura de uma episteme dicotômica que colocamos em questão, e que tem a ver com a forma pela qual o bruto-social é investido pela sociedade? Episteme que divide psíquico e social, para depois rejuntá-los? Como vimos, essa episteme tem implicações na maneira como serão, ou poderão ser, praticados estes atendimentos.

O campo da Assistência Social pode ser entendido como uma gestão de atenção, seguindo o modelo da Economia, que apresenta padrões de equivalência, ou indicadores, que comparam coisas diferentes categorizando-as hierarquicamente (vulnerabilidade, baixo risco, alto risco). A partir desse estabelecimento de valores são definidas metas de intervenção. O SUAS coloca o sentido de prevenção e proteção na generalidade de suas ações. Mesmo atuando em situações que já estão dadas, outros sentidos de prevenção e proteção se fazem presentes. Como já falamos, há uma prevenção e uma proteção que se voltam ao indivíduo, grupo ou família considerado em risco, mas também prevenção e proteção que se voltam à sociedade frente ao risco que esta população representa. Mas afinal de contas, em que lógica funcionam estas

¹⁶ Uma característica importante das Políticas Sociais no Estado capitalista é a terceirização de seus serviços. Na área “social” essa terceirização se dará através da passagem da responsabilidade pela execução a ONG's, Ocip's, OS's, entidades “sem fins lucrativos”, o que vai significar na prática uma precarização dos vínculos trabalhistas dos profissionais que atuam na política, resultando em baixos salários, alta rotatividade de profissionais nos serviços e precarização das condições de trabalho.

avaliações de riscos e vulnerabilidades, com as quais a sociedade quer proteger e se proteger?

Hillesheim e Cruz (2009) nos falam que a estatística¹⁷ é o núcleo da noção de risco e que o conceito de vulnerabilidade seria complementar a este. Vulnerabilidade “refere-se tanto a um risco biofísico como a um consenso social, em uma determinada área geográfica, a qual pode ser tanto um espaço geográfico, onde lugares e pessoas destes lugares encontram-se mais vulneráveis” (Hillesheim, Cruz, 2009, P. 79). Risco é uma noção amplamente utilizada no contemporâneo, referindo-se tanto ao mercado quanto às chamadas políticas sociais, ou seja, refere-se a uma possibilidade de um perigo. Risco social é uma situação na sociedade que pode ser perigosa. Segundo as autoras, uma das articulações entre direito e ciência girou em torno da noção de risco, e que no governo biopolítico, este risco passou a ser considerado gerenciável, ou “previnível”. Prevenir é “antes de tudo vigiar, antecipar o surgimento de acontecimentos indesejáveis” (Hillesheim, Cruz, 2009, P. 76). A introdução da noção de risco fala de uma intervenção que não se dá mais somente pelo controle e tratamento de patologias e desvios quando estes emergem, mas pela probabilidade e potencialidade destes acontecerem. Como diria Foucault (1995), um “controle de virtualidades” daquilo que pode acontecer.

A prevenção é o rastreamento do risco, perigo que:

[...] remete ao imponderável, ao acaso, sobre o qual não há como aplicar um cálculo de probabilidade, o risco se coloca dentro de uma ordem contida na ação humana deliberada, apontando para a probabilidade do seu acontecimento a partir do comportamento assumido pelo indivíduo (Hillesheim, Cruz., 2009, P. 77).

Como pudemos ver nas intervenções biopolíticas, a prevenção é um controle sobre o aleatório da vida. É em certa relação com o tempo que a chamada prevenção do risco vai se dar no contemporâneo. Se antes se tratava de domesticar o desvio, agora se trata também e, principalmente, de preveni-lo, ou seja, antecipar-se a ele. Antes que o desvio se configure, a análise do risco aponta para um potencial desviante. É em uma relação com o tempo de linearidade progressivo-retrógrado-corretiva, que a intervenção se faz. Modifica-se o presente, através da antecipação do futuro. Um tempo de linearidade progressivo-retrógrado-corretiva, não é mais que um determinismo que marca um desvio potencial, que estaria presente a partir de alguns sinais no interior do indivíduo

¹⁷ A estatística é, por sinal, o saber pilar do governo biopolítico. Um governo biopolítico só se torna possível através deste saber de probabilidades.

ou da população. Uma determinística jogada pra frente, que se antecipa para corrigir, em forma de prevenção, caracteriza a lógica de intervenção baseada no chamado risco. Assim, a infância e a juventude vêm “se constituindo como um alvo maciço dos saberes/poderes modernos, a qual é compreendida como um problema político e econômico, que exige esforços no seu ordenamento e controle” (Hillesheim, Cruz, 2009, P. 80). A infância infame, de/em risco, deve ser transformada no adulto incluído/produtivo de amanhã.

A vulnerabilidade social seria uma situação em que os recursos e habilidades de determinado grupo social são tidos como insuficientes e inadequados para lidar com as oportunidades oferecidas pela sociedade (Hillesheim; Cruz, 2009). O que antes era, cotidianamente, tomado por pobreza, agora ganha um nome mais ou menos técnico, um nome que abre espaço e legitima uma necessidade de intervenção com ações que diminuam os riscos destas áreas de vulnerabilidade social.

Do cálculo das probabilidades dos danos futuros, mediante o cruzamento dos fatores “sujeito em desenvolvimento” e “escassos recursos econômicos” (...) a intervenção ocorre no sentido de neutralizar alguns destes fatores (...) (Hillesheim, Cruz, 2009, P.80).

É a partir de uma associação direta entre infância/juventude pobre e perigo, que se montarão estratégias de prevenção e otimização destas vidas. As idéias de “saudável”, de “desenvolvimento normal”, podem facilmente serem medidas a partir de modelos e normas, estando ligadas aos modelos ideais de família, à idéia de desenvolvimento normal da infância, à idéia de pai, mãe, etc. A experiência concreta de pessoas que existem deve passar pelo “crivo”, pela aprovação de uma série de preceitos mais ou menos explícitos, justificando os fracassos sociais através de análises que consideram estes fracassados como sujeitos da falta, sujeitos em risco.

As intervenções ganham assim conotação policial: vigilância, e às vezes, repressão como prevenção, ou seja, a tão falada necessidade de impor limites. Vale lembrar o termo usado para aproximação que os dispositivos assistenciais fazem com as pessoas que moram na rua: abordagem. Não estaria o termo “abordagem” muito próximo de um termo policial?

Ao tomarmos o tema da intervenção do SUAS sendo balizada pelas noções de risco e vulnerabilidade, historicamente construídas, não afirmamos que os territórios que são investidos pela assistência não estão em situações de risco ou vulnerabilidade. Tampouco queremos dizer que as práticas do SUAS só podem intervir a partir desta

espécie de determinismo. Mas, ao entendermos um contexto biopolítico, nos questionamos sobre a relação que se estabelece com estas relações que produzem a intervenção e o objeto desta intervenção. Em que medida elas assujeitam ainda mais?

O SUAS toca em pontos críticos¹⁸ do modo de produção da sociedade contemporânea, pontos onde o biopoder investe para se apropriar das forças produtivas, mas também pontos onde são produzidas resistências/criações. Estas “zonas de tensão”, zona de bruto-social, sofrem investimentos que estão no fio da navalha entre sujeição determinista e proteção necessária ao desenrolar da vida. Fio da navalha entre cuidado e controle. Ao tempo que é necessário criar parâmetros coletivos para as relações entre os grupos sociais, para as relações familiares, para o cuidado com as crianças e se faz necessário muito mais intervenções construtivas do que repressivas. Porém a flexibilidade da norma, o controle de virtualidades e as intervenções corretivas se encaixam perfeitamente neste diagrama: a atuação sob a égide de uma norma balizadora, que produz determinismo retrógrado-linear-corretivo, tendo efeito de destituição da experiência dos sujeitos. A problemática que nos inserimos não é simples. Há o risco de controle e achatamento das singularidades, e há uma necessidade de atenção necessária às famílias, à infância: uma necessidade de cuidado.

Na Assistência Social como dar assistência? O verbo ‘assistir’ também tem uma face de um olhar atento, um ato de se voltar para algo com atenção. Essa atenção, todavia, não precisa ser necessariamente a urgência sanitária frente à miséria. Esse tipo de atenção pode ser invadido pelo tema do cuidado e mobilizar nesta cena outros afetos, que não os que só fazem destituir o sujeito de seu potencial de autogestão e autocriação – autopoiesis.

Uma assistência que se propõe a cuidar deve estar atenta para os efeitos que ela produz, de onde ela parte e quais constrangimentos a produziram. A constituição do campo social nos dá algumas pistas de “linhas duras” que ganham continuidade no SUAS. Não é por acaso que o AÇR trabalha com noções como “abordagem”, e com “convencimento” - já que na emergência do campo do social tratava-se de convencer a sociedade que ela não é partida, de que não há uma cisão social.

Entendemos que a norma se efetua de dois modos: ao ser imposta de fora baseada em um modelo, ela ganha o status de normalização. É sempre submetendo a experiência da pessoa a uma verdade exterior a ela que a norma produz assujeitamento.

¹⁸ O ideograma chinês que denomina “crise” é o mesmo que denomina a “oportunidade”.

A norma também pode ser construída a partir de experiências situadas localmente, singulares (que se dá no estabelecimento de relações e não emana de um Eu fechado, mas a partir de certa relação com um plano coletivo, uma relação com as relações). Neste caso ela aparece como normatividade¹⁹. Então, para nós, é em uma relação com o coletivo, com experiências subjetivas não-abstratas, mas localizadas no plano de realidade que a norma pode ser produzida, e não importada de um exterior, o que faz diferenciar cuidado e controle.

Para Cruz e Guareschi (2009), o SUAS traz uma inovação ao se introduzir a assistência social como uma política pretensamente pública, inserida na proteção social, pois “provoca uma ruptura com a concepção da assistência social identificada com a benevolência aos pobres e destituídos de autonomia” (Cruz e Guareschi, 2009, p. 29). Porém, se houve avanços e rupturas, talvez os tempos peçam novas lutas. Se era necessário fugir ao funcionamento caridoso na assistência social brasileira, hoje outras problemáticas se colocam pós-institucionalização de algumas lutas. Vimos minimamente como o biopoder penetra nas políticas sociais contemporâneas. Com isso, podemos chamar estas políticas de públicas? Para nós, nem toda política é pública. Política pública pressupõe certa relação com o público ou o coletivo das experiências subjetivas.

5- Políticas

O AÇR está inserido no âmbito do SUAS, uma política que se quer pública. Ao questionarmos a relação que se estabelece na sociedade, que enunciamos se dividir em *sociedade e bruto-social*, estamos questionando uma relação que se estabelece com o plano das relações e dos afetos em jogo neste cenário. Ao serem pensadas práticas de cuidado universalistas, práticas com pretensões públicas, entendemos que é em uma relação com um comum que devem estar sustentadas as práticas de cuidado. Comum não quer dizer homogêneo, igual para todos. Aliás, nada mais heterogêneo do que o comum, do que o plano onde as diferenças se encontram e se relacionam.

A política de assistência, dita pública, se forma em relação com uma política de governo e com uma política de Estado. Mas esses são três modos de política que se conectam, mas não se confundem.

¹⁹ Termo utilizado por Georges Canguilhem (2000), para designar o processo, próprio à vida, de produzir normas, regras, estéticas, ligando a noção de saúde.

Por *política de governo* podemos entender a dimensão política que se realiza a partir das equipes de governo, formada a cada mandato e que se revezam na máquina de Estado. Esta política de governo vai realizar/interpretar de uma maneira o texto constitucional do Estado, o que marca certa instabilidade nestas políticas, devido ao jogo da democracia representativa ao qual a política de governo está submetida. Assim, a cada mandato, os serviços, programas e projetos mudam de inflexão, são extintos e/ou (re)criados. A *política de Estado*, por outro lado, seria a dimensão política assentada no texto legal da Constituição, sendo as políticas e ações que o Estado formalmente e oficialmente se propõe, o que marca certa estabilidade deste tipo de política, não em sua execução, mas em suas diretrizes oficiais. A PNAS (política nacional de assistência social), por exemplo, é, oficialmente, uma política de Estado, garantida no texto constitucional. Porém na prática ela pode ser executada desta ou daquela maneira, em cada política de governo. Por exemplo, atualmente, a principal reivindicação dos atores da assistência social é para que esta política se consolide como política de Estado, o que significa, neste caso, ser mais abrangentemente executada pelo Estado e por profissionais contratados diretamente pelo Estado.

Ao termos políticas de governo e políticas de Estado, entendemos que política pública, por sua vez, não se confunde com uma nem com outra. A instituição de uma política que se autodefine como *pública*, não garante o caráter “público” da política. Mendonça Filho (2008) nos fala do *público* como um centro de autoridade não-específica e não-localizada, uma dimensão a ser ocupada por todos e que remete às condições de articulação dos interesses de uma comunidade política. Esse público seria ao mesmo tempo interno e externo a todos, refutando a idéia do público como o “social”. O “público diz respeito à experiência concreta dos coletivos de forças sempre em movimento. Daí estar em um plano diferente daquele do Estado enquanto figura paralisada e transcendente da modernidade” (Monteiro, Coimbra, Mendonça Filho, 2006, p. 5). O público diz respeito a todos, não no sentido de abranger tudo de todos, mas no sentido de algo que diz respeito a todos e a cada um, conseguindo congregiar as singularidades ao traçar e se tratar de um plano comum, por isso heterogêneo.

Geralmente, no contemporâneo, o público é uma dimensão saqueada, onde “o que é de todos, logo, não é de ninguém”. Da individualização das experiências subjetivas, da privatização dos espaços que “dizem respeito a todos”, decorrem então

todo tipo de saque e (des)legitimação deste público. Entendemos que o público remete ao plano coletivo, que é impessoal, e que em um modo de subjetivação individualista, que pensa o mundo através da idéia de indivíduo, os afetos e ações são insensíveis a essa lógica coletiva.

Coimbra, Mendonça Filho e Monteiro (2006), afirmam que os movimentos que deram origem a instituição de uma série de políticas na constituição de 88 (como o SUAS), passaram a enfatizar o cotidiano, “uma dimensão microfísica da política”. Porém, falam também que no processo de luta por direitos fundamentais, foi a dimensão macro, com seus lugares de poder estabelecidos pela lógica da representação partidária, que foi sendo privilegiada: “a conquista de um lugar de poder que se acreditava estar localizado no Estado” (Monteiro; Coimbra; Mendonça Filho, 2006, p. 6). Assim se garantiu o SUAS como política de Estado. Como já citamos anteriormente, uma série de fatores, além das lutas e suas legitimidades, permitiram a instituição de um direito a assistência social, como por exemplo as transformações no mundo do trabalho, a consolidação de um biopoder que penetrava nos Estados. Ter sobre a vida um controle, mais que uma repressão e formatação diretas. Vigiar de perto passa a ser interesse do Estado contemporâneo.

O governo biopolítico engloba os Estados contemporâneos, fazendo com que se produza no Estado um sentido de projetos de governo, que produzem, assim, certas práticas, maneira de operar as políticas de Estado que geralmente não se constituem em políticas públicas. Esta acoplagem não se dá somente pela mentalidade de uma política de governo específica, mas através da maneira pela qual a sociedade civil, a opinião pública, as empresas e os organismos internacionais pensam o governo como ação na sociedade. Através da associação entre Justiça e Ciência, atrelado sempre ao mercado, forma-se um sentido de governo biopolítico que engloba o Estado, como instância de governo na sociedade. As idéias de normalização, “prevenção dos riscos”, se fazem presente nos mais diversos âmbitos da sociedade, como uma mentalidade no modo de organizar e investir a vida.

O Estado, assim, seria um corpo onde encarna tal modo de governo biopolítico, fazendo deste uma máquina que tende a absorver as linhas de poder expressando-as como programas, projetos, instâncias, procedimentos burocráticos, etc. (Barros e Passos, 2005). O Biopoder atua tanto macropoliticamente, na maneira como serão

nomeadas, pensadas e estruturadas as intervenções do Estado, como também de maneira micropolítica, nas práticas dos atores das políticas de Estado, na maneira como eles se relacionam com estas intervenções. Este biopoder fala de um contexto maior do que a realidade nacional do Estado brasileiro e de determinada gestão de governo. Ele se faz presente para além dessas especificidades e para aquém delas também, sendo anterior e abrangente das mesmas. Assim, é um contexto maior do que uma equipe de governo que sustenta práticas de biopoder, sendo a política de governo um veículo que faz encarnar nas políticas de Estado, em sua dimensão macro e micro, os vetores biopolíticos.

Monteiro, Coimbra e Mendonça (2006) afirmam que o Estado, neste contexto de biopoder, cada vez mais amplia uma função policial-repressiva, transformando-se em Estado Penal que, em nome da vida, encarcera e deixa morrer as expressões de vida consideradas improdutivas e impróprias. É a questão do “racismo de Estado” que se faz presente nas denominadas Políticas Sociais, e que falaremos em seguida.

Se direitos fundamentais a vida foram afirmados em determinado momento, e foram instituídos no âmbito das políticas de Estado, a função “direito” no Estado contemporâneo é facilmente capturada e (in)utilizada, fazendo do direito uma idéia que nunca encontra uma consistência existencial efetiva. Passos e Barros (2005) afirmam que a partir de uma idéia transcendente de homem (O Homem), como equivalente geral, “metro padrão”, o campo do direito contemporâneo se organiza, de modo fragmentado: “O direito se encontra parcelarizado, dividido – penal, público, civil, administrativo – sendo os direitos do homem recusados e/ou marginalizados por esta divisão do campo do direito” (Barros; Passos, ano, p. 21-22). “O Homem” ganha, na inflexão dos autores, uma função reguladora (normalizante) na qual o direito se baseia, e que ajuda a metamorfosear o direito em norma. Esta figura (O Homem) não tem consistência de “um homem” que existe, fazendo, assim, do direito algo que não coincide com a experiência de nenhum homem, mas que se impõe a todos como uma promessa ou um estado a ser alcançado: um modelo de humanidade que possibilita a frase: “direitos humanos para humanos” – nesta lógica, humanos não são as pessoas que existem, mas aqueles que estariam elevados a categoria de humano, os que têm humanidade, aqueles pertencentes à sociedade oficial.

Como discutimos acima, acerca da associação entre saberes e a idéia de Estado moderno, vê-se a construção de uma “experiência subjetiva que configura um ‘próprio

de si' que busca o privado, aspira por ele e conspira contra o público" (Monteiro, Coimbra, Mendonça Filho, 2006, p. 7). Pela operatória de um direito que não passa de *slogam*, as práticas de privatização e modelização da experiência invadem todo tecido social, inclusive e principalmente o Estado, sendo expresso também no que a sociedade espera dele: que garanta o privado, o direito de (alguns) indivíduos. Dessa forma, o público somente serve para ser saqueado, sendo que tudo que é público toma o sentido de "menos", de "baixa qualidade": saúde pública, educação pública, etc.

Porém, é em um plano de realidade, com suas dimensões aleatórias que as políticas de Estado, dirigidas por políticas de governo, vão atuar - e justamente pela dimensão aleatória que se fará necessário tal controle biopolítico. Neste encontro de todas estas idéias, categorias, normas metafísicas, com a dimensão coletiva da realidade (que não pode ser parcelarizada e privatizada e se refere não a categorias, mas a existências singulares) é que se dará os embates, as capturas, que se efetivará o biopoder; mas também, acreditamos, se dará as possibilidades de resistência e de criação de vetores e movimentações, sempre provisórios de política para o público.

Apostamos que há possibilidade de política para o público, no encontro da sociedade com seu bruto, e que a oportunidade para se efetivar política pública encontra-se nesta relação, onde, paradoxalmente, encontra-se também a captura. É nesta relação que tanto a captura, a cristalização dos jogos de poder e a resistência, que a potencialização dos coletivos se efetivam. Uma política pública sempre será um direcionamento, uma forma de organização do público como espaço subjetivo. Ela será pública se está a serviço do público, conversa com o público. Não será pública se divide, privatiza ou transforma as formas que dele emergem em verdades essenciais últimas, categorias a serviço da manutenção de um *status quo*.

Política pública de assistência social, como vamos entendendo, seria a conexão da política de Estado com práticas concretas dos sujeitos implicados, com plano coletivo da experiência, uma política do coletivo, feita no coletivo, para o coletivo. Colocação da política do Estado a serviço de uma política do/no/para o público.

Afirmamos a diferença entre política pública e política de Estado, para apontar que política pública é uma comprometida com as experiências singulares que existem. Política Pública não se institui, mas é instituínte, e não pode ser garantida através de leis

e textos constitucionais. Leis e textos constitucionais são facilmente apropriadas pelo exercício do biopoder, já que seu foco é o mesmo destes direitos: a vida.

Para Barros e Passos (2005), na máquina de Estado algo resiste às linhas de capilarização do poder, à sua interiorização, apontando para sua exterioridade, fazendo com que o Estado se abra para o que é seu fora - o público, o coletivo. Esta política pública pode ser direcionada a partir de textos que garantam direitos, pode ter diretrizes que a regulem, podem, é nossa aposta, acontecer no âmbito de ação do Estado. Porém, elas só acontecem em ato, na prática, não sendo garantidas, nem por procedimentos, nem pela enunciação de direitos. Política pública seria uma dimensão que *acontece*, devendo ser cultivada para que haja alguma continuidade. Seguimos a aposta de que a alteração da experiência coletiva pode “gerar políticas públicas malgrado o movimento de interiorização da máquina de Estado (...) é o que se produz no plano do coletivo que garante o sentido público das políticas que também atravessam o Estado” (Barros; Passos, 2005, p.15). É a aposta na fertilidade no plano das relações e dos afetos.

As práticas de políticas públicas é que devem, neste sentido, ser o fator de estabilização destas políticas, para além do texto constitucional. É a construção de uma política no/com/do público, que possibilita colocar o Estado e os governos a serviço desta experiência do coletivo, das pessoas que existem. Dizer isso é mais fácil que fazer acontecer. Na prática, a complexidade que compõe uma intervenção do Estado, como o AÇR, nos leva a procurar diretrizes para enfrentar o jogo que envolve esta ação estatal. Como torná-la ação para/do/com público/coletivo? E como, ao ser uma política fundada e sustentada no público, tomar a direção de cuidado?

Há possibilidades de capturas por parte poder, e há possibilidades de se tomarem linhas de fuga, mas que se transformam em fugas sem linha²⁰, linhas de morte, de abolição. Nossa problemática se torna ainda mais complexa, quando a plasmamos na experiência concreta. Trataremos do problema das “fugas sem linha” nos próximos capítulos.

Pensar uma política pública que garanta direitos, tomar o direito num plano comum, numa experiência de pessoas que existam, é o desafio atualmente (Barros; Passos, 2005). Entendemos que, em práticas que são chamadas comumente de política

²⁰ Fuga sem linha: termo cunhado pela colega Fernanda Ratto (2010), para referir-se a estratégias de fuga das capturas do poder que não produzem criações, mas desterritorializações desenfreadas, mortes.

pública, linhas de capilarização do poder e linhas de resistência cohabitam, estando imbricadas fazendo parte de um mesmo plano de realidade. É a tal característica de rede heterogênea, comportando não contradições, mas paradoxos, fazendo da vida imanente, concreta, um sistema muito complexo, maravilhoso, perigoso sempre, mas recheado de brechas de possível.

Durante este texto viemos falando acerca da constituição de um campo do social, de uma episteme que o atravessa, e acabamos por definir determinado tipo de política que produz individualização e assujeitamento. Acabamos por denominar este tipo de política por Política Social, entendendo que esta política é um modo como está mais ou menos institucionalizada a Política Social no contemporâneo. Não queremos dar conta da generalidade das políticas sociais. Porém, ao definirmo-la desta forma, estamos também em um exercício de diferenciá-la de uma política pública, e também resumindo, nesta idéia, aquilo que pensamos produzir controle.

Políticas Sociais geralmente são entendidas como órgãos comprometidos em fazer a mediação entre Necessidade x Homem, tentativa essa de dar uma segurança social. Políticas Sociais englobam assistência, saúde, educação, habitação e etc. Em nossa inflexão entendemos políticas sociais por políticas “sobre” o bruto-social. Política que encarna a perspectiva de análise e intervenção do campo do social, instrumentalizada pelas ciências humanas, pela estatística, tomando o sentido de biopoder. Assim esta Política Social, na maneira como a tomamos aqui, é a satisfação da necessidade da sociedade em sua versão oficial, e não da multiplicidade do tecido social, que abrange mais do que a sociedade e seus ideais.

Neste sentido, as políticas sociais são políticas de manutenção de um antagonismo entre social e sociedade, que garantem uma concorrência que se faz entre experiências individualizadas. Política privada e privatizante se faz pelo Estado, porque privado e público não tem nada a ver com estatal. Privado e público, em nosso trabalho se relacionam a sociedade e coletivo, respectivamente, sendo o bruto-social o limite externo da sociedade, que é investido por esta como aberrante, *causa sui*. A Política Social, em nossa inflexão, é o investimento nesse limite externo, em sua forma hegemônica. Quando há um investimento enquanto Política Social, nesse limite externo, isso se faz por uma prática que é de individualização e não de coletivização. O coletivo, assim, fica como limite externo do limite externo. Uma Política Social nesta maneira

como a estamos caracterizando, individualizante, comporta, sutilmente, um sentido de “racismo de Estado”. Canta Caetano “podres poderes”:

“Enquanto os homens exercem
Seus podres poderes
Morrer e matar de fome
De raiva e de sede
São tantas vezes
Gestos naturais...”

Foucault (2005) afirma que o racismo de Estado é o exercício biopolítico do poder de morte. Ele seria um meio de introduzir um “corte” neste domínio da vida no qual o poder investe, através da separação entre aquele que deve viver e aquele que é “matável”. Com uma distribuição hierárquica da multiplicidade da população (raça, sexualidade, posição social, etc.), fragmenta-se o campo biológico, defasando uns grupos em relação a outros. Racismo de forte tendência evolucionista, em que uma categoria seria mais evoluída e mais adaptada do que outra. Então, em defesa da sociedade, elimina-se indivíduos e grupos mal formados, anormais, primitivos. Há, no racismo de Estado, além de teor “evolucionista”, um imperativo bélico: “para viver é preciso massacrar seus inimigos”. O inimigo neste caso é perigo biológico e também o que é diferente. O racismo de Estado é uma linha dentro da sociedade que se apresenta de diversas formas: chacina da Candelária (23/6/1993), chacina do Carandiru (2/10/1992), a omissão do governo americano nas enchentes em New Orleans (2005), grupos de extermínio, milícias, testes de armas biológicas e medicamentos na África. Em formas diretas e formas mais sutis, o “perigo biológico” é eliminado, porém não somente executado, mas exposto à morte, aos riscos de morte, também à expulsão, ao isolamento, à morte política: deixar que a seleção natural/regulação “se faça”. A morte ou submissão do “outro” perigoso e anormal é o fortalecimento da “raça”, é o que pode garantir uma homogeneização, uma lógica de assepsia no corpo social: este é o sentido do Racismo de Estado.

O filme de José Padilha, “Garapa” (2008), começa distinguindo o “morrer de fome”: morre-se de fome rapidamente em alguns dias, de inanição, por suspender qualquer tipo de alimentação. E pode-se morrer de fome todos os dias, aos poucos, por uma alimentação no limite da ausência de nutrientes. A miséria estrutural produzida no capitalismo é uma forma de garantir uma margem de concorrência, uma mão de obra barata e também uma forma de extermínio lenta e gradual, onde se eliminam gerações. Ela não ganha a espetacularização de um extermínio direto, e ainda dá margem para

ações paliativas, que ganham enredo de “boa notícia”, nos telejornais, através de ações sociais de grandes empresas, grandes campanhas filantropo-comerciais.

No filme, “Quanto vale ou é por quilo?” (2005), de Sérgio Bianchi, há uma linha entre a escravidão no Brasil e as ações sociais de empresas, que funcionam na lógica da caridade. Essas ações funcionam como marketing empresarial e subterfúgio para corrupção (sonegação de impostos, superfaturamento de receitas), constituindo todo um nicho da “responsabilidade social” em torno de si, capitalizando a miséria, e dela tirando benefício - “Vinde a mim as criancinhas do nordeste! Que eu ensino a fome a receber cachê” (“Carecas da Jamaica”, música de Nei Lisboa e Humberto Gesinger).

A brutalidade da sociedade é dispersa em todas as suas dimensões. Não se trata de falar que uma lógica de sociedade não é reproduzida pelo sujeito miserável, e nem que a brutalidade incide somente sobre os mesmos. Mas a brutalidade é mais visível, direta e devastadora sobre o bruto-social. Ela ganha nuances de extermínio, também pela maneira como são investidas as ações do campo de trabalho social. Inseridos neste campo, percebemos trabalhadores em condições precárias, equipamentos sucateados, serviços funcionando isoladamente. O trabalho nessas condições ganha nuances de missão caritativa. De pronto somos capturados na mesma lógica daquilo que se visa a combater. A denominada política social produz e (re)produz marginalidade e segregação em todos os seus níveis. O próprio lugar da política social no Estado é um lugar de margem, de abandono. E dentro das políticas sociais abrangentes, a assistência social é a mais precarizada. Mas não por acaso. Faz parte, entendo, desta linha de extermínio lento e gradual, a precarização destas políticas, assim como ela sustenta todo um mercado de seguridade social, saúde e educação privados.

6- Social híbrido: cuidado e controle

O “campo do social”, como campo de intervenção da sociedade sobre sua área bruta, é campo híbrido, composto por conjunções de áreas da estrutura de governo, ONG’s, e outros atores da sociedade em geral, que se associam com saberes diversos. Ele é ponto de encontro entre as ideias e ideais da sociedade acerca da vida individual e comunitária, da maneira de estar na sociedade, com realidades heterogêneas, marginais. Campo que produz trabalhos híbridos: serviço social, educação social, psicologia social, etc. Deleuze (1980) denominou-o de o “híbrido moderno”.

Para Deleuze, o social é um regime de variação de vetores que entram em seu campo: variação entre público e privado (privatização do público, publicização do

privado), variação das relações entre Estado e família, judiciário e medicina, liberação e controle. Nele a dimensão coletiva da experiência, os riscos da sociedade são privatizados, e o particular, a vida familiar, os modos de relação consigo e com o mundo, passam a ser problemas de Estado. A instituição judiciária se integra cada vez mais em um contínuo de aparelhos, ganhando reciprocidade com a medicina, com a pedagogia, exercendo funções, sobretudo, reguladoras. Na intervenção do campo do social, liberdade e tutela, cuidado e controle se misturam. O trabalho social traz a novidade da atenção aos “problemas” da infância, questionando sobre as antigas atitudes de repressão e caridade, visando mais a compreensão do que a sanção jurídica, buscando a associação entre judiciário, psiquiátrico, e educacional (Donzelot, 1980), onde a idéia de direito é um horizonte e uma justificativa, um meio e um fim. O social interessa-se muito mais pela utilização e modulação das forças produtivas, do que pelo seu descarte imediato. Ele investe em tudo que é germe de sociedade, nas potencialidades das formas de organização da vida.

Foucault (1990, p. 136) indica que contra o poder contemporâneo, as forças que resistem se apoiaram naquilo que ele investe:

“as grandes lutas que põem em questão o sistema geral de poder já não se fazem em nome de um retorno aos antigos direitos (...) o que é reivindicado e serve de objetivo é a vida, entendida como as necessidades fundamentais, a essência concreta do homem, a realização de suas virtualidades, a plenitude do possível (...), a vida como objetivo político foi de algum modo tomada ao pé da letra e voltada contra o sistema que tentava controlá-la”.

As lutas as quais Foucault se refere tomaram a vida como sentido e objetivo, como política de intervenção. A lei, que torna aceitável uma normalização, é utilizada pelo biopoder como o que garantiria o direito. O direito é a justificativa para intervir, normalizar, e também, meio de formulação e afirmação de lutas que resistem ao sistema geral de poder. O direito é um ponto de comunicação de uma batalha, entre sociedade e movimentos que resistem a sua lógica, “cavalo de tróia”, tanto do poder quanto da resistência. Nesse sentido “uma lei não se impõe por si só. Ela é implementada e posta em funcionamento nas/pelas nossas ações” (Coimbra; Ayres, 2008, p. 64). As ações estabelecem uma relação com as leis, com os direitos, e esta relação dará o sentido que as práticas no social tomam: cuidado ou controle.

Deleuze (1980, p.1) afirma que esta nova paisagem que se implantou (o social), tem seu domínio com contornos nebulosos. Deve-se reconhecê-lo, antes de mais nada,

“pela maneira como se formou, (...) e como esboça sua própria originalidade com relação a setores mais antigos”, fazendo uma junção de uns nos outros, hibridizando campos que formam um mesmo plano, deixando de lado o regime de lei que por muito tempo perdurou, e passando a funcionar com mecanismos reguladores e corretivos.

Tratando-se de um domínio nebuloso e multilinear, o social será uma máquina a qual não se pode determinar definitivamente os efeitos. Acompanhamos Deleuze (1980, p. 7), que não duvida das brechas:

[...]de que modo os desejos e os poderes, as novas exigências de controle, mas também as novas capacidades de resistência e liberação vão se organizar e se confrontar nessas linhas? (...) um mecanismo regulador é habitado por tudo que dele transborda, fazendo romper-se de dentro.

Se o trabalho social trabalha com uma dimensão da vida, é nessa vida que haverá a possibilidade de resistência. Se onde há poder há brechas para a resistência, neste emaranhado de linhas, nesta zona híbrida que é o campo do social, desejos, poderes, controle e resistências comparecem. O poder é entendido não como localizado em uma instituição, mas como algo que se exerce, que circula. As relações que predominantemente se estabelecem entre sociedade e bruto-social fazem com que essa relação de poder se cristalice. É certo que é necessário um contínuo na sociedade, mas esta estabilização não pode advir de um pólo. O bruto-social é o que escapa, o que “excede”, como diz Waly Salomão, à sociedade, e ela fará a operação de apartar este excedente, para depois tentar incluí-lo a partir de suas categorizações. Nessa relação, a todo o momento micro-lutas são travadas, pequenas lutas que circulam, ganham nome de luta por direitos, e na maioria das vezes agem silenciosamente nas brechas, nos **impasses do cotidiano**. Estas lutas estão aquém e além dos sujeitos nelas envolvidos (trabalhador social, usuário, menino de rua, etc). Pode-se dizer que são lutas impessoais, mas que se referem a singularidades, ou são lutas pelas/com/nas singularidades.

Estes sentidos do campo do social como campo de intervenção, e como lugar do bruto da sociedade, vão se presentificar nos dispositivos de assistência. Acreditamos que através da invasão destes dispositivos e da incidência em suas práticas, é possível intervir na relação da sociedade com sua dimensão bruta, é possível cultivar (re)existências. O que seria, também, este bruto, se não uma dimensão coletiva da experiência, uma dimensão que todos partilhamos? Como se lida com esta experiência bruta, sem brutalidade própria ao racismo de Estado?

O AÇR está inserido em uma rede composta de elementos heterogêneos, em muitos movimentos. Penso que se relacionar com isto que parece externo a essas intervenções pode mudar o sentido dessas. E não tomar o bruto-social como algo a ser socializado, mas como algo que pode deslocar a própria sociedade, ao colocarmos tudo isso em um plano comum.

Se neste texto evidenciamos este lado “sinistro” do dispositivo, não é para abandonar o trabalho e a militância neste âmbito. Neste trabalho vivemos coisas, conhecemos pessoas que sabemos o nome, a história. Pessoas com as quais rimos e choramos, pessoas que transformamos e que nos transformaram. E isso só pôde ser feito através de um modo de entrar em relação, de se posicionar nesta relação entre a sociedade e essas vidas específicas, marginalizadas. Não queremos com este trabalho dar receitas (nem achamos isso possível!), mas compartilhar uma experiência cujo sentido ainda estamos construindo, e apostar na potência do que se sentiu, na capacidade de encontros que vão além do que se estabelece como “trabalho social”.

Construímos nosso problema nestas bases. No dispositivo Ação Rua estão presentes o social como campo de intervenção do Estado, amparado em domínios de saberes e práticas discursivas e não-discursivas, que constroem certa relação da sociedade com a miséria. Esta relação está amparada em uma episteme, que projeta o modo de entendimento e intervenção sobre a experiência subjetiva da miséria, entendendo-a como uma causa em si mesma. Assim é direcionada esta política de intervenção da sociedade sobre seu bruto, política social, assentada em uma lógica disjuntiva excludente, que tem efeito privatizante. Mesmo sendo uma política de Estado, executada por políticas de governo, política social não faz política pública, uma política para o público. Ao serem produzidas desta maneira, as denominadas políticas sociais estão a serviço de uma intencionalidade do Estado: controle populacional, colocado a serviço de um modo hegemônico de (re)produzir a sociedade.

A assistência social, como política social, vai operar por intervenções sobre os indivíduos miseráveis, a partir da prevenção dos riscos, operando um determinismo linear progressivo-retrógrado-corretivo: o presente é a causa de um dano futuro a ser controlada e corrigida a tempo. Com um Estado a serviço do que chamamos de máquina-sociedade, as práticas no “campo do social”, da Política de Assistência Social, estão mais próximas da tarefa de controle e socialização (tornar sociedade) do que de cuidado.

Essa relação linear do tempo mantém o bruto-social como limite exterior da sociedade, investindo nesse bruto a partir de uma relação antagonista, intervindo com brutalidade e convocando práticas de controle:

[...]e pensou, enquanto alisava o pelo negro, que aquele contato era ilusório e estavam como que separados por um vidro, porque o homem vive no tempo, na sucessão, e o mágico animal na atualidade, na eternidade do instante” (Jorge Luiz Borges, ficções).

No contexto biopolítico da assistência social, uma relação linear com o tempo se atrela a um determinismo disjuntivo excludente, impedindo um entendimento heterogêneo da realidade, “ou se é uma coisa ou outra”. Como construir ao invés de uma lógica antagonista e disjuntiva, uma lógica conjuntiva? Colocar lado a lado o tempo do homem e o tempo do animal, habitar facetas aparentemente contraditórias, mas complementares, da realidade. Em nossa forma de percepção, esta não é uma tarefa natural. Há de se “trabalhar” pela conjunção. O que traz a força do coletivo:

O problema do coletivo, então, consiste em instaurar, encontrar ou reencontrar um máximo de conexões. Pois as conexões (e as disjunções) são precisamente a física das relações, o cosmo. Mesmo a disjunção é física, ela só existe como as duas margens, para permitir a passagem dos fluxos ou a sua alternância. (Deleuze, 1997, p.62).

É em certa relação com o tempo que está uma pista para a construção de uma política, um posicionamento frente a esse problema. Domesticar o desvio é tratamento para remissão de sintoma, ainda futuro. Tempo de linearidade retrógrada. Tem-se uma linearidade retrógrada corretiva, no campo assistencial, que ganha o nome de prevenção. Essa prevenção não é uma prevenção do sujeito em risco, mas prevenção da sociedade. Do ponto de vista do modo de se relacionar com o tempo linearmente, se está em um regime de causalidade. Regime de causalidade é regime determinístico, e regime determinístico garante práticas de controle. A outra possibilidade é outro regime do tempo, que não é linear, é circular.

O coletivo é o terceiro que nos ajuda a desfazer as separações, dando outra pista desta circularidade do tempo. Mangueira (2008, p. 204) nos fala que “do ponto de vista dos afetos, aceitar a diferença, conviver com a diferença, só é possível para corpos que se encontram para além dos vieses culturais de origem, no indefinido”. Isso, em uma relação, dá a pista de um cuidado circular, ou seja, que nos implica em uma relação de um cuidado que circula: ele não é de um sujeito em específico, ou não parte dele. Penso que a localização do profissional do AÇR está nesse limite, em um local indefinido:

entre a ação do Estado e o território existencial da rua. Nós, como trabalhadores de rua, éramos um ponto de comunicação entre sociedade e bruto-social. Estávamos entre. Como psicólogo, não poderia deter-me nas problemáticas individuais e familiares somente. Era necessário *constituir um corpo que se colocasse tanto nas bordas da cultura instituída, quanto entre o individual e o coletivo, para além ou aquém das formas individualmente e socialmente instituídas* (Mangueira, 2008). Até porque, se vamos entendendo que se ao psicólogo é destinado o trabalho com a interioridade, nossa perspectiva entende a interioridade como o local habitado por aquilo que é também completamente exterior ao indivíduo (Mendonça Filho, 2008).

Sabemos que o controle atinge sua eficácia máxima quando ele deixa de ser exterior (policialesco) e se torna interiorizado num movimento de adesão aquilo que ele se propõe. Ao normalizar a vida, um pretensão cuidado que vem de fora corre o forte risco de se constituir como uma prática de tutela. Podemos então inferir que a tutela é uma modalidade de cuidado capturada pela lógica do controle. A tutela parte do princípio que o cuidador é aquele que sabe cuidar e o tutelado, por sua vez, sabe que não sabe cuidar de si.

Vamos entendendo que a relação de cuidado cria o cuidador e aquele que é cuidado, por isso essa separação não pode servir para explicar, de antemão, o processo de cuidar. A separação técnico/usuário, não é de onde se parte, onde este processo se inicia, mas o que se busca em cada instante é que essa relação de cuidado se sustente, e produza a relação que cria cuidador e cuidado. Cuidado compartilhado no ato de cuidar, que não se localiza num sujeito ou numa instituição, mas engendra redes de cuidado que passa pelo trabalhador, pelas instituições e pelos usuários desses serviços, pela família, pela sociedade, um cuidado comum, comunitário, que se dá numa relação com o plano do coletivo.

Esse cuidado afirma uma ética do cuidar, e essa ética entra aqui como uma postura que se toma diante da experiência com ele, inserida em um território existencial. Neste território existencial, o individual e o social se apresentam como dimensões conectadas, indissociáveis. Isso muda a perspectiva de pensamento e intervenção nas políticas de assistência, pois esse é um modo de pensar práticas de “assistir” onde o individual não se resume à experiência privada, nem o social se configura como um campo homogêneo e externo às nossas possibilidades de ação micropolítica.

É na experiência que controle e cuidado se dão concretamente; é nela que social e indivíduo não se separam. É nesse limite eu/não-eu que devemos entender o que Foucault (2006) diz quando ele coloca que o cuidado de si seria um modo único de se relacionar com a vida e consigo próprio a partir de uma configuração histórica específica. Esse cuidado de si tem um duplo efeito, podendo ser compreendido como um conjunto de tecnologias e experiências que participam do processo de (auto)constituição e transformação do sujeito. É construção de si e construção de mundo.

Ao incluirmos este outro termo, na relação bruto-social/sociedade, o coletivo, queremos pensar uma política que se dá na relação e em uma relação limítrofe à máquina de Estado, que resista a esta interioridade da máquina de Estado, para produzir outra relação que não seja sob a égide dessa causalidade linear. Ela se faz em uma outra causalidade (cuidado de si e cuidado do outro), uma causalidade circular, e pressupõe uma relação com o objeto, o coletivo, que é uma política para o coletivo, sendo, ao mesmo tempo e necessariamente, uma política com o coletivo, pelo coletivo, no coletivo. O trabalho do psicólogo é então a construção de um trabalho que é a construção do público, que é a construção desse coletivo. Há uma relação que se faz na construção destas políticas públicas, que devem ser pensadas em uma complexidade prepositiva. Fazer uma descrição dos modos de relação no plano que está no meio (coletivo), que é o que vai se acompanhar no Ação Rua - ação na rua, ação contra rua, ação com a rua. A partir dessas relações, trazemos a especificidade do que foi vivido na prática, concretamente. Nosso próximo passo é constituir a paisagem que se formara no âmbito do Ação Rua, em uma região específica da cidade de Porto Alegre, no ano de 2007.

Capítulo Segundo (Zoom In)

0- preâmbulo segundo

**“Do alto da torre a água do rio é limpa
Guaíba deserto, barcos que não estão...”
(Vitor Ramil - Ramilonga)**

Do alto da torre, “base” do AÇRNC²¹ (Ação Rua Núcleo Centro), podia ver o Guaíba em seu silencioso esplendor. De minha sala via seus labirintos de água, as ilhas, o porto quase abandonado, a água prateada ao final da tarde. À esquerda, enxergava o “KM 0” de Porto Alegre em frente ao “Paço Municipal”; à frente, o Mercado Público; à esquerda, a Praça XV e o camelódromo. Camelôs, artistas de rua, guardas, transeuntes, usuários de crack habitavam passageiramente esses espaços. O “Índio” – morador de rua do centro – fazia seu ritual, bem no meio do Largo Glênio Peres, lugar de passagem entre todas essas referências. Por vezes, se ouviam tiros, repentinas alçadas de vôos das pombas, burburinhos, enfrentamentos entre os ambulantes e a fiscalização da prefeitura: figuras e movimentos, presenças e ausências faziam daquilo uma paisagem que não podia ser captada em sua totalidade, não podia ser esgotada. Haveria sempre perspectivas, histórias e narrativas parciais, pontos de vista – cada ponto de vista é uma coautoria, mas a totalidade dessa paisagem não pode ser captada pela soma de perspectivas. Esses pontos de vista falam de localizações; em variáveis temporais, no entanto, *mutatis mutandis*, a cada instante e na multiplicidade que é cada instante.

Meu ponto de vista, naquele momento, era da altura do 8.º andar. Dele via uma circulação que fazia movimentos ora belos, ora tristes, de qualquer forma, contínuos em sua descontinuidade. A materialidade e a radicalidade da cidade davam a noção da impossibilidade de controle de um ambiente selvagem. Selvagem porque vivo, por escapar da racionalidade das funções de governo, entre elas da que eu protagonizava, na árdua tarefa de dar direcionamentos e respostas a uma das maiores mazelas que uma grande cidade latino-americana contemporânea produz: crianças e jovens vivendo nas calçadas, em condições precárias de vida. Os ditos miseráveis, que fazem da rua seu espaço de existência. Aqueles com os quais a cidade é mais covarde, pois são exatamente aqueles que mais precisam dela: por que moraríamos aglomerados, não

²¹ Doravante, ao usarmos a sigla AÇRNC, estaremos nos referindo ao núcleo central do projeto Ação Rua, núcleo do qual fazia parte a minha equipe.

fosse para nos amparar? Talvez, quem sabe, para podermos trocar, contagiarmo-nos de outras expressividades, para ampliar nossas possibilidades de diferença. Pois era assim que eu mirava a rua da janela do 8º andar: um lugar de troca do sensível.

O ritual que o “Índio” fazia em meio à presença quase ausente dos transeuntes, bem no centro de Porto Alegre, talvez fosse uma manifestação mais visível, estranha e familiar do movimento que pulsa e dá contornos à cidade: a repetição dos movimentos, a formação de um ritmo, os gestos que a funcionalidade do centro administrativo da capital não entendia. Gestos que formavam cena e personagem, sem, todavia, advirem deste. Ambiente que eu mirava e admirava, que pulsava em minhas entranhas, era a pulsão de um território, de uma existência, de um território existencial. O território existencial *centro-de-Porto-Alegre*, composto de movimentos e ausências de toda uma cidade, congregava e se conectava a uma multiplicidade de outros. Da minha perspectiva do 8.º andar e também do térreo, sobre e ao lado, minha atenção voltava-se a outro território vivo em específico, subjacente a este: o território existencial rua, em específico aquele experimentado e ritmado pelos sujeitos, alvo do cuidado do serviço em que eu trabalhava.

Mas o que implica entender essas paisagens com esses personagens como territórios existenciais? Um território existencial não se refere a um território como um ponto em um mapa, estático e já delimitado em si. Mais que uma delimitação espacial, um território existencial é uma localização espaço-temporal, não sendo objeto com essência e identidade, mas uma forma que está sempre submetida a um pulsar do tempo, e que pulsa no tempo. Sendo esse território uma figura viva, ele está sempre sujeito a modificações, desvios e re-criações de si mesmo, já que sempre se constitui na relação com outros territórios em movimento, não é fechado nem isolado. Guattari (1992, p. 44) nos fala que no território existencial “uma instância expressiva se funda sobre uma relação matéria-forma, que extrai formas complexas a partir de uma matéria caótica”. Há, então, um modo de marcação no tempo, a construção e a execução de uma expressividade, que explica a formação de um território existencial, não estando sua conformação submetida anteriormente à sua funcionalidade: sua expressividade não é explicada por sua função, mas sua função é explicada por sua expressividade. A função do e no território existencial é sempre posterior à sua expressividade (Alvarez, Passos, 2009).

A expressividade dá forma e consistência a uma matéria informe e heterogênea – plano dos fluxos e dos afetos, coletivo – através de um agenciamento coletivo e impessoal de componentes que se constituem em formas-estados complexos. Esse agenciamento faz emergirem formas individuais e/ou coletivas como territórios existenciais autorreferenciais, que constituem um corpo individual e/ou coletivo que pode ser observado, pode ganhar nome. Mas esses corpos estarão sempre em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade também subjetiva, também em movimento (Guattari, 1992).

Esses personagens e paisagens subjetivas que se compõem, e que estamos entendendo como território existencial, são universos singulares, historicamente marcados pelo cruzamento de diversas “linhas de virtualidade” (Guattari, 1992), sendo formas e possibilidades de formas datadas. Nesse sentido, o território existencial *centro-de-Porto-Alegre* e *rua* são uma ritornelização territorializante, uma repetição mutante (repetição não do mesmo, mas repetição criadora) que os significa como territórios, como formas aos nossos olhos. Esses territórios são, enfim, movimentos, expressividades que não pertencem a seus agentes, a quem protagoniza o ato de expressar. Pelo contrário, a expressividade que marca e forma esses territórios não é do sujeito porto-alegrense ou do menino de rua, mas é exatamente dessa expressividade que emergem os personagens e a cena, a partir dos seus movimentos, dos seus costumes, da sua atividade. O plano da expressividade faz surgirem esses sujeitos e objetos da expressão, ligando a expressão ao plano do coletivo (Alvarez, Passos, 2009), ao plano da relação, o que nos faz entender os personagens desse território como constituídos em *certos modos de relação*.

A expressão que delimita um território existencial, formando seus personagens e sendo por eles formada, é justamente a construção de uma *transversal, de uma ponte, de conexões* entre o plano da matéria informe, plano das forças e fluxos e o plano das formas, dos sujeitos e objetos já individuados. Nunca se parte do nada e o nada está por toda parte. É a expressão advinda das relações que se repetem em um território que se faz ethos, morada e estilo (Alvarez, Passos, 2009).

1- “eu indo a Porto e Porto indo em mim”

Em relação a uma paisagem não estática que eu atuava no AÇRNC, focando jovens que habitavam as ruas do centro de Porto Alegre. Se anteriormente analisamos as condições de formação de dispositivos do campo do social na sociedade ocidental, agora tratamos de focalizar mais a questão. O AÇÃO Rua só emerge em uma cidade que já possui uma história de intervenções relativas à juventude em situação de rua e, mais que isso, uma história peculiar relativa às políticas de governo e a certa participação de um “fora-do-Estado” na administração municipal.

Nossa análise se volta à paisagem que envolve o AÇRNC e sobre a qual ele intervém: as políticas para crianças e jovens que habitam as ruas da região central da cidade. Para entendermos essa paisagem, focamos no que dá movimento e consistência a estes territórios: as relações e conexões estabelecidas, que fazem emergir os personagens que compõem o dispositivo AÇRNC e com os quais a entidade vai, de alguma forma, se relacionar. Importam menos a identidade dos sujeitos e objetos dessas paisagens e mais seus movimentos. Esses personagens como elementos rítmicos de uma paisagem melódica (Alvarez, Passos, 2009). Cartografamos a passagem e a expressão nesses territórios do ponto de vista de um trabalhador do então projeto AÇR. Para tanto, penso ser fundamental apresentar as linhas locais, os sentidos presentes nesse grande território existencial em que se localiza nosso foco de pesquisa.

Porto Alegre é a capital do Estado do Rio Grande do Sul, situado no extremo sul do Brasil, fronteira com o Uruguai e a Argentina. Fundada em 26 de março de 1772, Porto Alegre tem uma população de 1.312.169 habitantes (Fonte:IBGE/2000), formada por 25 etnias, mais predominantemente índios, negros e portugueses. A cidade experimenta, bem demarcadamente, as quatro estações do ano. O frio mais rigoroso do inverno, em julho e agosto, varia entre 2° e 15°, e o verão tem intenso calor em janeiro e fevereiro, com temperaturas entre 25° e 35° em média. Ficando às margens rio (lago) Guaíba²², Porto Alegre tem sua geografia composta de morros, balneários, ilhas e campos, sendo dividida politico-administrativamente em 16 Regiões do Orçamento Participativo²³ (ROP), que compreendem, cada uma delas, um conjunto de bairros.

Fundação e Herança

²² Há pouco mais de 20 anos, o Guaíba, que sempre foi e até hoje é chamado “rio”, foi definido como um grande lago. Guaíba, em tupi-guarani, quer dizer “lugar onde o rio se alarga”.

²³ O orçamento participativo é um dispositivo fundado em 1990 pela Gestão municipal Olívio Dutra. Consiste na participação da população em geral nas decisões orçamentárias do município. Ele também é marca de uma época na cidade, a chamada “gestão da participação popular”.

Disputas por território entre lusos e espanhóis fizeram nascer a capitania de São Pedro do Rio Grande e, como sua capital, a Freguesia do Porto dos Casais. A capitania de São Pedro do Rio Grande foi a última capitania a ser povoada no Brasil colonial e deu nome ao Estado do Rio Grande do Sul. A Freguesia do Porto dos Casais localizava-se na região do centro de Porto Alegre.

Porto Alegre nasce com uma função militar, criando uma linha de defesa que impedia a penetração dos espanhóis pelo Guaíba. Às margens do lago, Porto dos Casais tinha uma localização estratégica para a defesa do Brasil continental, já que o Guaíba desemboca na Lagoa dos Patos que, por sua vez, lança suas águas no Atlântico. Segundo o Historiador Moacyr Flores (2004, p.18), “Porto Alegre era cercada por um muro em forma de trincheiras de terra, com fossos, tomando o aspecto de uma cidade-fortaleza”. Desde seu início, portanto, fazia-se presente na atmosfera porto-alegrense a questão da relação “dentro/fora”.

Sobre a história e constituição de algumas características de Porto Alegre, Juremir Machado da Silva (2004, p. 29) comenta que “Porto Alegre é o fruto de uma trama espontânea bem mais contraditória do que percebem os nossos bons positivistas”, os idealizadores de certa cultura rio-grandense. Ele conta que o fundador oficial de Porto Alegre, José Marcelino de Figueiredo, português que saiu fugido de Portugal por ter matado um oficial inglês, batizou o então Porto dos Casais de Porto Alegre em referência saudosista à sua cidade em Portugal, Portalegre, localidade do Alto Alentejo, de origem romana e topograficamente semelhante a Porto Alegre. Portalegre, no final do século XVIII, vivia de matar espanhóis em intermináveis guerras de fronteiras.

A futura cidade nasce de uma saudade e de uma relação de fronteira, vivida como guerra contra um inimigo sempre bem definido. Por essas bases de construção, para Juremir Machado (2004, p. 34), o gaúcho herdou “o hábito da relação antropológica fundamental dentro/fora”, sendo que “Porto Alegre é uma cidade unida por uma só paixão: a da oposição. Polarização entre dois termos irreconciliáveis, porém incapazes de viver um sem o outro. O porto-alegrense altruísta e hospitaleiro alimenta-se de rivalidade”.

Com uma proximidade com a fronteira e com o que é fronteiro, pelo que se coloca a questão dentro/fora, um modo de relação antagonista está na base da fundação de povoados em terras rio-grandenses: uma existência que se funda na questão *da distinção e da definição* de posições. A capitania de São Pedro do Rio Grande era uma

região invadida que ainda estava por definir a que reino pertencer (Portugal ou Espanha): de quem era e o que era. É em uma experiência fronteira e de difícil definição que se coloca um imperativo bélico, polarizando ainda mais o paradoxo. Para o gaúcho-brasileiro²⁴, a distinção torna-se, então, histórica e hegemonicamente, o estigma da separação. A definição fica polarizada em aliados e inimigos, sendo que a maneira de se relacionar com este outro é pela guerra. Era necessário afirmar-se e fortalecer-se a partir da batalha com o “outro”, separar o que era e o que não era. Entre guerras com os hispânicos e com o próprio império brasileiro, o gaúcho se faz uma ilha “chucra”²⁵, guerrando com o dentro e com o fora.

Depois que as culturas do Prata deixaram de ser importantes, depois que a capital virou as costas para o pampa, depois que a fronteira com territórios hispânicos deixaram de ser questão, o gaúcho continuou a atualizar a oposição dentro/fora, gerando um fosso, uma trincheira onde houver possibilidade de produzir distinções: Metade Norte/Metade Sul do Rio Grande do Sul, porto-alegrenses/gaudérios, brasileiros/castelhanos, brasileiros/gaúchos, farroupilhas/imperiais, chimangos/maragatos, federalistas/republicanos, gremistas/colorados, vermelho/azul, petistas/anti-petistas.

De existência fronteira, o gaúcho-brasileiro não é nem exatamente o *gaucho* dos pampas argentinos e uruguaios nem o brasileiro tropical (tropicalismo que define um Brasil e a grande maioria dos brasileiros), tendo seus costumes, seu clima, sua geografia radicalmente diferentes do Brasil tropical, estando mais ligadas às culturas do Prata (Uruguai e Argentina). Essa hibridez, com a qual o gaúcho luta para definir-se, tornou-se questão estética para o compositor gaúcho Vitor Ramil. Ramil fala que não se encontra no Brasil “um povo mais ocupado em questionar a própria identidade que o rio-grandense” (Ramil, 2004, p. 11). Na Argentina e no Uruguai, a figura estereótipo do “gaúcho” é muito presente, chamado de *gaucho*. Porém *gaucho* é apenas um termo que define o homem do interior, que vive nos pampas, não se constituindo a figuração de uma província inteira, de todo um estado. Ramil acha significativo o fato dessa figura definir, para o Brasil, o povo o rio-grandense, já que ela é justamente o que une o Rio Grande aos outros países pampeanos. Para Ramil, o Rio Grande do Sul se apresenta para o Brasil, se comunica com o resto do Brasil através do seu “estrangeirismo”,

²⁴ Há gaúchos argentinos e uruguaios, os *gauchos*.

²⁵ 1. Diz-se de animal não domado, esp. o cavalo; BRAVIO; SELVAGEM. 2 Bras. Fig. Diz-se de indivíduo grosseiro, rude, mal-educado. 5 P.ext. Que se esquiva de estranhos; arredio.

através do que o liga com o que não é Brasil. Nesse sentido, entendemos quando Juremir Machado da Silva (2004) afirma que o Rio Grande do Sul é uma ilha: por todos os lados há estrangeiros. Assim, em uma experiência de fronteira, nessa hibridez em um país já híbrido, o modo hegemônico do gaúcho-brasileiro colocar-se na relação com o outro, o estrangeiro, é pela guerra, pelo antagonismo: “Se é na guerra que se faz o homem, pois foi na guerra que o gaúcho se criou...”, está no canto popular.

Entendemos, porém, que essa não é a única maneira de se relacionar com o “estrangeiro” e muito menos o único modo de ser nas terras pampeanas. A experiência de fronteira, a marcação da diferença, o elaborar-se como diferente pode produzir outras relações. Há, nesse movimento, uma busca de afirmação que, todavia, identifica um outro, uma oposição, o que, por extensão, significa que o sujeito do pampa não “se vê em todos os lugares”, não vê tudo e o mundo como extensão de si mesmo. Há um corte, uma separação, uma violência. Quando não é possível identificar o “outro”, não se sai de um EU total, para o qual não existe um outro. Nessa relação só há um si onipotente, e o outro só é enquanto projeção e identificação desse EU. No corte, na marcação de fronteira, o outro já não é a mesma coisa que o EU total. Há um outro e há também a possibilidade de criação, a partir de uma diferença, de uma relação com algo que “não sou eu”. Só com um “outro”, com o diferente de “mim mesmo” é possível a relação de troca, de coemergência, de criação. Essa passagem que produz a diferença se faz por intermédio de certa violência, de uma forma de combate. Um combate, no entanto, diferente de um combate antagonista, que visa à destruição do outro. Há uma violência positiva – num sentido de produção –, que possibilita a criação de um mundo de realidade compartilhada, no qual os diferentes podem retroalimentar o outro em si mesmos.

A questão que se coloca é em que medida essa violência ou combate pode aumentar a gama de existências, de ‘outros’, aumentando o ‘leque’ de alteridade com o qual os sujeitos se relacionam?. Essa relação diz respeito ao modo como será estabelecida, como será vivida a experiência de relação fronteiriça. Em que medida a guerra produz um outro ou em que medida produz um outro a ser destruído. Essa violência ou combate agonista pressupõe uma sobrevivência do objeto, e não o seu aniquilamento. A guerra, como hegemonicamente é vivida, busca um aniquilamento do

outro, o que torna a relação antagonista. Assim como a Revolta²⁶ Farroupilha (que em seu início não era separatista) produziu uma república em terras imperiais, também fez com que se afirmasse toda uma cultura ao marcar diferenças. Os vetores que envolvem esse ímpeto gaudério na relação com o estrangeiro e com o seu próprio estrangeirismo, o outro e o outro em si mesmo, não são de fácil sentença. O amor pela terra pode tornar-se “bairrismo”, mas pode ser potencialização, cultivo e criação de si. Cuidado de si e cuidado do outro são inseparáveis.

Esse modo de relação antagonista, que identificamos como algo muito presente e construtor de realidade na localização que analisamos, não é, logicamente, privilégio do rio-grandense. Tomamos esse vetor antagonista como chave de análise para nossa questão, na maneira como ela se atualiza no espaço subjetivo gaúcho. O modo como, geralmente, essas relações entre diferentes são vividas fala da relação que vai se estabelecer entre sociedade e social-bruto, um modo dicotômico de ver a realidade, como já discutimos anteriormente. Esse sentido se faz presente nas políticas sociais e diz respeito à especificidade do dispositivo que analisamos, no qual as divisões e as fronteiras estão sempre presentes: casa/rua, moradia/sobrevivência, do centro/da periferia. Na relação com a rua e com o povo que a habita, Porto Alegre também corre o risco de erguer muros cada vez mais altos e seguir o ímpeto de eliminação do “inimigo”, de aniquilação da alteridade. Isso também nos importa porque a própria rua, na cidade, se constitui em nossa perspectiva como um fora-dentro, um outro, um estrangeiro dentro da própria cidade. Mais à frente, nos debruçaremos sobre essa questão.

Centro

Fomos falando de relações de força, de movimentos que se repetem e que atravessam e constituem o território existencial Porto Alegre. Esses movimentos se farão presentes nos territórios existenciais mais específicos, que dizem respeito mais diretamente ao dispositivo que analisamos: o território existencial centro-de-porto-alegre e o território existencial rua. Agora nos importa entender o desenvolvimento do centro de Porto Alegre, região de abrangência do AÇRNC, questão que está diretamente relacionada à construção (subjetiva) da cidade .

²⁶ Embora se chame de “Revolução Farroupilha”, a guerra dos farrapos não foi, em nosso entendimento, uma revolução, não se instituindo da maneira que desejava, se não produzindo microformas, microculturas.

A partir da década de 1890, segundo o historiador Charles Monteiro (2004), ocorre um significativo aumento populacional em Porto Alegre, ao mesmo tempo que se começa a instaurar uma nova ordem política (republicana), a qual trouxe a necessidade da reorganização da divisão social: num processo de segregação dos espaços sociais urbanos de habitação e trabalho, começam a surgir outros bairros, geralmente bairros operários. Porém, os investimentos da Intendência Municipal se concentram no bairro Centro. Surge, no Centro, uma nova arquitetura monumental de influência eclética, juntamente com inovações técnicas na área dos transportes, infraestrutura e novos espaços de sociabilização (bondes, iluminação a gás, cafés, cabarés, confeitarias), destinados à burguesia industrial e comercial que ainda residia na área central, abrigando aí também seus locais de trabalho e socialização, enquanto os operários foram residir em bairros mais distantes, ao norte da cidade.

A partir de 1924, a modernização urbana do centro de Porto Alegre se intensifica e começam a ser abertas grandes avenidas, grandes calçadas para circulação, construção da Usina do Gasômetro, arborização das ruas. Esse processo foi acompanhado de uma campanha de “saneamento moral” no centro da cidade, onde eram combatidos a prostituição, a mendicância, o jogo, o alcoolismo, bem como as habitações populares. A enchente de 1941 inundou o centro e marcou uma nova postura em relação ao Guaíba. A cidade, através do novo porto, de aterros e da construção do muro da Mauá (que separa praticamente todo o centro das margens do Guaíba), passou gradualmente a se distanciar e a virar as costas ao Guaíba e também a expulsar do Centro todo aquele que atentasse contra a moral e os bons costumes.

Na década de 1950 se acelera o processo de modernização dos hábitos e formas de consumo, quando se afirmam o automóvel e o ônibus, que passam a dominar o modo de deslocamento no centro. Nessa década, o Estado, mais especificamente a sua metade sul (área mais pampeana, propriamente dita), também começa a entrar em crise, o que cada vez mais contribui para o êxodo rural. A partir da segunda metade da década começam a surgir as periferias miseráveis em Porto Alegre, ao passo que o centro da cidade se moderniza. A administração municipal foi se dando no sentido de liberar as áreas mais valorizadas da cidade para o uso das elites. Na década de 1960, ocorre o processo de metropolização da cidade, até os anos 1970, quando a população é quase três vezes maior do que em 1950. O plano diretor de 1979 incentiva a especialização das atividades do espaço urbano, onde o Centro tinha a nova função de zona de trabalho.

Começa aí a decadência do Centro, no sentido de ter menos investimentos por parte do poder público e esvaziamento como espaço de sociabilidade. Nos anos 1980, a cidade passa por um processo de descentralização. O centro entra em vertiginoso abandono e degradação, não sendo mais considerado um bom bairro para se habitar. Na década de 1980, Porto Alegre vive um momento de efervescência cultural. É a época do bairro “Bom Fim”, que congrega movimentos artísticos-culturais²⁷, que entendemos como algo que impulsiona as mudanças institucionais que a cidade vive nos anos 90.

Na última década do século XX, se havia iniciado um novo modo de gerir a cidade, com a gestão Olívio Dutra (1989-1992), que implementou o Orçamento Participativo. Segundo esse processo, a cidade, dividida em regiões políticas, tem a participação da população nas definições orçamentárias do município. Houve um processo de enxugamento dos gastos públicos e o direcionamento dos investimentos para a área social e de infraestrutura básica. Em função dessas experiências, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT)²⁸ alternou prefeitos durante 16 anos e abrigou as primeiras edições do Fórum Social Mundial, o que muito tem a ver com o momento de renovação cultural que a cidade vive na década de 80 e com as mudanças institucionais da década de 90.

A atual gestão José Fogaça (2005-2010) entrou em um momento em que já se consolidaram e institucionalizaram alguns modelos e quando a gestão petista chegava ao fim com João Verle (2002-2004). Esse período já apresentava sinais evidentes de desgaste a partir da gestão Olívio Dutra (1999-2003) no governo do Estado, período em que o movimento antipetista acirrou-se. Depois das edições do Fórum Social Mundial, Porto Alegre começa a viver um esvaziamento da participação da população nas políticas partidárias. A corrida eleitoral já não conta com a participação mais ativa da população, como em anos anteriores. O período posterior ao Fórum Social Mundial de 2005 parece marcar certo esvaziamento do espaço político na capital dos gaúchos, o fim de um período em que a cidade ficou marcada como a “cidade da participação popular” e da militância. Ou simplesmente o fim de um ciclo de 16 anos da gestão do PT. O fato é que ronda Porto Alegre, nos últimos anos, a sensação de um período um tanto apático politicamente.

²⁷ Época de “ouro” do rock gaúcho.

²⁸ Na época que Olívio Dutra ganha as eleições para prefeitura de Porto Alegre, o PT começava a ganhar força no cenário político-partidário brasileiro. Principalmente em São Paulo e no Rio grande do Sul, o PT surgia como alternativa de esquerda no novo cenário democrático brasileiro, tendo como força propulsora as lutas por direitos constitucionais, por democracia e uma série de movimentos artístico-culturais.

Essa gestão do PT na prefeitura municipal, bem como todo um entorno político, foi vivido como um período diferente, “revolucionário” para alguns, onde utopias se encontravam, período do Fórum Social Mundial. A vivência de um processo tido como revolucionário acabou por cristalizá-lo em muitos aspectos, reforçando afetos antagonistas, as separações entre perspectivas e pontos de vista. O antagonismo se fazia presente estereotipando posições e acusações: no âmbito político da prefeitura municipal, o petismo era acusado de “estrelismo”, corporativismo, soberba e incapacidade ao diálogo com quem não fosse do partido; os antipetistas eram acusados de reacionários capitalistas e privatistas. Reacende-se uma cisão que transborda as disputas partidárias e se estende a muitos âmbitos da sociedade porto-alegrense, o que torna muito difícil um posicionamento que não se polarize.

2- Histórico da Política para crianças e adolescentes em situação de rua²⁹

A rede que se forma com as políticas sociais de Porto Alegre comporta uma espessura experiencial singular. Por 20 anos, os pontos dessa rede presenciaram e acumularam experiências e experimentações no que diz respeito às políticas sociais. Um aspecto importante na história dessas redes diz respeito ao que se criou e se viveu em relação às políticas sociais para infância e juventude em situação de rua. Mesmo não tendo conhecimento de pesquisa alguma ou de avaliação nesse sentido, pode-se afirmar que essas políticas que têm como ponto mais expressivo o programa PAICA-RUA foram um tanto singulares e inéditas na maneira como aconteceram em Porto Alegre³⁰.

A história da política social específica para “crianças e adolescentes em situação de rua” em Porto Alegre, até chegar ao atual Ação Rua, remonta ao ano de 1993. Segundo Bottega (2009), Porto Alegre foi a primeira capital brasileira a implementar as estruturas previstas no “Estatuto da Criança e do Adolescente” (Conselho Municipal da Criança e do Adolescente/CMDCA, Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar³¹).

Na década de 90, a infância e juventude pobre, vivendo nas ruas, tornar-se questão colocada à sociedade e ao poder público municipal em Porto Alegre. Contribuíram nesse processo de visibilização da questão: (a) a mídia, com reportagens

²⁹ Esta seção que fala do histórico de políticas para situação de rua foi feita com bibliografias sobre o tema e a partir de entrevistas realizadas com Sílvia Giugliani e Carla Bottega, que participaram da gestão do PAICA-RUA.

³⁰ Há de se destacar a experiência da cidade de Santos-SP, que, no mesmo período, realizou muitas experiências em políticas sociais. Acerca dessas experiências, ver os livros “Clínica Peripatética” e “Assistência Social e Cidadania”, de Antônio Lancetti.

³¹ O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente (Estatuto da Criança e do Adolescente, BRASIL, 1990).

que denunciavam a situação de crianças que viviam nos bueiros do centro da cidade; (b) as práticas decorrentes de interpretações do “Estatuto da Criança e do Adolescente”, que tiveram como efeito a “desinternação em bloco” dos que estavam nos “internatos-prisões”, sem direcionamento para o cumprimento de medidas socioeducativas, sendo abandonados e soltos nas ruas (Bottega, 2009); (c) a intensificação do processo de aumento da miséria e precarização do trabalho, iniciado na década de 80. A criança e o adolescente entram na pauta de discussão das ações governamentais com o surgimento do “Estatuto da Criança e do Adolescente”, sendo a situação de rua uma das formas mais visíveis de violação de direitos e de estética de uma infância indesejável.

No ano de 1993, o governo municipal cria o “Projeto Jovem Cidadão”, que tinha o sentido de uma ação governamental para consolidar o “Estatuto da Criança e do Adolescente”, por meio de uma ação entre as secretarias de Saúde, Assistência Social e Educação, visando ao atendimento integral à criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade, servindo de retaguarda ao Conselho Tutelar. A situação de rua era atendida, anteriormente, somente pela assistência social do município através da Unidade Operacional Centro (dispositivo da assistência social). Embora não se possa afirmar que, efetivamente, o Projeto Jovem Cidadão foi uma política intersetorial, iniciava-se com ele a ideia da necessidade de que as políticas para a infância em situação de rua deveriam ser políticas intersetoriais (entre secretarias) que pudessem atender efetivamente e especialmente à infância e juventude em situação de rua.

Em 1994 acontece a I Conferência Municipal da Criança e do Adolescente³² e o Pacto³³ pela Infância, que estabelece 30 diretrizes para o atendimento da infância e juventude nas políticas sociais, priorizando o enfrentamento da situação de rua e da drogadição. Uma das ações resultantes desses acontecimentos foi a criação do Serviço de Educação Social de Rua (SESRUA), que tinha por objetivo principal o mapeamento da situação de rua no centro, visando construir possibilidades de superação dessa situação.

Entre 1994 e 1995, as secretarias de assistência social e educação realizavam abordagens conjuntas no perímetro entre a rodoviária e Praça da Alfândega, com o objetivo de sensibilizar para o retorno de crianças e adolescentes à escola e para A

³² As Conferências Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente são dispositivos do sistema de Controle Social, espaços de discussão, formulação e direcionamento das ações relativas a política destinadas a infância e juventude, com composição paritária entre Estado e setores da sociedade em geral.

³³ Pacto pela Infância foi uma articulação entre sociedade civil e poder público municipal, que, ao discutir a realidade da criança e do adolescente, estabeleceu trinta metas a serem cumpridas com prioridade pela garantia de direitos.

inserção na rede de assistência social e saúde. Dada a complexidade das situações encontradas, constituiu-se um grupo composto por FESC (assistência social na época), SMED (secretaria de educação), Conselho Tutelar do Centro, Brigada Militar, Ministério Público e Juizado da Infância e Juventude, entre outros atores, buscando planejar conjuntamente o enfrentamento das situações. Nesse mesmo período é constituída a EPA – Escola Porto Alegre (escola em meio aberto), destinada ao público em situação de rua.

A avaliação da ineficácia das políticas da época e a afirmação de que o trabalho com a situação de rua não poderia ser somente realizado pela Assistência Social fizeram surgir, em 1997, a partir do Fórum de Políticas Sociais³⁴ do município e de um relatório da Escola Porto Alegre denunciando a falta de retaguarda para os “serviços da rua”, o Programa de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente usuário de Substâncias Psicoativas (PAICAUSPA). O projeto tomava como ponto de partida que as crianças e adolescentes não estavam sendo acolhidas por suas famílias e/ou comunidades, indo para a rua e fazendo o uso de substâncias psicoativas. Naquele momento, duas substâncias estavam se difundindo vertiginosamente: a loló³⁵ e a cocaína injetável. O projeto começava a ser articulado com o Programa de Redução de Danos, que se reunia com as equipes e também abordava, em sua sistemática específica, os meninos em áreas de uso de drogas.

A ideia de um atendimento integral, que levava ao imperativo de uma ação intersetorial, surgiu a partir das discussões de um grupo de trabalho sobre drogadição e situação de rua dentro da Secretaria do Governo Municipal (SGM). Esse grupo congregava principalmente as secretarias de Assistência Social, de Educação e de Governo Municipal. A ineficiência do modelo de serviços de atendimento a criança e ao adolescente em situação de rua se dava por diferentes razões: (a) seu horário de atendimento, que era incompatível com o tempo da população de rua; (b) seu modo de acolher não acolhia “a demanda da rua” como ela se apresentava; (c) ação isolada dentro da prefeitura, sendo executada somente pela Assistência Social. Assim, tornava-se possível a produção de uma primeira versão do Programa de Atenção à Criança e ao Adolescente (PAICA), que na época se constituía um projeto ousado e inovador, na medida em que congregava uma heterogeneidade de atores, apostando em uma gestão

³⁴ Reunião de secretarias relacionadas às políticas sociais do município.

³⁵ Solvente inalável

compartilhada das ações intersetoriais. Esse projeto só se tornou possível por uma série de condições, que passavam pelo reconhecimento da trajetória de militância dos atores envolvidos na elaboração do projeto e pelo momento político propício vivido na cidade. Mesmo nesse contexto, a proposta de atenção integral desde seu início até seu fim foi sempre vista com desconfiança, até mesmo no governo da “participação popular”, já que era um projeto que exigia muita contrapartida material da prefeitura e também porque, mesmo nessa gestão, os sentidos e os desejos de higienização do espaço público se faziam presentes – inflexão que o projeto desejava não tomar.

Em 2001, os atores envolvidos nessa ação passaram a considerar que o foco de trabalho nessas situações deveria ser o “sujeito”, e que a droga apareceria como um dos vínculos estabelecidos por esse sujeito. O PAICAUSPA passou, então, a denominar-se PAICA-Rua, acarretando, dessa vez, além da criação de outras ações, todo um reordenamento dos serviços de atendimento no espaço rua. O PAICA-RUA tornava-se o ponto “alto” dessas políticas em Porto Alegre.

O PAICA-RUA

O Programa operava por meio de coordenação colegiada, chamada de “Executiva”, composta por representantes da Secretaria do Governo Municipal, da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), da Secretaria Municipal de Educação (SMED) e da Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Esta “Executiva” do programa remetia-se ao Fórum de Políticas Sociais para encaminhamento das discussões pelos secretários do governo. A executiva era responsável, semanalmente, por discutir e organizar os debates da Equipe Técnico Diretiva (ETD), realizados em reunião ampliada mensal com representação de todos os serviços do programa. Essas instâncias funcionavam para uma aproximação da distância das ações entre a Gestão e a “Ponta” dos serviços, o que tornava possível, em certa medida, um trânsito de informações e de decisões compartilhadas. Os serviços se organizavam a partir de um “modo de atenção”, ou seja, com ações de entrada na rede, de travessia/processo e de saída pela rede, pensando-se no acesso do seu usuário à rede e no seu acompanhamento e encaminhamento. O programa recebeu o reconhecimento externo pelo seu trabalho mais do que na própria cidade³⁶.

³⁶ O PAICA-Rua foi escolhido pelo UNICEF, em 2002, para registrar sua prática de articulação de serviços em rede, num livro da série Fazer Valer os Direitos. Foi também considerado, pela Organização das Nações Unidas (ONU), um dos 126 melhores programas do mundo e, em 2003, foi escolhido pela Rede Mercocidades e Agência de

Serviços de oito secretarias diferentes compunham a grande rede do PAICA-Rua: Assistência Social, Educação, Saúde, Cultura, Esporte, Direitos Humanos, Habitação, Governo. A rede mais específica do PAICA era composta de serviços que tinham a quase totalidade de suas ações voltada para este público: Saúde: Casa Harmonia (casa de saúde, posteriormente CAPS i) e Ambulatório Pró-Jovem; Assistência Social: Acolhimento Noturno (Albergue), Abrigo Municipal Ingá Britta, Casa de Acolhimento (abrigos), Serviço de Educação Social de Rua (serviço de abordagem de rua), Lar Dom Bosco (turno inverso da escola); Educação: Escola Porto Alegre.

Esses serviços compunham o que chamamos *rede-rua de proteção* do centro e, de uma forma ou de outra, permanecem ainda hoje. Reuniam-se, à época, em reuniões intersecretarias, que era o espaço de troca de informação e articulação entre os serviços da rede-rua.

O PAICA-Rua, assim, funcionava com uma gestão compartilhada e com a articulação de serviços que se produzia nesses espaços coletivos de troca, o que acabou constituindo a autodenominação “povo-paiquiano”, em referência aos trabalhadores do PAICA. Podemos dizer que se agenciou um novo território existencial, formado em relação ao território existencial da rua: o território existencial trabalhadores da rede de atenção à situação de rua, ou “povo-paiquiano”. Essa rede era caracterizada por uma metodologia em que se produziam espaços coletivos de discussão e de formação continuada. Esses espaços de formação continuada tinham uma regularidade e reuniam todos os trabalhadores da rede (desde a gestão até estagiários), trazendo profissionais de fora do PAICA para problematizar questões do cotidiano do trabalho e contribuir para a produção dessa realidade “paiquiana”. Assim, no PAICA foram construídos e definidos conceitos e noções que marcam até hoje as discussões e as ações relativas à situação de rua em Porto Alegre. Por exemplo, as noções de “acolhimento”, “limite”, “família”, “educador”, “abordagem” foram construídas nesses espaços de construção, em que era desejado consensuar uma matriz conceitual, construída a partir da reflexão sobre as práticas e os saberes produzidos no cotidiano de trabalho.

Com o PAICA-Rua se fez a tipificação da situação de rua: *situação rua moradia e rua sobrevivência*. Por localizar-se no centro da cidade, ação do PAICA era direcionada quase totalmente à situação de rua moradia, ou seja, àqueles que habitavam

Cooperação Técnica GTZ11, da Alemanha, uma entre as três melhores práticas do Brasil e entre as dez melhores do Mercosul (PORTO ALEGRE, 2004; PORTO ALEGRE e FINATEC, 2004).

as ruas, tendo nelas sua principal referência de moradia e vínculos – os considerados casos “crônicos”: a figura clássica do “menino de rua”. Foram criados, ainda, uma série de instrumentos para subsidiar o trabalho e para as ações propriamente: diário de campo, lista de informações de cada pessoa e seus familiares, mapeamento das situações, mapeamento da rede de serviços, instalação de terapias comunitárias, projetos culturais. O PAICA tomou para si, por um contingente expressivo de seus trabalhadores, certa militância em relação à infância e juventude em situação de rua. Militância essa que se dava principalmente em relação à rede de serviços ditos “públicos”, sempre refratários ao atendimento desse público que não se encaixava em regras de higiene, conduta, etc. Não havia fórmulas para se lidar com a infância e juventude em situação de rua, passando-se a assumir alguns preceitos éticos, como o do não recolhimento das crianças. Não se sabia o que fazer, e a partir desse não saber foi possível, então, se pensar a postura do profissional em relação ao usuário atendido, aos mecanismos de articulação e circulação da informação na rede. O PAICA se constituiu uma “agenda” importante no governo, introduzindo a questão de que a rua não era um problema de higienização, tampouco um problema unicamente da Assistência Social. A situação de rua necessariamente trazia à tona um conjunto de questões que envolvia e corresponsabilizava outras políticas.

O tipo de trabalho possível com situação de rua pouco permitia uma avaliação do trabalho em uma lógica quantitativa. Há uma dinâmica própria na rua que escapa a indicadores quantitativos, e no PAICA, como programa, se percebia isso. Porém, ao mesmo tempo, o programa, em algum momento, pagou o preço pela dificuldade da construção de indicadores na lógica quantitativa própria do Estado. Passos e Benevides (2009) nos falam de dois métodos de ação em políticas de saúde que podem contribuir para a discussão em outras políticas: método intensivista e método extensivista.

Em cada uma dessas alternativas, uma face do objeto de intervenção ou análise aparece. O método “extensivista” objetiva a cobertura mais ampla possível, tentando alcançar a totalidade numérica da população. Abarca geralmente o procedimento determinado por força da lei. Já o método “intensivista” é um processo “que aposta nos processos de contágio ou propagação” (Passos, Benevides, 2009, p. 154). Ele “se faz por um movimento para fora da máquina de Estado, incluindo as rede sociais, os direitos dos usuários” (Passos, Benevides, 2009, p.153). Assim, o método intensivista é mais focado nas singularidades do que em parâmetros e estratégias gerais, que tentam

dar conta da totalidade numérica: “tomar o próprio pelo comum, tomar o pessoal pelo impessoal” (Passos, Benevides, 2009, p.154).

O problema que se coloca para a gestão é como fazer congregar esses dois métodos. Como aconteceu com a experiência do PAICA, geralmente se faz uma separação: o extensivismo é duro e frio, não congrega especificidades, mas tem uma visibilidade maior dentro da máquina de Estado e em conformidade com a lógica da sociedade; já o intensivismo está comprometido com a vida, não a rebatendo em números e indicadores “frios”. Vamos entendendo que o método intensivista é o método que pode engendrar políticas para/com/no público. A questão, porém, não é a escolha de um dos métodos, mas como congregá-los em intervenções e análises de indicadores que permitam alcançar as duas faces correspondentes do objeto: uma, mais extensiva, geral da população, um alcance em níveis numéricos; outra, intensiva, de alcance singular.

O método intensivista deve ser uma maneira de se chegar à extensividade: “a extensividade deixa de ser a meta previamente imposta para se tornar um efeito de práticas intensivas em um plano coletivo de forças instituintes” (Passos, Benevides, 2009, p.153). Apostar no método intensivista dessa maneira, como nos falam Passos e Benevides (2009, pg. 155-156), “é afirmar o princípio da transversalidade como o que causa ou força a ação clínico-política ou o que dispara determinado movimento no plano das políticas públicas”. O que necessariamente não passa por excluir o extensivismo, mas, sim, por tomá-lo como efeito de um princípio de transversalidade, que seria um movimento de abertura comunicacional, de desestabilização de formas dominantes de comunicação. Exemplos seriam (a) o não se conseguir entender a validade de um trabalho que não pode ser captado em números e (b) uma atuação que não consiga validar a construção de ações que reflitam uma abordagem mais extensiva, que abarquem o geral da população.

Conseguir tornar as ações intensivas e extensivas coextensivas é traçar a transversal, no que diz respeito aos modos de análise de resultados e aos indicadores nas políticas públicas. E isso se reflete não somente na análise de resultados, na construção de indicadores, mas diz respeito desde a gestão até a ponta, desde o planejamento e a gestão de um programa até o cuidado direto na relação com o usuário da política. Trataremos desse tema no decorrer deste capítulo, pois ele é uma estratégia de saída dos impasses que estamos elencando, quando posições técnicas, políticas e afetivas se dicotomizam e antagonizam.

Passos e Benevides (2009, p. 156) falam que se chega ao intensivismo “a partir da transgressão de formas sociais dominantes [...] abrindo-lhe o coeficiente de transversalidade para comunicações extracódigo, fechando-lhe para as ameaças dos significantes sociais operadores de sobrecodificações. Agir sobre os coeficientes de transversalidade dos casos, eis a indicação metodológica”. Além da transgressão das formas dominantes, é importante agir sobre as possibilidades de construção de pontes que façam a comunicação entre posições que, em princípio, parecem antagônicas. Podemos dizer que o PAICA conseguiu, em sua prática, por vezes, a transgressão de atuações que só reforçavam a moldagem sobrecodificada de modos de viver. Como, por exemplo, quando os resultados do trabalho não podiam ser medidos pelo número de jovens que voltaram para casa, mas sim pela processualidade e proximidade que se construiu com o público atendido. De certa forma, apostando em algo que podemos relacionar a um intensivismo, o PAICA foi permitindo entender, talvez não o suficiente, mas dentro do razoável, os resultados e os sentidos de seu trabalho.

Apesar das desconfianças, o PAICA-Rua passou a ser respeitado, possibilitando uma mudança na postura da rede de políticas sociais para essa população. Porém, esse respeito coexistia com a cobrança por resultados, por parte da população e do governo, que o PAICA não atendia: a limpeza das ruas. Essa foi uma tensão constante que o PAICA viveu e o Ação Rua vive ainda hoje.

A maioria dos casos do PAICA foi remetida às suas comunidades de origem. Poucos, porém, lá permaneceram, pois não havia, nessas comunidades, redes de acolhimento e condições gerais que sustentassem a sua permanência. A rede do PAICA funcionava bem neste mundo-paiquiano, mas não havia conseguido avançar no sentido de chegar aos condicionantes da produção da criança e do adolescente em situação de rua, não podendo dar conta de uma problemática muito maior do que a ação de um programa.

Nesse sentido surge, ainda dentro da vigência do PAICA, a criação de núcleos em todas as regiões da cidade para darem atendimento integral à infância e juventude, atuando na região da cidade de onde provinha a criança e o adolescente que estava no centro: a periferia, as favelas, a comunidade.

Até o momento de sua extinção, a ideia do programa era constituir-se não como PAICA-Rua nem PAICA-USPA, mas como PAICA, isto é:

[...] excluir a rua como ênfase do Programa e ampliar seus espaços de discussão ainda mais, para que as questões da droga e da rua façam parte da pauta coletiva da cidade em todas as suas instâncias sociais e que o foco de atenções seja a criança, o adolescente, o jovem e sua família desde as primeiras instâncias comunitárias (Porto Alegre, 2004).

Fim do PAICA

Na virada do ano de 2004 para 2005, no início da gestão José Fogaça, o PAICA-Rua é extinto como programa. Os serviços continuam “abertos”, porém são desarticulados, abandonados temporariamente ou redirecionados. A Casa Harmonia deixa de atender diretamente a população de rua. A reunião da “rede-rua de proteção” do centro, que se chamava intersecretarias, passa a não ser reconhecida como legítima pela nova gestão, embora tenha mantido a regularidade de suas reuniões.

O PAICA tinha uma marca muito forte da gestão petista, sendo definido como um lugar de poder. Em uma relação entre polos antagônicos, era importante, para a nova gestão, desvincular as ações da gestão petista e introduzir seu modo de governar. Tirar “os guris” da rua foi algo que a gestão da participação popular não fez, durante 16 anos, o que possibilitava a avaliação, tanto por parte da nova gestão quanto para a gestão petista e para a opinião pública em geral, de que o PAICA não havia funcionado. Aqui se faz clara a questão da diferença entre política de Estado e política de governo. O que se tem na alternância da máquina de Estado é a execução de políticas de governo, que acabam não ganhando continuidade devido à dinâmica própria da democracia representativa, na forma como ela está posta no Brasil contemporâneo: não há continuidade nessas políticas, o que as determina como políticas de governo.

Já na nova gestão, no ano de 2005, foram executados os projetos Sorrindo, Brincando e Saindo da Rua (SOBRESAIR) e também o SASE-Travessia. São iniciativas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a execução de duas ONGs³⁷. Contavam, ainda, com o apoio do Ministério Público Estadual e da Prefeitura de Porto Alegre, entre outros. Seu objetivo foi trabalhar as questões ligadas aos problemas enfrentados por crianças e adolescentes em situação de rua e buscar alternativas para solucioná-los. Para tanto, realizou abordagens, encaminhamentos, visitas às famílias e atuou junto ao conselho de direitos (Bottega, 2009).

O PAICA pôde manter-se por tanto tempo porque se sustentava em um discurso que era apoiado por um debate constante: o da produção de conhecimento, no qual os

³⁷ A Associação Cristã de Moços (ACM) e o Centro de Promoção da Criança e do Adolescente São Francisco de Assis (CPCA).

espaços de formação continuada tiveram grande importância. Além disso, havia outro diferencial nesses serviços, que era a relação que mantinham com a rua, uma ética de aproximação e relação de diálogo, sendo que a rua também contaminava os serviços, para o “bem e para o mal”: “A rua te dá uma mobilidade, apesar da precariedade das condições de trabalho” (trecho da entrevista com Sílvia Giugliani).

Minha participação no PAICA-Rua deu-se na forma de um estágio integrado em psicologia. Por iniciativa de psicólogos da executiva do PAICA, fez-se um projeto de estágio que contemplava um grupo de estagiários. Estes se reuniam sistematicamente, espalhavam-se por alguns serviços do PAICA (Casa Harmonia, EPA, Acolhimento Noturno, Abrigo Ingá Brita, Casa de Acolhimento, SESRUA) e discutiam as ações da psicologia nesses serviços bem como a articulação das redes. Tínhamos como direção a construção do que seria a atuação do psicólogo nestes serviços. Ao adentrar nesse mundo, percebia a peculiaridade de uma atmosfera que se produzia no encontro de uma política de Governo com a rua: havia um território existencial povo-paiquiano disposto às discussões, queria funcionar coletivamente e tinha espaço para as utopias. Concordo com Sílvia Giugliane quando esta afirma³⁸ que a rede sustentava o PAICA como política não centrada na ideia de alguns, mas na política de Estado (ECA, direcionamentos das conferências municipais, constituição brasileira), bem como na produção de conhecimento pela formação continuada e a partir de uma afirmação ético-técnico-política, que falava de uma postura em relação à rede, aos usuários e à cidade, um modo de intervir e um modo de posicionar-se nesses espaços e no cotidiano.

Isso tudo podia ser sentido e visto, mesmo com todos os conflitos internos do PAICA, que eram muitos. Os trabalhadores não fugiam dos questionamentos acerca do trabalho e estavam dispostos a entrar em contato com a rua. O PAICA teve essa sustentação nas práticas dos profissionais, mas o modo de relação que alertamos circular nesse contexto, o antagonismo, ainda colocou essa política como uma política da gestão que estava na prefeitura, o que fazia necessário, em uma “troca de lado”, eliminar. Se os trabalhadores tomaram a política de Estado para si e tentaram direcioná-la como uma política pública, logo ela é novamente colada a um governo por ambos os pólos. No próprio estágio, essas separações, em meio ao processo do PAICA, já começavam a operar. O estágio integrado teve seu fim a partir de muitas discordâncias entre as psicólogas supervisoras, dividindo o grupo entre os que defendiam a impossibilidade da

³⁸ Em entrevista para esta pesquisa

construção de um *setting* analítico na política para situação de rua e os que apostavam em *settings* mais abertos.

O PAICA era uma política de governo que se queria política pública, a partir da sua concretização em práticas efetivas, princípios e diretrizes das políticas do Estado (ECA, LOAS, SUAS, SUS). Ele teve, no decorrer da experiência coletiva que o engendrou, vetores e movimentos que indicavam a direção de políticas públicas. Queria-se garantir a continuidade das ações do PAICA, ao constituí-lo enquanto programa, o que lhe daria um caráter permanente. Ora, um programa é uma forma de serviço que não tem fim determinado e se pretende contínua ao longo das ações do Estado. Porém, como já colocamos, o jogo da democracia representativa não garante e quase impossibilita a continuidade programas, já que o programa será tomado e praticado como uma política de governo, da gestão que está no poder, uma forma de colocar em prática a política de Estado a partir do ponto de vista de determinada gestão, fazendo com que, a cada troca de governo, as políticas e diretrizes também mudem ou encerrem seu ciclo – e, por consequência, os programas.

Porém, ao analisarmos a transição PAICA-AÇR, vemos a permanência de conceitos e procedimentos que ficaram na espessura experiencial da “rede-rua de proteção”. O que não confere, novamente, um caráter total de política de governo ao PAICA, na medida em que ele alcançou um nível que está para além das posições partidárias, dentro da estrutura da prefeitura, chegando a construir um “olhar da rua” em alguns pontos da política e nos profissionais que trabalham com a rua. A política de Estado – sustentada em leis – pode ser legítima, porém, insuficiente para garantir o caráter seu público.

Não podemos dizer que o PAICA, como um todo, foi uma política pública. Quando se diz que não é política pública, é porque esses programas têm como direção a construção de políticas públicas. Eles não podem ser política pública em sua estrutura e em seus textos, por que política pública se refere àquilo que encarna efetivamente na prática dos trabalhadores e dos usuários do serviço. Uma política pode ter como direção produzir efeitos ou diretrizes de política pública. Mas isso é apenas uma direção. Nosso trabalho está em ajudar a construir diretrizes políticas, no âmbito em que pesquisamos, que tenham como correlato a efetiva capilarização da sua prática, a sua efetiva consolidação como política pública.

3- Ação Rua Núcleo Centro (AÇRNC)

O projeto Ação Rua, hoje *programa*, foi aprovado no final de 2006 no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e implementado em março de 2007. Dentro do sistema do SUAS, o serviço faria parte da rede especializada, por atender a situações de direitos violados, porém também se localizando na rede básica, já que tem sentido de prevenção da situação de rua na comunidade, agindo onde os direitos ainda não foram violados. No SUAS, o AÇR estaria entre a proteção especial de média complexidade e a proteção especial de alta complexidade.

Como já falamos, o AÇR é fruto de um direcionamento que surgiu no PAICA-Rua: a territorialização dos atendimentos em casos de situação de rua, antes concentrada no centro. O AÇR foi construído baseado nos conceitos e no modo de atendimento criado no PAICA-Rua. Ele, na verdade, é a ampliação, por todas as regiões da cidade, de um dos serviços do PAICA-Rua, o SESRUA (Serviço de Educação Social de Rua), porém com duas diferenças: o AÇR é gerido e executado somente pela Assistência Social do município (FASC); e ele é, em quase a sua totalidade, conveniado, ou seja, executado com recursos do município por ONGs. Com o sistema de convênios, a prefeitura investe financeiramente a metade do que investiria em núcleos próprios (composto por funcionários da prefeitura e localizado em equipamentos da prefeitura).

O AÇR apostou, então, na rede de atendimento em geral, já que não comporta, dentro do seu sistema, parceiros de outras secretarias, a não ser aqueles que permaneceram da antiga rede do PAICA e que têm, quase em sua totalidade, serviços de assistência social, o que ocorre só no centro da cidade. São eles: ONGs: Lar Dom Bosco³⁹ e Ação Rua Núcleo Centro/AICAS; governamentais: Ação Rua Núcleo Centro/FASC, albergue Acolhimento Noturno, Abrigo Municipal Ingá Brita (AMIB), abrigo Casa de Acolhimento (FASC), Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA/SMED), Programa de Redução de Danos (PRD)/SMS e o Bonde da Cidadania (SME). Esses serviços compunham a reunião semanal dos serviços da rede-rua do centro, que antes se denominava *Intersecretarias* – e no tempo do AÇR se chama *Inter-Rua*⁴⁰.

³⁹ O que chamamos de SASE, espaço sócio-educativo que funciona no turno inverso a escola.

⁴⁰ Fórum Interinstitucional da Rua: reunião semanal que agrupa os serviços que atendem à situação de rua do centro para se fazer estudos de caso, monitoramento e o plano de ação das situações atendidas em conjunto.

Cada Núcleo Regional do Ação Rua – distribuídos na quase totalidade das regiões político-administrativas da cidade, as REOP⁴¹ - era composto de dois técnicos sociais (geralmente um Psicólogo e um Assistente Social, 44h semanais cada), quatro educadores sociais (44h) e 01 coordenador (12h a 44h). Em princípio, os educadores teriam a função de fazer as abordagens na rua, e os técnicos sociais, trabalhar no atendimento às famílias e na interface com a rede e com outros núcleos do AÇR. Na prática, essas atribuições se misturavam, ou pelo menos deveriam se misturar.

O AÇR funcionava também como uma central telefônica que recebia “solicitações” de abordagens em locais em que esteja presente uma situação de rua. Essa central telefônica localizava-se no Ação Rua Núcleo Centro, o qual deveria encaminhar a solicitação para o Núcleo Ação Rua da região à qual correspondia a situação. Os núcleos AÇR tinham o funcionamento de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas, sendo que o Núcleo Centro funcionava até as 23 horas. Nos finais de semana, cada núcleo revezava no plantão, para recebimento das demandas de abordagem, das 9 horas às 19 horas.

Na prática, o atendimento às demandas de abordagem ganha muita importância, o que denota o caráter emergencial que se fez presente no AÇR como um todo, principalmente no Núcleo Centro. A “emergência” no AÇR ganha vários sentidos: situações de *emergência* que vivem as crianças e adolescentes; regime de *emergência* dos profissionais do programa, que vivem “apagando incêndios”, sempre com uma demanda reprimida latente; e *emergência* no sentido de atender às emergências da sociedade, não necessariamente das crianças, dando como resposta a abordagem.

Segundo o planejamento do projeto do AÇR, cada núcleo regional era responsável por realizar:

“1) abordagens solicitadas; 2) abordagens planejadas; 3) fazer a interface com a rede regional; 4) acompanhamento: realizar acompanhamento da criança/adolescente para inclusão na rede através de: abordagem, visita domiciliar, estudo de caso, plano de intervenção individual e familiar, interface/encaminhamentos com a rede de atendimento, integração dos núcleos; 5) Acompanhamento dos casos da Rede Inter-Rua;

⁴¹ Região do Orçamento Participativo- a cidade de Porto Alegre é dividida político-administrativamente em REOP's, que compreendem um conjunto de bairros.

6) Mediação com a rede de atendimento da Grande Porto Alegre; 7) Mobilização Social: promover campanhas educativas, mobilizando a sociedade sobre a temática” (Projeto AÇR, 2006, p. 8-9).

Cada núcleo deveria ainda “constituir os fóruns da rede de proteção de sua região, levando o foco temático da situação de rua para espaços mais amplos de discussão do conjunto das demandas da área da infância e juventude” (Projeto AÇR, 2006, p. 8-9).

Os núcleos do AÇR eram articulados em reuniões com as coordenações dos núcleos e também a partir de ações conjuntas, principalmente com o AÇRNC, por estar este localizado em uma região que abrange casos provenientes de todas as regiões da cidade. A troca de informações entre os núcleos e a rede de atendimento se daria por uma série de reuniões e também a partir do Sistema Informatizado da Rede de Proteção GRANPAL⁴².

Relato de chegada: o início de funcionamento do AÇRNC⁴³

Nosso campo mais específico é o AÇR Núcleo Centro, no ano de 2007, no primeiro ano de execução do projeto. O Ação Rua Núcleo Centro (AÇRNC) foi pensado com uma equipe maior, devido à demanda de trabalho no centro da cidade, visivelmente maior e de complexidade ímbar. Essa equipe “maior” era composta por duas equipes AÇR em um único núcleo: uma equipe conveniada e outra equipe própria⁴⁴ da prefeitura, sendo que esta era composta de trabalhadores que atuaram na última equipe do SESRUA. Do SESRUA para o AÇRNC ficaram os trabalhadores, o espaço, os arquivos, os prontuários e também muito da metodologia de trabalho. Mesmo com a dissolvência do PAICA, o SESRUA continuou aberto até a transição para o AÇR.

A *base* do AÇRNC, como era chamado o prédio em que se localizava o serviço, se situava bem no centro do bairro Centro de Porto Alegre. Ao lado do antigo prédio da Prefeitura Municipal e do “KM 0” da capital, no chamado paralelo 30^{o45}. A área de

⁴² Rede informatizada on-line que consistia em um prontuário virtual, a que todos os trabalhadores da rede de proteção à infância e juventude de Porto Alegre e da grande Porto Alegre teriam acesso, cabendo-lhes também a tarefa de construí-lo.

⁴³ Vale pontuar que este relato parte de uma perspectiva, um olhar – o deste autor - acerca da maneira como o AÇRNC começou. Em verdade, todo este trabalho é uma perspectiva. Com certeza outras análises radicalmente diferentes são possíveis.

⁴⁴ O termo “próprio” é um termo usado no campo das ações da prefeitura municipal em Porto Alegre e se refere ao termo “próprio municipal”, que diz respeito àquilo que é parte e pertence à estrutura da prefeitura municipal. Prédios, computadores e funcionários públicos da prefeitura são “próprios municipais”.

⁴⁵ Paralelo 30 S: paralelo no 30° grau sul no plano equatorial terrestre.

abrangência do AÇRNC era o Centro como Região do Orçamento Participativo (REOP Centro), que compreendia o bairro Centro e também bairros nos arredores. Esta REOP é a única região que apresenta “nível alto de renda média dos responsáveis por domicílio” (Porto Alegre, 2004 (2)). Ou seja, ela também apresenta os níveis mais altos em todas as variantes de qualidade de vida (saúde, infraestrutura, cultura, etc.), sendo também o principal local em que a situação de rua se concentra na cidade.

Compunham a equipe conveniada quatro educadores, uma assistente social, um psicólogo (eu mesmo) e uma coordenadora. A equipe própria, inicialmente, tinha uma coordenação, cinco educadores e duas assistentes sociais. Todas essas funções eram divididas entre conveniadas e próprias, e marcavam funcionamentos e posições díspares dentro de um mesmo sistema: dividido, ele deveria constituir-se como um só núcleo. A divisão entre próprio e conveniado colocava-se desde o início. O “próprio” era parte da prefeitura, o conveniado estava a serviço da prefeitura, sem, no entanto, compartilhar de seu regimento. Para as mesmas funções, o tipo de vínculo de trabalho, o salário e as regras eram desiguais, dentro de uma mesma equipe.

Os trabalhadores da equipe própria haviam passado um longo período de isolamento político, e o serviço fora despedaçado. A expressão que se usava para ela era “equipe sobrevivente”. Alguns trabalhadores dessa equipe ressentiam a dissolvência do PAICA ou porque desejavam a nova gestão municipal, mas acreditavam que o programa seria mantido, ou porque se afinavam com a antiga gestão. A coordenação do SESRUA, na Gestão do PT, foi feita por uma pessoa que teve uma liderança e uma atividade muito grande na construção do PAICA, participando diretamente na escrita do projeto, no seu processo de aprovação, na sua implementação, execução, tendo permanecido até o último momento da gestão do PT. Sua saída marcava um novo momento do serviço e, com a saída de outros atores, marcava-se também um novo momento da política para a situação de rua. Essa transição era, para muitos que por anos haviam militado no sistema de garantia de direitos e nas políticas públicas em geral, um momento de desesperança. Havia também certo desalento em relação ao trabalho, devido à dificuldade própria do serviço, que esses trabalhadores conheciam bem. Uma atmosfera de desânimo e descrédito pairava sobre o SESRUA, que agora precisava tornar-se AÇRNC.

A entrada no serviço de uma equipe nova era a materialização dessa transição, o que gerou nos “sobreviventes” o repúdio imediato do AÇR. O início foi, obviamente,

muito conflituoso. Primeiramente, a ONG que contraía contrato com a prefeitura não sabia que sua equipe estaria locada dentro da equipe da prefeitura. Neste, que foi meu primeiro emprego como psicólogo, entrei em uma equipe que nasce em meio a um fogo cruzado anterior a ela. Querelas e “mal-estares” estavam presente entre os profissionais da equipe própria e da conveniada.

Logo de chegada, a crítica e o ressentimento pairavam na atmosfera do recém-nascido AÇRNC. Ele vinha à luz em meio ao descrédito da equipe própria, que pouco se apropriava do trabalho. O AÇRNC também nascia com uma equipe nova, que chegava querendo trabalhar, mas que desde início entrara em um conflito que não lhe pertencia. No decorrer do processo, a desigualdade posta se desdobrava na prática: a conveniada deveria cumprir o horário, assinado em “folha ponto”, enquanto muitos dos próprios passavam dias sem aparecer no serviço; o que reverberava também na intensidade e na participação no trabalho. A separação se fazia: os que trabalham e ganham mal e os que não trabalham e ganham menos mal.

Todo esse contexto só (re)produzia um ambiente de mal-estar, e a equipe conveniada passava a trabalhar por si só, sendo que a polarização e o antagonismo foram inevitáveis. O quadro que se tinha nos primeiros quatro meses de trabalho era o de uma só equipe trabalhando no AÇRNC, contanto com “ajudas” da outra equipe. No meio de uma guerra um tanto silenciosa, ouço falar que uma educadora da equipe própria questionara “o que um psicólogo vai fazer neste serviço?!” Essa pergunta, que trago comigo até hoje, me ajudou a construir meu problema de pesquisa, e já na época não tinha intenção de ataque. Porém, naquele momento, encarei isso como uma declaração de guerra.

A relação da equipe conveniada com a coordenação ficava cada vez mais difícil, já que sobre a conveniada estavam depositadas as expectativas de funcionamento do serviço. Fofocas, desafetos, perseguições circulavam na equipe. Alguns da conveniada só não foram demitidos porque a equipe da ação direta (os técnicos e os educadores) se entrosaram no trabalho, permitindo certa blindagem, impossibilitando as demissões.

Nossa entrada também foi complicada por estarmos ingressando em um serviço em que estava latente a necessidade de uma transição. Enquanto os outros núcleos do AÇR fizeram o mapeamento de suas regiões e pensaram sua metodologia, a equipe conveniada do AÇRNC entrava em um serviço que não parou. A primeira coisa que começou a funcionar no AÇR foram as solicitações de abordagem via telefone, o que

dava uma resposta muito imediata à população, mas colocava o serviço em um regime temporal sempre emergencial.

O desgaste chegou a tal ponto que, no terceiro mês de execução do projeto, a ONG que contratara a equipe conveniada decidiu romper o contrato com a FASC, devido à dificuldade de estabelecimento de um processo de trabalho, e principalmente devido às combinações não cumpridas: equidade do número de trabalhadores das equipes e participação dos trabalhadores da equipe própria. Por um lado, essa foi uma forma de pressão efetiva, pois produziu uma mobilização em certo nível na FASC que a fez conseguir reverter a decisão. Por outro, a equipe conveniada, que estava colocando o AÇRNC em funcionamento, viu-se frente ao desemprego iminente. O tipo de contratação por conveniamento, nesta política, guarda a característica da vulnerabilidade do trabalhador contratado, o que reflete no trabalho e na continuidade dos atendimentos. Nesse tipo de funcionamento, a relação da “equipe de ponta” com os “usuários do serviço”, o vínculo, o atendimento são os primeiros a serem precarizados e não priorizados tanto em razão dos salários que se pagam à equipe de ponta quanto em relação à garantia de continuidade e às condições de trabalho.

Pouco tempo antes de ser oficializado o aviso prévio, a ONG voltou atrás de sua decisão, com a promessa de que os acordos seriam cumpridos. Em 2008, as duas equipes seriam separadas em definitivo, devido à continuidade do não cumprimento das combinações.

A burocracia institucional, a desorganização, a gestão governista, a nomeação de gerências que não conhecem o campo de trabalho, as querelas partidárias dificultavam muito a organização da equipe. Soma-se o fato da maneira como as políticas sociais são pensadas e executadas – sempre precárias – por parte dos governos no capitalismo. A situação tornava-se mais grave ainda por se tratar de um serviço público da FASC. A FASC, dentro do município de Porto Alegre, gestora da política de assistência social, é a secretaria (em verdade não é secretaria, mas fundação) com menos pauta nesta gestão, a mais marginalizada, com os servidores com os menores salários. Dentro das trocas de material de infraestrutura e de profissionais, a FASC era sempre a que ficava com o que sobrava: os computadores quebrados, os móveis velhos, os profissionais doentes. O AÇR, que previa ter como importante instrumento a utilização da rede informatizada on-line GRANAPAL, ficou quatro meses sem internet, três meses sem agente administrativo, além dos profissionais da equipe própria que

estavam de licença, realocados ou ausentes. Costumava dizer que a FASC era a “Geni”⁴⁶ das secretarias da prefeitura, para a qual todos vêm pedir de joelhos que resolva suas questões mais problemáticas, sendo sempre, porém, a mais marginalizada e posta à parte. Embora pudesse observar muito empenho e muita vontade de fazer o serviço funcionar da melhor maneira possível, a burocracia da máquina de Estado, a natureza dessa ação social no governo, tornava esse ambiente propício à cristalização e ao fracasso das ações.

Em todo caso, havia um ambiente que sempre tendia à cristalização de polaridades, onde a relação com o “outro lado” era permeada pelo antagonismo e por vetores paranóicos e persecutórios. Em uma relação antagonista, uma relação entre adversários, cabe um serviço que pressupõe o trabalho conjunto? Certamente se faziam necessários embates, não se trata de privilegiar uma homogeneidade de perspectivas e modos de ações. Mas esse tipo de relação antagonista com vetores persecutórios, que estamos caracterizando, pressupõe a destruição do outro, seja por ataque direto, seja por isolamento ou morte política.

Quem seria o adversário neste âmbito? Seria a rua? É preciso haver um? Essas tendências circulam nesse tipo de ambiente. Digo que *circulam* porque, na construção desta narrativa, estamos tendo de *cuidar* para não cairmos na mesma cilada, para não (re)produzirmos mais um antagonismo e, clínicos que somos, podemos sentir a força desse movimento, pois ele realmente “pega”. Em uma luta com os vetores paranoicos e antagonistas *em nós* que devíamos lidar em meio ao trabalho nas ruas do Centro.

No centro, investido por esse contexto institucional que “perspectivamos” (trata-se de **uma** perspectiva), se concentrava a situação de rua considerada mais grave e também a que mais chama a atenção da população: os meninos e meninas que vêm ao centro primeiramente para conseguir alguma forma de renda, e acabam ficando por ali, chocando os que por eles passam, incomodando e chamando atenção. Eles vêm sobreviver de esmolas, “macaquinhos”⁴⁷, amizades de rua, roubos, tráfico, crack e, quem sabe, da rede de serviços que Porto Alegre disponibiliza no seu centro. Eles vêm morrer de fome aos poucos; com sorte, e raramente, eles chegarão aos 30 anos.

4- O Centro do AÇRNC

**“A novidade, que tem no Brejo da Cruz
É a criançada se alimentar de luz**

⁴⁶ Da música “Geni e o zepelin”, de Chico Buarque.

⁴⁷ Sacolas com restos de comida, penduradas nas árvores.

**Alucinados meninos ficando azuis
E desencarnando lá no Brejo da Cruz
Eletrizados cruzam os céus do Brasil
Na rodoviária assumem formas mil
Uns vendem fumo, tem uns que viram Jesus [...]
Mas há milhões desses seres que se disfarçam tão bem,
que ninguém pergunta de onde essa gente vem”
(Chico Buarque – Brejo da cruz)**

O bairro Centro conta com uma população de 36.862 moradores (fonte IBGE, 2000), em uma área de 228 ha. Ele tem como seus principais pontos históricos e ainda atuais a Prefeitura antiga (Paço Municipal, em frente ao Km 0), o Mercado Público, a Igreja da Matriz, o Palácio do Governo, ambos localizados na Praça da Matriz, a Usina do Gasômetro, a Casa de Cultura, a Rodoviária, a Rua da Praia, a rua Duque de Caxias, o Chalé da Praça XV e o Cais do Porto. Esses pontos ao tempo que são históricos em Porto Alegre ainda delimitam o território do centro, fazendo de seu entremeio o que é o bairro Centro, que parece ser o início e o retorno de tudo o que se produz ao longo do tempo.

Periferia

Como vimos, com o crescimento da cidade nas décadas de 50-70, a população pobre em Porto Alegre concentra-se nas regiões periféricas da cidade de maneira muito definida. Nessas bordas da cidade, uma realidade diferente se faz em relações de segregações e interdependências com o centro da cidade. Para pensarmos esse “mundo diferente”, resolvemos menos nos deter em “estudos sobre a comunidade”, caracterizando o lugar como ele realmente é, e mais pegar uma afetividade em relação a ele, já que nos interessa agora mais o trânsito e o afeto que movem meninos e meninas de várias periferias diferentes a migrarem para o centro da cidade. Para isso, nos utilizamos da música dos Racionais Mcs, pois eles falam a partir de um lugar periférico e se constituem como um importante *intercessor* na minha prática no AÇR, na medida em que ajudam a dar uma forma justa e sensível a essa experiência. “Da ponte pra cá” fala da divisão e da comunicação periferia–centro:

Mesmo céu, mesmo CEP, no lado sul do mapa, sempre ouvindo um rap para alegrar a rapa. Nas ruas da sul eles me chamam Brown, maldito, vagabundo, mente criminal [...] Fanático, melodramático, bon-vivant, depósito de mágoa Quem está certo é o Saddam: playboy bom é chinês, australiano, fala feio e mora longe não me chama de “mano”. - Três vezes sou sofredor, odeio todos vocês. Vem de artes marciais que eu vou de “sig sauer”, quero sua irmã e seu relógio “tag heuer”. Um conto se pá, dá pra catar, ir para a quebrada e gastar antes do galo cantar. - Um triplex

para a coroa é o que malandro quer, Não só desfilar de nike no pé! [...] Nós aqui, vocês lá, cada um no seu lugar. Se a vida é assim, tem culpa eu?! [...] Não adianta querer, tem que ser, tem que pá, o mundo é diferente da ponte pra cá! Quem não quer brilhar, quem não? mostra quem, ninguém quer ser coadjuvante de ninguém! Outra vez nós aqui vai vendo, lavando o ódio embaixo do sereno. Cada um no seu castelo, cada um na sua função, tudo junto, cada qual na sua solidão [...] cada favelado é um universo em crise! Sofrer pra que mais se o mundo jaz do maligno? Morrer como homem e ter um velório digno! Eu nunca tive bicicleta ou vídeo-game, agora eu quero o mundo igual cidadão Kane. Da ponte pra cá antes de tudo é uma escola, minha meta é dez, nove e meio nem rola. Meio certo não existe truta, o ditado é comum, ser humano perfeito, não tem mesmo não, procurada viva ou morta a perfeição. Não adianta querer tem que ser tem pá, o mundo é diferente da ponte pra cá! (vila) Fundão, muita treta pra Vinícius de Moraes! [...] Senhor guarda meus irmão nesse horizonte cinzento, nesse Capão Redondo, frio sem sentimento, os manos é sofrido e fuma um sem dar guela, é o estilo favela e o respeito por ela, os moleque tem instinto e ninguém amarela, os coxinha cresce os olhos na função e gela! [...] o mundo é diferente da ponte pra cá! (Racionais 'Mcs – Da ponte pra cá)

Fundão, Capão Redondo, em São Paulo, estão da ponte para lá, são outro mundo dentro do mesmo mundo-cidade. Em Porto Alegre, o Campo da Tuca, a Vila Mapa, a Restinga, a Rubem Berta, a Vila dos Papeleiros, a Vila Farrapos, a Lomba do Pinheiro, etc., também estão da ponte para lá. “Um homem na estrada”, do mesmo grupo, fala da ponte para lá:

[...] me digam quem é feliz, quem não se desespera, vendo nascer seu filho no berço da miséria?! Um lugar onde só tinham como atração, o bar, e o candomblé pra se tomar a benção [...] Equilibrado num barranco incômodo, mal acabado e sujo, porém, seu único lar, seu bem e seu refúgio. Um cheiro horrível de esgoto no quintal, por cima ou por baixo, se chover será fatal. Um pedaço do inferno, aqui é onde eu estou. Até o IBGE passou aqui e nunca mais voltou. Numerou os barracos, fez uma pá de perguntas. Logo depois esqueceram, filhos da puta! Acharam uma mina morta e estuprada, [...] estava irreconhecível, o rosto desfigurado. Deu meia noite e o corpo ainda estava lá, coberto com lençol, ressecado pelo sol, jogado. O IML estava só dez horas atrasado. Sim, ganhar dinheiro, ficar rico, enfim, quero que meu filho nem se lembre daqui, tenha uma vida segura. Não quero que ele cresça com um "oitão" na cintura e uma "PT" na cabeça [...] o que fazer para sair desta situação? Desempregado então, viveu na detenção, e a vida desse homem para sempre foi danificada. Amanhece mais um dia e tudo é exatamente igual. Calor insuportável, 28 graus. Faltou água, já é rotina, monotonia, não tem prazo pra voltar, já fazem cinco dias [...] Os ricos fazem campanha contra as drogas e falam sobre o poder destrutivo delas. Por outro lado promovem e ganham muito dinheiro com o álcool que é vendido na favela. Empapuçado ele sai, vai dar um rolê. Não acredita no que

vê, não daquela maneira, crianças, gatos, cachorros disputam palmo a palmo seu café da manhã na lateral da feira. Molecada sem futuro, eu já consigo ver, só vão na escola pra comer, apenas, nada mais, como é que vão aprender sem incentivo de alguém, sem orgulho e sem respeito, sem saúde e sem paz. Um mano meu tava ganhando um dinheiro, tinha comprado um carro, até rolex tinha! Foi fuzilado a queima roupa no colégio, abastecendo a playboyzada de farinha. Ficou famoso, virou notícia, rendeu dinheiro aos jornais, cartaz à polícia. Vinte anos de idade, alcançou os primeiros lugares... superstar do notícias populares! Uma semana depois chegou o crack, gente rica por trás, diretoria. Aqui, periferia, miséria de sobra. Um salário por dia garante a mão de obra [...] Não confio na polícia, raça do caralho. Se eles me acham baleado na calçada, chutam minha cara e cospem em mim, eu sangraria até a morte... Já era, um abraço! [...] Só eu mesmo e eu, meu Deus e o meu orixá [...] Se eles me pegam, meu filho fica sem ninguém, o que eles querem? Mais um "pretinho" na FEBEM?" (Racionais Mcs – Homem na estrada).

Essa periferia cantada é ao mesmo tempo um mundo diferente e também um mundo interdependente do centro. Segmentaridades dentro de um mesmo sistema: “segmentaricidades” (Mizoguchi, 2009). Esse “mundo diferente da ponte pra cá” marca uma diferença que é mais uma desigualdade, uma dominação e sujeição, zonas de extermínio gradual. Nada disso é novidade. Mas para entendermos a situação de rua de jovens que vivem no centro de Porto Alegre, ver a cidade feita de grandes e pequenas segmentações que emergem umas com as outras, nos é importante, pois este, por vezes, é um entendimento que escapa à cotidianidade das ações e das considerações acerca da pobreza.

Situação de rua

É desses espaços de periferia, de “um coração ferido por metro quadrado” (Racionais Mcs) que saem aqueles que, em sua maioria ainda crianças, vão ser os jovens que moram no centro sobre o signo “situação de rua-moradia”. Devido a todo o funcionamento da sociedade, pensado no primeiro capítulo, que se produzem essas zonas brutas, zonas de miséria, empurradas para as suas margens. O mesmo processo está no número de crianças e adolescentes em situação de rua, que aumentou muito na década de 90. A tipificação da situação de rua, criada na época do PAICA-Rua, *rua-moradia e rua-sobrevivência*, refere-se mais ao transcorrer de um processo do que a objetos diferentes: há uma continuidade entre situação-de-rua-sobrevivência e situação-de-rua-moradia, que se refere ao tempo de exposição à rua, às condições de cuidado e acolhimento das famílias e da própria rua, às motivações e movimentos de cada menino. Essas variáveis, conjugadas de certa forma, vão permitir que se faça a passagem de um

simples “vender bala” no centro a um morar nas calçadas da rodoviária. A situação-de-rua-sobrevivência fala de um momento em que a criança sai de casa para conseguir dinheiro, mas mantém ainda uma “organização de casa”, pois volta à noite, eventualmente frequenta a escola; a situação-de-rua-moradia é sempre um momento posterior, no qual aquele que saía e voltava pra casa já não volta mais. Nem toda situação-de-rua-sobrevivência será um dia situação de rua-moradia, mas toda situação-de-rua-moradia já foi, um dia, uma situação de rua-sobrevivência.

Entendemos que estas nomenclaturas não dão conta da especificidade da vida de cada pessoa, já que as relações destas com a casa, com a família, com o morar, com o dinheiro, são múltiplas para cada um e a cada momento, e por vezes, em um mesmo momento. Mas as usamos como maneira de começarmos a entender que há uma continuidade entre as situações de rua com as quais o AÇRNC vai trabalhar. Essas situações diferem muito em cada região de cada AÇR. Bottega (2009) fala, com Castel, que a situação de rua-sobrevivência estaria em uma zona de vulnerabilidade na sociedade, onde o trabalho é precário e há uma fragilidade no apoio relacional. Já a rua-moradia estaria em uma zona de desfiliação, onde o trabalho é ausente e há um isolamento relacional.

O principal foco de trabalho do AÇRNC será a situação de rua-moradia. É no centro as situações de rua-moradia vão se concentrar. Essas são situações de intensa degradação física, intensa exposição a violências, o que gera, por um lado, uma intensa visibilização desta situação. O território existencial que se forma com a situação de rua-moradia tem uma estética agressiva em uma tripla acepção: agride a sociedade com sua estética; sofre agressões de todos os lados; e também – conforme o sentido buscado na etimologia da palavra “agressividade”, que vem do latim “aggredior, aggredi”, que significa acometer, avançar decididamente, mover-se ativamente para um objeto qualquer, designando um movimento de ir ao encontro – este ir ao encontro entendido como a busca de encontro. A impulsão que faz ir ao centro, que faz ficar na rua, guarda um sentido de busca de/por encontro, afetividade, significação, uma busca por ser enxergado, o que não acontece quando se está na periferia. A rua-moradia como território é também uma forma de se fazer visível.

Por outro lado, a figura do menino de rua já é incorporada à paisagem normal da grande cidade no Brasil. Há um caleidoscópio de sentidos engendrados nessas situações: os meninos de rua passam a ser mais investidos, mais vigiados, ao tempo que

se diluem na paisagem da cidade grande no Brasil. Penso que não são exatamente invisíveis, mas que, cada vez mais, a sociedade tem duas posturas em relação a eles: de banalização dessa situação e de crescente investimento, por meio de políticas sociais, de filantropias sobre esse indivíduo. Ambas as posturas entendem essa manifestação como corolário de uma espécie de doença ou infelicidade e, mesmo a entendendo como um problema da sociedade, esse entendimento não se conecta com as ações e as práticas cotidianas da sociedade, que não enxerga o processo que produz essas vidas, não consegue se implicar.

Não se pode atribuir a saída para a rua simplesmente pela pobreza, pois nem todas as crianças pobres e miseráveis estão na rua. Essa saída da comunidade para a rua é fruto de muitos fatores. Em parte, tem o sentido de sobrevivência. Mas, como já falamos, uma busca por encontros que a rua pode proporcionar também incide sobre esse movimento. Nesse sentido, a situação de rua-moradia pode não ser uma situação de isolamento relacional. A saída para a rua talvez seja uma fuga de uma modalidade de isolamento ao qual estão submetidos os indivíduos nas periferias, ou a busca de algo que faça mais sentido e que esteja na rua: a diversão, a droga, as amizades, o dinheiro mais fácil. A questão é de que maneira essas relações na rua fortalecem e cuidam ou aproximam da morte física. De qualquer forma, a saída para rua ou o não voltar mais para casa, na comunidade, é sempre posterior a certo isolamento já posto em relação à sociedade formal, especialmente o isolamento imposto às periferias.

Entendemos que, na situação de rua-moradia, o isolamento relacional apresenta-se mais relacionado às instâncias mais instituídas da sociedade, como a escola e a família. Na rua há, sem dúvida, não um isolamento, mas uma profusão de relações, uma velocidade tal nessas relações que faz com que elas possam comparecer como isolamento. Acreditamos também que a saída “definitiva temporária” da casa se dá por algo que não se sustenta em casa, que não consiste em estar em casa, que não pode falar mais alto que a rua. Essa saída de casa e a entrada na rua nunca é definitiva, no sentido de que nunca mais vai se voltar para casa. Essa saída é temporária, mas também definitiva, no sentido de que, uma vez tendo saído e ficado na rua, nunca se voltará a ser o mesmo. Há algo que se torna definitivo, que se acaba, que se perde ou que se ganha. Há, nessa saída para a rua, na “rualização”, um paradoxo. Sair de casa não para ir para a rua, mas para entrar na rua, para entrar “numa”: em outro mundo, em outra “sintonia”. O que é um território existencial senão uma sintonia que dá forma à determinada

realidade? Entra-se na rua para sair de casa: entra-se na sintonia da rua para sair da sintonia da casa. A rua é, ao mesmo tempo, lugar perigoso de onde se deve sair (lugar de criança não é na rua!) e também o lugar para onde se deve ir quando se deve sair de casa: lugar de onde se deve sair e lugar para onde se deve sair, lugar de fuga. Seria a rua uma “linha de fuga”?

Caracterização dos espaços

Os movimentos de saída da periferia para a rua, seja para situações de *moradia ou sobrevivência*, convergem para o centro da cidade de Porto Alegre. O centro é o principal local de circulação de pessoas e de dinheiro, local de trabalho de dia e cenário obscuro à noite. Entendemos que o centro é, ao mesmo tempo, um território que permite uma visibilidade, um ponto de contato bruto-social e sociedade, que durante o dia vai esbarrar em meninos e meninas pedindo dinheiro, vendendo balas, furtando, etc. O centro é também um local que permite esconderijos, fugas, certa invisibilidade por sua velocidade de passagem, permitindo uma banalização dessas situações ao dia e uma atmosfera anônima à noite. Alguns lugares do centro funcionam 24 horas, principalmente a rodoviária. Um tempo incessante que passa da velocidade do trabalho, dos negócios, dos fluxos do capital, à velocidade dos negócios ilícitos e infames à noite.

Alguns locais concentram condições para que crianças e adolescentes os frequentem e lá se instalem: dinheiro circulando, um ponto de tráfico na redondeza e a possibilidade de se misturar à paisagem. Essas são algumas das condições que caracterizam os locais nos quais a “gurizada” se instala. Cada local de situação de rua moradia apresenta uma expressividade diferente e se conecta à função que o local tem e à função que certa expressividade engendra ali: na Praça da Alfândega os serviços sexuais, na Praça XV o comércio e roubo, no Gasômetro, o namoro, talvez a cultura.

Cada lugar forma uma conexão diferente e um território existencial com uma expressão um pouco distinta, criando funções. Há uma multiplicidade de lugares, expressividades e funções. Somente na REOP Centro caberia uma análise detalhada dessa diversidade. Porém, para o que visamos, vamos nos centrar em um lugar específico, também porque, durante um ano de trabalho, foi o local no qual mais trabalhei.

Rodoviária

Como já apontado, a rodoviária de Porto Alegre é local-analisador para esta pesquisa. Durante o ano de 2007, o trabalho do AÇRN concentrou-se principalmente na

rodoviária por uma série de fatores. Nesse ano, a situação de rua da rodoviária estava em evidência para a opinião pública: reportagens, interferências do Ministério Público, reuniões de alta cúpula discutindo a situação; a brigada militar com operações de “limpa”, como a operação “Papai Noel” e a operação “boina preta”⁴⁸; a maior parte dos “casos” de situação de rua-moradia ou concentrava-se lá ou por lá passavam; o crack estava altamente difundido, e o tráfico da Vila dos Papeleiros aumentava; a gurizada estava exposta às várias formas de violência. Por todos esses fatores, havia uma exigência por uma intervenção do AÇRNC naquele espaço.

A rodoviária parecia ter um poder de atração, que, pode-se dizer, acometia também o serviço, na medida em que este tinha nela seu principal ponto de trabalho. Isso ocorria em função de todo o contexto que descrevemos e também porque ali tinha-se contato com muitos meninos e meninas. Também nos interessava entender por que, naquele momento, a rodoviária funcionava como “atrator”. A rodoviária era também um lugar-função: função de passagem, função de deslocamento, sem ser exatamente um lugar em si, mas um lugar que só existe como passagem para outros lugares. Depois que nosso trabalho começou a acontecer lá, houve um deslocamento também em nossa prática, assunto que retomaremos no capítulo terceiro. Para os meninos e meninas, era claro o deslocamento que a rodoviária produzia em suas existências, colocando-os em outra sintonia, outra dinâmica, a ponto de produzir outro terreno de existência em suas vidas, outros gestos e características. Como lugar-função de passagem, ela era também, um não-lugar, um lugar de ninguém, lugar onde não se permanece, não se fica, não se vive. A gurizada, porém, ao permanecer e compartilhar de seus movimentos e, ao movimentá-la, ficava, vivia, morava, o que moldava seus corpos, gestos, construindo aquilo que insistimos em chamar de território existencial. Território que incomodava a cidade, e que a cidade entendia como pertencente àqueles meninos.

A rodoviária é um prédio todo aberto, que tem em seu entorno a estação do trem, uma Igreja Universal, o restaurante popular “Bandejão”, a av. Castelo Branco (que é um seção da BR 101), três hotéis à sua frente, um ponto de tráfico, a Vila dos Papeleiros. Ela se localiza na parte leste do centro, delimitando-o. Bem em frente à rodoviária há uma grande estátua de Hermes, monumento que faz parte de um dos hotéis.

⁴⁸ Essas operações retiram os gurus e gurias da rodoviária e os levam para os abrigos ou para a FASE (antiga FEBEM) ou os largam em lugares distante dali. A operação “Papai Noel” foi feita no Natal e a “boina preta” foi assim chamada por ter sido feita pelos *boinas pretas*, a elite da brigada militar.

Hermes, interessante, é o deus grego protetor dos viajantes, é o deus das estradas. Guardião dos caminhos e das encruzilhadas, Hermes não se perde nas trevas e pode circular livremente entre homens e deuses, o que lhe dá o estatuto de “mestre da realidade”. Na mitologia yorubana, Hermes é correspondente a Exu. No Batuque, a religião afro-brasileira gaúcha, exu é chamado de Exu-Bará ou simplesmente Bará⁴⁹ (Prandi, 2001).

Exu-Bará é quem põe em movimento a força Axé, por meio da qual se estabelece a relação entre o *ayé* (o mundo terrestre e a humanidade) e o *órun* (o mundo sobrenatural e seus habitantes, ou o caos). O Axé se torna assim “princípio e força”, “poder de realização”. Exu não é só o guardião do Axé, mas também seu “executor divino”, distribuidor fatídico e fatal do poder contido em seu “Ado-iran”, a cabaça que contém o poder de se autopropagar. Exu é o primogênito do universo, o primeiro dos seres procriados e representa o princípio de mudança na vida. É ele quem transforma o conflito em harmonia e também harmonia em conflito. Sem Exu, os orixás nunca conheceriam as necessidades de seus fiéis e, por conseguinte, não poderiam ajudá-los. Ele possui o privilégio de receber todas as oferendas e obrigações em primeiro lugar; nenhuma obrigação deve ser feita sem primeiro saudá-lo. É o dono de todas as encruzilhadas e caminhos, é o homem da rua, quem guarda a porta e o portão de nossas casas. A palavra Exu em yoruba quer dizer esfera. Aquele que tem prioridade de rolar por toda a superfície do solo. Pelo poder que exu tem de transportar-se, ele pode estar em todos os lugares e em um só lugar ao mesmo tempo. Exu tem o poder de crescimento e transformação (Wikipédia e site umbanda.etc.br, acessado em fevereiro de 2010).

Podemos entender Bará como o intercessor (Deleuze, 1990), aquele que agencia o plano incorpóreo, o caos, o coletivo e o plano das formas, o mundo terrestre. Ele está ligado, mais que qualquer orixá, à terra, ao solo, ao mundano, ao cotidiano. Ele é poder de realização, de criação de formas, o que organiza, mas também o que desorganiza. Ele pode produzir harmonia ou conflito, pois se localiza *no entre* as formas e os movimentos, na relação que pode tender para o “bem” ou para o “mal”, dependendo da situação.

⁴⁹ Existem versões sobre essa relação Exu e Bará, sendo que uns dizem que Bará é o exu existencial, sua individualização em relação ao mundo dos homens.

A rodoviária é um lugar entre mundos. Primeiro porque os passageiros por lá viajam de um lugar a outro e também porque é lá que a gurizada se transporta a outro mundo, encontra-se com os olhos da cidade, com todo um ambiente que os transporta a outros modos de ser, que os transforma de uma forma ou de outra.

Em um funcionamento 24 horas, a rodoviária é uma roda viva. Talvez assim fique mais evidente ou “gritante” para quem está na rua e para quem passa pela rua a roda da vida. A vida não para, e para esses que vivem nessa linha tênue entre vida e morte talvez haja um temor de que a vida possa parar, o que é legítimo. Por isso, o “movimento”, “a função”⁵⁰ não pode parar. O que nos dá pistas de uma temporalidade própria ao ambiente e das ações que o corpo sofre na rua. Por hora, elenquemos alguns atores desde miniecosistema.

Compunham o cotidiano das calçadas da rodoviária, em 2007, a Polícia (Brigada) Militar, que aparecia quando a atividade dos meninos estava incomodando demais os passageiros e os seguranças da rodoviária; jovens adultos moradores de rua, alguns ex-usuários do PAICA-Rua, que acabavam reforçando a permanência da gurizada, pois formavam associações de proteção e trocas com eles, já que os adultos não eram tão bem-sucedidos na mendicância quanto os guris menores; crentes das igrejas evangélicas do entorno também apareciam e ficavam conversando e dando conselhos aos guris, dando-lhes de comer; taxistas, que também encomendavam mercadorias a serem roubadas na praça XV e na Praça da Alfândega, bem como faziam programas com eles(as); seguranças da rodoviária que tinham a função de impedir que a gurizada entrasse no prédio da rodoviária; transeuntes e passageiros que davam esmolas; redutores de dano do PRD (Programa de Redução de Danos) apareciam de vez em quando⁵¹; a mídia eventualmente, para fazer uma reportagem-denúncia; e principalmente a equipe do Ação Rua Núcleo Centro, que quase diariamente se fazia presente para abordar e conversar com os meninos e com todos esses personagens. Personagens de uma trama cotidiana que estava sempre aberta ao acaso e a outros personagens inusitados.

A atividade de mendicância estava aliada a pequenos “serviços”, como abrir a porta do táxi, carregar malas, roubar mercadorias por encomenda, prostituição, trabalhos para o tráfico. A função na rodoviária não parava, se estendia ao máximo do dia e da

⁵⁰ Quando íamos falar com eles, e eles estavam em busca de dinheiro ou fazendo algo, diziam apressados: “Tô na função!”.

⁵¹ Nessa época, o PRD estava totalmente sucateado, quase extinto.

noite. Assim que conseguiam algum dinheiro, iam até a boca de fumo e compravam crack, voltando à “atividade”. Os mais novos relatam que conseguiam cerca de 60 a 100 reais por dia na mendicância, sendo que gastavam quase tudo no crack, pois comida sempre ganhavam; além do mais, não comiam muito. Os locais onde eles dormiam variava entre a calçada do outro lado da rua da rodoviária, um “mocó” (esconderijo) ao lado da Vila dos Papeleiros e o serviço da rede, o Acolhimento Noturno, de vez em quando.

Geralmente os meninos chegam vendendo algo, ou somente passeando com amigos que moram na rodoviária. Em um primeiro momento, são expulsos dos grupos. Se insistem ou se associam a algum adulto ou a alguém mais influente, acabam ficando. A transformação depois de duas semanas na rodoviária é muito rápida e intensa. Chegam com as roupas limpas, tímidos, curiosos. Depois estão mais magros, sujos, já com os movimentos corporais e as gírias características dos outros meninos, muito mais desinibidos, sarcásticos e até agressivos. Depois do uso da “pedra”, não olham, ficam sérios, de testa franzida e movimentos abruptos e decididos.

Minhas lembranças mais marcantes da atmosfera da rodoviária são de duas paisagens extremas, típicas do clima porto-alegrense: árida, empoeirada, atordoante no verão, onde a poluição, o cheiro dos guris, o meu próprio suor dão uma sensação de estafa e confusão. Úmida, congelante e escorregadia no inverno, onde é difícil achar um lugar sem se molhar. No verão e no inverso há uma rodoviária vivida como um desconforto. Esse desconforto é a expressão de uma dificuldade de conexão. Tudo incomoda e tudo tende a fazer da permanência na rodoviária algo a ser resolvido rapidamente, dificultando habitar-se esse espaço, dificultando também a conexão com as pessoas. É a expressão daquilo que é obstáculo, que faz da rua um lugar menos público, menos compartilhável: tudo incomoda, ameaça e afasta, tudo se torna um tanto intolerável.

Na rodoviária, relações que em um momento eram de violência, em outro, logo em seguida, eram de amizade, tanto entre os seguranças, policiais e meninos quanto entre os adultos, os transeuntes e os meninos. Havia sempre combinações que, quando não eram cumpridas, custavam hematomas, inchaços, um braço ou uma costela quebrada. Entre os seguranças e os meninos havia a combinação de que os guris poderiam abrir a porta dos táxis, carregar malas, desde que ficassem somente no entorno da rodoviária, sem adentrar.

O arquiteto Fernando Fuão (2001), em seu texto “Canyons”, fala que o *canyon* e a rua são para a alma da natureza e da cidade a mesma coisa. O canyon é uma ferida aberta, um corte vivo pelo qual se pode observar a vida, a carne do morro e de uma metrópole. Um corte que cria os abismos, “as discontinuidades espaciais, o distanciamento, a diferença nos corpos, as linguagens” (Fuão, 2001, p. 2). O corte tem a virtude de criar um princípio, um precipício, de inaugurar... Ele é o contorno das formas, o que as delinea. Nessas segmentações da cidade a imagem da ponte seria “o elemento que permite conectar uma ideia a outra, um tempo a outro. Pontes e viadutos são elementos que servem para transpor os abismos das gargantas. Transportar, transitar, reduzir distâncias. Elementos que estabelecem ligações, laços. São passagens, um mergulho no ar com chão embaixo” (Fuão, 2001, p. 8). Nesse sentido, Fuão nos traz a imagem da ponte que conecta fragmentos de mundos no mundo, permitindo a comunicação entre povos separados pelas gargantas dos abismos, possuindo o atributo da universalidade, superando divergências operadas pelo corte e sendo também sempre um ponto fraco. As pontes são, em uma guerra, o alvo predileto dos bombardeios, a maneira mais fácil de romper a comunicação. Em meio ao incômodo na rodoviária que dificultava a construção de pontes, tentávamos nos concentrar nessas conexões nas suas possibilidades de conexão. Estávamos atentos aos intercessores, como a música dos Racionais Mc’s.

Assim como entre a periferia e o centro há uma ponte, o que denota uma separação, um abismo, há também uma comunicação. Entre a calçada, a rua dos meninos – calçada beira do abismo – pontes são criadas com instituições (Rodoviária, Polícia, assistência social). Nesse sentido também podemos entender que, se a rua é como um abismo, e esses meninos caminham à beira desse abismo em que não é suportável se lançar, as calçadas da rodoviária são a beira mais alta e próxima do abismo.

Lá percebia que os guris vivem de estabelecer pontes, vínculos. A vinculação com a rua não é somente com o vício, com as “más companhias”, como pensa uma concepção moralizante. É com isso e muito mais, já que muitas são as coisas que compõem a rua, aliás, tudo em uma cidade atravessa a rua. Porém, não podemos esquecer que a rua é feita da cidade e de seus modos privatizantes. A ponte de Fuão traz o tema da comunicação, da conexão que parece ser tão vibrante na rua, mas que, paradoxalmente, é lá mesmo desfeita por esses componentes letárgicos da rua.

Componentes que produzem os desconfortos, que são obstáculos à comunicação. Ao mesmo tempo em que os gurus fazem pontes, essas pontes, na rodoviária, são de extrema fragilidade... Elas geralmente podem ruir a qualquer momento, fazendo com que eles caiam no abismo, sendo decompostos, mortos.

Habitar a beira desse abismo, que ao mesmo tempo amedronta e chama, guarda sempre o risco iminente de ser puxado para o fundo. Esse fundo, para Fuão, “só estimula a queda interior, o descontrole da razão” (Fuão, 2001, p. 3). Pontes são criadas na rodoviária, mas, geralmente, têm um caráter tão provisório que não acompanham o movimento da vida, mas sim o ruir abrupto da morte. Existem meninos que em determinado momento não estabelecem mais pontes, andam letárgicos atrás da pedra. O crack, como fator que materializa, petrifica muitos outros fatores, tem como efeito correlato essa letargia, uma espécie de autismo, que torna as pontes cada vez mais escassas ou que faz destas algo tão inconsistente quanto uma miragem.

Há também uma diversidade de pontes na rua, e uma diversidade de consistência dessas pontes. Na rua formam-se pontes, redes de “proteção” que geralmente os gurus não encontram na comunidade: donos de bar, taxistas, eventualmente a mídia, outros moradores de rua, os serviços de proteção em meio aberto... todas essas pessoas e instituições acabam estabelecendo vínculos e visibilidades, no sentido de significar a existência desses meninos, o que pode dar uma idéia de “proteção”, de ser visto, de estar perto de onde tudo acontece. Diferente do esquecimento na comunidade, a rua traz certo status, expresso, por exemplo, na definição da I Conferência Municipal da Criança e do Adolescente: “prioridade de atenção”. A situação de rua mobiliza a sociedade, pois faz esse bruto chegar mais perto, incomodar, obrigando a comunicação.

Têm-se, então, várias redes de “proteção” na rua. A rede de “proteção *da* rua”, composta por outros moradores, pelo tráfico, pela polícia, pelos transeuntes, onde as pontes são, geralmente, mais frágeis, não garantindo a segurança na passagem pelos abismos. A passagem para o outro lado na “rede da rua”, geralmente é interrompida ou vetada, como quando os meninos são impedidos de entrar no prédio da rodoviária. Outra rede de proteção é a “rede-rua de proteção”, composta pela rede de serviços que atendem à rua e que se pressupõe deveria estabelecer pontes e travessias mais sólidas, o que nem sempre acontece, como discutiremos em um momento próximo. Não se pode dizer que uma rede é naturalmente boa e outra, ruim. Há de se ver o tipo de conexão, o tipo e a qualidade das pontes que serão construídas, e isso varia de pessoa para pessoa,

de momento para momento. Não é pelos sujeitos e objetos que determinaremos os efeitos positivos ou negativos de uma vez por todas. Porém, de fato, a “rede *da* rua” tem um potencial muito alto de destruição, já que a qualidade de suas pontes não necessariamente está a serviço do cuidado com os meninos, ficando sob a necessidade de outras questões. Há de se levar em consideração, todavia, a discussão que tivemos acerca da política social e os questionarmos sobre as pontes que as políticas sociais criam, podendo haver pontes que não permitem uma travessia efetiva, uma mudança, pela precariedade do investimento; pode haver, no entanto, pontes que não estejam comprometidas com um cuidado que cultive e liberte, mas sim que levem a um lugar já predeterminado e cerceado, pontes-prisões.

O contexto da rua na rodoviária é feito por muitos desses paradoxos. Se, por um lado, quando se vai para a rua se ganha visibilidade, essa visibilidade também é banalizada, acabando por se configurar como invisibilidade ou diluição na paisagem. O abrigo da “rede da rua” constrói pontes que marcam uma visibilidade um tanto banalizada, sempre associada a um perigo. Essa visibilidade marca uma forma estereotipada de olhar para os meninos na rua. Eles, nesse sentido, são todos idênticos ao lugar-comum “menino de rua”, sobre o qual se tem modos também padronizados de intervir. São, ao mesmo tempo, visíveis e invisíveis, como fenômeno comum às grandes cidades brasileiras. Nesse abrigo da “rede da rua” há um acolhimento que passa necessariamente pela produção de um corpo, de uma estética, de cheiros e gestos: “um corpo casa da rua”, a um tempo igual, modal e particular, exclusivo.

Na “rede da rua”, esse corpo não se pergunta “quem sou eu”. Primeiro porque as respostas já estão padronizadas e dadas pela sociedade. Segundo, porque, se o próprio corpo se perguntasse, cairia estatelado e em cheio no chão. “Quem sou eu?” provoca uma necessidade. Quem se indaga é incompleto (Baptista, 1999), e na “rede da rua” não há espaços para a incompletude. A maneira de ver os meninos, por parte do conjunto social, já imputa uma incompletude à qual os meninos não podem aderir, com o perigo de se desfazerem. Criam-se duas perspectivas que não podem conversar: na “rede da rua” não se pode ver a incompletude; na “rede-rua de proteção”, quando esta é tomada pelo estereótipo, não se pode ver outra coisa que não a incompletude. Entre essas duas formas de construir a realidade, cria-se um *vácuo*, que geralmente é preenchido com ideais de uma infância saudável, que tem pouca consistência existencial, que poucas vezes pode se materializar.

Luis Antônio Baptista (1999) nos ajuda pensar essas histórias do lixo, essas histórias do lugar nenhum da cidade: “rua não é lugar de criança!!”. A cidade ordeira, a cidade que a sociedade sonha, ela sonha sozinha, sonha homogênea. Essa cidade sobre a qual a sociedade fala, esquece do lugar nenhum, como a periferia e, por um lado, a rua. Assim, quanto às manifestações a partir desses lugares oficiais sobre os meninos de rua, a sociedade não pode ver outra coisa que não a incompletude, a falta, o sujeito faltoso – que sofre de falta e que comete faltas. Entendemos, porém, que os restos que envolvem esse lugar nenhum, criam um lugar. Neste, se estabelecem relações com o inesperado e com o caos que acionam modos de morar, modos de sentir, modos de estar: o tal corpo-casa da rua, o corpo magro, o cabelo queimado (ação do crack), o cabelo duro, um olhar trêmulo, o passo apressado – o corpo ágil, o sorriso fácil, o corpo “aberto”.

Esse corpo, engendrado na “rede da rua” pelas pontes que nela se constroem, é um *corpo casa*. Ao se entrar na “rede da rua”, ele passa por uma transformação muito intensa, se misturando às atividades e ao contexto, ganhando um encadeamento de gestos, hábitos e movimentações que forma, e pelo qual é formado, o ritmo que é o território existencial “rua-moradia”. O corpo emagrece em virtude de um outro regime de alimentação, da inapetência associada ao uso do crack e da forma de habitar o dia: dorme-se ao amanhecer, até aproximadamente 11 horas da manhã. O corpo fica mal cheiroso, devido à falta de banho, sendo que esse mau cheiro tem sua funcionalidade: projetar medo a quem seja necessário intimidar, afastar os abusos sexuais. Os gestos são muito mais escorregadios, rápidos e gingados – um jogo de cintura que se deve ter na rua, uma capacidade de fuga, adaptação e improviso. Há de se ter também disposição sempre para fugir dos policiais e seguranças, para a briga e o confronto com outros meninos nas disputas de toda ordem. O corpo é exigido na maior parte do dia e da noite em toda a sua intensidade. Por isso, o dormir é quase um desmaio e, por isso, o corpo fica magro, pois toda a sua energia é usada para uma movimentação, um tempo em que não há repouso. O corpo é usado em sua completude, como se tudo pudesse; corpo-casa, pois delimita tudo o que se tem, fazendo de casa (lugar de dormir, comer, transar, defecar, etc.) o lugar onde se está.

Esse corpo-casa cria estratégias de (sobre)vivência, como as pontes por entre os espaços-abismos e também na relação com o tempo: passado e futuro são, de certa forma, apartados na experiência e apartados da experiência. A presença de uma história pessoal pode conferir algum perigo aos guris, segundo a visão dos vigilantes das

idades. A presença de um passado e de um futuro produz a indagação “quem sou eu?, para onde vou?”, produz incompletude: pois é na relação com o tempo que se integraliza esse ser de lugar nenhum (Baptista, 1999): passado ou futuro não comparecem, o que existe é a totalidade do instante ou a busca desta totalidade – não se lembrando das dores do que aconteceu e do futuro pouco promissor que está logo aí. É o tempo do animal, conforme Jorge Luis Borges (2007), o tempo não-histórico de Nietzsche. É pelo modo de marcar o tempo, que marca a construção de um território existencial, que os guris vão tentar esquecer sua incompletude ou lembrar sua completude.

O tempo se constrói a partir de certa relação com o instante: o tempo imediato das urgências. Vive-se para o agora, raramente se pensa no amanhã. Em muitos contextos, por exemplo, toda a função de mendicância gira em torno de conseguir uma quantia de dinheiro para o uso de crack, a ser fumado já, ou para a próxima refeição.

O tempo que falamos desenvolve-se em dois modos: um que diz respeito à ação dos corpos e à criação das qualidades corporais, um *tempo pulsado*, um corte no tempo, que delimita estados, figuras. E outro tempo, que diz respeito aos acontecimentos incorpóreos, àquilo que desvia, desfaz, transforma os corpos formados, *tempo não pulsado*, tempo do instante, que divide presente e futuro em séries infinitas, se constitui como um tempo sem espessura: povoado de efeitos que o habitam, sem nunca preenchê-lo, sem nunca dar conta totalmente dele, sem poder marcar ao certo onde começa, onde termina. Quando se pensa em delimitá-lo, ele já se foi e se fez novamente presente. Um tempo fala da marcação das formas; o outro, da dispersão, da decomposição das formas, do fluxo incessante. Este tempo não pulsado penetra em meio ao tempo pulsado, perturbando-o.

A rua como morada do coletivo entende a força de um tempo que se potencializa em meio ao caos, em meio às passagens, à velocidade e às multiplicidade de fluxos que agem concomitantemente. Tempo que beira a saturação das formas, a aceleração de sua decomposição, como um calor intenso que abrevia o processo de decomposição. Dessas duas qualidades do tempo que marcamos não podemos dizer que são separáveis. Um tempo implica o outro. Não é só um tempo que se faz presente na rua. Se falamos de formações de territórios existenciais, não podemos dizer de um tempo da rua sem espessura. O tempo marcado e progressivo é feito na rua, tanto que ali se produz um território existencial.

Mas na rua essa marcação fica como uma ação externa, à qual sujeito está submetido. Uma marcação de tempo que ele não determina, mas, sim, que é por ela determinado. Marcação esta que não possibilita certa maneira de habitar o tempo que tenha espaço para o repouso, para a construção do que é processo, mas vem com um desordenamento e uma intensidade que produz morte. O sujeito, nesse território existencial rua-moradia-rodoviária, está sempre em uma vivência emergencial da marcação do tempo. Um modo de viver uma marcação que assujeita a experiência na busca desenfreada pelo instante e que não possibilita ao corpo um cuidado necessário para certa permanência. Nessa vivência do tempo, é o corpo que se desgasta, que se vai desfazendo, numa cronificação do movimento, numa intensa movimentação que se faz crônica porque permite muito pouca variação e muito pouco cuidado.

Esse tempo tem uma espessura emergencial que torna necessária sempre a busca do instante, o retorno ao instante sem divisão de passado e futuro. Um imperativo que faz tender à atenção, e todo o movimento dos corpos a trabalhar, a se mover em função desse instante. Daí decorre uma relação com o tempo em que não importa o amanhã, não importa dormir para amanhã estar bem. O dormir acontece quase como um desmaio; o comer, como um avançar sobre a comida. Não é à toa a difusão do crack, que tira a fome e o sono, concentrando a existência na busca pelo instante em que o ego se infla, se sente total, tudo e todo, completo, para logo em seguida sentir-se nada, fazendo necessária a busca constante por esse instante pleno.

A maneira de viver o tempo da rua tira o caráter processual dos cuidados, das ressalvas, da espera, da contagem, da manutenção das formas, para uma busca desenfreada e sempre em defasagem, sempre atrasada pelo instante. Essa vivência possibilita uma capacidade de metamorfose, um jogo de cintura, um nomadismo. Mas também impossibilita uma relação consigo de conservação.

Em se tendo um movimento que não permite um mínimo de autonomia na marcação, mas que vai fazendo pontes inconsistentes desenfreadamente, o movimento dos serviços em direção à rua será o de uma tentativa de marcar cada vez mais esse tempo, estabelecendo horários, compromissos, atividades, etc. Porém, ao querer imprimir um ritmo mais ordenado ou que permita o mínimo de cuidado com o corpo, essas intervenções correm o risco de imprimir uma marcação de tempo tão extensa e externa à experiência singular dos meninos que pode acabar, e de fato muitas vezes acaba, esquadrinhando demais este tempo deles, afastando-os, e jogando-os no tempo da

rua mais intensamente, (re)produzindo nova polarização: a dos tempos e das formas de habitá-los. Linha tênue essa que separa o cuidado do controle... O cuidado não pode ser entendido como uma marcação do tempo que esquadrinhe o tempo, um tempo regrado. Uma marcação muito intensa do tempo, exagerada, é sufocante, perscruta, imobiliza a tal ponto que se torna controle – uma intensidade do cuidado, que modula para o controle, que marca demais e cronifica, esquadrinha. Porém, um tempo submetido ao instante, que não tenha uma mínima marcação, não possibilita um mínimo de conservação de um mínimo de corpo. Em se tratando de uma temporalidade como essa da rua e em se tratando de corpos que se equilibram na linha da morte física, a conservação, a sistematicidade se faz importante para poder conservar um mínimo de corpo. Como fazer um balanço entre esses tempos?

Só podemos extrair um tempo não pulsado de um tempo pulsado, pois se tentarmos suprimir toda pulsação de tempo, não haverá nem tempo pulsado nem tempo não pulsado, não haverá de fato mais nada [...] Um tempo pulsado é o que nos é dado e é daí que devemos tentar arrancar um tempo amorfo (Rodrigues, 2009, p. 96).

Para captar essa lufada de novidade, vibrar no tempo dos fluxos, no tempo não pulsado, é necessário um tempo pulsado, um mínimo de corpo. É nesse sentido que nossa intervenção está sempre no fio da navalha: em que medida se constrói um mínimo de corpo, se marca um tempo, para se poder aproveitar o instante, o movimento do mundo, da vida? em que medida se marca o tempo a tal ponto de tonar o corpo cronificado, ajustado, constrangido a formas imutáveis? e em que medida essa busca incessante e a todo custo pelo instante não é uma cronificação? Não é à toa que os serviços de Porto Alegre se acostumaram a avaliar a situação de rua-moradia, como esta da rodoviária, como sendo cornificada. Assim, cuidado não pode entrar em nenhum dos polos temporais, pois ele está necessariamente no balanço, na busca por equilíbrio, e/ou na transversal entre os tempos.

Crack

O tempo da rua ganha uma espessura emergencial, que pode nos dar uma chave de entendimento à entrada do crack. Esta é uma droga de fácil acesso a todas as camadas econômicas da população, pois o custo de uma dose é muito baixo. Cerca de 5 reais serve como dose para pelo menos duas pessoas. Ele é produzido a partir de uma mistura da pasta base da qual deriva a cocaína com bicarbonato de sódio ou amônia. É uma substância que se fuma. O usuário queima a pedra de crack em cachimbo e aspira a fumaça. O crack também é misturado a cigarros de maconha, chamados de “pitico” em

Porto Alegre. O crack, por ser inalado, tem um efeito quase instantâneo, provocando intensa euforia, autoconfiança e, por vezes, impulsos agressivos. Essa sensação persiste por 5 a 10 minutos. Por ter um efeito intenso e rápido, no geral seu uso é feito de maneira contínua.

Quando o crack chega à classe média e à classe alta da população (antes era uma droga de gente miserável), ele passa a ser um problema amplamente divulgado na sociedade porto-alegrense. Daí decorrem campanhas extremamente moralizantes, toando a questão da violência e da degradação. A mais famosa dessas campanhas tem o slogan “crack nem pensar!”. Justamente por não podermos pensar essas relações com o modo de subjetivação contemporâneo que o uso crack se torna uma transgressão, um crime, e se alastra rapidamente por toda a cidade.

O uso do crack vem aumentando em todo o Brasil, fazendo com que se crie um pânico à droga. A campanha do governo federal tem o slogan: “Nunca experimente o crack, ele causa dependência e mata”. Por certo que a substância tem alto poder de destruição, em função da forma com que se agencia o modo de subjetivação contemporâneo, no que diz respeito ao consumo: a compulsão. O fato é que o crack coloca em cheque as estratégias hegemônicas de se lidar com a droga, sendo que a estratégia moralizante não serve mais, já que quase todo adicto do crack tem alto grau culpa e vergonha. Penso que o crack traz outras problemáticas um pouco diferentes para a saúde pública. Ele é uma droga típica do contemporâneo, e as formas de intervenção para expurgá-lo também. As formas de “tratamento” são sempre baseadas em um máximo de controle e cerceamento, operando de modo polarizado: um “nem pensar”, um “nunca use”, por um lado, quando se está em abstinência; e um uso intenso e desenfreado, quando se está em uso. Os usuários geralmente oscilam entre nenhum regramento, o uso intenso e compulsivo ou a abstinência e a rigidez total.

Durante dois anos trabalhei com usuários de crack da classe social mais baixa, os guris da rodoviária, e das classes mais altas, em uma clínica psiquiátrica particular. Em ambos os grupos, não foi possível ajudar a construir uma relação de uso mais moderada. A passagem da abstinência ou uso intenso era marcada pelo simples primeiro uso. Em todos os casos que acompanhei, na primeira tragada, aquele que estava abstinente passaria dias só usando crack, sem trabalhar, sem voltar pra casa. Tanto para os guris quanto para os pacientes da clínica, a recaída significava cinco dias sem dormir nem comer direito e a venda de tudo que fosse possível para a manutenção do uso. Esse

uso intenso era seguido de uma enorme depressão, culpabilização e auto-humilhação por parte dos pacientes da clínica. Para os gurus, significava volta para a rua, a cara séria e fechada, e a recusa de conversar – um afastamento dos atendimentos da “rede-rua de proteção” e um mergulho na “rede da rua”.

O crack estava muito associado ao permanecer na rua. É certo, porém, que naquela época era difícil para mim escapar da lógica moralizante e apavorante em voga em Porto Alegre. A própria experiência de redutores de danos que já usaram o crack era de só se relacionar com ele através da abstinência. Essa questão do crack é uma questão aberta e extremamente atual. Essa droga pode ser uma oportunidade de lidar com a questão da adição de uma maneira diferente do que centrar o problema na substância ou no usuário, mas sim em um processo que ocorre entre e que se faz presente em uma série de outros lugares que não somente o das drogas ilícitas.

Assim como outros pontos, a rodoviária aparece como um lugar-função de passagem. Sendo também um “lugar nenhum”, lugar de ninguém. Esse lugar, porém, é habitado por alguém: aqueles que vêm da periferia, que criam pontes, aqueles que estão na estrada. Todo um território existencial se forma quando se habita um território. Uma marcação espaço/temporal cria um território. Ao habitar esse território, os gurus, os personagens da rodoviária, a “rede-rua de proteção”, vão formando outros territórios existenciais que se intercomunicam, que se afetam, se contagiam: um guri abre espaço para que outros sigam seu caminho, um irmão chama o outro, o outro chama um amigo, que chama o primo, e assim sucessivamente. Há do mesmo modo, nesse trabalho com a rua, para os trabalhadores, também formas de contágio: um profissional chama outro, que se contagia pelo trabalho, pelas questões, pelos desafios, pelos deslocamentos que a rua produz. Há uma hiperconectividade que vincula toda sorte de pessoas e toda sorte de sentidos: visibilidade, invisibilidade, proteção, exposição, cuidado, controle, práticas individualizantes, práticas coletivas, práticas higienistas, práticas de contágio.

Quando decidi fazer o estágio no PAICA-Rua, o que mais me convocava não era exatamente uma missão caritativa. Sem dúvida, eu queria um mundo melhor. Mas supor ou apostar nesse mundo melhor não derivava de uma intenção de ensinar o meu mundo à gurizada, nem de “dar o exemplo”. Minha tendência a esse trabalho se deu por uma vontade de contágio, de mistura, de aprender com a rua. Eu tinha a consciência disso.

Quando era criança, a rua era algo extremamente aterrorizante e ao mesmo tempo prazerosa. Ficar na rua até tarde, jogar bola na rua, apertar na campainha do vizinho e sair correndo, atirar balões de águas nos ônibus... Todavia, tive de apreender, não sem apreensão, a andar na rua. Na época que entrei no PAICA, uma das poucas coisas que tinha aprendido na minha vida era a andar na rua, à noite, nos becos, atravessar três, quatro bairros a pé. Minha entrada no PAICA fazia parte dessa experimentação, tinha um sentido “vampiresco”, um sentido de tirar algo para mim mesmo. Via também um potencial nesses jovens que à rua se lançavam, via uma coragem, mas principalmente uma recusa ao “mesmismo” de um modelo de vida burguesa ao qual a sociedade parecia querer conformá-los.

Esses meninos são aqueles que estavam à margem nas longínquas periferias da minha realidade e que vieram ficar à margem dentro de um território partilhado por mim e pela sociedade oficial: o Centro. Eles vieram ao Centro por um plano de comunicação hiperconectivo, afeto-conectivo, em que a rua aparecia como possibilidade de vivências, brincadeiras e transgressões ao mesmo tempo como alternativa ou única saída à realidade massacrante da casa. A rua aparecia, para mim, e talvez para eles, como a porta de entrada para o mundo, para as aprendizagens, para o tornar-se homem ou, mais intensamente, criança. Saída para rua como vontade de apreender o “bruto do mundo em seu nascedouro”, conforme Salomão (2003).

No livro “Qual é o parangolé?”, Wally Salomão (2003) fala da vida-obra de Hélio Oiticica. Em determinado momento, Oiticica instalou-se na favela da Mangueira e lá viveu, produziu, imergiu no mundo do samba e fez emergir seus parangolés. O parangolé surge como corpo-expressão-estandarte, uma “dança do intelecto ou dilaceração dionisíaca”.

O brutalista PARANGOLÉ de HO nasce da constatação de uma contingência, [...]. Surge de uma vontade de apreender o bruto do mundo em seu nascedouro. Cumplicidade e simbiose com as agruras e a volta por cima daqueles que na atmosfera geométrica constituem a base da pirâmide social. (Salomão, 2003, p. 38).

A relação de Oiticica com a favela – ele, um artista proveniente da burguesia carioca – não se fundava em uma relação na qual o outro seria uma abstração desencarnada com o qual é necessária união para construir uma futura sociedade. “Este outro é um corpo de ‘carne y hueso’ que opera uma transmutação do próprio corpo de Hélio, tornando-o sensível ao sensível” (Salomão, 2003, p. 36). Oiticica fala:

[...] a rua pra mim era um alimento também que contrapunha toda a abstração – eu tinha uma tendência muito perigosa a me encerrar muito nas ideias, o que acontece com todos os artistas, a meu ver. Eu me sentia velho quando era adolescente. Então a rua era uma maneira de eu deixar de ser velho. Era também uma iniciação sexual (Salomão, 2003, p. 109).

O método de Oiticica era, para Salomão, “não construir o costumeiro procedimento acadêmico de “ESTUDO DA COMUNIDADE”, COM O OLHAR AFASTADO DE QUEM NÃO PRETENDE SE LAMBUZAR NA TERRA das relações simbólicas, ou, pior, copular com o mundo” (Salomão, 2003, p. 41), mas justamente a mistura. Oiticica conta que sempre gostou das pessoas que vivem de forma intensa e imediata porque correm riscos, e para ele se encontravam muitas dessas pessoas nos locais marginais. Daí ele tira as enunciações-estandartes:

DE ADVERSIDADE VIVEMOS
ESTOU POSSUÍDO
INCORPORO A REVOLTA
SEJA HERÓI, SEJA MARGINAL

Salomão afirma que, sem essa imersão na complexidade da vida da favela carioca, Oiticica não teria entendido inteiramente “o alcance e o desdobramento do ‘corpo coletivo’ que a perpétua ponta de lança Lygia Clark propunha” (Salomão, 2003, p. 39/40). Por corpo coletivo entendemos um corpo sensível aos fluxos, forças, que é o coletivo. Um corpo de relação. Com Salomão entendemos que existe um aspecto paradoxal no homem marginalizado: “[...] ao lado de uma grande sensibilidade, está um comportamento violento e muitas vezes, em geral, o crime é a busca desesperada por felicidade” (2003, p. 45).

Porém, toda afirmação é sempre datada. Os tempos em que Hélio captou essas brechas são tempos um pouco distintos dos atuais. Salomão nos conta que isso só foi possível ou potente naquele momento. Quando Oiticica volta à Mangueira, dois anos antes de morrer, vê que o malandro que tinha a potência de expressar as enunciações-estandartes, aquele que tinha a potência da transformação, da dança do intelecto e da dilaceração dionisíaca, do potentemente subversivo “seja herói - seja marginal”, havia morrido:

[...] zona de turbulência. A deteriorização dos serviços públicos básicos, junta-se à insensibilidade sem par no planeta da burguesia brasileira. Zona de turbulência. Sucessões de chacinas e queimas de arquivos. Disque

denúncia e proliferação de alcaguetes. Saraivada de fogos.
Queima de ocasião: X-9 a granel (Salomão, 2003, p. 115).

A questão se torna mais complexa no contemporâneo. Assim, o crack, por exemplo, coloca questões que na década de 1960, por exemplo, não poderiam ser enunciadas em relação às drogas – não poder-se-ia, pensando na resistência na década de 60, falar-se em redução de danos. Hoje, como pretendemos mostrar no primeiro capítulo, há uma ligação direta entre o modo de produção capitalista e as formas como a pobreza e a miséria vão ser tratadas e investidas. O tráfico, a situação de rua são manifestações marginais, mas essas formas nem sempre guardam um potencial subversivo na maneira desenfreada como aparecem. Elas vão sendo totalmente moldadas e adaptadas ao capitalismo, onde acabam se configurando mais como formas de extermínio de uma população indesejável do que como potências libertárias – o que era a questão para Oiticica. O Comando Vermelho, nas maneiras como as novas gerações o vão constituindo, não tem mais nada a ver com um questionamento em relação à sociedade. Nessa configuração apenas é produzida uma estética da violência pela violência, o que facilmente se encontra nos filmes de ação hollywoodianos. A saída para rua, embora tenha um impulso vital, é mais uma maneira na sociedade de se efetivar o racismo de Estado, mais uma forma de deixar morrer. Nesse sentido, é uma fuga sem linha (Ratto, 2010), um escape que leva à morte. Para Salomão, os “excluídos sem voz nem vez” são a forma pós-moderna de xenofobia. Ele questiona:

[...] parangolés dos sem-tetos pululam nas nossas mega cidades, *malgrés nous*. Como realizar a ideia de Kant da ‘hospitalidade universal’, em seu ‘projeto para paz perpétua’ e partir do reconhecimento do ‘meu’ e do ‘teu’ sem ser questão de filantropia, mas sim de direito? (Salomão, 2003, p.115).

Assim como Oiticica, na visão de Wally, eu também tive meu momento de ruptura com a exaltação “do seja herói - seja marginal!”. Ao adentrar no AÇR percebia a rua também como um local de “abate”, certa forma de extermínio que não tinha muito de heroico, ou um heroísmo que só serve ao modo de produção produtor de assujeitamento e morte.

O percurso que vamos fazendo nos leva a uma rua de paradoxos. A rua da rodoviária se torna, então, esse território existencial que é espaço limiar, zona de encontro, de confronto direto da sociedade com o bruto-social. Na rua temos, portanto, a sociedade: a sociedade nua, bruta, com formações estéticas que são ao mesmo tempo produto da sociedade e sociedade em sua forma não lapidada, ou lapidada por outras

ferramentas. A rua é esse fora-dentro da cidade, a interiorização de sua margem, que cria uma distância interior e ao mesmo tempo potencial de realização e transformação de outras estéticas (exu-bará), buraco negro que coloca todo o corpo social (sociedade e bruto-social) em risco, em perigo de precipitação, de desfalecimento. Como estabelecer essa relação? Que qualidade de pontes construir? Como invocar/encarnar positivamente Bará?

Temos a pista de que não seria uma questão de filantropia ou tolerância:

O repúdio ao elogio humanístico da tolerância ao exótico é comunicado por uma voz indefinida. Para essa voz, tolerar corre o risco de ser uma doce e cruel violência camuflando vaidades arrogantes; a intolerância também. Um grito infantil estridente mistura-se às vozes dissonantes, afirmando energicamente que a solidariedade é genocida quando se reduz a fraternidade entre iguais (Baptista, 2008, p. 221).

Não é a rua que violenta o humano, mas sim mostra seu fazer (Baptista, 1999). Ela não tem realidade em si, uma realidade própria que seja isolada, mas só se constitui como rua em relação ao que não é rua. Rua: distância entre cidades em uma mesma cidade. Ela nos coloca a pensar a maneira pela qual a sociedade lida com seu bruto. Há violência no extermínio, e há violência quando a sociedade não sai de si mesma, impõe sua verdade, promove uma ação *sobre* a rua.

A rua deslocaliza, interpenetra, se faz plano de deslocalização. Até que ponto essa deslocalização cultiva, renova a vida? Até que ponto a esmaga? A rua está mais para sistema de crueldade do que doutrina de juízo: não se trata de rua má ou rua boa. Trata-se de sentir até onde ela convém ou não convém. Ela é também o espaço em que se constrói o público, é a crueldade da pólis. O que a dimensão pública da política tem a ver com a dimensão crua ou cruel da pólis? Na rua, a política pública mantém que relação com a pólis? Tira da rua, deixa na rua? O público diz respeito a essa matéria bruta que aparece com tanta força nos guris da rodoviária. E retorno à pergunta: como lidar com esse bruto sem brutalidade?

Como vimos, as polarizações se fazem presentes em muitos níveis e em questões diferentes: intervenções intensivistas/extensivistas nas políticas; PAICA/AÇR; equipe própria/equipe conveniada; compulsão/abstinência como forma de relação com a droga; PT/antiPT como escolha político-partidária; usuário/crack em si, como fonte do problema da drogadição; ponta do serviço/gestão; rua que mata/rua criadora. Lidar com

o bruto sem brutalidade talvez dependa de uma reversão dessa relação antagonista; dependa de não eleger “o inimigo” ou pelo menos não exterminá-lo.

Entendemos que a construção de uma política pública e a efetivação de práticas de cuidado não passam por encontrar qual o enunciado, a perspectiva ou o polo verdadeiro, mas tomá-los como realidade, versões e partes da multiplicidade que é um contexto como esse, no qual a política se encontra com a rua. Deleuze (1990) nos fala que a questão a ser colocada é o que se passa *entre*. Uma análise dos movimentos entre os polos é chegar *entre*, em vez de encontrar a origem ou a verdade.

Há uma discussão sobre a “ponta de serviço” que é inseparável de uma discussão sobre gestão, e é neste entremeio que se fazem as práticas produtoras de realidade. O cuidado, pois, não se localiza em uma ou em outra, mas na relação entre elas. Ponta e gestão não podem ser separadas, nem se trata de saber qual a origem do problema, da ponta ou da gestão, mas do que se passa nessa relação, nesse meio. Na visão da gestão, a rua só pode ser um lugar ruim do qual é necessário retirar os guris. Na visão da ponta, na rua havia algo mais que morte, mas que, todavia, as existências beiravam a morte. Se aproximar à imanência da realidade, do público que congrega uma multiplicidade passa por conseguir conjugar essas duas versões e perspectivas da realidade. Mas como se faz isso?

Poder habitar o *entre* dos polos é um primeiro passo, que é na verdade habitar o território existencial com sua multiplicidade:

[...] habitar de modo receptivo os territórios que se avizinham, deixando-nos impregnar. O aprendiz-cartógrafo, numa abertura engajada e afetiva ao TE, penetra esse campo numa perspectiva de composição e conjugação de forças (Alvarez, Passos, 2009, p. 137).

Operar em uma lógica conjuntiva é construir pontes, comunicações no território, é construir transversais entre elementos heterogêneos. A partir de todo um modo de entender a realidade como não feita de objetos essenciais, mas de formações engendradas em relação, não podemos seguir um “*caminho ou outro*”, mas pensar aí uma transversal. Guattari fala que “a transversalidade tende a se realizar quando ocorre uma comunicação máxima entre os diferentes níveis e, sobretudo, nos diferentes sentidos” (Guattari, 2004, p. 111). Ao habitarmos o território existencial rua, nessas coordenadas, é necessária a construção de transversais entre posturas antagônicas: recolher *versus* deixar na rua, ponta *versus* gestão. A transversal é uma saída que diz respeito tanto à ponta e à gestão quanto às necessidade de sair e ficar na rua. O texto do

AÇR, a experiência de Porto Alegre dão esse sentido, ao dizer que não se deve recolher menino algum da rua, sem, ao mesmo tempo, apontar para um deixar na rua.

Escóssia e Tedesco (2009) nos falam dessa função de transversalização:

[...] a função de transversalização diz respeito a ampliação e intensificação da capacidade de comunicação entre sujeitos e grupos, e de intersecção entre elementos heterogêneos, materiais e imateriais. Remete a uma ética da conectividade nos processos, numa busca de superação das lógicas comunicacionais verticalizadas ou horizontalizadas, elas próprias individualizantes (Sílvia e Liliana, 2009, p. 104).

Escapar à lógica individualizante, que só reforça posicionamentos antagônicos, parece ser também uma questão de política afetiva, pois o afeto diz respeito aos movimentos por entre as formas. Por isso o cuidado não pode ser outra coisa que não uma operação circular, na medida em que é necessário afetar e deixar-se afetar, intervir e implicar-se. Isso, por sua vez, requer a construção de um corpo, nessas políticas, uma ética da conectividade que fala de captar uma operatória presente na rua.

Nesta problemática difícilíssima que é a de jovens em situação de rua e a construção de uma política pública para isso, há uma maneira de conduzir, uma maneira de propor uma diretriz, que passa por uma implicação daquele que trabalha. Para se construir uma diretriz de ação, é preciso considerar que a prática de trabalho, ou o que até então se quis resolver ou definir com o conceito de abordagem, implica necessariamente certa experimentação do profissional na rua, que é necessariamente uma experimentação de gestão ou uma experimentação de uma inseparabilidade entre ponta e gestão.

Em determinado momento nessa paisagem, parece haver caminhos impossíveis, contradições irreconciliáveis, impossibilidades. Diante desses vazios, dessas brechas, que são as primeiras coisas a se identificar (habitar o paradoxo), Deleuze (1990) nos fala que é preciso criar intercessores. A criação já é o próprio intercessor, na medida em que conecta linhas melódicas distintas, capta as ressonâncias das linhas melódicas, dos territórios existenciais. E a criação, nesse sentido, sempre se faz entre “gargalos de estrangulamento”, caminho entre impossibilidades (Deleuze, 1990).

O filme “Half Nelson – Encurralados” (2006), de Ryan Fleck, conta a história de Dan Dunne, um jovem professor que a cada dia que passa vê os seus ideais desvanecerem. Todos os dias ele tenta entusiasmar seus alunos de 13 e 14 anos, rejeitando a abordagem convencional e tentando fazê-los perceber como ocorrem as mudanças, e que eles são capazes de pensar por si próprios. Dan passa, porém, a maioria

do tempo sob o uso de drogas, numa dependência cada vez mais grave. Na relação de Dan com sua aluna Drey, que esta às voltas com traficantes e que sabe que seu professor é *junkie*, é que as ideias e motivações de Dan e seus problemas vão se encontrar, criando assim um estrangulamento. Encurralados, Dan e Drey só poderão construir uma saída numa relação de influência mútua, quando a relação mestre e aluna, cuidador e cuidada pode circular, oscilar entre Dan e Drey, sendo o lugar de um investimento afetivo, de uma vinculação que permite fazer passagens.

Deleuze nos fala que um criador é alguém “que cria suas próprias impossibilidades, e ao mesmo tempo cria um possível” (1990, p. 167). Criar um possível passa então por habitar os paradoxos, assumir as contradições e erigir aliados, intercessores. A função intercessor é a função/força-Bará, o intercessor por excelência. Força que transita em dois mundos, Bará constrói a ponte entre as formas e as forças, tendo a capacidade de afetar e de afetar-se, de criar comunicações. A questão não é impedir que as formas da sociedade afetem o social-bruto, mesmo porque estes são duas formas distintas e inseparáveis. Mas é justamente contrariar a lógica asséptica da sociedade, que não quer se misturar, criar comunicações. Porém, nesse sentido, criar impossibilidades é, por exemplo, poder sentir a dor, a morte que se faz presente. É criar a impossibilidade de ficar insensível.

Essa postura me lembra o som da milonga⁵²: um ritmo, uma levada que pode ser associada a muitos ritmos, tornando-se subjacente a eles. Combinação entre densidades e espaços vazios. Uma forma de lirismo por meio de *rigor, profundidade, clareza, concisão, pureza, leveza e melancolia* (Vitor Ramil, Milonga de sete cidades). A melancolia da milonga não é antagonista à alegria. Frente ao que nos deparamos nos territórios que problematizamos, uma grande tristeza se faz presente. Como fazer que a tristeza não vire impotência? Primeiro é preciso habitá-la, senti-la, tomá-la como matéria-prima. Não é o caso de se tornar alegre como oposição à tristeza, mas por um movimento de força e habilidade criar intercessores que façam a tristeza e a dureza do território se tornarem forças propulsoras:

milonga toda proseada, moldada, no meu rebanho, me tira os troço dos olhos, que eu posso, cantar chorando! (Bebeto Alves - Milonga do meu assado).

⁵² A milonga é um ritmo musical dos pampas que, nas palavras do mestre Alfredo Zitaroza, é: “hija del candombe, asi como el tango és hijo de la milonga!” (a milonga é filha do candombe, assim como o tango é filho da milonga). A palavra provém de uma palavra africana, a “mulonga”, que quer dizer “palavra”: palavra da palavra.

Ao entabular uma “estética do frio”⁵³ e uma afirmação do frio, entendo que Ramil propõe juntar o frio e o quente não para criar um morno, mas para um balanço das sensações, um corpo aberto a sensações distintas. Associando a esse modo de entendimento das formas meridionais, a palavra *gaucho* traduz-se “gente que canta triste”⁵⁴. Penso, portanto, ser possível trabalhar nessas situações-limite, onde a vida encontra seus extremos, como diz Lancetti (2008), sem ser dominado pela melancolia, mas sentindo a dor e a tristeza ali presentes. É dito em uma música popular: “Porto Alegre dói”; em outra, encontramos: “é melhor um porto alegre do que um porto seguro para nossa viagem no escuro” (Caetano Veloso – Menino Deus). Um canto é sempre uma expressão e também uma digestão. Transformar a tristeza em potência de alegria, tornar heterogêneo o sentir, adubar para frutificar. Chegamos, enfim, à questão: sentir. O sentir exclui a pragmática? É um risco que se corre. Porém, se pensamento é uma pragmática, o sentir também.

Tal como no recital “poeta e guerreiro”, do célebre poema “me segura que eu vou dar um troço”, Wally Salomão (2003) fala de um poeta que é poeta não por sua poesia efetivada, mas pela sensibilidade cotidiana, por sua dor, sua perspectiva de mundo, que se misturam com o sentir do guerreiro: “meu problema é problema de fiador”. É de maneira poética e ética que Salomão mistura poeta e guerreiro, que padece desses feixes de sentido, ao mesmo tempo em que é impulsionado por eles. *Poeta que sente, guerreiro que luta, poeta que luta, guerreiro que sente* – traduzem uma agonística como rota alternativa a tudo o que nesse cenário “gaúcho-Porto Alegre-campo do social-sociedade-miséria-situação-de-rua-rua-rodoviária” parece tender ao antagonismo e à guerra.

⁵³ Vitor Ramil lançou o livro “A estética do Frio: a conferência de Genebra” e também o disco “Ramilonga: a estética do frio”.

⁵⁴ E esta é uma das versões.

Capítulo Terceiro (mergulho)

0- Preâmbulo terceiro

Aqui me ponho a cantar, ao compasso da viola, que o homem a quem desola uma pena extraordinária, é como ave solitária, que no canto se consola [...] Peço que me assista nesta ocasião tão rude.
("El Gaucho Martín Fierro", de José Hernández)⁵⁵

Começo pelo fim. Um fim pode ser sempre, e também, um começo. Era novembro em Porto Alegre, o calor da tarde já começava a se dissipar ao cair do sol no ambiente aberto e árido do Campo Santo. No final de uma tarde de céu luminoso e azul anil, volto meus olhos ao sul, com o simples erguer a vista. Sul que vai ao infinito, para além do horizonte e da civilização, que parecem findar. Naquele momento também parecem findar qualquer técnica ou ação instituída da política assistencial. Estas haviam ficado para trás, talvez se estendessem até onde alcançava a perspectiva da sociedade sobre o que seria o campo do social – perspectiva obsoleta e inexpressiva, quando plasmada em um campo intensivo como o Campo Santo.

Eu procurava intensamente o que fazer, mas, nesse Campo Santo, a razão também era insuficiente. Meu coração se angustiava, meu corpo queria sair dali e mal podia manter a mesma posição. Busquei no sul algum desprendimento que fosse ao mesmo tempo firmeza, alguma outra consistência para habitar esse momento/lugar de intenso descolamento. Naquela hora, lembrei-me de tudo o que vivera até ali no meu percurso em relação à rua e ao trabalho no ambiente de pobreza e miséria. Ambiente esse que não era o mesmo em que nasci, embora corresse em minhas veias. Ambiente que, todavia, aprendera a enxergar, a ter em meu campo de visão e a sentir. Ao sul, se prolongava meu olhar – *buscando "al sur"*; a leste estava grande parte da periferia de Porto Alegre; a oeste, o Guaíba; sob meus pés, o complexo de cemitérios que englobava o "Campo Santo", o cemitério dos enterros "públicos" de Porto Alegre.

Nesse tempo/espço do Campo Santo, muitas ações convergiam, formando e sendo formadas pelo que ali atuava, se fazia presente, se relacionava. O tema da cena que se passava era bem comum: um enterro. Mortes e enterros acontecem todos os dias.

⁵⁵ Doravante, ao citar músicas e poemas, colocaremos primeiro o nome da obra entre aspas e depois o nome do artista.

Como diz Jorge Luis Borges, “morrer é um costume que as pessoas sabem ter”. Para quem é próximo do morto, claro, é sempre doloroso, chocante. A morte, que é tão comum, não poupa o afeto e o pensamento, mesmo que a razão a entenda e aceite de antemão. “A morte de Anita⁵⁶ não me surpreenderia”, pensava minha razão também de antemão. Há tempos conversávamos que mais cedo ou mais tarde isso aconteceria. Anita era soropositiva, havia abandonado o tratamento, era usuária de crack, estava sempre envolvida em atividades de prostituição sem ter com elas, ao que parece, nenhum tipo de cuidado. Há muito tempo que descuidara de seu ambiente, do espaço que ocupava no mundo: espaço de sua casa, de soropositiva... espaço de mãe.

No entanto, ao efetivar-se a morte de Anita, naquele tempo/espaço, a terra seca, árida e salpicada de pequenos ossos humanos fugia de nossos pés, como se naquele momento uma súbita onda de sismo nos investisse. Era quase necessário “dropar” o chão, de tão movediço que ele se fez. Talvez fosse a agonia dos milhares de novos vizinhos de Anita que, mesmo acostumados com tal enredo, ainda tremiam de agonia ao ver, uma vez mais, a morte matutina e amontoada na vala comum: Anita tinha 29 anos.

No Campo Santo, as mortes geralmente são mortes matutinas, mortes de quem morre cedo, magro, pobre, violentamente. Morte de quem é exterminado, interrompido; morte de quem, como Anita, passou pelo Hospital Vila Nova⁵⁷; morte de quem é enterrado em “enterro do pobre”, como é chamado esse enterro do qual eu participava. Ou, talvez, o súbito abalo que nos investia viesse também da luta de Miguelito contra o torpor que lhe fora induzido, como uma insurgência sub e sobre-humana – força aquém e além de toda identidade individual que lhe pudesse ser atribuída.

Eu não sabia qual era a comida favorita de Anita, se gostava de música, do que mais gostava num homem, como acariciava seus filhos, se tinha sonhos, se achava que ia viver muito tempo. Não era da minha função, pela distribuição regional e metodológica do AÇR, acompanhar mais de perto Anita. Minha ligação com Anita se dava por meio de Miguelito e Paolo Hernandez, dois irmãos de 11 e 13 anos, respectivamente, que durante cerca de sete meses acompanhei, com outras companheiras, na rodoviária, em abrigos, na “rede-rua de proteção” (Inter-rua), em

⁵⁶ Todos os nomes aqui citados são nomes fictícios, usados para preservar o nome verdadeiro das pessoas envolvidas. Todas as situações aqui descritas são situações vivenciadas na minha experiência pelo AÇR. Os nomes das instituições também são nomes fictícios.

⁵⁷ Hospital de Porto Alegre que leva fama de ninguém sair vivo de lá. Um hospital para os pobres.

Clínicas Psiquiátricas, nas casas de seus avós, no Ministério Público, em todos os lugares em que estivessem, como por exemplo, no enterro de sua mãe, Anita.

O deslocamento que produzia a morte de Anita era também um deslocamento e uma morte para meu trabalho: depois de variadas investidas no caso dos irmãos Hernandez, algumas coisas começavam a se modificar, e a vida deles tomaria um rumo um pouco diferente, pelo menos temporariamente, em relação a como vinha sendo: entre as calçadas da rodoviária, a boca de fumo da “Vila dos Papeleiros”, os motéis com o aliciador (o “Putão”) e a casa da avó e a do avô paternos. Ao que parece, Miguelito e Paolo se afastariam ou se relacionariam de outra forma com esse circuito ao qual estavam acostumados nos últimos oito meses. Seu “caso” passaria cada vez mais a ser atendido pelos núcleos AÇR da região da casa da avó paterna e cada vez menos pelo AÇRNC. Além disso, meu trabalho no AÇRNC findava: no início de dezembro de 2007 me desliguei da instituição que me contratara para trabalhar no AÇRNC e, conseqüentemente, me desvinculei do AÇR. Eu iria me afastar de um circuito ao qual me acostumara nos últimos nove meses: ruas do centro, rodoviária, favelas, audiências no ministério público, abordagens, Clínicas Psiquiátricas...

Essas mortes também se agenciavam com o entorno da morte e do enterro de Anita. Não eram somente a dor e a tristeza da família de Anita, neste dia de céu azul no Campo Santo, que produziam os abalos em mim e na minha relação com Miguelito. Em minha vida me acostumei a enterros, e a enterros de pessoas muito queridas, se é que isso é algo a que se acostuma. Um elemento a mais fazia com que a morte de Anita e a ocasião de seu enterro produzissem um abalo no acompanhamento daquela difícil situação. Isso que abalava o acompanhamento passava diretamente por Miguelito, por seu corpo, ao encarnar nele todo um modo de intervenção, que neste trabalho vim chamando de controle e que vou exemplificar em seguida. O processo de morte da mãe, aos 11 anos, e a relação complicada e distante que vinha se tecendo entre Anita e seus filhos já davam tons dramáticos à situação.

A partir do desejo de Miguelito de acompanhar o enterro da mãe, tornava-se possível um acompanhamento desta situação, como forma de fazer fluir um processo complexo que passou por ausência da mãe, agressões, moradia na rodoviária, morte da mãe. Decidimos então levar Miguelito ao enterro da mãe, e lá permanecer até que este fosse consumado. Simplesmente estar junto de Miguelito naquele momento: nós éramos, naquele momento, a principal referência afetiva e de cuidado para ele. Ainda

que a morte de Anita fosse típica e comum aos nossos tempos, podíamos acompanhar Miguelito, acolhê-lo, ampará-lo e, talvez, facilitar o que fosse possível para o transcorrer desse processo; tentar fazer com que a morte da mãe não resultasse em parada de processo, mas que talvez pudesse dar “passagem” a novas configurações em sua vida. Era por ele e com ele que nós estávamos lá, e somente nós estávamos com ele naquele momento. Miguelito não havia se desesperado ao saber da morte da mãe. O mais ligado a ela, há tempos sentia que não podia contar nem depender dela.

Esse dia de Campo Santo começava com eu indo visitar Miguelito na Clínica Gramado⁵⁸, onde ele estava internado como “alternativa” de tratamento ao crack - quiçá tratamento à situação de rua. Ao chegar perto da clínica, recebi a ligação da colega e parceira Ana Flor, que acompanhava Anita e também os irmãos Hernandez, dizendo que a mãe de Miguelito havia morrido. Espero outra colega que acompanhava a família paterna, Carlota, na entrada da clínica para decidirmos o que fazer. Resolvemos contar a Miguelito o acontecido e perguntar se ele desejava ir ao enterro da mãe. Decidimos fazer o mesmo em relação ao irmão, Paolo, que se encontrava na casa da avó paterna. Paolo chora muito e decide não ir. Miguelito, ao saber, se assusta, chora e decide ir.

Fomos, então, Carlota e eu, conversar com o psiquiatra responsável na clínica para liberar Miguelito, horas mais tarde, para ir ao enterro. Explicamos a importância de sua ida, apontamos o seu desejo, pedindo para que não o medicassem muito naquele dia, já que estaria sempre conosco e, sobretudo, porque entendíamos que poderia ser importante que o menino vivesse, o mais consciente possível, esse último encontro com a mãe. Já sabíamos que Clínicas Psiquiátricas como essa têm por procedimento medicar muito esse tipo de interno, primeiro por se tratar de criança/jovem usuária de crack com alto risco de fuga, e também por serem pobres, não tendo ninguém (teoricamente) que reclame por eles. Nós fazíamos esse papel nas clínicas que a prefeitura municipal se acostumou a contratar para casos assim, por ordem do Ministério Público. A internação de desintoxicação em clínica psiquiátrica privada, que originalmente era uma ação de exceção, há anos se tornara procedimento instituído e a principal “retaguarda” de nosso trabalho com os casos de situação de rua-moradia da rodoviária. Também temíamos a fuga de Miguelito, mas confiávamos no vínculo que havia se estabelecido, e que este vínculo podia sustentar a ação.

⁵⁸ Clínica Psiquiátrica, com ala infanto-juvenil.

Assim sendo, à tarde buscamos Miguelito. Ele estava muito medicado. Com a passagem do tempo até o Campo Santo, vimos que ele estava mais medicado do que pensávamos. Foi preciso acordar e carregar Miguelito do carro que nos conduzia até a sala onde estava sendo velada Anita. Nesse momento comecei a sentir o que me esperava. O que se passou a partir dali é de difícil explicação. Apesar de aquele dia do enterro parecer ter passado rápido, pois me lembro em flashes, a experiência do momento era de intensa demora e agonia, algo que se arrastava. Miguelito se arrastava para sair do carro, e assim o fez para entrar na clínica novamente, quando o levamos de volta ao final do dia. O abalo que eu sentia era uma mistura de deslocamento e de “amarra”, de parada de processo e de uma força que nos impulsionava a sair do entorpecimento que a situação nos produzia – a Miguelito pela medicação, a mim pela natureza do vínculo que havia estabelecido com ele.

Anita estava sendo velada, e levo Miguelito para ver a mãe. Ele não consegue articular direito as palavras, sua boca está mole. Seus avós e tios o abraçam um pouco, choram e logo se afastam. Ele tenta falar com eles, mas também não consegue. Miguelito está grogue, cambaleante. Ele sai e vai ao banheiro. Eu acompanho. Ele tira toda a roupa e entra na cabine. Como Miguelito, estávamos todos despídos com aquela situação. Esta deixara nua uma realidade que insistia em se definir pela falta de cobertura, de proteção, ou um modo de proteção sobreimplicado⁵⁹, proteção que considera um só nível: não nos enganemos, proteção nesse domínio de campos santos e campos sociais geralmente é uma proteção a outrem (talvez ao próprio psiquiatra que liberou a saída de Miguelito) que não aos usuários da política, nesse caso Miguelito e Anita. Miguelito sai da cabine e eu o ajudo a se vestir novamente. Tento me comunicar com o guri através de palavras, pergunto se ele sabe onde está. Ele não responde e fica perambulando pela sala. Resolvo investir numa comunicação sem palavras, me fazer presente, ampará-lo, erguê-lo, ficar perto, abraçá-lo, servir de apoio. Seus familiares nada falam sobre seu comportamento e talvez nem o notem. Os colegas vão falar com eles. Todos choram no velório de Anita, mesmo ela sendo considerada, pela rede de serviços, Conselho Tutelar e por sua própria família uma péssima mãe. Miguelito lembra e esquece o que se passa ali, como se viesse e voltasse de um sono invencível.

⁵⁹ De sobreimplicação: “[...] uma dificuldade de análise e que, mesmo quando realizada, pode considerar como referência apenas um único nível, um só objeto, impossibilitando que outras dimensões sejam pensadas, que as multiplicidades se façam presentes” (Coimbra, Nascimento, 2004 p. 3).

Vamos às valas onde Anita será enterrada e por um momento, quando o caixão baixa, Miguelito chama pela mãe e vai até o caixão. Fico ao seu lado e apoio seu braço em mim. Miguelito não consegue muito bem ficar de pé. Gemia baixinho, babava e chamava pela mãe. Nesse momento fica um pouco agitado, mas está cada vez com menos força para pôr-se em pé. Anita é enterrada, a família se despede de Miguelito, promete ajudá-lo, levá-lo para morar com eles (o que nunca ocorreu) e vai embora. Levamos Miguelito de volta à clínica. Queríamos conversar com o psiquiatra, ou simplesmente “partir sua cara”, naquele mesmo dia, mas não tínhamos mais força para isso.

Receber a notícia da morte de Anita fora, enfim, uma surpresa, para minha surpresa. Havia brigas pela guarda dos meninos, processos no Conselho Tutelar dos quais participamos, mas Miguelito ter sido medicado, controlado, atrofiado daquela maneira fora um golpe muito duro para mim. Fazer-se presente no enterro da mãe e experienciar sua morte exigia muito do menino, assim como de nós que o acompanhávamos, e as condições dessa vivência, mesmo que dolorosa, de chegada, nos foram barradas. Os recursos que tivemos para lidar com a situação do enterro tiraram todas as nossas energias, nos abateram. Nesse dia penso que pude sentir um pouco o efeito do controle que venho tentando explicitar aqui: controle de virtualidades (Foucault, 1995) que atravança o processo de acompanhamento de singularidades. Controle que é correção e antecipação afobada daquilo que pode vir a acontecer, o que, no capítulo primeiro, designamos relação de *linearidade progressivo-retrógrada-corretiva*, que obstrui o processo de acompanhamento de experiências não predeterminadas. Em nome do que poderia acontecer, não pelo que se conhece de Miguelito, mas pelo que se sabe no senso comum acerca de um “menino de rua pedreiro⁶⁰”, a intervenção da Clínica Gramado, que é só mais um exemplo do tipo de intervenção que acontece nesse âmbito, impediu o acompanhamento daquele momento singular e fundamental para Miguelito, ao ensejar normalizar a singularidade de seus processos de vida, sobrecodificar sua história, sua experiência. Com o objetivo de “protegê-lo”, acabou-se protegendo o menino de crescer e de viver, de entender o que se passa com gente como ele e sua mãe. Miguelito não pôde olhar para Anita e sentir como Vargas sentiu, quando olhava seu Pago⁶¹ perdido:

⁶⁰ Pedreiro são chamados aqueles que usam pedra, crack.

⁶¹ Campo, morada, estância.

O tempo passou, lá se foi, e eu não queria que fosse, tudo pra mim terminou-se, nem eu sou mais o que era, a estância virou tapera⁶², e o que era xucro⁶³ amansou-se (“Querência”, de João da Cunha Vargas).

Se queremos afirmar vidas, afirmamos o que faz girar a roda da vida: alegria e tristeza, vida e morte. Não tomamos o sentir de Vargas como um elogio à tristeza; tomamos como um elogio ao sentir. Nossos tempos são tempos em que o rivotril é a droga da moda, tempos em que a tristeza e o sofrimento “precisam” ser eliminados, em que não se pode sentir a multiplicidade de sensações próprias da vida. Busca-se ao máximo evitar, passar em suspensão por momentos difíceis como a morte de alguém querido. Assim também se busca evitar sentir a morte de um “si mesmo” que ficou para trás. Entendemos ser essa morte também uma possibilidade de mudança, de “não se ser mais o que se era”. O que estamos designando aqui por dor ou tristeza não é igual a sofrimento. Sofrimento é um modo de viver a dor que não a faz passar, que a coloca sempre como condição ou sustentáculo de existência, sempre um re-sentir a mesma dor, sendo a dor sentida como “o contato” com a realidade – sob essa lógica, entrar em contato com a dor é entrar em contato com a realidade. Não queríamos que Miguelito vivesse a dor da morte da mãe como um desvelamento da sua verdadeira realidade, e que com isso se resignasse, se comportasse. Isso seria um cultivo do sofrer, uma cristalização de um sentir dor. A dor como algo que mostra uma força bruta da vida é diferente do sofrimento, de um sentir que não se consegue sair da dor.

A dor nos cantos de uma milonga nos dá uma pista que leva a sentidos diferentes, imprime uma levada poética emprestando à dor uma forma de sentir a força do que está vivo, sendo propulsora da vida, matéria-prima da transformação. Essa era a nossa aposta.

Antes de ir ao Campo Santo naquele dia, Ana Flor me pedira para eu acompanhar Miguelito no enterro. Ela disse que não iria conseguir. Ana Flor foi, no ano de 2007, uma das principais parceiras de trabalho, uma colega muito importante. Ela sabia o que era um “Enterro de pobre”, eu não. Atendi a seu pedido e fui, sem saber, em busca de uma renovação que só a morte pode trazer. Algo se fez nesse dia entre Miguelito e nós.

O que parecia ser mais uma intervenção do AÇR, veículo de mais uma violência, mostrou-se uma tentativa de reviravolta. O manejo naquele acompanhamento se fez em

⁶² Habitação abandonada. Lugar feio, desolado, destruído. Fazenda abandonada, coberta de mato, em ruínas.

⁶³ Animal não domado; BRAVIO; SELVAGEM.

outras bases. Nossa ação foi aquém, anterior a qualquer convencimento, aconselhamento ou posição que representasse segurança, respostas às saídas ou alento direto à dor. Ela se dava muito menos no plano das palavras, dos encaminhamentos, das formalidades. A ação que participamos naquele dia dizia respeito a um manejo naquele espaço vazio em que éramos jogados pela situação, campo intensivo de afetos, de forças que ali se implicavam – a intervenção de controle, a dor, a morte de Anita, o extermínio – e que se encarnavam em Miguelito, assim como em nós, por nossa conexão com ele. Manejo que era ao mesmo tempo uma intervenção com Miguelito, pois estávamos ao seu lado, mas uma intervenção que era também em nós mesmos, pois se dava no campo intensivo que nos ligava a Miguelito, já que estávamos também sendo afetados por essas forças. Permeabilidade que tínhamos de regular em nós mesmos, com um grau de abertura que nos permitisse sentir, sem ser derrubados. Intervenção por meio do campo intensivo antes analisado, na medida em que não nos entregamos ao desespero diante da situação, mas utilizamos as forças ali presentes, a radicalidade da situação para nos firmarmos e procurarmos, mais aguçadamente, uma saída que dobrasse aquelas forças e nos possibilitasse uma reviravolta e um cultivo de nós todos – de quem agia –, profissionais, e Miguelito. Para além de qualquer convencimento ou solução racional, nosso manejo foi, naquele momento em que todo chão se/nos desestabilizava, diretamente com os afetos que atravessavam todos ali. Parecia uma disposição, uma postura corporal ao mesmo tempo receptiva e ativa. Receptiva para poder sentir o que ali se passava; ativa para dobrar essas forças e tentar nossa reviravolta.

No momento do enterro, por acaso, Miguelito e eu estávamos virados exatamente para o sul. No momento em que olho nessa direção, busco algo. Mercedes Sosa, Caetano Veloso e outros tantos cantam: “busco ao sul como um destino do coração, seu tempo aberto, seu depois”⁶⁴. Talvez seja algo que o poeta João da Cunha Vargas – poeta que nunca escreveu suas poesias, apenas as narrava – buscava ao olhar sua “Estância Primavera”. No documentário *Délibáb*⁶⁵, os filhos de Vargas contam que o pai sentava-se para “matear”⁶⁶, levantava a vista e mirava o horizonte plano, nítido e luminoso do pampa. Ali, seu olhar se perdia na imensidão pampeana e, ali mesmo, começava sua poesia.

⁶⁴ Na música *Vuelvo al sur*, de Astor Piazzola e Fernando Solanas.

⁶⁵ Em que está documentada a gravação do álbum *Délibáb*, de Vitor Ramil, em que ele musica milongas de João da Cunha Vargas e de Jorge Luís Borges.

⁶⁶ Tomar chimarrão.

Diante do estrangulamento que a situação nos colocava, frente a impossibilidades, minha saída era a poesia e seu efeito de “dispersão ao sul”, como forma de “outrar-me” e, ao mesmo tempo, como forma de “buscar sentido no coração” – uma maneira de cuidar de Miguelito e de mim mesmo. “Déliabáb” é uma palavra húngara que significa “miragem, ilusão do sul” e denomina um fenômeno das planícies húngaras, parecidas com o pampa da América do Sul, que é um fenômeno que traz imagens distantes, que estão a quilômetros, para um horizonte próximo. A dura realidade de Miguelito era colocada em meu horizonte por um fenômeno de aproximação do que seria distante. Um efeito do sul fazia, em minhas incursões pelo AÇR, uma aproximação ao que seria distante como modo de afetabilidade, permeabilidade.

Olhar aquela cena tão comum e tão triste do Campo Santo – pois *vimos*⁶⁷ seus modos de produção – era, por isso mesmo, travar uma luta silenciosa naquele cenário, uma luta no plano dos afetos. Era ao mesmo tempo sentir o movimento de brutalidade que acontecia ali, o esmagamento que se impunha àquelas vidas, e até mesmo à minha, mas também tecer linhas de fuga, linhas belas, a força da vida mesmo na adversidade. Buscar o coração naquele momento era pôr-se à luta, não se deixar sucumbir pela dor, vivendo-a como desalento, mas sentindo-a com firmeza e desprendimento.

Há uma poética nisso que estou chamando de manejo ou ação no plano dos afetos, que necessariamente passa por um manejo da dor e da tristeza, que não trata de eliminá-las, nem abafá-las. Essa poética está ligada à elegia, a forma poética geralmente definida⁶⁸ como “poema lírico, geralmente de tom melancólico; uma canção triste, lamentosa”.

Gilles Deleuze, filósofo vitalista, via na elegia mais que um lamento do Eu⁶⁹ lírico, o romântico que só fica no âmbito do “si mesmo”. Para Deleuze (2010), o lamento da elegia é antes de tudo a expressão de algo que é além “de mim mesmo”, algo “grande demais para mim”. O lamento diz “que potência é essa que se apodera de mim e que é grande demais para que Eu a suporte?”. Expressão daquele que não tem mais

⁶⁷ O nagual Don Juan, de Carlos Castañeda, falava de um *ver* (em itálico no texto) que é diferente de identificar, mas se refere ao sentir um processo, os movimentos das formas, dos estados de coisas, enxergá-las como processos vivos, talvez, possa dizer, como territórios existenciais. Nagual quer dizer, em ciências ocultas, o que tem natureza igual, sentimentos idênticos aos de outrem, que sente o que o outro sente. Bruxo, feiticeiro, necromante, entre os índios do México.

⁶⁸ Segundo o dicionário Aulete.

⁶⁹ “Eu”, grafado com a letra “E” maiúscula, denota o Eu lírico, romântico, que pressupõe um eu que se pensa como identidade fechada e como impossibilidade de se diferenciar, de “outrar-se”, de sair de seus próprios lamentos, pois não abre mão de sua identidade.

estatuto social, a elegia não tem a ver com a tristeza pela tristeza, com o ressentimento da dor que nada produz a não ser reificar um Eu preso a si mesmo, mas é sim uma reivindicação, uma força que pega essa tristeza e vai além, além de sua dor, além de si mesmo. Esse tipo de lamento fala: “Não tenha pena de mim, disso cuido eu”. E como diz Deleuze:

Ao cuidar disso, a queixa se transforma. E voltamos à questão de algo ser grande demais para mim. A queixa é isto. Eu bem que gostaria de todas as manhãs sentir que o que vivo é grande demais para mim porque seria a alegria em seu estado mais puro [...] Deve-se escondê-la em um tipo de lamento. Mas esse lamento não é só a alegria, também é uma inquietude louca (Deleuze, 2010, p. 46).

Deleuze (2010) fala ainda que são os “excluídos sociais” que estão em situação de lamento. E se viemos trabalhando com uma idéia de sociedade muito conformada em formas “normais”, em que não há espaço para a tristeza e para o que é “grande demais” para os egos já inflados que o capitalismo tenta vender, então vemos não só Miguelito e Anita nessa condição –de uma certa segregação –, mas também nós mesmos. Esta conexão com o que é distante passa a ser nossa também, mesmo que por instantes: a tal “exclusão social”. E é em uma exclusão, em uma situação de dor em que me encontro que me contamina e crio pontes com essas vidas brutas ao dispersar-me no horizonte do sul e ao re-encontrar o bruto em mim. Deleuze (2010) diz que a elegia é uma espécie de canto e por isso é a fonte de toda poesia.

Como colocamos no final da última seção desta pesquisa, um balanço nas sensações, uma capacidade multiafetiva é o meio de operar nesse contexto em direção ao cuidado que cultive, que deixe viver. Um balanço se faz necessário, pois, não cansamos de frisar, uma multiplicidade de sentidos se faz presente nesse contexto. Nessa situação que descrevi acima, muitas são as relações entre a ação e a rua, entre a intervenção e o território existencial desses meninos. O cuidado ganha muitas facetas: cuidado de si, cuidado do outro, cuidado com a parceira de trabalho, ausência de cuidado da família, ações de controle disfarçadas de cuidado, como a sobremedicação de Miguelito.

Nesse manejo no plano dos afetos, a poética é um instrumento e, neste caso, toma a forma da milonga, ritmo do sul, típico do Rio Grande do Sul, do Uruguai e da Argentina. Em um mundo verticalizado, no Mapa Mundi, a bússola aponta para o norte rico e na América Latina se exterminam gerações. Nossa bússola se volta para o sul,

como canta Mercedes Sosa, Caetano Veloso e tantos outros: “volto ao sul, como se volta sempre ao amor, volto a vós com meu desejo, com meu temor”.

Essa foi uma saída construída em um momento, naquele espaço/tempo específico. Em outros espaços/tempos outras bússolas se fazem necessárias. Por isso, vamos agora falar do plano que sustenta o campo, o horizonte do AÇR, a partir das muitas relações nele presentes. Entendemos que essas relações definem os efeitos das intervenções: se cuidado, controle ou extermínio, se política privatizante ou pública. Entre “Ação” e “Rua”, são múltiplas as relações. Continuamos a contar nossa história a partir do meio desses termos, das **relações prepositivas entre ação e rua**.

1- Relações Prepositivas entre Ação/Rua

A preposição é uma palavra sem gênero nem sujeito, que serve para estabelecer relações entre duas palavras, dois termos. No nosso caso, a preposição serve para denotar modos de relações entre a “ação”, que se entende como uma intervenção e uma produção de práticas organizadas pelo conjunto da sociedade – o que chamamos de movimento/maquinária sociedade –, e “rua”, a dimensão pública por excelência da pólis, que em nossa pesquisa aparece como morada de jovens em situação de rua – uma manifestação do que viemos chamando de bruto-social, aqueles que estão à margem dos padrões sógnicos da sociedade. Assim, a relação entre os termos “ação” e “rua” é o que vai definir e redefinir esses termos a todo momento, evidenciando sua coemergência. É nesse sentido que entra a preposição como “relação”, termo variável que pertence ao plano coletivo – plano da relação, dos afetos, pois se dá entre as formas, entre os termos mais definíveis: “ação” e “rua”. A palavra “preposição” vem do latim *propositio*, e é de certa forma uma proposição, um direcionamento do sentido que toma determinada ação em relação à rua. Um modo de propor, de delinear e de produzir a realidade.

Tomar em análise situações vividas no dispositivo AÇR a partir do meio, a partir das relações entre os termos ação e rua é entender esses termos como mutáveis e em processo – termos que se constituem a partir desse meio que é a relação. É pensar, portanto, os termos menos como objetos anteriores à relação e mais como efeito dessas relações, o que confere aos objetos um caráter processual.

Nessas relações entre ação e rua, sentidos diferentes são construídos: sentidos de cuidado e sentidos de controle. Em cada situação, mil convergências agenciam

diferentes relações: fim pode ser começo, começo pode ser fim. No “campo do social”, as relações prepositivas que o caracterizam têm sentidos predominantes, mas que não deixam de guardar outros sentidos. Nesta narrativa, após a experiência vivida, agrupamos preposições que dão um sentido à ação em relação à rua, mas esses sentidos não se esgotam aí. Embora determinada preposição dê um sentido mais dominante à prática, ela sempre está em convergência com outras intercessões, outras preposições que se fazem presentes.

Vários sentidos coexistem em uma cena de rua. A preposição que caracteriza dada relação é determinada pelas conexões que se atualizam entre os termos presentes. Relações interferem, surgem em meio a uma cena. Vetores se fazem presentes, brilham e se apagam, ou aparecem e mudam a inflexão da cena. No texto, descrevo um modo de relação que é exemplificado por cenas ou cenários. Nestes, identificamos outras relações, outros sentidos. As relações prepositivas são representadas neste texto pelo símbolo “< >”, que indica uma relação de convergência entre dois termos. Em determinada relação prepositiva, outras relações podem se fazer, e aqui elas aparecerão a partir também do símbolo “<>”.

Narrar com/na/pela experiência é menos falar de um Eu e mais descrever vibrações em mim. A estratégia montada para essa narrativa é inseparável de um modo de se posicionar e de produzir a prática que viemos aqui tentando afirmar: escapar aos impulsos antagonizantes que reproduzem o movimento que a sociedade faz em relação ao bruto-social, no sentido de *algo a ser eliminado*. Tentamos aqui trazer para perto e *ver* os sentidos agindo em nós, para, aí sim, podermos travar aquele que entendemos como o combate primeiro: aquele que se dá em relação de si para si, que começa no próprio “peito”.

Nesse sentido que falamos com um corpo que se presta à reverberação e que faz a operação “semilírica” de entrar em contato com o sentir “em si”, mas que antes de se fechar e tomar esse sentir como propriedade, re-converge e se abre para fora, em uma operação menos circular fechada, mas mais circular espiral. Aqui fala mais (e menos) que um Eu, fala um “em mim”, pois essas preposições produzem o agente da ação e o objeto dessa ação, produzem transformações em quem as executa e em quem as sofre.

Vale lembrar ainda que nessas cenas analisadas há um recorte que delimita a análise acerca do trabalho com as situações de rua-moradia, as situações-limite e, mais especificamente, as situações-limite na rodoviária de Porto Alegre no ano de 2007. Tomamos essas situações como analisadores do dispositivo AÇR, por deixarem mais visível a dinâmica que queremos evidenciar. É desafio construir uma narrativa que não antagonize nem (re)produza estereótipos. Ações se imbricam e se ligam a todo o momento, o que torna essa realidade extremamente heterogênea em seus sentidos e perigosa a todo espírito crítico.

Como viemos afirmando ao longo do trabalho, a intervenção do AÇR vai ganhar um sentido de controle ou cuidado não somente em sua forma, mas principalmente através da relação pela qual essa ação ganha efetividade como intervenção, pendendo ao controle ou ao cuidado. Para falar dessa relação, nos aproveitamos do nome do projeto em questão “ação rua”, em que há uma ausência de preposição entre os termos. Assim, montamos a seguinte equação: ação (sujeito) <relação prepositiva> rua (objeto da intervenção) – muito embora exista ainda uma ação na qual a rua é o sujeito.

Essa coemergência entre sujeito e objeto liga-se ainda a uma concepção que montei ao longo do trabalho: nosso objeto de intervenção ou nossa frente de trabalho não eram somente os usuários da política ou a rua. No cotidiano, era necessário trabalhar e cuidar também da rede de atendimento, da equipe de trabalho, da cidade e de nós mesmos. Por isso, a relação é determinante aos termos e à forma como eles, a todo o momento, viriam a se formar.

2- Ação <Ante> Rua

Como colocamos, o AÇR é fruto de uma série de experiências nesse âmbito das políticas de Estado, convertidas em uma política de governo, com pretensões de política pública e fruto de toda uma experimentação de intervenções nesse plano de realidade. Porém, ao se estruturar inicialmente como projeto ou serviço, ele forma uma ação perante a rua.

A ação <ante> rua se refere aos modos de organização do AÇR, em suas formatações mais instituídas. Tais modalidades compõem uma paisagem institucional com uma espessura experiencial de intervenção. Ação <ante> a rua é o deparar-se com a

rua sem ainda estar em meio a ela; é olhá-la ainda a certa distância, com o entendimento ainda mediado por uma perspectiva alheia: uma rua descrita e não vivida. Essa relação fala da postura e da episteme na qual o AÇR se sustenta perante a situação de rua, sobre o que discutimos no primeiro capítulo.

A ação que se posiciona perante a rua se estrutura a partir de um posição/função na rede de atendimento da assistência social ligada a outras redes, como a da saúde e a da educação. Assim, cria-se uma metodologia em relação à rede e dentro do próprio AÇR. Essa metodologia comporta um fluxo de trabalho, assim como uma concepção do que seria esse trabalho e de como deveria ser o seu trabalhador. Para tanto, a ação lança mão de instrumentos que estão ligados à metodologia, à concepção de trabalho e à posição que esse funcionamento tem em relação às redes a que está ligada. Aqui nos referimos especificamente ao AÇRNC e ao seu procedimento em relação às situações de rua-moradia.

Posição que ocupa na rede

Como sabemos, o AÇRNC trabalhava com uma situação de rua diferenciada dentro do contexto maior do projeto, em relação aos outros núcleos AÇR, situados na periferia. O AÇR é um serviço de ponta dentro das redes de atendimento de políticas sociais, já que assiste a uma população que geralmente não está vinculada a nenhuma política governamental. Assim, o AÇR é a referência na rede de Porto Alegre quanto ao atendimento e à proposição de ações para crianças e adolescentes em situação de rua. O AÇRNC, dentro da rede AÇR, é mais “de ponta” ainda, pois atende às situações mais extremas dentro das situações de rua da cidade, uma vez que é referência aos usuários em situação de rua-moradia e/ou sobrevivência residentes nas ROP Centro e ROP Humaitá-Navegantes. O AÇRNC é a ponta da rede-rua de proteção, o Inter-rua⁷⁰, que atende à situação de rua no Centro, fazendo também conexão com as redes externas (Conselho Tutelar, serviços de internação, justiça, Ministério Público, Ação Rua regionais, etc.).

Metodologia

⁷⁰ Para lembrar, a rede Inter-rua é uma rede que atende à situação de rua no centro, reunindo seus agentes semanalmente e sendo composta por serviço de albergagem (Acolhimento Noturno), escola em meio aberto (Escola Porto Alegre/EPA), serviço de atividades no turno inverso da escola (SASE Lar Dom Bosco), abrigos (AMIB e Casa de Acolhimento) e um projeto recreativo/cultural (Bonde da Cidadania).

Para crianças e adolescentes em situação de rua, o AÇR é referência dentro das redes de atendimento. E ser referência significa ser articulador e proponente de ações para esse público, dando direcionamentos dentro da rede Inter-rua, da rede que forma o AÇR e dentro das demais redes. Por um sistema de “referenciação” começa a montagem da metodologia do AÇR; a ideia de referência se dá também dentro da própria equipe. Há, para cada caso, um técnico de referência e um educador de referência, determinados pelo vínculo estabelecido com determinada criança ou família, que serão os profissionais que deverão atender ao jovem, à sua família e articular ações dentro da microrrede Inter-rua e dentro da rede mais ampla. A maneira como foi montada a “referenciação” dos casos de situação de rua da cidade ficou assim: cada núcleo era responsável pelos casos de situação de rua-sobrevivência que tivessem suas casas na sua região de abrangência. As situações de rua-moradia eram atendidas em conjunto pelo núcleo referência da região em que a situação se encontrava e pelo núcleo referência da região de origem da família da criança. Esse planejamento é parte da descentralização do serviço. O AÇRNC atendia, portanto, à grande maioria dos casos de rua-moradia, pois estes se situavam, em sua quase totalidade, em sua região de abrangência, o Centro.

O AÇRNC tinha como função, além de encaminhamentos, abordagens e acompanhamentos, monitorar as situações e alimentar bancos de dados (prontuários, monitoramento, rede GRANPAL e relatórios trimestrais do AÇR, que continham informações qualitativas e quantitativas acerca da atividade do serviço), assim como fazer a relação com a população que solicitava a abordagem.

Aqui vale ressaltar a questão do monitoramento e deste em relação à rede informatizada GRANPAL. Esta, como já pontuamos, se constituía de um prontuário online que era alimentado e acessado pela rede de proteção à infância e à juventude de toda região da Grande Porto Alegre. Inúmeros serviços têm acesso à informação das famílias – suas inter-relações, seus problemas, suas passagens pela polícia, pelo Ministério Público, sua utilização dos serviços de assistência social, saúde, educação, etc. Nascimento, Lobo e Coimbra (2009, p. 72) apontam para um perigo dessas redes informatizadas. Para as autoras, “as redes, ao mesmo tempo em que ampliam as relações, são também poderosos instrumentos de controle”. As autoras ressaltam que as informações sobre a vida dessas famílias permanecem sendo visibilizadas de tal maneira que podem contribuir para estigmatizar uma família, se consolidando como memória,

como uma “ficha policial”. Torna-se difícil o indivíduo ou a família se livrarem de seu passado e da interpretação dada por outros a respeito dos seus processos de vida e de sua relação com as diversas instituições.

Assim, de saída já tínhamos o problema da maneira como seriam geridos, interpretados e estabelecidos os modos de coleta dessas informações e também o modo como elas seriam postas. Se permanecessem como a “verdade” dos sujeitos ou de determinada família, poderiam criar estigmas incontornáveis e colocariam a família em situação de vigilância e controle. A forma de utilização dessas informações seria produzido nos atendimentos, o que exigiria toda uma política e uma ética na utilização das informações e no modo como elas seriam usadas e produzidas nos atendimentos.

Os atendimentos e encaminhamentos, por sua vez, na maneira como estavam instituídos, deveriam ser feitos em parceria com a rede Inter-rua, que se reunia semanalmente em dois encontros: reunião geral, que congregava todos os serviços para a troca de informações, e reunião de “monitoramento” dos casos e do “plano de ação”, quando se atualizava a lista dos casos da rede, quem era a referência de cada caso, qual a sua situação, etc. O “plano de ação” consistia em combinar e encaminhar as ações dos serviços em determinado caso.

As relações com a rede externa se davam por intermédio de reuniões com o conselho tutelar, com a assistência social de outros municípios, com os dispositivos de Controle Social, com o Ministério Público, com outros núcleos AÇR, com as políticas de educação, saúde, habitação, etc. Havia também o “Fórum metropolitano da situação de rua”, que era uma reunião de serviços que atravessam a assistência social e que constituíam a rede informatizada sobre a situação de rua da grande Porto Alegre. A reunião com a rede externa fazia-se a partir da necessidade de cada caso.

Fluxo de trabalho

Por meio da abordagem, o AÇRNC ia se aproximando do jovem, tentando construir um vínculo que possibilitaria o encaminhamento deste para as redes. Os educadores faziam a aproximação inicial na rua, começando por uma conversa e um levantamento de informações (família, endereço, idade, se estava na escola, se já entrara na rede). Posteriormente, o técnico deveria ir até a família do jovem para levantar mais

informações e articular outros encaminhamentos – para a escola, o Conselho Tutelar ou a solicitação de internação ou de abrigagem junto ao Ministério Público –, enquanto o educador acompanhava a criança na rua, tentando encaminhá-la aos espaços da rede Inter-rua.

Instrumentos

Dentro do AÇRN eram usados vários instrumentos: prontuários (com as informações do jovem e da família, informações colhidas sobre o caso com a rede Inter-rua e a rede externa, e evolução do caso, ou seja, registro diário do processo de acompanhamento), relatório de situações encaminhadas ao CT e ao MP (geralmente denúncias de situações de violação de direitos), relatórios trimestrais acerca da atividade do núcleo, rede informatizada GRANPAL e a central telefônica (que recebia da população solicitações de intervenção para que o AÇRNC fosse ao local abordar a criança e conversar com o solicitante).

Concepções

O projeto pressupunha que todos os trabalhadores do AÇR eram educadores sociais, que trabalhavam para construir um “projeto de vida” com os usuários – imperativo da assistência. O trabalho como educador social se dá pela via da aproximação, da criação de vínculo e convencimento.

Nas capacitações do AÇR, algumas discussões acerca da natureza do serviço se colocavam. Em determinado momento, quando se colocou em questão que o trabalho vivia de “apagar incêndios”, nos foi falado que não poderia ser diferente, pois trabalhávamos com a “nata da miséria porto-alegrense” – os mais pobres entre os pobres. O crack era colocado um dos principais obstáculos da ação, e a vida na rua era entendida como atravessada por fatores de risco para o desenvolvimento saudável da criança e do adolescente. A criança iria para rua porque não encontraria em casa os fatores de proteção.

O AÇR visava **alterar a situação de rua**, colocando-se a prerrogativa de não recolher as crianças e adolescentes, não os levar à força. O projeto ainda preconizava uma concepção aberta de família, que, para seu texto, se configurava como um

agrupamento sustentado por laços afetivos. O AÇR visava ainda trabalhar a partir de cada território, considerando suas especificidades.

Penso que o texto do AÇR era bem “avançado” em relação até mesmo ao texto do SUAS. Esse “avanço” era fruto das experiências e experimentações singulares vividas em Porto Alegre no âmbito das políticas sociais e de governo. Assim, o texto deixou brechas para um trabalho menos repressivo, mas, ao mesmo tempo, como veremos, deixou brechas também para intervenções de controle e sujeição mais contemporâneas.

É, pois, com essas concepções de trabalho, com essa metodologia, com esses instrumentos e com essa rede que a ação ante a rua foi estruturada, entabulando todo um posicionamento de peças que falam de posições teóricas e políticas, que engendram e são engendras por outras proposições e preposições.

A ação <ante> a rua, que se postava com o objetivo de alterar a situação de rua, se bifurcou quando foi posta em prática, quando apareceu como intervenção em vidas específicas de pessoas existentes. Ela engendrava aqui pelo menos duas séries feitas de um modo de investir e de um modo de conceber esse investimento:

- 1- Uma ação <ante> a rua, que se liga a um modo de investimento da ação que se torna uma ação <sobre> a rua, ligada a uma concepção da natureza do que seria essa ação, uma ação <contra> a rua, ação de combate à rua.
- 2- Uma ação <ante> a rua, que se liga a um modo de intervir que é uma ação <na> rua e que se conecta a um modo de conceber essa ação, que é, nesse caso, uma ação <com> a rua, uma ação <pela> e <através> da rua.

As duas séries que apresentamos ficarão mais claras no decorrer do texto, mas elas se referem a duas vias possíveis da intervenção do AÇR que partem da ação <ante> a rua, das concepções e maneiras como se estruturam as ações. Uma diz respeito a um encadeamento de relações que produz controle de virtualidades; a outra, a um encadeamento de relações que dizem respeito a um cuidado de singularidades. Como colocamos, as duas séries de relações só podem ser divididas de maneira didática, estando no dia a dia emaranhadas, mas representando uma forma de análise das ações experimentadas por mim.

3- Ação <sobre/contra> a rua⁷¹

Caracterizamos uma ação <sobre> a rua como uma intervenção que se coloca em uma relação de superioridade para como o objeto de sua intervenção. Nesse modo de intervenção, o objeto é tomado como algo essencializado, já posto, independente da perspectiva que o coloca em análise. Uma ação <sobre> a rua tenta dar conta da totalidade da rua, rebatendo a multiplicidade dos códigos, das normas e das concepções que a ação <sobre> considera mais legítimos, desenvolvidos e civilizados. Esses modos devem ser, assim, imprimidos nas existências, objetos da intervenção. A ação <sobre> julga a experiência daqueles que habitam a rua, de suas famílias e de tudo aquilo que considera marginal, em situação de vulnerabilidade, de risco. A ação <sobre> sustenta o que, no capítulo primeiro, chamamos de movimento-sociedade que investe na sua margem – o modo de relação hegemônico da política social, que, em um primeiro momento, afasta o objeto de intervenção, exteriorizando-o, separando-se dele, para colocar-se como hierarquicamente superior.

A ação <sobre> é inseparável de outro modo de relação ao qual se associa e que toma a intervenção <sobre> a rua como guerra, em uma ação <contra> a rua. A rua, como estética presente nas vidas marginais, precisa ser extirpada. Ação <contra> a rua é uma ação de oposição, em direção oposta à rua e a tudo o que a ela está conectado. Entendendo a rua como agente patogênico, essa ação engendra intervenções que visam à exclusão dessa dimensão tida como o mal a ser extirpado: “Tirar a rua de dentro dos meninos” é como “expulsar o demônio dos corpos”. É uma ação de guerra, baseada no que Deleuze (1997) chama de “doutrina do juízo”, que julga as existências a partir de modos de vida “superiores”, dividindo os modos existentes em categorias distribuídas hierarquicamente. É o segundo movimento da máquina-sociedade que, após separar o objeto de si, de seu modo de produção, investe-o, tentando extirpar aquilo que considera doença ou degeneração.

Essas ações funcionam na mesma lógica da sociedade: é preciso recuperar as existências, otimizar as vidas inúteis, adaptá-las aos padrões do que é saudável, e rapidamente. Ao julgar as existências dessa maneira, a ação <sobre/contra> olha para a rua e em tudo vê a mesma coisa: crianças e adolescentes em situação de rua, o

⁷¹ Doravante explicitaremos os trechos do diário de campo a partir de passagens no texto em itálico.

estereótipo do menino de rua, pessoas de risco e em risco – risco este que precisa ser eliminado. O que faz dessas relações das ações <sobre/contra> com a rua relações antagonistas.

Miguelito decidiu pela internação após quatro meses de acompanhamento. Ao chegarmos ao plantão psiquiátrico PAM-3, mecanismo pelo qual era solicitada uma vaga de internação, a psiquiatra começa a triagem sem olhar para nós: para Miguelito, para mim e para a colega Clara. Ela pergunta o que aconteceu. Explicamos que Miguelito queria internação por uso de crack, que estava morando na rua há seis meses e não conseguia parar de usar a droga. Ela pergunta a frequência do uso. Miguelito não sabe dizer, mas diz que gasta cerca de R\$ 50 por dia com crack. Ela pergunta como ele ganha tanto dinheiro. Ele diz que pedindo. Ela fala que ele está mentindo e que se usasse tudo isso estaria morto. Explicamos a ela que o crack hoje não mata assim, pois é sempre misturado a outras substâncias. A psiquiatra fala então que Miguelito é “muito otário” (sic), pois não sabe o que está usando. Clara responde que ele não é otário, mas uma criança, e que todo crack, hoje em dia, é assim. A psiquiatra lê o prontuário de Paolo, irmão de Miguelito, que estava internado na Clínica São João, e diz que ele só foi internado porque tinha situação de exploração sexual. Ela fala isso na frente de Miguelito, ao que protestamos, já sem paciência, dizendo que aquele não era o momento de falarmos disso. Ela reage dizendo que não vai encaminhá-lo à internação, pois crack se trata ambulatorialmente. Peço então para que ela nos indique um lugar onde Miguelito pode se tratar, porque nós, que trabalhamos com isso, não sabemos. Ela responde que também não sabe e que o menino precisa então de um “internato”. Perguntamos a que serviço ela se referia, porque nós, que trabalhamos com isso, não sabíamos. Ela não sabe responder e liga para o Juiz Bruno, dizendo que vai encaminhá-lo para a Justiça decidir sobre a sua situação. Insistimos na continuidade da negociação – pois sabíamos que se tratava de uma difícil negociação – e afirmamos que ela não havia escutado a situação de Miguelito e que não podia fazer esse encaminhamento. Ela fala que Miguelito só quer ir para a Clínica São João porque lá tem piscina. Clara responde à psiquiatra que finalmente entendia porque os guris, para conseguir uma internação, tinham que chegar chutando a porta e

quebrando os vidros⁷² do PAM-3⁷³. A médica retruca dizendo que quando Clara tivesse CRM (registro de médica) poderia falar com ela.

Este é um exemplo real que caricaturiza uma ação <sobre/contra>. As ações <sobre/contra> se dão, em verdade, de maneiras mais sutis do que a intervenção da psiquiatra com Miguelito, como no manejo de outra psiquiatra na internação de Piloto.

Na consulta, Piloto falava que não queria tomar remédio porque “o cara fica todo molenga”. Em meio à consulta, disse-lhe que realmente o remédio produzia esses efeitos, podendo ser “ruim”, mas que parecia que naquele momento esse era o único meio de controlar a fissura do crack, e que era possível conversarmos com o psiquiatra da Clínica sobre como a medicação estava agindo. A psiquiatra da consulta perguntou como posso dizer que o remédio era algo ruim, se ele fumava crack e morava na rua. Eu perguntei a ela se ela já fora internada. Ela respondeu que não. Então lhe disse que Piloto, além de fumar crack, já havia sido internado duas vezes, por isso deveria saber melhor do que nós sobre o assunto.

Mas ações <sobre/contra> não são privilégio de psiquiatras. Elas se faziam presentes muitas vezes em nossas ações, nas maneiras como tomávamos algumas famílias e nos modos de vida dos guris. A gravidade da situação por eles vivida, o peso da imagem de uma “criança de rua”, para os padrões aceitos de infância, facilmente nos impelia a julgar as famílias e alguns meninos mais “rebeldes”, o que impossibilitava aproximações. Assim foi nossa breve relação com Anita. Ver o processo de “rualização” de Miguelito e Paolo Hernandez tornou difícil nossa relação com Anita, e acabávamos tomando-a como uma mãe “desnaturada”, perversa. Embora Anita não estivesse conseguindo cuidar de seus filhos, a situação complicada dos irmãos falava de uma situação complicada de Anita, de seus vizinhos e de muitos outros, o que tornava a análise do caso muito mais complexa do que simplesmente o caso de uma “mãe desnaturada ou má”.

Muitas das ações paravam nesse sentido prepositivo. Quando a ação era <sobre/contra> a rua, ela resultava em uma relação de cuidado que não fluía, em um

⁷² Quando o serviço e o menino querem internação, alguns trabalhadores os incitam a ficarem agitados e a chutarem a porta do PAM-3 para conseguir internação, pois quando eles queriam internação a internação era geralmente negada.

⁷³ PAM-3 é a emergência psiquiátrica para crianças e adolescentes, ponto da rede que encaminha os que necessitam de pronto atendimento.

vínculo que não se estabelecia, pois engendrava uma ação de oposição, de guerra, de que os meninos e as famílias, muitas vezes, e ainda bem, escapavam, fugiam. A ação <sobre/contra> acabava por apressar as análises e postar a intervenção como forma de achar um culpado para a situação. Quando não era a família, era o próprio jovem. No prontuário de Piloto, muitas vezes estava descrita tal relação: “O adolescente não aceita nenhum encaminhamento, nossas ações estão esgotadas”. Seguiu essa descrição a conclusão de que o jovem não aderiu às propostas, não havendo, então, o que ser feito. A ação <sobre/contra> não só podia ver resultado na saída do menino da rua. Em isso não acontecendo, havia de se achar sempre um culpado. E este culpado estaria sempre no âmbito mais próximo: a família, o jovem, os trabalhadores.

Esta ação <sobre/contra> fala do modo como é vivido o tempo. Um tempo de urgência por resultados, números, e também de urgência pelo horror que causa a situação de rua – e pelo qual as ações <sobre/contra> funcionam. É para passar bem depressa pela rua, não se contaminar com ela, não olhar nos olhos de sua dor e de seus monstros, que são os monstros de toda uma cidade e do mundo, numa ação <sobre/contra> que é vivida em um tempo emergencial. Essas ações se dão, então, pela urgência em três sentidos: da situação que produz pânico, da demanda gigantesca de casos e da cidade em limpar as ruas e a rodoviária.

É diante do pavor da urgência da situação, e atendendo a uma demanda da sociedade, que o tempo da ação tem de ser rápido para poder “dar conta” do grande número de casos. Nesse sentido, inicialmente não podíamos ficar “muito tempo” em um caso, pois havia outros a atender. Colocava-se o imperativo de um rápido encaminhamento ou de ter de trabalhar de maneira “dinâmica”. No AÇRNC, havia a constante necessidade de mostrar que se estava trabalhando. A coordenação pediu que começássemos a anotar e a quantificar abordagens, atendimentos, acompanhamentos e reuniões. Por vezes, nos era solicitado que fizéssemos autoavaliações de desempenho. Escutávamos que não se queria ninguém fazendo “hora-bunda”, ou seja, se insinuava que ficávamos sentados, enrolando, fingindo que estávamos trabalhando. Em uma situação de um trabalho extremamente árido, de grande demanda subjetiva, a espera, a pausa era tomada como preguiça. A falta de um “resultado” era compreendida como falta de competência e empenho. Novamente há de se achar um culpado, e a culpa se

individualiza, agora não só nas famílias e nos jovens, mas em quem deveria ir <contra> a situação de rua, os trabalhadores.

Lembramos novamente de Nascimento e Coimbra (2004), quando nos falam da sobreimplicação como um entrave à análise, que só consegue considerar como referência um único nível. Nesse caso, a não saída dos guris da rua. As autoras falam que, em práticas sobreimplicadas nas políticas que se pretendem públicas, os profissionais sempre estariam em falta, devido à produção de uma urgência, em que todo um plano de trabalho permanece ocupado por certo e único objeto. A sobreimplicação seria a crença no sobretrabalho, no ativismo da prática. Esse ativismo é como uma “atividade especializada, praticada por um *expert*, e entendido como um exercício de verdade [...] O ativista, em muitos momentos, a partir de seu território iluminado, estaria trabalhando no sentido de beneficiar outras pessoas, assumindo a responsabilidade por tudo. Dessa forma, passa a carregar sobre seus ombros todas as soluções, sentindo-se dominado pela culpa, pela obrigação, pelo sacrifício” (Nascimento, Coimbra, 2004, p. 5). Essa prática, além de atender aos imperativos de um tempo acelerado, comprimido e otimizado, adere à identidade “perito” e desconsidera as problemáticas imbricadas nesse campo de trabalho.

O serviço mostra ainda sua face emergencial em seu próprio formato. Como “disk denúncia”, ao receber solicitações de abordagem da população, o AÇR virava a “SAMU” da situação de rua, ficando por demasiado a serviço das solicitações dos “cidadãos”. Tantas vezes corríamos para atender às demandas ou responder ao Ministério Público, a gerências da FASC, tirando espaço dos acompanhamentos na rua.

Tem-se com urgência a tentativa de organizar o tempo e o espaços dos meninos. A delimitação de tempo e espaço advém do diagnóstico de que estaria na falta de limites o problema dos meninos de rua. Assim, o tempo e o espaço destes deve ser esquadrihado e delimitado.

As instituições para as quais eram encaminhados os casos da rodoviária eram os espaços nos quais o tempo e o espaço eram mais “duros”: clínicas psiquiátricas extremamente rígidas e medicamentosas, FASE e Comunidades Terapêuticas. As clínicas e as comunidades tinham na medicação e na disciplina suas principais vias de

ação. Disciplina ao máximo, muito medicamento e pouca conversa, pois a conversa demanda tempo, e tempo é dinheiro. Dinheiro já se gasta demasiado nesses projetos sociais, nessa concepção. Os projetos sociais, nessas linhas, deveriam, sim, otimizar, diminuir os danos que essas vidas causam à sociedade.

As ações <sobre/contra> rua do AÇR geralmente se efetivavam na conexão do serviço com pontos da rede que iam no sentido de docilizar com o argumento de dar limites. Assim, os casos da rodoviária estavam sempre inseridos em dispositivos de justiça, psiquiatria e, por vezes, polícia. A medicalização e a judicilização como o controle por excelência, nesse ecossistema, se atualiza quando a intervenção do AÇR a estas se associa, quando não as coloca em questão e quando, de certa forma, não luta <com> elas. Lutar <com> é uma lógica diferente do combate antagonista da guerra, ponto que trataremos mais à frente.

A precariedade da rede de saúde no atendimento a essa população de rua, a falta de alternativas institucionais para lidar com tais situações de rua-moradia e com o uso de crack obrigavam os encaminhamentos produzidos pelo AÇRNC a passarem pelo Ministério Público.

Situações de rua-moradia envolvem problemáticas que vão muito além do que a atuação de um serviço de abordagem poderia dar conta. Esses jovens e suas famílias geralmente estavam excluídos de políticas de educação, habitação, trabalho, saúde, e até mesmo da assistência social. Para alcançar seu objetivo de construir alternativas à situação de rua, o AÇR é dependente da rede de políticas intersetoriais.

Porém, a rede que o AÇRNC contava como sua retaguarda era uma rede muito fraca no ano de 2007. Os casos da rodoviária não conseguiam ganhar encaminhamentos através da rede Inter-rua. Assim, o trabalho com as situações da rodoviária se fazia por um fluxo de trabalho “de exceção”. O fluxo normal do AÇRNC para lidar com os casos de rua moradia deveria se dar da seguinte maneira: abordagem na rua – acompanhamento – encaminhamento aos espaços Inter-rua – encaminhamento da família ao núcleo AÇR da região correspondente – trabalho nas redes locais. Os casos da rodoviária, porém, ao não se inserirem nesse fluxo, passavam diretamente para o que estamos chamando de fluxo de exceção: o AÇRNC fazia uma denúncia ao Ministério

Público, em que era solicitada a internação compulsória para desintoxicação do uso do crack. O MP, por sua vez, expedia um Pedido de Busca e Apreensão para aquela criança, que era levada à avaliação no PAM-3. Era, então, expedido o pedido de internação, e o MP, com base no SUS, exigia a compra de uma vaga de internação psiquiátrica infanto-juvenil em uma Clínica Psiquiátrica particular, já que a prefeitura, geralmente, não contava com leitos para isso. O menino era internado nessas Clínicas, onde recebia um atendimento estritamente medicamentoso e do qual era liberado após vinte dias.

Para os casos que não tinham uma casa com condições para recebê-los após a internação, buscava-se ou um abrigo, mediante destituição do pátrio poder – trabalho efetuado junto ao MP e ao conselho tutelar. Ou, então, se procurava uma “Comunidade Terapêutica”, que seria uma espécie de abrigo para pessoas com problemas com drogadição. Como a rede de abrigos da prefeitura estava desde sempre lotada, o que geralmente acontecia, depois da internação de um menino, era que, ao sair da clínica ou da “Comunidade Terapêutica”, ele voltava para casa por alguns dias e depois retornava à rodoviária em seguida, quando não ia direto para esta, como aconteceu com Piloto. Antes da internação que acompanhamos, Piloto fizera pelo menos duas vezes esse trajeto que descrevemos acima.

Podemos ver que essa ação <sobre/contra> que se associa e se fundamenta em uma oferta pobre de serviços alternativos para esse tipo de situação também se dava por certa relação com a droga. O crack era outro elemento considerado culpado pela situação dos meninos, sendo que toda situação (subjetivas, econômicas, sociais, culturais) vira questão em segundo plano. Esse modo de ação <sobre/contra> centra-se na droga, na tal “desintoxicação”, e acaba judicializada, tornando a institucionalização a única possibilidade.

O tempo de urgência, a precariedade da rede de retaguarda, o moralismo que aponta culpados – famílias, meninos, trabalhadores, crack – aliava-se à precariedade dentro da própria equipe do AÇRNC, que atendia a uma demanda monstruosa, fazendo com que esse tipo de ação <sobre/contra> a rua só fizesse acrescentar um modo de violência às violências vividas pelos meninos nas ruas.

Uma ação <sobre/contra>, a ação de violência que não se implica em sua própria ação, exacerbada pela pobreza de tecnologias da rede, longe de alcançar o objetivo de limpeza da rua, só faz exacerbar a cronificação dos casos de rua-moradia, atraindo para seu contexto ações ainda mais violentas. A simples demanda por limites produz intervenções, pelas quais esses “limites” devem ser ainda mais rígidos. Nesse caso, entra uma modulação da ação do AÇRNC em suas ações <sobre/contra>: a Brigada Militar⁷⁴.

Em não se resolvendo a situação de rua na rodoviária, no tempo e da maneira que as ações <sobre/contra> tentavam resolver, a Brigada Militar era chamada – e na rodoviária se fazia presente, em de operações de limpa, como a “boina preta” e a “Papai Noel”, a que nos referimos anteriormente⁷⁵.

Assim, a brigada entrava neste ambiente, suspeitando de tudo o que lá ocorria – a urgência das demandas da sociedade coloca sob suspeita o trabalho que aposta no tempo inesquadrinhável do processo e na ação presente da espera.

Por duas vezes fui abordado pela Brigada Militar na rodoviária. Na primeira vez, quatro brigadianos chegaram até mim, quando conversava com alguns meninos, e perguntaram quem eu era e o que fazia ali. Expliquei minha função e o AÇR. O capitão do grupo então falou que, se nós não iríamos tirar os guris de lá, eles iriam arranjar um argumento para isso, pois o dono da rodoviária ligava todos os dias para a brigada, por causa dos meninos, que estariam incomodando. E a Brigada não tinha “contingente” para ir lá todos os dias. O capitão me disse, então, que iria tirá-los de lá, nem que eles voltassem no outro dia. Em outra ocasião, encontrei novamente um dos soldados que me havia abordado. Novamente estava conversando com os guris, que saíram correndo quando o avistaram: “Olha o Nego Brites aí! Corre!”. O soldado chegou até mim, conversamos, e ele falou: “Difícil esse trabalhinho de vocês, hein?!” Ao que respondi: “É... parecido com o teu!”. Ele responde: “Não! No meu eu não tenho que convencer ninguém”.

⁷⁴ Polícia Militar do Rio Grande do Sul.

⁷⁵ Ações “surpresa”, em que os meninos eram recolhidos, internados na FASE ou levados para lugares distantes da rodoviária.

Diversas ações e instituições se encontram com a situação de rua da rodoviária. Em minha prática, notava o perigo de me aliar e exercer um modo de relação que aqui estou caracterizando por ação <sobre/contra> a rua. Uma linha tênue separava esse tipo de ação de outra. O que distingue minha ação da ação do “Nego Brites”? Em princípio, nós dois estaríamos lá como agentes do Estado. Os meninos fogem ao verem Brites, mas não ao me verem. Eu não posso, não devo, não quero levá-los à força, como podia e queria o capitão da Brigada. Sem dúvida, há a construção de uma relação de confiança de nossa equipe com os meninos. Mas o que importa é de que maneira e a serviço de que essa confiança se fará. Podemos, Brites e eu, habitar o mesmo espaço de trabalho e, mesmo sendo de instituições diferentes, estar a serviço da mesma coisa, a limpeza da rodoviária, uma ação <sobre/contra> a rua. O que determina a maneira como estabeleceremos a relação com os meninos é a temporalidade produzida e experimentada naquele local, e também a qual demanda estaremos atendendo e priorizando, qual vai ser nosso modo de ocupar e nos posicionar naquele território. Esse modo de habitar o tempo, o espaço e direcionar o corpo e as ações vai influenciar diretamente na composição daquele território existencial, nossa parcela na sua constituição. A temporalidade de Brites é do imediato, ele tem como objetivo atender às demandas do dono da rodoviária, e não precisa de muito tempo para executá-la. Ele não tem de convencer ninguém, não depende do outro, em primeira instância. Eu posso trabalhar na via do convencimento, mas em uma temporalidade de igual urgência, atendendo, de uma forma ou de outra, à demanda do dono da rodoviária.

Posso também, no entanto, operar em outra temporalidade que acompanha o tempo do processo, aceitando uma interdependência entre mim e o outro. O que diferencia meu trabalho do de Brites é a possibilidade de conexão com o outro a partir da temporalidade própria dos processos afetivos, de construção de pontes que permitam deslocamentos subjetivos: o que obriga também um deslocamento de minha parte, já que essa relação é uma via de mão dupla (ou uma via de mão múltipla), e não de mão única, como uma ação <sobre/contra>.

Logicamente esse não é um posicionamento espaço/temporal fácil de alcançar e manter nesse ambiente em que tudo parece tender à ação <sobre/contra>, pela demanda e pelo funcionamento da sociedade, da rua e da rede, que nos enlaça, ameaça nosso emprego, nosso trabalho e a nós mesmos. As angústias comparecem, a urgência

toma conta. Se tomarmos como objetivo do trabalho a saída dos meninos da rua simplesmente, nesse ambiente em que vivi em 2007, a frustração era inevitável. E essa frustração podia levar a pensar que eram necessárias cada vez ações <sobre/contra> mais exacerbadas. Há de se trabalhar com os usuários, mas também com a demanda da rede, da cidade, do serviço, da equipe e de nós mesmos. O AÇR, embora não tenha como meta recolher os meninos da rua, também deixa margem para que seja entendido como uma ação <sobre/contra> rua, ação de limpeza da rua. É essa a linha que divide uma ação <sobre/contra> – que pode aparecer de formas sutis, como a maneira de estigmatizar uma mãe, até de maneira extrema, como a ação da Brigada Militar – e outra modalidade de ação, que se dá, penso, no trabalho primeiro (como condição para qualquer tipo de trabalho) de um psicólogo ou trabalhador do AÇRNC: o trabalho com o si mesmo ou o trabalho com todo esse cenário em si.

Na situação da tentativa de internação de Miguelito, como relatei acima, por certo este não era o melhor procedimento, ou pelo menos o único necessário. Na ocasião, Clara e eu concordávamos que Miguelito deveria receber outro tratamento ao crack do que uma internação como aquela. Porém, foi por meios diferentes que Miguelito chegou ao PAM-3 naquela ocasião. Ele decidira pela internação, após um longo período no qual trabalhamos sua situação na rodoviária e o uso de crack. Aquela era a única possibilidade, naquele momento, para Miguelito fazer um tratamento. Com Piloto, a internação compulsória foi um ponto de partida que possibilitou a construção de outro tipo de acompanhamento, como falaremos mais à frente.

Mesmo com toda uma conformação institucional, toda uma demanda da sociedade, toda uma situação de urgência, outras relações se fizeram presentes e possíveis no âmbito de trabalho. Quando me foi possível afirmar, para mim mesmo e para a equipe, serem necessários outros modos de habitar o tempo, neguei-me fazer uma abordagem solicitada em virtude de um atendimento na rua que eu tinha a fazer. Isso me causou problemas com a gerência do serviço. Minha negativa rendeu farpas, mas, pouco a pouco, pôde ser trabalhada e assimilada pela equipe. Tratava-se de atuar também dentro da equipe, para abrir espaço à outra temporalidade.

Se a intervenção, nesse âmbito, não leva em conta e não implica todo um modo de funcionamento que produz miséria e violência, não questiona sua própria função e

visa atender a uma demanda que é muito mais da sociedade, em relação à situação de rua – essa intervenção será uma intervenção <sobre/contra> a rua. Se ação se centra <sobre> o usuário e <contra> a rua, ela só vai reproduzir e acrescentar ao cenário da rua mais violências. De início, o trabalho do AÇRNC deve ser, então, não apenas com os usuários, mas com tudo o que se relaciona e se encontra na rua.

Caso consideremos que estar na rua sem casa é um aprisionamento para um menino, a casa sem a rua (solução burguesa) também o é. É nessa medida que não podemos deslegitimar a rua como alternativa construída e, de certa forma, corajosamente empreitada para sair de outra situação também difícil.

A ação <sobre/contra> se faz quando subestimamos os vínculos que os meninos constroem com a casa, mas também com a rua. Essa ação <sobre/contra> se efetiva não só no contato com o usuário, mas quando fazemos avaliações, relatórios ao Ministério Público, quando produzimos análises e afetos que sobrecodificam uma experiência que não vivemos, é preciso fazer muito esforço para acessá-la minimamente. Ações <sobre/contra> que sobrecodificam, generalizam experiências singulares, fazendo-se também quando dizemos que nossas ações com tal jovem estão esgotadas, sem nos fazermos suficientemente presentes com ele. Essas ações fazem-se em meio à urgência de resultados e por toda uma episteme de nós mesmos que sustenta nossas ideias de infância, de família, que ficam distantes da realidade das pessoas existentes. Fazem-se quando a ação é massificada, homogênea para todos os casos.

A principal maneira de dominar um povo é fazer com que somente uma perspectiva acerca de sua realidade possa aparecer, quando levamos em conta somente essa perspectiva⁷⁶. A ação <sobre/contra> quer contar a rua a partir de sua perspectiva, quer dizer a verdade sobre a rua.

O que torna esta prática que aqui estamos relatando uma prática que vive no fio da navalha entre o cuidado e o controle é também o fato de que não são exatamente as pessoas que fazem as ações de controle. Certamente elas o fazem acontecer, mas não deliberada e diretamente. Forma-se, sim, todo um sistema que tem essas ações como o efeito do encadeamento de direções, encaminhamentos e estratégias montadas a partir

⁷⁶ Ideia tirada do documentário “O perigo da história única”.

de todo um cenário institucional que liga redes, prioridades de um governo, formas de governo no contemporâneo. É através da passagem de todo um aparato, que é muito maior do que a prática de um profissional, uma equipe, ou um serviço, que ações <sobre/contra> se fazem, sendo difícil localizar seu agente na rede. A própria rede é montada e age dessa forma, quando é burocrática e quando já sabe demais, quando tem uma história única sobre determinada população. As ações <sobre/contra> vão-se fazendo quando o usuário entra no sistema de proteção e vai passando de um espaço a outro, o que faz do controle algo também de difícil localização, mas de extenso alcance.

Porém, nesse ambiente, brechas e possibilidades sempre estarão presentes, porque o controle só se faz nas relações efetivas das pessoas, mesmo que haja toda uma conformação anterior à relação. A todo o momento há um tribunal social julgando a experiência da rua. Se no tribunal, é necessário controlar a experiência, apostarmos numa prática de cuidado, que também podemos chamar de *clínica*, que quer dar passagem à experiência. Como falou minha supervisora de estágio na época de PAICA, Lisiane Vargas: “No trabalho com situação de rua no Centro não contamos com a família. É só o solicitante impessoal, querendo dar comida aos porcos... a fome da gurizada não é disso!”. Acompanhar essa fome, legitimá-la, ouvi-la, penso, é uma possibilidade de real construção de alternativas à situação de rua: : “a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte!”

4- Ação <Da> Rua

Ação <da> rua é uma ação que a rua imprime sobre os corpos físicos, subjetivos e institucionais, que entram em contato com seu território existencial.

A rua é o espaço da dimensão cruel da cidade. Por dimensão cruel entendemos um sistema em que as formas constituídas não podem ser rebatidas sobre um juízo – uma avaliação do que é bom ou mal, melhor ou pior, uma categorização hierarquizada. O que comparece nessa dimensão cruel é um sistema de afetos no qual o que se cria se engendra para além de qualquer avaliação judicativa. A justiça da rua diz mais respeito a uma justeza, onde o que ocorre diz respeito ao que cada um deve e ao que é devido a cada um, diz respeito ao que de fato ocorre, o que, muitas vezes, são acontecimentos cruéis. É um sistema da crueldade que, segundo Deleuze (1997, p. 145), “enuncia relações finitas do corpo existente com forças que o afetam, ao passo que a doutrina da

dívida infinita determina relações da alma imortal com os juízos”. A rua é feita, então, de muitas outras dinâmicas, do que a organização civilizada que a cidade tenta lhe impor, por isso é também tomada como um lugar perigoso: em seus domínios não há os finais felizes das novelas, mas sim as forças agindo, à revelia de qualquer justiça ou organização predeterminada.

Nesse sentido que a ação <da> rua rompe, racha as organizações e os organismos. Nosso problema é que a este sistema da crueldade que se presentifica na rua somam-se forças exterminadoras e mortíferas, próprias da lógica da sociedade, produzindo-se uma ação de extrema violência e ruptura que torna seu ambiente algo tão rude e desértico, que acaba levando as existências que nela se formam, rapidamente, ao abismo e ao desaparecimento. A crueldade é levada ao pé da letra e todas as forças mortíferas criadas no seio do funcionamento da sociedade na rua se efetivam.

A rua comparece para a organização da sociedade como um ambiente em que se fazem presentes elementos desestabilizadores, violentos, que produzem rupturas e até mudanças. Como vimos, a vida que se desenvolve na rua, ao entrar em contato com o tempo da rua, acaba tendo uma marcação temporal que direciona à impossibilidade da continuidade, direciona à morte, geralmente. O tempo do instante da rua é o tempo em que tudo se passa ao mesmo tempo, o que imprime movimentos frenéticos, sobressaltados, engendrando ações brutas e brutalidades.

Convivem na rua, pois, dois tipos de violência: uma violência própria às mudanças, as rupturas, as recriações, que dizem respeito a um sistema dos afetos, a um sistema da crueldade; outra que comparece como violência exacerbada, violência de destruição como reação ao medo do abismo, da ruptura. Dessa última resultam os extermínios, as chacinas ou o fanatismo das ações <sobre/contra>.

Uma sensação de vertigem, um encontro com um limite. A experiência da rua se parece com a experiência da psicose, pois nos aproxima do sem sentido. Quando, por exemplo, enfrentamos a questão do que fazer, tirar ou não da rua, outras questões vão se proliferando: “Estarão melhores as crianças na rua do que em casa? É possível transformar a casa em um ambiente favorável? Transformar a casa nesse ambiente melhor é fazer valer a casa e a família como dispositivos de controle e (con)formação

social? É possível efetivamente mudar suas vidas? Para quê? Serão elas mais felizes em uma casa da maneira que a concebemos? É uma questão de felicidade? Delas ou nossa? Da sociedade? Para que mesmo se está agindo?”.

Deterioração lenta e gradual das formas: silenciosamente, nossas ideias de sociedade, de infância, de família, nossos juízos vão sendo furados, abertos. Depois de um tempo trabalhando com a rua, esses modelos são totalmente vazados pela ação <da> rua, como a maresia enferruja o ferro. Ao mesmo tempo em que a ação <da> rua pode desnortear, produzindo uma espécie de niilismo – nada vale, nada pode ser feito -, corremos sério risco de extrema frustração ou adoecimento no trabalho com a rua, caso nos aferremos a nossos juízos. Muitas vezes senti uma revolta ao ver os guris naquela situação, molhados no inverno congelante, desmaiados sob o sol no verão... o tênis sem sola de Miguelito. Porém, como não entrar na doutrina do juízo, como não julgar, mas também não ver, indiferente, os extermínios que lá ocorrem?

A rua é lugar de combate. Combate por todos os lados. Os extermínios são uma conjugação da crueldade própria da vida que na rua se encontra com as ações <sobre/contra> a rua, em um combate que pressupõe a eliminação do estrangeiro. Para Deleuze (1997), há uma distinção entre o combate *contra* e o combate *entre*. O combate *contra* procura destruir ou repelir uma força. O combate *entre* trata de se apossar de uma força para fazê-la sua: “[...] é o processo pelo qual uma força se enriquece ao se apossar de outras forças, somando-se a elas num novo conjunto, num novo devir. O combate não é necessariamente guerra. A guerra é somente combate *contra*, uma vontade de destruição” (Deleuze, 1997, p. 151).

Em meio à cidade, que temos como monumento da civilidade, enxergamos a realidade selvagem, bruta: a rua, o fora-dentro da cidade, constituído por um bruto cruel próprio do sistema dos afetos e por uma brutalidade própria da doutrina do juízo.

A vida fica direta, reta sob a ação <da> rua. Quando comecei a entrar em contato com a rua, à primeira vista, pensei encontrar uma brutalidade, fruto de uma miséria que não era só material, mas afetiva, um deserto de afeto. Nas relações das famílias com as crianças, parecia que as pessoas quase não se enxergavam.

Com o passar do tempo, pude começar a distinguir bruto e brutalidade. Brutalidade diz respeito a um nada de vontade, um sem sentido que aparecia como vontade de destruição; o bruto diz mais respeito a uma vontade de nada, que é, em verdade, uma vontade sem direção, sem lógica, ou melhor, com uma lógica dos afetos,

que não dizem respeito à organização funcional própria da sociedade e da doutrina do juízo. O nagual Don Juan se refere a uma “necessidade abstrata” (Castañeda, 1997), quando fala da necessidade do feiticeiro. Uma dimensão bruta na rua diz respeito a face bruta, abstrata, ainda sem rosto, mas cheia de possibilidades de configuração, que é diferente de uma ausência de sentidos e afetos.

Com uma multiplicidade de afetos, brutalidades e brutos, a ação <da> rua, por seu turno, afeta os corpos e as perspectivas, produzindo deslocamentos subjetivos nos atores envolvidos em seu ecossistema e também nas práticas que na rua agem.

Quando conheci Miguelito, ele era gordinho e bochechudo. Dois meses depois, estava muito magro e amarelado. Com Jamer a mudança foi mais vertiginosa. Nós o conhecemos tímido, de cabelo penteado, vendendo balas na rodoviária. Quinze dias depois, o encontramos magro, com cabelos espetados e já com todos os movimentos da gurizada da rodoviária. Como discutimos anteriormente, vários elementos produzem essa modificação, sendo que o mais visível é o crack, que deixa a pele amarelada e queima o cabelo.

Certa vez, estávamos conversando com vários meninos na rodoviária quando um rapaz atravessa a rua correndo vindo em nossa direção. Ele vem violentamente, com olhos esbugalhados e expressão de terror, e grita na minha cara: “Tu acha que tu sabe de alguma coisa? Tu já passou fome? Já foi estuprado? Tu não consegue entender eles! Vocês não sabem de nada!” Ele olha em meus olhos, faz um silêncio, chora e diz: “Parabéns, vocês nunca vão resolver essa situação, esse problema é muito maior que vocês! Sabe quem precisa de ajuda? Eu preciso!”, e chora mais, agora em prantos. O rapaz babava e parecia que a qualquer momento iria me agredir. Quando o avistei correndo em nossa direção, ainda do outro lado da rua, senti um frio na espinha, uma arrepios. Tentei fechar o campo e a roda de conversa com os meninos. Não consegui. Ele entrou em uma brecha em nosso espaço. Aprendemos, ao atender os meninos na rua, a constituir um espaço de continência em meio ao ambiente da rua, onde podíamos conversar mais detidamente, mesmo com todas as interferências. Nesse momento, a força de ruptura que o intercessor-rapaz trazia conseguiu achar a brecha em nosso atendimento, sempre bem postado. Por essa brecha ele entrou, e me vi encurralado, quando ele começa a gritar na minha cara. Vejo que não tinha outra coisa a fazer senão encará-lo nos olhos, acolhendo-o de certa forma. No decorrer de seu breve discurso, me dei conta de que não podia olhar em seus olhos! Nos seus olhos havia um

abismo que parecia ter o poder de me esfacelar. O que fiz foi me agachar em sua frente e fitá-lo de baixo. E escutá-lo. Nada falei enquanto ele falava, todos, até os guris, ficaram perplexos com a situação. Ao final, só disse a ele: “Tu tem toda razão”. E ficamos todos em silêncio vendo-o chorar. O rapaz vai embora, e os guris começam a rir e a chamá-lo de louco.

Havia no seu discurso inflamado uma lucidez. Tudo o que ele falou era uma verdade inegável, embora não fosse toda a verdade. A sua intervenção me conectou com as linhas cruéis da rua, para as quais não há resultado garantido, onde o problema é realmente muito maior do que nós. Sua lucidez dizia respeito à sensibilidade a essa crueldade do ambiente, onde as “boas intenções” de nada servem. Sua loucura dizia respeito ao desespero por estar em contato com essa crueldade da rua. Há uma forma brutal de lidar com o bruto da rua, exercendo ações <sobre/contra> ações de guerra, e há também o desespero que o contato com o abismo que é a rua pode produzir.

Em nosso cotidiano de trabalho, entrávamos em contato com todas essas formas de lidar com a dimensão cruel da rua. Nosso olhar, nossa forma de ver, por conseguinte, ia também se deslocando.

A ação <da> rua produz um olhar, um modo de ver a rua, um “olho da rua”. Há coisas que nunca serão vistas da mesma maneira depois desse trabalho. Não é mais invisível e banal a presença de crianças e jovens; eles ganham a materialidade sensível de pessoas de “carne e osso”. Os movimentos que os envolvem, a mendicância, a relação com o tráfico, tudo isso fica mais evidente. Regiões que antes eram obscuras e imperceptíveis para mim, como debaixo de pontes, “mocós”⁷⁷, camas improvisadas nas calçadas, hoje se tornam visíveis. São perceptíveis seus modos de funcionamento, sua maneira improvisada de viver, sua velocidade, sua malandragem. Nosso modo de entender as dinâmicas familiares, a natureza dos vínculos muda. De qualquer forma, é ampliada nossa percepção das formas de vida.

A ação <da> rua produzia um efeito, além de sobre os corpos dos meninos e nos profissionais, também nas famílias.

Depois de um mês de tentativas, de idas e vindas de Paolo à casa da avó, de visitas por parte desses avós na rodoviária, a família paterna passou a desistir de levar para sua

⁷⁷ Esconderijo.

casa Miguelito e Paolo. A avó se diz doente, não podendo estar “se incomodando”. Realmente incomodava muito lidar com a rua.

Porém, mesmo com toda violência presente, com todos esses deslocamentos produzidos, havia na rua algo que atraía todos. Muitos meninos se habituavam de tal maneira a esse clima caótico, que faziam dele verdadeiramente a sua casa.

Foi isso que Piloto, depois de sua primeira internação, sentiu ao voltar à rodoviária: “estou em casa”. Piloto adorava a rodoviária, essa abundância de relações um tanto ambíguas ou paradoxais. Certa vez Piloto estava internado em uma clínica, e, em uma visita, consegui ligar para uma colega de trabalho que estava na rodoviária no momento. Piloto pediu então para falar com vários personagens que habitavam aquele espaço: os moradores de rua, os guardas, alguns ambulantes.

Essa atração também afetava os profissionais. Eu também queria estar na rua com os educadores. De modo interessante, o ambiente que se formava na rodoviária atraía e enredava os meninos, que não queriam sair de lá para nenhum outro, e também nós, que trabalhávamos com a rua, ao priorizarmos o trabalho na rodoviária. Além de esse local ser o que tinha as situações mais “graves”, sinto que outros elementos de difícil descrição atraíam a maioria dos nossos investimentos.

Maurice Blanchot (2005) fala sobre o canto da sereia que atraiu Ulisses. As sereias cantavam de uma maneira que não satisfazia, “que apenas dava a entender em que direção se abriam as verdadeiras fontes e a verdadeira felicidade do canto” (Blanchot, 2005, p. 3). Blanchot fala ainda que seus cantos imperfeitos, com seus espaços vazios, conduziam o navegante até o ponto em que o canto começava de fato. Aquele canto ouvido que atraía o navegante era um canto porvir, e este lugar, fonte e origem do canto, era um lugar onde só se podia desaparecer, onde a música também desaparecia. Este canto era um canto estranho ao homem, um canto inumano talvez, à margem da natureza, muito baixo, que despertava no navegante o prazer extremo de cair, “que não pode ser satisfeito nas condições normais de vida” (Blanchot, 2005, p. 4):

Havia algo de maravilhoso naquele canto real, canto comum, secreto, canto simples e cotidiano, que os fazia reconhecer de repente, cantando irrealmente por potências estranhas e, por assim dizer, imaginárias, o canto do abismo

que, uma vez ouvido, abria em cada fala uma voragem e convidava fortemente nela a desaparecer (Blanchot, 2005, p. 4).

Os homens que se tocavam por este canto eram navegadores, homens de risco, sendo que o próprio canto era uma navegação: “Era uma distância, e o que revelava era a possibilidade de percorrer essa distância, de fazer, do canto, o movimento em direção ao canto, e desse movimento, a expressão do maior desejo” (Blanchot, 2005, p.4).

A narrativa de Blanchot sobre o “canto da sereia” me fez lembrar de um encanto que a ação <da> rua produzia. Sem dúvida, aqueles meninos que tinham saído de suas casas, por mais precárias que fossem, e também os trabalhadores que se aventuravam em tal tipo de trabalho eram, de certa forma, navegadores, pessoas de risco ou minimamente dispostas aos riscos das aventuras. Pessoas que estavam também em busca da expressão de um desejo maior, desejo que a casa, que o trabalho para a adaptação, que o trabalho nos protocolos clínicos normais não podia oferecer. É por um desejo de fronteira, de transformação que nós, trabalhadores e meninos, nos lançávamos nesse ambiente perigoso.

A ação <da> rua comporta um sistema da crueldade, de ações do juízo que lá se tornam ações de extermínio direto, conexões e laços afetivos insólitos. Guarda perigos de destruição e potências de criação. É também por uma busca de uma alternativa ao juízo que nos lançamos à rua. Deleuze (1997, p. 147) fala que “é nos estados de embriaguês, bebidas, drogas, êxtases, que se busca o antídoto ao mesmo tempo ao sonho e ao juízo”, que se busca a afirmação da vida onde ela acontece, sem subjulgá-la a um sistema de valor exterior aos valores que ela mesmo produz e desfruta.

Lançar-se nesse sistema de crueldade é buscar mais uma vitalidade não orgânica, que “é a relação do corpo com forças ou poderes imperceptíveis que dele se apossam ou das quais ele se apossa” (Deleuze, 1997, p.149). Criar um olho da rua é criar um corpo em devir, em intensidade de afetar e ser afetado; é abrir a possibilidade de chegada de outros modos de existência.

Ao atentarmos ao cuidado, atentamos à produção de novos modos de existência. O problema que se nos coloca, porém, é que essa rua não é feita somente de um sistema da crueldade, e um sistema da crueldade não pode nos privar de meios para estabelecer diferenças entre modos existentes, nos impedindo de ver o que convém e o

que não convém. Ou seja, é necessária a avaliação e certo nível de escolha e direcionamento em relação à criação, à produção de diretrizes que estabeleçam, mesmo que momentaneamente, as formas de vida que convém ou não. A mim, particularmente, não convém, por exemplo, que Piloto, Miguelito e Paolo não possam chegar aos 25 anos de vida. Até porque, como vimos, o sistema da crueldade na rua se conecta com a doutrina do juízo, produzindo um sistema de extermínio direto ou indireto, ou então afirmando, perante a doutrina do juízo, ações de controle e sujeição dessas vidas. Problemática rica em riscos nos coloca a ação <da> rua, e quando colocada lado a lado com uma ação <sobre/contra>, nos exige um reposicionamento, uma dobra das forças <pós> a ação <da> rua e ação <sobre/contra> rua.

5- Ação <pós> Rua

A ação <da> rua incide nos trabalhadores e também nos procedimentos de trabalho. A ação <pós> rua é fruto do contato da ação com a rua que reposiciona a ação nessa relação com a rua. Em minha vivência, a ação <da> deslocou modos de funcionar no serviço, produzindo uma ação <pós> rua. Esse deslocamento foi um modo de não ser tomado de todo pela ação de deslocamento <da> rua, mas também um modo de escapar minimamente às ações <contra/sobre> a rua. Esse reposicionamento da ação deu-se na organização da equipe, na abrangência dos acompanhamentos dos casos referência, na abordagem e no acompanhamento, e em mim mesmo, no que chamamos de produção de um “olho da rua”.

O modo de trabalho herdado do SESRUA, como estava estabelecido e devido ao desfalque da equipe no núcleo centro na transição para o AÇRNC, tinha duas funções bem separadas dentro da equipe: a função do educador, que fazia a abordagem, e se fazia presente na rua, acompanhando os meninos; e a função do técnico (assistente social e psicólogo), que acompanhava as famílias e ia a reuniões discutir casos e produzir encaminhamentos. O trabalho do educador e do técnico era em “conjunto” somente na chamada “passagem de caso”, em que o educador passava informações sobre determinado caso ao técnico. Esse procedimento fazia com que o técnico não fosse nunca à rua e só raramente encontrasse o menino que tinha sua família acompanhada, o que não permitia, ao técnico, entrar em contato com as singularidades ali presentes.

Para mim, era necessário estar mais próximo da rua e dos guris para poder ter uma compreensão mais “encarnada” das situações. Como o próprio projeto preconizava, nós aproximávamos o trabalho do educador ao do técnico, transversalizando funções, fazendo com que o trabalho do técnico estivesse mais na rua, nas abordagens e nos acompanhamentos dos meninos, e o trabalho do educador estivesse mais presente em discussões de caso, reuniões, visitas domiciliares e visitas institucionais.

Para mim, a parceria com as educadoras dava sustentação para afirmar mudanças no trabalho, bem como fortalecia a referência dos casos e do acompanhamento, que assim não ficava centrado em uma pessoa, o que nos dava maior agilidade e mais possibilidade de presença e acompanhamento direto. Caso não pudesse acompanhar determinada situação, com Paolo, por exemplo, Clara poderia. A parceria se deu muito pela confiança e pelo vínculo estabelecido com algumas colegas. Podíamos fazer os acompanhamentos da maneira como acreditávamos ser mais interessante, além de colocar em questão várias ações do serviço e da rede. Experimentávamos maior equilíbrio entre o trabalho de rua e o trabalho interno, entre a análise e a intervenção. Era necessário, frente à desertificação do ambiente, formar e fortalecer os vínculos dentro da própria equipe.

A maneira de trabalhar os casos teve de se deslocar devido às temporalidades díspares das ações <da> rua e <sobre/contra> rua. A temporalidade <da> rua imprimia uma desorientação em relação ao tempo do instante e da ação <contra> uma pressa de urgência, emergencial, para um tempo bem marcado e esquadrinhado. Passamos a trabalhar mais detidamente em cada caso, a ter mais tempo de estar ao lado, estar <com> e estar <na> rua e em outros espaços institucionais. Por outro lado, isso produzia uma abrangência bem menor de número de casos, deixando uma grande “demanda reprimida”. Digamos que, para cada caso que atendíamos, cerca de 20 ainda necessitavam de atendimento. Porém, com essa forma de abranger, podíamos escapar mais das interpretações e entendimentos prontos, das ações <contra/sobre>.

Reposicionarmo-nos também nesse “fogo cruzado” da rua e da sociedade, da ação <sobre/contra> e da ação <da> rua, o que fez mudar a relação nas abordagens solicitadas. Poder não ficar refém das solicitações foi um reposicionamento importante. Afirmar esse posicionamento só foi possível <após> um cansaço muito grande de toda

equipe frete às demandas <sobre/contra> e <da> rua, e após a construção de um mínimo de confiança dentro da equipe.

Um reposicionamento era questão vital para os atendimentos, para quem atendia e para quem era atendido. Os usuários estão acostumados a serem tratados em “massa”, como se fossem todos iguais, o que só faz afastar e empurrá-los para a rua. Para quem os atendia, a velocidade impossibilitava pensar o trabalho e as ações, também resultando em uma massificação e homogeneização das ações – ação <sobre/contra>. Era necessário constituir espaço para pensar o trabalho, como fizemos, mas também para pensar mais detidamente a intervenção, e isso se fazia em meio à espera, própria do acompanhamento que se faz ação <com/pela/na> rua.

Poder sentir o trabalho e vê-lo mais lentamente também mudava a perspectiva que tínhamos de resultado. Além de ser necessário me apropriar do trabalho, ainda também fazia parte desse trabalho superar algumas dificuldades, como a frustração de não “resolver” o caso – o que muitas vezes desnorтеou ações – e também a necessidade de criar outro foco, outro objetivo, outro resultado de trabalho – um trabalho centrado nos pequenos movimentos e em pequenas sensibilizações, uma relação afetiva, uma confiança construída entre equipe e usuário. Estes, no meu entender, eram bons parâmetros para avaliar resultados.

6- Ação <com/pela/na> rua

Ali estávamos nós, engrenagens de um mecanismo das políticas de Estado, moldadas em uma política de governo que se agenciava com a política social em sua função de tornar sociedade aquilo que idealmente não era. Em um serviço de ponta, a equipe AÇRNC estava mais nas extremidades desse serviço, lidando com situações mais distantes de toda e qualquer rede de políticas. Por estar na ponta, pode-se dizer que estávamos entre a ação e a rua, mas diretamente inseridos na ação. Como vimos, uma ação <sobre/contra>, mesmo que seja efetivada por pessoas, através de suas mãos, era também uma ação que envolvia os trabalhadores. As questões que se colocavam, então, para o trabalhador que problematizava a estrutura e os vetores de controle que buscavam agir <sobre> essas vidas marginais, eram: como (re)produzir um mínimo de controle e assujeitamento?, como garantir minimamente intervenções de cuidado e cultivo de singularidades, o que passa necessariamente por cultivar um mínimo de insurreição?

Em meio a todo esse contexto que tendia a nos absorver, a automatizar nossas ações, experimentávamos ações que se diferenciavam de ações <sobre/contra>, que criavam outra relação com a rua, sem, no entanto, desaparecer na ação <da> rua. Aí também entrava uma questão mínima: manter um mínimo de corpo, mas não fugir e negar a rua, e sim poder estar também com ela, em meio a ela, e buscar alternativas a ela através dela, por ela. É o que aqui chamamos de ação <com/pela/na> rua.

Ação <com> a rua trazia relações de companhia, de presenciar o que na rua se agenciava. Esse acompanhar a rua era acompanhá-la nos meninos, em seus gestos, em suas inclinações, em suas práticas. Estar com era estar ao lado, não exatamente se confundir com, mas trocar com a rua, se diferenciando dela ao mesmo tempo. Estar com era estar ao lado, o que não é postar-se sobre, acima, hierarquicamente. Esse acompanhar só se pode fazer <na> rua, habitando esse território existencial. E esse estar ao lado e habitar não tinha um sentido meramente contemplativo, embora exigisse uma espera: era para agir pela rua, através de seus elementos, para produzir outros efeitos nas vidas que nela habitavam. O que passava necessariamente por produzir efeitos em nós mesmos. Era a construção de um olho da rua e sua utilização no sentido do cuidado, que cultivava as formas ali presentes, e não outras exteriores àquele ambiente.

Ação <com/pela/na> rua era uma ação que não somente se dava nas ruas, mas uma ação de contaminação com a rua e um agir através dessa contaminação. Ela pressupunha a constituição de um espaço na rua e com a rua, o que queria dizer um espaço e uma temporalidade diferencial na rua, mas que podia transitar, estar junto de sua dinâmica.

A experiência de uma ação afastada da rua, feita somente em reuniões, me fez perceber a necessidade de estar mais presente <na> rua.

Conversávamos com os irmãos Hernandez (Miguelito e Paolo), sentados no cordão da calçada, um pouco mais afastados de um grupo de meninos e jovens que estavam na “função”. Paolo sabia entender esses espaços, ele era dado a conversas mais “reflexivas”, aos questionamentos, aos momentos intensos e afetivos da conversa. Miguelito ficava ali junto, curioso, mas mais atento a nossas brincadeiras, piadas e afagos do que a uma conversa “séria”.

Em um primeiro contato com os meninos, nossa presença era menos “diretiva”. Nos aproximávamos, nos apresentávamos, jogávamos conversa fora. Para um primeiro contato, ficávamos ao lado, olhávamos nos olhos, ficávamos em silêncio. A aproximação era natural. Não precisávamos chamá-los. Eles pareciam nos escolher, vir até nós. Daí se iniciava um contato.

Depois de algum tempo de uma convivência que não tinha nem uma direção nem uma função muito definidas, sendo apenas um estar presente, os meninos já nos conheciam pelo nome, e nós a eles. Somente depois de algum tempo de convivência com Paolo, pudemos saber melhor o que ele sentia de tudo o que lhe havia ocorrido até chegar à rodoviária. Paolo fala de sua casa e de sua mãe. Assim, nos momentos em que sentíamos que ele estava parando para ver como se fazia seu cotidiano, aí entravam intervenções que questionavam o que ele fazia ali, se ele queria aquilo mesmo. Mas isso exigia uma desaceleração, um silêncio, um contato com os afetos que Paolo sabia habitar. Eram muito raras conversas como essas que tínhamos com ele. Em geral, a gurizada não parava para conversar dessa maneira. A comunicação se dava basicamente em um código não verbal ou por uma conversa que não era diretamente um discurso de nossa parte. Era muito mais uma postura de atenção, respeito e afetividade.

Criar esse tipo de conversa na rua simplesmente acontecia. Só nos era exigido um real interesse neles e uma postura não refratária aos seus modos, aos seus gestos, ao seu linguajar. Também era necessário sentir os movimentos aglutinadores e dispersivos, a hora de falar mais sério, a hora de deixar que interferências entrassem na conversa e a hora de não deixar. Quando estávamos conversando com Paolo, nessas conversas mais reflexivas, muitos guris vinham, querendo interferir na conversa, aí tínhamos que pedir para eles esperarem, e nos deixarem a sós.

Habitar a rodoviária para mim, de início, não era muito fácil. O barulho, a passagem dos transeuntes, o olhar desconfiado das pessoas para nós, as eventuais brigas, furtos, o calor ou o frio, em um primeiro momento não me permitiam permanecer muito tempo. Sentia que ia ficando cansado e mais dispersivo, e que a conversa com os meninos não levava a nada. Com o passar do tempo, passei a me sentir mais à vontade. A rodoviária se tornou por momentos também um território nosso. Comecei a sentir um prazer de estar ali, em um objetivo bem diferente do da maioria das pessoas que por ali

passavam. Talvez fosse isso. Além dos meninos, só nós, trabalhadores, ficávamos algum tempo ali. Todos que passavam queriam sair dali o mais rápido possível ou estavam interessados em negócios, vendas, corridas de táxi. Sentia que, em meio a um movimento que não permitia parar, eu conseguia ficar ali e ver a cidade se movimentar, ver a formação do medo que as pessoas tinham dos meninos, ver a forma como, usualmente, se habita a rua: com um máximo de evitação possível. A partir disso, tornava-se possível escolher não ter medo dos guris, não querer evitar tão rapidamente a rua.

Uma mudança nesse “se fazer presente” só foi possível em parceria, em “bando”. Formávamos um bando que se comunicava com o bando dos guris, dos adultos moradores de rua, seguranças, policiais. Com minhas parceiras, as educadoras Micaela e Clara, aprendi um equilíbrio na postura com os guris. Clara conseguia ser carinhosa, acolhedora e ao mesmo tempo firme na relação com eles, sabendo a forma de se fazer entender. Em momento algum Clara tinha falas moralistas ou culpabilizantes para com os meninos, e ao mesmo tempo era firme com eles, estabelecendo muito bem um limite na relação e fazendo valer suas palavras, quando, por exemplo, os repreendia: uma postura que tem um foco mas que, ao mesmo tempo, se contagia, troca com os guris. Clara e Micaela se comunicavam com todas as figuras da rodoviária, desde pequenos traficantes a policiais. Clara não era ingênua em relação aos movimentos da rua, mas conseguia ser inocente em relação aos guris, sempre conseguindo ver possibilidades neles, sem nunca “forçar a barra”. Uma mulher lúcida em situações surreais. Micaela sabia bagunçar o ambiente, incomodar os guris, chamar atenção, alargando as possibilidades de comunicação, criando intimidade com eles.

Aos poucos e em parceria, íamos “ganhando espaço nas calçadas”:

Que rua bonita, que gente vivida
que rua ingrata, que gente casada
Vou ganhando espaço na calçada
Vou ganhando força na estrada
Eu vou é vivendo na levada
Com a cara aberta e suada
No estranho universo do teu verso
Na grande contramão que é coração
Na rua da vida, que vem e passa
Através do meu corpo que é casa

Aquilo que é urgente nos chamando
A lembrança boa demorando
Então eu continuo é rodando
Pra ver se vivendo vou mudando
(Samba/fragmento do diário de campo, maio de 2007).

A constituição de um “espaço na calçada” era condição para construirmos pontes entre a rua e outros espaços subjetivos. Quando conseguimos nos estabelecer e nos firmar na rodoviária, passamos a inventar ações diferentes de uma “abordagem pela abordagem”.

Em atendimento com os avós dos irmãos Hernandez, combinamos que eles iriam à rodoviária falar com os guris. Pedimos para eles paciência naquele momento, e que simplesmente se mostrassem dispostos a cuidar deles. Dissemos que era necessário somente que lhes falassem o que sentiam ao vê-los ali. A sra. Genoveva, a avó paterna, chega à rodoviária. A estávamos esperando. Vamos primeiramente até os guris. Eles dormiam. Os acordamos e dissemos que eles tinham visita. Genoveva chega e conversa com eles, chora, diz que fica aflita. Eles ouvem e a abraçam. Ela pede para eles irem com ela, e Miguelito diz que vai para a casa da mãe. Genoveva diz: “Meu filho, vê se tua mãe tem cara de que pode cuidar de uma criança!”. Chega depois o avô paterno, o sr. Almir. Ele fica mais calado, mas também abraça os guris, dá dinheiro a eles e também chora. Ficam um tempo ali e se despedem. Miguelito pergunta por que o avô está chorando. Clara diz que ele está triste de vê-los ali, quando eles poderiam estar na casa dele. Miguelito cala. Tempos depois, Miguelito passaria um tempo na casa do avô.

Constituir um espaço de cuidado na rua requer um dinamismo e uma capacidade de habitar e conjugar temporalidades diferentes. Como viemos afirmando, o cuidado tem uma temporalidade, uma marcação do tempo diferente do tempo da rua. Ele não tem a urgência de resultados da ação <sobre/contra> rua, mas também não tem o tempo do instante, produtor de constante desvio e esquecimento, como o tempo da rua. Ele na verdade deve jogar com essas duas temporalidades. Um espaço de cuidado também pressupõe uma maneira de habitar o espaço que, ao mesmo tempo, em meio à rua, proporcione uma contenção que desacelere, que permita tornar sensível a conversa, tenha certa profundidade e ao mesmo tempo comporte as dispersões próprias da rua, os acasos.

Adentrar a rua é contatar e contaminar-se de forças diversas, que se conectam, se chocam. Habitar, permanecer <na> rua é, minimamente, dobrar essas forças em si, captá-las e dar forma a elas no corpo, de maneira a nos manter “vivos” e sensíveis na rua e de maneira a que isso possa ser usado para cuidar e cultivar.

Dobrar as forças significa construir um corpo que seja compatível, conectivo, que possa criar uma ponte e estar ao lado da rua. Estar <com> é estar ao lado, não exatamente na mesma temporalidade nem no mesmo lugar. Ao mesmo tempo em que se cria uma ponte, se marca uma diferença, pois só há conexão entre diferentes, ou melhor, o que nos conecta é a diferença, os abismos entre nós e os outros, e os abismos em nós mesmos.

O trabalho no AÇR como “alteração da situação de rua” não pode afastar uma ação *com* a rua e ao mesmo tempo se compadecer com a situação de rua, com seus “motivos”, mas também não pode tomar essa situação como a única possível, mesmo com uma rede institucional com poucos recursos para a construção de alternativas.

Os irmãos Hernandez moravam com a mãe e dois irmãos em um quarto de 3 por 2 metros. A casa era úmida, escura e não tinha o que se comer. Anita passava o dia dormindo e a noite na rua, e quando encontrava os filhos, batia neles e exigia que fossem ganhar dinheiro, pedindo na rua para trazer para casa. Também na casa de Piloto não havia espaço para ele; na casa de Érico não era diferente. Quando perguntado o porquê de sua saída e do ódio da mãe, Érico diz: “É que ela (mãe) não entende o cara (ele)...”. São casas poucas, molhadas no inverno rigoroso, sufocantes no verão seco, violentas à noite, de panelas vazias durante o dia. Não havia continência: a casa não continha elementos para eles ficarem, ao mesmo tempo em que não podia dar continência a eles.

Respeitar esse movimento de saída para a rua é, para mim, um primeiro passo para o acompanhamento. O que não significa se render a essa solução. O acompanhamento pressupõe a possibilidade de uma mudança no posicionamento de todas as partes. Mas o que fazer quando sabíamos dessas legitimidades e olhávamos para o que nós, a serviço da assistência social, podíamos oferecer para mudar essa situação? Em verdade, a aposta na possibilidade de alteração de algo é uma aposta com

muito poucas “cartas na manga”. O que se aposta nesse tipo de situação quase incontornável é em algo muito frágil: a força de crescer em meio a tantas adversidades.

A infiltração no teto fazia marcas
Que eu, de tanto olhar, via as faces mais lindas
Para clarear o meu tormento
Como flores nas encostas do cimento

(Flores nas encostas do cimento, de Marcelo Yuka e
Maurício Pacheco)

Inusitados corações. O beco sem saída em que nos encontrávamos naqueles momentos em que nos deparávamos com limitações por toda parte nos atormentava, doía. A saída vislumbrada era nos fazer presentes, “olhar tanto” que pudéssemos clarear as micropossibilidades.

Estar ao lado é necessariamente uma troca, um contagiar-se. A troca de sensações, afetos se faz a partir do processo de vinculação. A partir de e juntamente com essa construção de vínculo vem o processo de sensibilizar(-se), de trazer questionamentos. Na medida em que o menino vai se relacionando com um diferente, e mais, de uma forma diferente da que está acostumado a ser tratado, já se dá um processo de sensibilização. Em algum momento em meio ao trabalho pensei: “*A aposta, a única hoje possível, é num trabalho com os afetos, com um contato com afeto... Talvez este trabalho seja o de construir alguma relação afetiva, trabalhar a abertura para o afeto*” (trecho diário de campo, junho de 2007).

Abertura para os afetos, a conexão de afetos, uma ponte que serve para travessias, deslocamentos subjetivos.

Quando conheci Piloto, tive uma ideia mais ou menos pronta <sobre> ele. Piloto “pilotava” os gurus na rodoviária, ele comandava as ações conjuntas, como roubos, busca de crack, etc. Não falava com a abordagem, estava sempre na “correria da pedra”, provocando a polícia, sendo espancado pelos seguranças da rodoviária e envolvido com o chefe do tráfico da região. Piloto se movia rapidamente na rodoviária. Ele tinha 14 anos. Seu prontuário dava a entender que era incapaz de criar um vínculo. A velocidade que ele ganhava nas calçadas tornava muito difícil o acompanhamento na rua. Meu primeiro contato real com ele se deu a partir de sua terceira internação

compulsória. Piloto, que adorava xingar e provocar os brigadianos⁷⁸, havia sido preso por eles. A pedido de colegas do AÇR da região da casa da mãe de Piloto, fui acompanhar sua audiência na Justiça Instantânea⁷⁹. Com sua reincidência no conflito com brigadianos, devido ao histórico de sete anos de situação de rua e de uso constante de crack, a juíza encaminha Piloto para avaliação de internação no PAM-3.

Acompanho Piloto, junto com outras colegas e com o oficial de proteção. Piloto começa a chorar na saída da Justiça Instantânea. O oficial Ferdinando dá uns gritos com ele, aos quais ele obedece prontamente e entra no carro. Rumamos então para o PAM-3. Piloto segue relutante à internação, dizendo que vai fugir. Começo aí a conversar com ele. Digo que, infelizmente, o máximo que sua recusa vai resultar é ser levado à força e medicado para a clínica. A fila de espera no PAM-3 durava de 1h30min a 2h. Nesse tempo, Piloto, Ana Flor e eu começamos uma parceria que iria mudar muitas coisas para nós três. Ficamos ao lado de Piloto, o contendo com o olhar para que não fugisse e ao mesmo tempo nos aproximando, conversando e entendendo sua agonia. Piloto estava “voando” na rodoviária, e ali mesmo, no PAM-3, começava a sentir-se nervoso e ansioso. Ele fica muito tenso, mas sempre sorridente. Começamos uma conversa muito franca com o menino. Dissemos que entendíamos seus desespero e que ele mesmo sabia melhor que qualquer um o que é passar por uma internação psiquiátrica. Falamos também que na rodoviária ele poderia estar em perigo, pelas brigas com a polícia, pelo crack, pelo modo como estava sendo sua vida. E colocamos que, mesmo sendo uma coisa muito ruim, a internação podia fazer com que algumas coisas mudassem. Naquele momento, Piloto só conseguia pensar em sair dali. Mas algo se deu aquém das palavras. Uma simpatia, uma empatia aconteceu. Ana Flor, Piloto e eu conversamos, brincamos. Pelo “papo reto”⁸⁰, pelas brincadeiras que fizemos um com o outro, Piloto se ligou a nós, e nós a ele. Quando Piloto fica nervoso, ele ri. E um pouco antes de entrarmos, ele não parava de rir, o que fazia com que todos nós ríssemos também. Nos surpreendemos com a capacidade afetiva de Piloto. Comentei com Ana Flor que essa capacidade salvou meio ano de trabalho. Naquele momento eu estava muito infeliz e decepcionado com as possibilidades de atuação nesse âmbito. Realmente me sentia um policial, mapeando, vigiando.

⁷⁸ Policiais militares.

⁷⁹ Dispositivo que julgava, instantaneamente, os atos infracionais cometidos por adolescentes.

⁸⁰ Conversa sincera.

Ainda na sala de espera, Piloto me pergunta sobre o que é minha tatuagem – uma cruz andina, uma chacana⁸¹. Eu falo que aquilo é uma bússola que me ajuda a saber qual é o caminho que eu devo escolher a cada momento. Digo-lhe que há sempre um caminho possível, e que um caminho que serve em um momento pode não servir em outro. Falo que às vezes uma coisa ruim pode levar a uma coisa boa, e que às vezes só passando por coisas ruins a gente pode ficar melhor. Ana Flor e eu não gostaríamos que Piloto fosse para internação à força, medicado ou contido. Mesmo sabendo que ele iria de qualquer maneira, já que o oficial de proteção esperava do lado de fora do posto. Mas ali mesmo contratamos com Piloto que se ele iria para internação pela terceira vez, dessa vez estaríamos com ele. Ele pergunta se iríamos visitá-lo todos os dias. Combinamos que sim, mas três vezes na semana. Perguntamos se ele topava. Ele topou.

A partir de uma ação <sobre/contra>, uma internação compulsória que acabou se tornando uma internação voluntária instantes antes, pudemos direcionar uma ação <com> que se deu por diversos espaços. Acompanhamos Piloto enquanto ele estava na Clínica, depois na “Comunidade Terapêutica”, na casa de sua mãe, na rua de novo e na “Comunidade Terapêutica” novamente. Passamos com ele por suas crises de fissura, por sua sobremedicação, pela situação de violência que sofreu de um monitor da “Comunidade Terapêutica”, por sua “recaída” no crack depois de seis meses sem uso.

Piloto se modifica nessa relação. Não posso dizer que se liberta, mas que passa a se sentir menos só. Não sei se na rua Piloto estaria mais livre, mais feliz. Mas Piloto viveu coisas muito diferentes da maneira como estava acostumado. Durante sua internação na clínica e na Comunidade Terapêutica, Piloto passou a ser cuidador de outros internos. Tomou gosto pelo cuidado.

Em todos os momentos desse percurso, Ana Flor e eu falamos para Piloto o que estava acontecendo, o que podia acontecer. Em sua situação, muitas decisões eram tomadas por juízes e psiquiatras que nunca passaram mais de 10 minutos com ele. O vínculo possibilitou um suporte necessário para enfrentar as mudanças e as trapalhadas do sistema de proteção, com idas e vindas, promessas não cumpridas... Prometia-se a Piloto que ele sairia na próxima semana, o que acabava não acontecendo, fazendo com

⁸¹ Representação inca da “Cruz del Sur”, ou da constelação do Cruzeiro do Sul. Figura fundamental da cultura inca que representa sua cosmovisão e a conjugação de elementos masculino e feminino, céu e terra. A palavra chacana que dizer “ponte para acima e para abaixo” (fonte Wikilingue, acesso março de 2010).

que ele se revoltasse. Mas nós, que trabalhamos em parceria nesse caso, combinamos que sempre seríamos o mais sinceros possível com ele. Assim conseguimos que aceitasse todas as mudanças de caminho e confiasse que estaríamos fazendo o que era o melhor, sempre com a condição de estarmos o acompanhando em todos os lugares e de informá-lo do que se passava.

O acompanhamento se configurava em um dos poucos, mas valiosos, recursos que tínhamos frente à precariedade da rede de proteção para essa população. A frieza dos espaços tinha de ser combatida com o acompanhamento, o que fazia deste uma postura, parte de uma ética que transitava e que permitia que o guri transitasse. Só nossa presença nos espaços por onde passavam os guris fazia com que não se sentissem tão abandonados. Não era possível, nesses casos e nessa rede, encaminhar os meninos e sair de cena, não continuar o atendimento. Salvo raros casos. Sair de cena, parar de atender, em nossa avaliação, é o que eu chamo de ação <sobre/contra>. Tínhamos de fazer travessias cuidadosas por abismos sociais, por sobre as pontes precárias da rede de proteção.

O trabalho, portanto, era também com a rede. Fazer-nos presentes nos espaços por onde os meninos iam passar era fazer a conexão da realidade da rua com a realidade da instituição, duas realidades sinistras, mas inescapáveis. Fazer entender a importância de podermos circular na clínica psiquiátrica, falar com o psiquiatra para reduzir a medicação, trabalhar o manejo dos profissionais das instituições com os guris possibilitava uma continuidade no trabalho que abria brechas.

A ação <com/pela/na> rua pressupõe uma permanência, uma espera, uma lentificação nos processo que atravessam a rua, das ações <sobre/contra> e <da> rua, pois, embora estas tenham tempos diferentes, ambas têm uma aceleração e uma urgência que dificultam o processo do cuidar. A construção de alternativas à rua é um processo muito lento que os olhos da política social não podem observar, já que seu foco é muito reduzido e diz respeito menos à realidade de quem está na rua e mais a de quem olha para a rua da janela de casa, do carro, de fora da rua.

Todas essas relações prepositivas se estabelecem em meio ao ambiente, ocorrendo em concomitância, paralelismo e coengendramento. Elas são inseparáveis e de difícil distinção na prática. Porém, em meio à diversidade de sentidos e relações que agem num processo simultâneo, é necessário um movimento, um esforço, uma postura de distinção dessas linhas relacionais. Na experiência prática, a relação entre ação e rua é ação<>rua, na qual, mesmo com ações <ante> conformadas institucionalmente, entre ação e rua todas as relações estão contidas e talvez até possíveis. Essa complexidade de relações faz da tarefa do cuidado também uma relação consigo, uma forma de se situar, de distinguir linhas e tomar sentidos, detectados como cuidado em determinado espaço/tempo. Talvez esse seja o principal campo de batalha, o campo de trabalho para quem atua nesse âmbito. Como diria o nagueiro Don Juan: “A principal luta se trava no peito” (Castañeda, 1997).

7- Ação<>Rua

A ação<>rua fala de uma dimensão da experiência que não admite análises prévias. Todos esses modos de relação descritos acima só foram possíveis de serem analisados a partir de uma memória, a partir de um já vivido. Entre a ação e a rua, inseridos na prática, em meio à experiência dessa prática, uma multiplicidade de funções prepositivas está presente.

A análise dessas funções, tomando essas e não outras cenas, parte de uma perspectiva que não pretende dar conta da verdade acerca dessa realidade, mas produzir (mais) uma perspectiva.

A função <> indica uma ação que se dá *de si para si*, se dá na perspectiva de quem narra a experiência na rua. Na experiência, então, está-se para além (ou aquém) do bem e do mal, está-se numa posição anterior a de análise, aos resultados, pois ela se dá no movimento do transcorrer da experiência, num instante ainda não determinado. Como vimos, os termos *ação* e *rua* somente se formam a partir da relação. Pois o <> (espaço vazio) define uma relação que ainda não está formada, portanto não estão formados os seus termos. Logicamente não existe esse momento zero, mas ele é uma dimensão da experiência concomitante a outras relações já estabelecidas. Essa dimensão fala de uma relação primeira: a experiência <> é a relação de si para si. Essa relação de si para si se dá entre, por exemplo, o tempo/espaço da relação <ante> e da relação <sobre/contra> ou <com/pela/na> rua. Ou seja, é o momento em que vamos para atender e acompanhar, quando já temos diretrizes dadas pelo serviço (ação <ante> a

rua), mas ainda não produzimos a prática daquele momento (ações <sobre/contra>; ações <com/pela/na> rua), ou ainda não totalmente.

Se começamos pelo fim, agora terminamos pelo começo. Um começo pode ser e sempre é também um fim. Começa algo quando outro algo termina. Essa dimensão <> da experiência é primeira não por ser anterior em uma temporalidade linear progressiva. É primeira porque antecede a formação, antecede o novo que se forma, sempre concomitante a formações que permanecem.

No momento do enterro de Anita, frente às situações dos meninos e às alternativas que temos a oferecer, assim como na relação direta com o bruto da vida, essas situações tão frequentes no âmbito de trabalho do AÇR indicam o vazio que irrompe, tomando conta de nossa experiência, fazendo a razão, os encaminhamentos, os entendimentos lógicos se desmontarem. Um espaço vazio se forma em nós.

O que poderia eu fazer ou propor a Miguelito no momento do enterro de sua mãe? O que poderia eu fazer quando Piloto estava em casa, triste e com a cara fechada porque não queria comer só arroz pela quinta vez na semana?

Esse momento/lugar irrespirável, produzido no plano de encontro sociedade e bruto-social, tem como efeito a tristeza, a dor que nos arrebata, sendo ao mesmo tempo efeito dessas dores. Isso se estivermos sensíveis e com uma disposição corporal para colocar em questão nossa prática. Caso contrário, podemos não ter problema algum, ponto algum de impasse. Não sendo assim, é o momento/lugar de não saber o que fazer.

Ponto de encontro da sociedade com o bruto-social, que provoca um choque e coloca em questão as bases de formação de nossa sociedade. Um impasse se apresenta no momento de real contato com o abismo da rua, o abismo de nós mesmos, produzindo uma reação “lúcida” mas de desespero como a do rapaz que nos abordou. Momento de uma violência sem agente, de estrangulamento, identificada pelo soldado Brites com “difícil” em nosso trabalho. Era o momento em que Piloto ria sem parar. Para mim, o que torna esse trabalho duro, rude, bruto é ao mesmo tempo a sua beleza. É isso o que dele nos desgasta e é disso o que dele me alimentei.

Nesse momento/lugar da criação do novo também se produz um choque frente ao desconhecido. Lá se engendram, dependendo da direção que se dá à experiência, ações de controle, de violência, em que podemos desejar, frente ao terror e à ameaça que representa o outro desconhecido e estranho, eliminá-lo. Por isso esse movimento é anterior às relações de cuidado ou controle. Ele será um de seus engendrades.

Dependendo da maneira como se habitam esses espaços “vazios”, esses espaços de insuficiências, “silenciosos”, da maneira como vai se manejar o espanto frente ao vazio, serão direcionadas as práticas e as relações entre os sujeitos da ação e a rua.

Nesses momentos/lugares em que não há separações entre indivíduo e sociedade, entramos em contato com a dimensão coletiva da experiência, com a dimensão das forças. Certamente, essa dimensão está sempre presente, mas há um momento em que ela vem à consciência, salta aos olhos e dissolve a razão, as palavras e as formas. São momentos nos quais sentimos diretamente o caos, a crueldade, “o bruto da vida em seu nascedouro”.

Então, como nos orientarmos nesses momentos/lugares? Se os negamos, se fugimos do contato com eles, produzimos ações <sobre/contra>, fazemos de sua violência indeterminada atos violentos bem determinados ou, ainda, reproduzimos somente o mesmo: o que necessariamente conforma essas formas de vida da margem a formas já estabelecidas, o que lhes dá o estatuto de seres da falta, enfeitados, desgraçados. Não deixamos nenhum novo advir. Se nos entregamos imprudentemente a elas, podemos nos perder ou dissolver de tal maneira que nos desesperamos, desistimos, ficamos acuados e com medo.

Entrar em contato com esta experiência do “outro em mim” é ponto de partida para o cuidado. Para Waly é o sinal de uma ciência dos cuidados:

Cresci sob um teto sossegado
Meu sonho era um pequenino sonho meu
Na ciência dos cuidados fui treinado.
Agora, entre o meu ser e o ser alheio
A linha de fronteira se rompeu.
(Câmara de ecos, de Waly Salomão)

Só por uma sensibilidade do cuidado, que paradoxalmente é estar em si e não estar, que podemos entrar nessa linha de fronteira difusa. Ir em direção a essas situações é conectar-se com o abismo que nos une, escapando da ilusão de segurança que a sociedade teima em nos vender. Para andar na corda bamba, no entanto, toda uma habilidade do corpo é necessária, se não quisermos encontrar o abismo definitivamente. Também cresci sob um teto sossegado. Mas, desde cedo, algo me chamava às situações difíceis, às dores não localizáveis. Algo em mim me permitiu conectar-me à experiência dos meninos. A música de Gelson Oliveira “Salve-se quem souber” poderia ser cantada tanto por mim quanto por eles:

Cedo já fui sacudido
Acordado pela vida

Abandonando um sonho de menino
E via meu pai que sofria calado
Escondendo a ferida
Acreditando sempre no destino
Nas ruas os homens com jeito de rei
Meu coração se trancou
Sofri mas não chorei
Por isso agora eu posso te dizer
Dei muito soco em ponta de faca, irmão
Mas nunca quis viver só por viver
E sempre voei bem com os pés no chão
Correndo a cidade
De boca em boca
Correndo nas veias
daquele que sabe entender

Em um primeiro momento, oferecer o corpo a essa experiência: saber entender. O acompanhamento pede uma doação que empresta o corpo às dores que atravessam esse ambiente da rua. Um corpo que se presta à reverberação é um corpo com habilidade para habitar o silêncio dessa dimensão bruta da experiência.

Como bruxos maneando ferozes: amanunciar forças

Ao ouvir as histórias, ao compartilhar uma dor, era necessário habitar o silêncio e o espaço vazio que ela produzia. Silenciosamente afirmávamos que estaríamos ali. Frente a essas dores e a esses espaços vazios que esse enfrentamento cria, interpretações pululam. Há de se esperar, caso contrário rapidamente elegemos culpados, rapidamente tentamos dar conta das situações, impedindo os reposicionamentos, as criações. Eduardo “Dudu” Barbosa, psicólogo, músico, compositor e meu amigo, em sua levada milongueira, apostava em um silêncio que fazia povoar nas vozes dos silêncios:

As vezes o silêncio das tardes
As vozes do silêncio dos campos
É quem dá vida ao canto das aves
É quem convida seus doces encantos
A serem partes da vida dos outros
A serem livres da sogá⁸² dos potros⁸³

⁸² Corda usada para prender animais a um poste, estaca etc.

Por enfrentarem as dores de tantos
E darem paz a rudez destes prantos [...]
Há um movimento que povoa os dias
E um sentimento que acalma as noites
Por camperiar⁸⁴ do ciclo inverniais
E amanunciar⁸⁵ do vício o açoite
(Vozes, de Eduardo Barbosa)

Há um silenciar para ouvir as vozes dos silêncios. Silêncio que convida ao surgimento de “cantos de vida”, ao enfrentamento das dores, que são dores de todos, dando paz à rudez. O silenciar é enfrentar as dores, os vieses, e captar os movimentos e os sentimentos que atravessam os invernos e que manejam, redirecionam aquilo que tende a se repetir, o re-sentimento da dor. Silêncio que Winnicott (1975) chamaria de espera, que é afeto de acolhimento e ao mesmo tempo manejo que faz desviar. O afeto, o sentir é aqui uma prática.

São dois movimentos dessa prática afetiva, que aqui estamos chamando de lidar com o silêncio: enfrentar, agir com o inverno, como tempo de morte, e que também é tempo de transformação, que precede a primavera, o florescimento da vida; e também, ao absorver essa dor invernal, domar a dor para fazer desviá-la da repetição do ressentimento. Só é possível ultrapassar a dor, sentido-a, absorvendo-a para digeri-la e transformá-la.

Nesse espaço vazio, afirmamos que é preciso orientar-se para captar as linhas belas e tecê-las com as linhas das dores, mudando seu sentido, evitando que se repitam da mesma maneira. Composição que é a criação de um ritmo, que poderia ser outro, mas que aqui denomino milonga. A milonga aparece como um ritmo, como uma marcação no tempo, que capta linhas melódicas e as coloca em um compasso que, por sua repetição, faz advir belezas.

A milonga é lenta, repetitiva (repetição diferenciante), emocional, afeita à melancolia e à densidade, à reflexão, apropriada tanto aos voos épicos quanto aos voos líricos, o que faz dela um lirismo “aberto” ou um lirismo que não se completa, saindo do círculo fechado do Eu. Tanto tensão quanto suavidade, tanto atenção quanto despreendimento. A milonga, para Ramil (2004), é uma forma da qual quanto mais se extrai mais expressiva fica. A milonga deixa de ser para continuar a ser milonga. Ela vem dos limites para o interior, simples e monótona, e assim novamente do interior para

⁸³ Cavalo novo, que ainda não foi domado.

⁸⁴ Andar no campo a cavalo em procura ou tratamento de gado.

⁸⁵ Amansar, domar.

os limites. Ela dá nitidez aos silêncios e aos vazios. Combinação entre densidade e espaços vazios.

Uma experiência de tecedura, de composição (no sentido musical) é o que pode experimentar o corpo de quem visa, nesse ambiente perigoso do “descampado”, cuidar. O corpo precisa de um mínimo de território, um mínimo de terra firme para sustentar-se e um grau de abertura “à vida dos outros”, para enfrentar as dores de tantos e dar paz à rudez desses prantos. A tecedura e a composição denotam que essa atividade só pode ser feita na experiência, *in loco*. Corpo capaz de “manear”, manejar com forças, em um duplo sentido: receptividade e atividade.

A ética é, então, o que nos orienta nessa experiência indeterminada. O *ethos* é a arte de se tecer na experiência. Ética na experiência, porque uma postura ética depende da experiência tal como ela se apresenta. É uma atitude em meio à experiência, condicionada por ela. Ética e experiência, assim, se dão em conjunto, a um só tempo, como um acorde melódico. Não é possível se posicionar eticamente numa intervenção de cuidado sem experimentar de modo ético a prática de cuidar.

É nesse sentido que, por enfrentar as dores, podíamos também, com muita alegria, *ver* o sorriso de Piloto em meio a tantas adversidades. Por todos os lados, Piloto era hostilizado, espancado, desprezado. E seu sorriso era uma imagem sacra, sagrada. Dói pensar nas agruras que ele está estigmatizado a sofrer o resto de sua vida, mas também por sentir essa dor posso ver esse sorriso que, à revelia de tudo, sorria em uma inocência invencível. Esse sorriso era o sorriso de tantos, era uma ajuda, para mim e para aqueles com quem eu me relacionava:

Como é bom te ver, é uma ajuda, se é
Meus olhos não aguentavam mais admirar o comprovado
Encarar tantas verdades cruas é ver o céu pela metade
No teu abraço contente algo ficou diferente
Pude sentir a poeira das coisas caindo um pouco distante da gente

Com você a lua foi mais que lua e felicidade
Continua rápida mas agora é mais pura
Eu pude ouvir do muro fino entre a ciência e Deus
Eu pude ouvir, eu pude ouvir seu anúncio
Eu pude ouvir o que ninguém foi capaz de prever
Eu pude ouvir o que te faz me surpreender

(Uma ajuda, de Marcelo Yuka)

Experiência com a ruptura e com a techedura. Há de se ter uma visão um tanto torta aos olhos tecnológicos de nosso tempo. O que essa ética do cuidado, que nos orienta nessas situações-limite, tem a oferecer é algo muito singelo: ciência de baixa tecnologia para podermos ver todas as cores escondidas nas nuvens da rotina⁸⁶. Guattari nos fala de um estrabismo ético daquele que cuida capaz de captar essas cores:

[...] o fato de a produção de uma nova compleição real-outro-virtual resultar sempre de uma **ruptura de sentido**... condena o terapeuta a um estrabismo ético essencial. Por um lado ele trabalha no registro de uma heterogênese que tem de tudo um pouco, para remodelar territórios existenciais, forjar componentes semióticos de passagens entre blocos de imanência em via de petrificação... Por outro ele só pode aspirar a um acesso pático à coisa cósmica, na medida em que ele próprio, de uma forma ou de outra, se recrie, se reinvente como corpo sem órgãos receptivos às intensidades não discursivas. É de seu próprio mergulho na imanência homogenética de que dependem suas possíveis conquistas de coeficientes suplementares de liberdade heterogenética, seu acesso a Universos de referência mutantes e sua entrada nos registros renovados de alteridade (Guattari, 1992, p. 108).

Compor e acessar são atividades de um cuidado de si, a partir de um si que só se constitui na relação do cuidado com o outro, engendrado no plano relacional. Um cuidado como resistência a um controle que tende a destituí-lo. Um cuidado como uma forma de lidar com o bruto sem brutalidade.

Há nesta experiência da ação<>rua uma abertura que aqui comparece como uma abertura que se vislumbra no pampa: um mesmo plano, uma região a campo aberto, mas que é também uma região fronteira, cheia de diferenças, onde as fronteiras parecem que não existem, existindo. Esse também é um paradoxo da rua. A rua é aberta, mas nessa abertura há regiões fronteiriças, e é com essas fronteiras que se tem possibilidade de alianças. As fronteiras não demarcam separação, mas distâncias a percorrer, possibilidades de conexão, mistura e diferenciação.

Diferente de uma relação de combate entre fronteiras, faz-se uma relação ética, uma relação de composição de forças nas fronteiras. A ação<>rua é uma relação de fronteira eu-outro que nos indica a direção da radicalidade: o agonismo. Encarar o diferente, enfrentar as dores, compor e lutar com as forças e nas forças, porque só as conjugando é possível viver e sobreviver nesse ambiente de rupturas e diferenças sem controlar nem exterminar. Na rivalidade, geralmente antagonista, entre *porteños* e

⁸⁶ Idéia retirada da Música “o que sobrou do céu”, de Marcelo Yuka.

orientales – argentinos e uruguaaios, Jorge Luís Borges, portenho, fez uma milonga para seus irmãos/opponentes uruguaaios:

milonga para que el tiempo
vaya borrando fronteras;
por algo tienen los mismos
colores las dos banderas. (Milonga para los orientales, de
Jorge Luís Borges)

Amarrando linhas – considerações finais

O plano de encontro da sociedade com o bruto-social, o “campo do social” do qual faz parte a política de assistência social, é um campo de tensão. Tenso porque marcado por contradições – acumulação de capital *versus* distribuição de renda, ordem econômica *versus* ordem política, vidas “normais” *versus* formas consideradas “anormais”. Tenso porque, ao encontrar o bruto-social, a sociedade parece ficar em risco: risco de nesse encontro se perder, como num buraco negro, em suas formas brutas. Essa tensão é exacerbada e se transforma em brutalidade quando a sociedade estabelece certos modos de relação com seu bruto: relação antagonista, posição de superioridade hierárquica e impressão de categorizações determinísticas e produtoras de “sujeitos faltosos”. Por todo um modo de funcionar, a sociedade lida com esse bruto a partir do “horror”, que gera tanto intervenções de extermínio direto quanto intervenções caritativas, filantrópicas, que tendem a erigir uma verdade acerca desses modos de vida – verdade exterior à experiência daqueles sobre os quais a sociedade intervém.

Esse campo, porém, guarda uma heterogeneidade que nos obriga a considerar não só diferentes demandas quanto uma diversidade de formas de intervenção.

A situação de rua-moradia na rodoviária de Porto Alegre, no ano de 2007, foi, nesta pesquisa, nosso ponto de partida e chegada, nosso analisador para tentar responder parcial e localmente à pergunta que não cala nesse âmbito da assistência social: frente à necessidade de se intervir, como intervir?

O dispositivo de intervenção que analisamos, o Ação Rua, guarda, por sua vez, vários modos de intervenção. Aqui escolhemos uma faceta da intervenção: os modos de relação entre aquele que intervém e aquele que é objeto de intervenção.

Sendo esse objeto de intervenção jovens que moram na rua, a questão se singulariza em uma complexidade ímpar, que se relaciona a algumas ruas na cidade, à cidade destas ruas. O dispositivo Ação Rua tem em seu substrato todo o histórico do “campo do social”, mas também da cidade de Porto Alegre, desse “campo do social” na cidade e, também, da assistência social no Brasil contemporâneo, que se quer política pública e que se conecta a práticas e saberes.

O dispositivo é um emaranhado que congrega linhas extremamente heterogêneas. Nosso objetivo foi passar por algumas dessas linhas que se enovelam no Ação Rua para pensar o cuidado nesse dispositivo. Como agente de cuidado atento às forças, me foi necessário identificar as forças para entender a tensão que experimentava

no trabalho: tensão da linha tênue entre cuidado e controle, tensão das dores na rua, tensão da ação da rua em mim mesmo, tensão da ação ante a rua.

A tensão por mim experimentada nesse campo era fruto do efeito do próprio campo. Minha experiência era efeito desse pequeno mundo, deste território existencial que tratei de delinear nesta pesquisa. Todavia, minha experiência parecia ser também o instrumento que eu tinha para intervir nessa faceta da realidade, ou pelo menos, o instrumento primeiro.

Na pesquisa, tratamos de falar com uma experiência que, nesse dispositivo, direcionou ações de cuidado. Fomos entendendo que a construção do cuidado só era possível caso pudéssemos estabelecer um modo de relação que chamamos de *agonismo* como alternativa ao modo antagonista que o sujeito de intervenção estabelece frequentemente com seu objeto nesse campo. Esse cuidado tinha de conjugar tanto com os usuários, quanto com os diversos vetores que estavam em jogo. Tínhamos de escapar às análises judicativas e nos aproximar da crueldade que diz respeito à imanência da experiência, em que as categorizações, as separações entre sociedade e bruto-social, indivíduo e sociedade não persistem. Na experiência, essas separações não são possíveis, pois a experiência é percepção e ação na prática, no mundo e no presente.

Todas as divisões são modos de análise posteriores a essa materialidade da experiência. O concreto da experiência, a imanência do mundo, o presente que produz as formas e a relação se situam no plano das relações, no plano do coletivo.

Porém, em meio a essa complexidade de forças e formas instituídas, era necessário situar-se, criar territórios novos e não se perder no caos da experiência *in loco*, sem deixar de guardar espaço para o caos, utilizá-lo como combustível.

Conjugar, construir pontes necessariamente fazia com que nos contaminássemos com a rua, com o discurso do serviço, com muitos elementos ali presentes, o que produzia uma desorientação a partir do bruto e da brutalidade ali presentes e principalmente pelas contradições que na prática produziam impasses. Para agirmos, era necessário sair dos impasses sem renunciar aos pontos contraditórios. Era necessário tomar, em meio à experiência, as contradições de outra forma. Os impasses deveriam ser vividos menos como contradições e mais como espaços vazios entre paradoxos que possibilitavam criações de novas posturas, políticas, ações – paradoxo presente no dispositivo: cuidado e controle. Fazia-se necessário um deslocamento em nossa perspectiva, trabalhar nossos sentidos e nossos afetos. Para poder cuidar, sem se

descuidar – o que necessariamente produziria brutalidades, como um movimento violento por medo –, era necessário um trabalho sobre si.

Esse trabalho sobre si do cuidador era primeiro relacionado à produção de cuidado – não em uma temporalidade linear, mas com o que possibilitava o cuidado. Trabalho sobre si que passava por duas posturas/movimentos: afetar-se pelo campo em sua multivetorialidade e manejar em si para localizar-se, individualizar-se nesse campo sem, no entanto, estar submetido a ele. É um dobrar as forças em si, *manear* as forças. Essa relação de si para si é uma criação de sua própria existência que deriva da relação com o mundo e do movimento de libertação dessas relações – nem ignorá-las totalmente, nem totalmente submeter-se a elas (Ratto, 2010). É um duplo movimento, próprio da criação: receptividade e atividade.

É o que meu amigo de “*alma y guitarra*”, Eduardo Barbosa, chamou de “manear do bruxo”⁸⁷. Enfrentar o inverno dos ciclos, manejar o “açoite” da repetição e “trançar melodias”. Nessa música que se tornou bússola para esta pesquisa (que aponta para o sul!), Eduardo Barbosa fala de “gente da terra”, do gaúcho do pampa, daquele que trabalha a/na terra. Em verdade, a música canta modos de habitar a terra. Um modo *bruxo* de habitar a terra com tudo o que há nela, suas dores, suas alegrias, e deste tudo tirar cantigas, pequenas belezas necessárias ao viver.

Atuar no Ação Rua trazia a necessidade de construir um modo de habitar a cidade que conjugasse sua diversidade e sua singularidade, assumindo tudo o que se faz presente nela como um todo, não feito de partes “más” ou “boas”, mas um todo híbrido que, a partir de certo manejo, produz o que convém para o cuidar.

A criação nessa terra do Ação Rua deriva do embate agonista com a materialidade intensiva. Por entrarmos em contato com dores de tantos, tomamos a milonga como estratégia de manejo em seu lirismo aberto, que sente a melancolia de tantos em si, mas que trabalha para exteriorizá-la através de novas melodias: pois não se trata justamente de intervir com/por/em territórios existenciais para criar outros? O que

⁸⁷ Na música “vozes”, composição de Eduardo Barbosa: “Às vezes o silêncio das tardes, as vozes do silêncio dos campos, é quem dá vida ao canto das aves, é quem convida seus doces encantos a serem partes da vida dos outros, a serem livres da soga dos potros, por enfrentarem as dores de tantos e darem paz à rudez destes prantos. São os ventos soprando o alambrado e as garoas guasqueando o chapéu, restos de crina e pelos de gado, gostos de terra e saudades de céus, que trançam almas melodias de sanga e trazem sombras floridas de pitanga, sentindo no peito rodilha e mundéu, sorvendo amargos madrugadas em véu. Há um movimento que povoa os dias e um sentimento que acalma as noites, por camperiar do ciclo invernia e amanunciar do vício o açoite, sobre o pasto forquilha no tempo, sobre os cascos melodia e sustento, pulseando garras nas chircas com foice, amaciando guitarras pra livrar o coice. Era boi era vaca e terneira, era cavalo era égua e potrada, num grito campeiro olha a mangueira, e um trote largo de cola atada, **são como bruxos maneando ferozes**, são os gaúchos jujando as vozes, e a vertente pampa vive nas estradas, floreando cantigas no altar das picadas”.

seria um território existencial se não um pulsar, um ritmo, territórios melódicos? Toda uma escolha das linhas para esse “trançar a composição” através de um “tornar-se sensível” e de um “criar sensibilidades”: o afeto aqui é uma pragmática.

Lidar com esses afetos que tantas vezes me lançavam nos espaços vazios da minha experiência, habitar os paradoxos em mim teve o sentido de uma construção: constituir-me como cuidador porque lançado na prática do cuidar. Tal postura construída **na** experiência, **por** ela e **com** ela, tem o sentido de fazer esse cuidado circular, efetivar-se na relação, não podendo pertencer necessariamente a um agente. O sujeito que cuida constitui-se na relação, e esta ação de cuidar é, portanto, de todos os agentes envolvidos nessa relação.

É a partir da experiência com as pessoas que existem e a que atendemos que podemos construir uma política para o público, no público e com o público. Criar o público não é algo que possa ser instituído de uma vez por todas. E trabalhar de maneira não completamente instituída no Estado é uma difícil tarefa. O Estado e seu governo político não são sinônimos de público. Por outro lado, é no Estado, a partir de uma política de governo, que nos foi possível trabalhar com os meninos nas ruas de Porto Alegre. Não posso afirmar que prescindimos do Estado ou de um âmbito dele para trabalhar com essa população, embora tenhamos constatado uma distância muito grande entre as políticas de Estado e de governo e a dimensão pública.

Como aproximar o Estado das necessidades do público? Como, dentro do Estado, não ficar a serviço das demandas da sociedade, em sua versão opositiva ao bruto-social, em seu modo de funcionar individualizante e privatizante? Delineamos estratégias nesse âmbito local para a construção de uma postura em meio a essa experiência complexa. Essa postura se aproxima do que Deleuze (2010) chamou de postura de esquerda. Deleuze descreve a esquerda como uma postura frente ao mundo ou como um modo de proceder que não parte de si para, na sequência, se endereçar a sua redondeza e daí seguir ao mundo. Em um posicionamento de esquerda é diferente. Trata-se de uma questão de percepção: primeiro percebe-se o horizonte, começa-se pela ponta, pelo mundo, para só depois chegar a si. Perceber o mundo entendendo que alguns problemas, no nosso caso a questão de jovens vivendo (ou morrendo) nas ruas, devem ser resolvidos.

Perceber esses problemas, essas dores da rua como dores de tantos, dores nossas. Eu não nasci em uma família miserável, mas podia sentir essas dores da rua

como dores também minhas, dores próximas. Não é, como diz Deleuze (2010), uma questão de boa alma, mas sim de percepção, de uma política cognitiva e afetiva.

Deleuze fala que sentir essas dores próximas é perceber-se minoria, devir-minoria. Ser de esquerda é devir-minoria, é não parar de devir e de sentir minoria. E minoria é o que não cabe nos padrões. A esquerda nunca é maioria, pois maioria é o que supõe a existência de um padrão que não se efetiva plenamente em ninguém. A maioria é ninguém, é um padrão vazio que tem a pretensão de alcançar a todos, homogeneizar, sobrando-lhe sempre uma multiplicidade.

Eis aí o público. O público é a minoria que não diz respeito a padrões gerais – como se preconiza nas políticas de Estado, de governo, sociais –, mas sim a vidas singulares, vidas que existem. Ser de esquerda, então, nos compromete em dois movimentos: um perceptivo – ver-se a partir do mundo, e não ver o mundo a partir de si –, outro afetivo – sentir minoria, devir minoria.

Para Deleuze (ibidem), a esquerda não garante o direito, ela cria o direito, cria as necessidades. É nesse sentido que a política pode ser pública: quando a política está a serviço de criar necessidades, fazer emergir formas de vidas singulares, que forcem o Estado a satisfazer as necessidades do público.

É nesse sentido que um posicionamento de esquerda na assistência social não está garantido por um partido político, por uma política de governo, nem pelo que está estabelecido constitucionalmente como política de Estado. Tal posicionamento é o de uma atuação com/do/pelo/através/no público, invadindo a máquina do Estado - tendo o cuidado de exercer um trabalho sobre si para não se deixar invadir totalmente pelo Estado. As políticas de Estado e de governo não são públicas por si mesmas. Essa atuação sobre que buscamos aqui dissertar passou justamente por isso: sair de si, do especialismo do psicólogo, e fazer com que o Ação Rua e a própria Assistência Social saiam de si. Fazer com que essas searas sejam invadidas por outros temas que não o de seu âmbito estrito.

Trazer o que é de fora da PNAS, do Estado, do Governo, do Ação Rua para dentro destes é a direção que propomos. Nesse sentido, o método foi transversal: tentativa de abrir pontes, comunicações com um lado de fora, com o público, com o âmbito coletivo. Se o Ação Rua não puder trazer a rua para dentro de si, e para a rua outros elementos, ele nada produzirá além de frustração.

Abrir essas políticas assistenciais, dar um direcionamento a elas de política pública fazem-se, no âmbito do Ação Rua, por dois movimentos que não se separam: um que diz respeito à gestão, trazendo para dentro da assistência outros setores do Estado, realizando uma atuação intersetorial, pela qual a assistência crie e legitime necessidades, desenhe novos direitos.

O outro movimento diz respeito ao trabalhador da “ponta” do Ação Rua, que abre o dispositivo para o fora do instituído, para a rua, com seus modos de vida do bruto-social, dando expressão às conexões inusitadas entre sociedade e o bruto-social. Fala-se muito, na Assistência Social, em respeitar a realidade local, as especificidades do território, mas isso não é suficiente. É preciso devir minoria, é preciso afetar-se, manejar a entrada do fora em si.

Eis, então, as questões que agora abrimos: como utilizar a assistência social como campo de problematização da própria sociedade, como fazer no “campo do social” a interrogação e decomposição da própria lógica que o fez emergir, como produzir insurgências?

Para essas questões não temos respostas como regras ou protocolos de ação, mas pistas e direções. A principal delas: estar nesse campo é necessariamente ser uma ponte entre bruto-social e sociedade, entre público e Estado. Termos que aparecem separados, mas que em verdade são somente distintos. Daí a importância do manejo, do manear, da negociação. Negociar alternativas, abrir espaço para novos territórios existenciais, criar novos estilos.

E um novo estilo implica ruptura com o já dado, embora toda ação sempre se faça com base em estilo precedente (Deleuze, 1990). Essa ruptura ou criação pudemos perceber em nossa experiência no Ação Rua; não se trata de grandes transformações, mas de pequenos deslocamentos. Pequenos deslocamentos foram os resultados possíveis. Talvez aí, finalmente nosso trabalho se encontre com a clínica, em sua direção de transformar sintoma em estilo.

Tratar e revolucionar tornam-se análogos. Mas essas ações de cuidado e revolta devem ser deslocalizadas para não cairmos em um “heroísmo” identitário. A clínica aqui, se há uma aproximação, aparece não como propriedade do psicólogo, mas como uma operação que circula dentro do dispositivo e que ganha as diretrizes da clínica: sensibilidade aos pontos de potência e conjuração das linhas de poder. Clínica como

modo de falar de uma possibilidade de manear no fio da navalha, de caminhar na corda bamba.

Neste estudo, quisemos montar uma cartografia, um mapa intensivo que desenha objetos e forças. Cartografia datada, localizada. Nossa questão foi a produção de realidade e as formas de resistência a movimentos que assujeitam experiências singulares e produzem mortificações. Com a produção desta pesquisa, visamos contribuir para a produção de uma política de atuação, apontando diretrizes para uma política pública que tenha como efeito um modo de relação com o público – de forma a cultivar, a garantir direitos de viver – e que coloque em questão não só a pobreza como um objeto problemático, mas a sociedade e seus modos de relação.

Referências

- ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. Em: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (orgs). Pistas do método cartográfico. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- BAPTISTA, L. A. A Cidade dos Sábios, São Paulo: Summus, 1999.
- _____. Narrativas infames na cidade. Em: ALBUQUERQUE Jr., D. M.; VEIGANETO, A.; SOUZA Fo, A. Cartografias de Foucault. Belo Horizonte: Autentica, 2008.
- BARROS, R. B.; PASSOS, E. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 561-571, 2005.
- BARROS, R. B. Grupo: a afirmação de um simulacro. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2007.
- BLANCHOT, M. O Livro Por vir. São Paulo: Martins fontes, 2005.
- BORGES, J. L. Ficções, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BOTEGA, C. Loucos ou Heróis: um estudo sobre prazer e sofrimento no trabalho dos educadores sociais com adolescentes em situação de rua. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2009.
- BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.
- BRASIL, NOB/SUAS- Norma operacional Básica do SUAS. 2005
- BRASIL, LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, 1993.
- BRASIL, PNAS - Política Nacional de Assistência Social, 2004.
- CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- CASTAÑEDA, C. O poder do silêncio. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.
- COIMBRA, C.; AYRES, L.S.M. Da moralidade e situação irregular à violência doméstica: discursos da incompetência. In COIMBRA, C.; AYRES, L.S.M.;

NASCIMENTO, M.L.(org) Pivetes: encontros entre a psicologia e o judiciário. Curitiba: Juruá, 2008.

COIMBRA, C.; NASCIMENTO, M.L.. Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político? Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004. Disponível em: http://www.slab.uff.br/exibetexto2.php?link=.%2Ftextos%2Ftexto22.htm&codtexto=22&cod=22&tp=t&nome_autor=>. Acesso em: 13/06/2005.

CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. M. F. A constituição da Assistência Social como política publica: interrogações à psicologia. In: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. M. F. Políticas Públicas de Assistência Social: diálogos com a prática psicológica. Petrópolis, RJ, 2009.

DELEUZE, G. Ascensão do Social. Em: Donzelot, J. A Polícia das Famílias. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. Qu'est-ce qu'un dispositif? IN Michel Foucault philosophe. Rencontre internationale. Paris 9, 10, 11 janvier 1988. Paris, Seuil. 1989.

_____. Conversações, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1990.

_____. Crítica e Clínica. São Paulo: Editor 34, 1997.

_____. (2010). O Abecedario de Gilles Deleuze. Consultado em julho de 2010 na página: <http://www.oestrangeiro.net/esquizoanalise/67-o-abecedario-de-gilles-deleuze> .

DE MARCHI, A. Interventar encontros possíveis entre psicologias e juventudes. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

DONZELOT, J. A Polícia das Famílias. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ESCÓSSIA, L. O coletivo como campo de intensidades pré-individuais. Em: Em: ESCÓSSIA, L.; CUNHA, E. (org) A psicologia entre indivíduo e sociedade. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

ESCOSSIA, L.; KASTRUP, V. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. Psicol. estud., Maringá, v. 10, n. 2, ago. 2005 .

ESCÓSSIA, L. TEDESCO, S. O Coletivo de forças como plano da experiência cartográfica. Em: PASSOS, E. KASTRUP, V. ESCÓSSIA, L. (orgs) Pistas do Método Cartográfico. Porto Alegre: Sulina, 2009.

FERREIRA NETO, J.L. A formação do psicólogo: clinica, social e mercado. Ed: Escuta, 2004.

FERREIRA NETO, J. L.; KIND, L.; BARROS, J.S.; ABRANTES, T. M.; AZEVEDO, N. Apontamentos sobre promoção da saúde e biopoder. Saúde e Sociedade, 2009.

FLORES, M. Origem e fundação de Porto Alegre. Em: DORNELLES, B. (org) Porto Alegre em destaque: história e cultura. Porto Alegre: edipucrs, 2004.

FOUCAULT, M. Governamentalidade. Em: Machado R. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. História da Sexualidade. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____. O sujeito e o poder. Em: DREYFUS, H. & RABINOW, P. Michel Foucault uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. Em: Motta, M. B. (org) Ditos e Escritos V - Michel Foucault: Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006.

_____. Nascimento da Biopolítica. São Paulo: Martins fontes, 2008.

FUÃO, Fernando Freitas. Canyons: Av. Borges de Medeiros e o Itaimbezinho. Porto Alegre: FUMPROARTE, 2001.

GALEANO, E. Espelhos. Porto Alegre, RS: L&PM, 2008.

GUATTARI, F. Caosmose. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.

_____. Psicanálise e transversalidade. Aparecida- SP: Idéias e Letras, 2004.

HILLESSHEIM, B.; CRUZ, L. R. Risco, Vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. Em: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. M. F. Políticas Públicas de Assistência Social: diálogos com a prática psicológica. Petrópolis, RJ, 2009.

LANCETTI, A. Clínica Peripatética, São Paulo: Hucitec, 2008.

LEMOES, M.; GIUGLIANI, S. Em: Meninos e Meninas em situação de rua: políticas integradas para garantia de direitos/ PAICA-RUA (org.)- São Paulo Cortez; Brasília, DF: Unicef, 2002.

LOBO. L. Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOURAU, René. Análise Institucional e Práticas de Pesquisa. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

MACHADO DA SILVA, J. Vista de Porto Alegre Em: DORNELLES, B. (org) Porto Alegre em destaque: história e cultura. Porto Alegre: edipucrs, 2004.

MANGUEIRA, M. Para além das ciências humanas: o pensamento proximal enquanto potência do entre e criação do atual. Em: ESCÓSSIA, L.; CUNHA, E. (org) A psicologia entre indivíduo e sociedade. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

MENDONÇA FILHO, M. Análise Coletiva das Implicações: ferramenta de desmonte da interioridade unificada do “si mesmo”. Em: ESCÓSSIA, L.; CUNHA, E. (org) A psicologia entre indivíduo e sociedade. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

MIZOGUCHI, D. Segmentariedades: passagens do Leme ao Pontal. São Paulo: Plêiade, 2009.

MONTEIRO, A. COIMBRA, C. MENDONÇA FILHO, M. Estado Democrático de Direito e Políticas Públicas: Estatal é Necessariamente Público? Revista Psicologia & Sociedade, 18 (2): maio/agosto de 2006.

MONTEIRO, C. Porto Alegre no século XX: crescimento urbano e mudanças sociais. Em: DORNELLES, B. (org) Porto Alegre em destaque: história e cultura. Porto Alegre: edipucrs, 2004.

NASCIMENTO, M. L.; LOBO, L.; COIMBRA, C. Informatização da vida e controle da existência. Informática na Educação: teoria & prática, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p.69-78, jan./jun. 2009.

NARDI, H.; SILVA, R. “Ética e Subjetivação: as técnicas de si e os jogos de verdade contemporâneos”. Em: GUARESCHI, N.; HUNING, S. “Foucault e a Psicologia”. Porto Alegre: Abrapso Sul, 2005.

PASCHE, D. F.; PASSOS, E.; HEMMINGTON, E. Política Nacional de Humanização: histórico da emergência – método. Ciência & Saúde Coletiva, 2010, no prelo.

PASSOS, E.; BENEVIDES, R. Por uma política da narratividade. Em: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L (orgs). Pistas do método cartográfico. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (orgs) Pistas do método cartográfico. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PORTO ALEGRE, Relatório de sistematização de conceitos – PAICA-RUA, 2004.

PORTO ALEGRE, Mapa da inclusão e da exclusão social de Porto Alegre, 2004.(2)

PORTO ALEGRE, Projeto Ação Rua, 2006.

PRANDI, R. Mitologia dos Orixás. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- RAMIL, V. A estética do frio: a conferência de Genebra. Porto Alegre, Satolep, 2004.
- RATTO, F. A experiência do cuidado de si: a clínica entre o cuidado do tempo e o tempo do cuidado. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- RIBEIRO, R. A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ROJAS, B. Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira. São Paulo: Cortez, 2004.
- RODRIGUES, S. Tempo não pulsado: ritmo e subjetividade. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- SALOMÃO, W. Algaravias. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1996
- SALOMÃO, W. Qual é o parangolé? Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- SALOMÃO, W. Me segura que eu vou dar um troço. Rio de Janeiro: Aeroplano: Biblioteca Nacional, 2003.
- SANTOS, M. Por uma Outra Globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVA, A. E.; PASSOS, E. H.; FERNANDES, C. V. A.; GUIA, F. R.; LIMA, F. R.; CARVALHO, J. F. et al.. Estratégias de pesquisa no estudo da cognição: o caso das falsas lembranças. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 84-94 (2010).
- SILVA, R. N. A Invenção da Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2005.
- TOROSSIAN, S. D.; RIVERO, N. E. Políticas públicas e modos de vive- A produção de sentidos sobre a vulnerabilidade. In: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. M. F. Políticas Públicas de Assistência Social: diálogos com a prática psicológica. Petrópolis, RJ, 2009
- WINNICOTT, D. W. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

Sites:

- Wikipédia
- umbanda.etc.br, acessado em março de fevereiro de 2010

Musicografia:

- Bebeto Alves - milonga do meu assado.
- Caetano Veloso – podres poderes; menino deus.

Chico Buarque – Brejo da cruz.

Eduardo Barbosa – vozes.

Gelson Oliveira – salve-se quem souber.

Nei Lisboa- carecas da Jamaica.

Vitor Ramil – ramilonga: a estética do frio; indo ao pampa; querência.

Racionais mc's – da ponte pra cá; homem na estrada; negro drama.

F.U.R.T.O – flores nas encostas do cimento

O Rappa - Uma ajuda.

O bando – aonde queremos chegar

Filmografia:

“Quanto vale ou é por quilo?”, de Sérgio Bianchi, 2005.

“Garapa”, de José Padilha, 2009.

“Half Nelson – Encurralados”, de Ryan Fleck, 2006.

“Documentário délibáb”, de Vitor Ramil, 2010.

“O perigo da história única”, Chimamanda Adichie, acesso agosto 2010, no site:

http://www.ted.com/talks/lang/por_pt/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html